



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça

RELATÓRIO DE ATIVIDADES BIÊNIO 2011 - 2013



**PODER
JUDICIÁRIO**
DO ESTADO DO ACRE



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

BIÊNIO 2011 - 2013





TRIBUNAL PLENO



Des. Adair Longuini
Presidente



Des.ª Eva Evangelista
Membro



Des. Arquilau Melo
Membro



Des. Samuel Evangelista
Membro



Des. Pedro Ranzi
Membro



Des. Roberto Barros
Membro



Des.ª Cezarinete Angelim
Membro



Des.ª Denise Bonfim
Membro



Des. Francisco Djalma
Membro



Des.ª Waldirene Cordeiro
Membro



Des.ª Regina Ferrari
Membro



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Des. Adair Longuini
Presidente



Des. Samuel Evangelista
Membro



Des. Arquilau Melo
Membro

FOTOS

Foto 1: TV Corporativa em Cruzeiro do Sul	27
Foto 2: Palestra “A construção da imagem institucional do Poder Judiciário”	35
Foto 3: Assinatura do convênio entre o TJAC e a Prefeitura Municipal de Rio Branco	39
Foto 4: Parceria estratégica do CEJUS	40
Foto 5: Curso de Planejamento e Gestão de Material, Almoxarifado e Patrimônio Público	41
Foto 6: Chegada da Ministra Eliana Calmon em Rio Branco	42
Foto 7: Recepção da Ministra Eliana Calmon na sede do TJAC	43
Foto 8: Abertura oficial do trabalho de inspeção nas Justças comum e militar de Minas Gerais por Vídeo conferência na sede do TJAC	44
Foto 9: Encontro par discussão da uniformização do SINASE	45
Foto 10: Encontro par discussão da uniformização do SINASE	46
Foto 11: Visita técnica dos servidores do Tribunal de Justiça do Tocantins	47
Foto 12: Visita técnica dos servidores do Tribunal de Justiça do Tocantins	48
Foto 13: Assinatura do convênio para capacitação de magistrados e servidores	48
Foto 14: Cursos profissionalizantes de cabeleireiro e de garçom aos reeducandos	49
Foto 15: Cursos profissionalizantes de cabeleireiro e de garçom aos reeducandos.	50
Foto 16: Visita a obra da Cidade da Justiça pelo Presidente do TJC e pelo Governador do Estado.	51
Foto 17: Visita a obra da Cidade da Justiça pelo Presidente do TJC e pelo Governador do Estado.	52
Foto 18: Termo de cessão entre TJAC e Justiça Federal	53
Foto 18: Termo de cessão entre TJAC e Justiça Federal	54
Foto 19: Novo convênio entre TJAC e Prefeitura Municipal de Rio Branco	55
Foto 20: Novo convênio entre TJAC e Prefeitura Municipal de Rio Branco	55
Foto 21: Novo convênio entre TJAC e Prefeitura Municipal de Rio Branco	56
Foto 22: Entrega dos certificados aos de Agentes da Justiça e Cidadania	57
Foto 23: Foto oficial do evento da entrega dos certificados aos de Agentes da Justiça e Cidadania	58
Foto 24: Parceria entre TJAC e Secretaria de Saúde para melhorar atendimento à população	59
Foto 25: Parceria entre TJAC e Secretaria de Saúde para melhorar atendimento à população	59
Foto 27: Da assinatura do convênio nº 001/2012	67
Foto 28: Inauguram Escritório Corporativo nos Juizados Especiais Cíveis de Rio Branco	68
Foto 29: Inauguram Escritório Corporativo nos Juizados Especiais Cíveis de Rio Branco	69
Foto 67 Des. Adair Longuini presidente do TJAC	147
Foto 68: Apresentação aos advogados sistema de emissão de taxas e custas	149
Foto 69: Apresentação aos advogados sistema de emissão de taxas e custas	149
Foto 70: Fórum Estadual do Judiciário para a Saúde no Acre	156
Foto 71: Fórum Estadual do Judiciário para a Saúde no Acre	157
Foto 72: Fórum Estadual do Judiciário para a Saúde no Acre	158
Foto 73: I Jornada de Estudos da ESMAC: Magistrados discutem a responsabilidade civil do transporte aéreo.	158
Foto 74: I Jornada de Estudos da ESMAC: Magistrados discutem a responsabilidade civil do transporte aéreo.	159
Foto 75: III Jornada de Estudos da ESMAC	160
Foto 76: III Jornada de Estudos da ESMAC	161
Foto 77: III Jornada de Estudos da ESMAC	161
Foto 78: III Jornada de Estudos da ESMAC	162
Foto 79: IV Jornada de Estudos da ESMAC	162
Foto 80: IV Jornada de Estudos da ESMAC	163
Foto 81: IV Jornada de Estudos da ESMAC	163
Foto 82: IV Jornada de Estudos da ESMAC.	164
Foto 83: IV Jornada de Estudos da ESMAC.	164
Foto 84: IV Jornada de Estudos da ESMAC.	165
Foto 85: IV Jornada de Estudos da ESMAC.	165
Foto 86: I Jornada de Estudos da ESMAC	184
Foto 87: I Jornada de Estudos da ESMAC.	184

Foto 88: I Jornada de Estudos da ESMAC.	185
Foto 89: Capacitação dos conciliadores para a prática de mediação.	189
Foto 90: Capacitação dos conciliadores para a prática de mediação.	190
Foto 91: Posse da Desa. Maria Cezarinete de Souza Augusto Angelim	199
Foto 92: Posse da Desa. Maria Cezarinete de Souza Augusto Angelim	199
Foto 93: Sessão de aprovação da instalação da comarca de Rodrigues Alves	201
Foto 94: Visita institucional do presidente da Federação das Indústrias no Acre	202
Foto 95: Visita institucional do presidente da Federação das Indústrias no Acre	203
Foto 96: Instalação da 5ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco.	204
Foto 97: Instalação da 5ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco.	204
Foto 98: Instalação da 5ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco.	205
Foto 99: Posse da Desa. Denise Castelo Bonfim.	206
Foto 100: Posse da Desa. Denise Castelo Bonfim.	207
Foto 101: Posse da Desa. Denise Castelo Bonfim.	208
Foto 102: Instalação da Vara Criminal da Comarca de Tarauacá.	209
Foto 103: Instalação da Vara Criminal da Comarca de Tarauacá.	210
Foto 106: Posse da Desa. Denise Castelo Bonfim.	212
Foto 107: Instalação da Cidade da Justiça em Cruzeiro do Sul.	213
Foto 108: Instalação da Cidade da Justiça em Cruzeiro do Sul.	214
Foto 109: Instalação da Cidade da Justiça em Cruzeiro do Sul.	214
Foto 110: Instalação da Cidade da Justiça em Cruzeiro do Sul.	214
Foto 111: Instalação da Cidade da Justiça em Cruzeiro do Sul.	216
Foto 112: Instalação da Cidade da Justiça em Cruzeiro do Sul.	216
Foto 113: Posse da Desa. Waldirene Oliveira da Cruz Lima Cordeiro.	217
Foto 115: Posse da Desa. Regina Célia Ferrari Longuini	219
Foto 116: Posse da Desa. Regina Célia Ferrari Longuini	220
Foto 117: Foto processo seletivo	221
Foto 117: Foto processo seletivo	222
Foto 118: Projeto Ginástica Laboral em Rio Branco	229
Foto 119: Foto da turma do curso de Mediação	239
Foto 120: Capacitação de servidores	240
Foto 121: Posse de novos servidores	265
Foto 122: Posse de novos servidores	266
Foto 124: Vigilância eletrônica	267
Foto 125: Vigilância eletrônica	267
Foto 126: Acompanhamento da obra da Cidade da Justiça de Rio Branco	271
Foto 127: Acompanhamento da obra da Cidade da Justiça de Rio Branco	272
Foto 128: Acompanhamento da obra da Cidade da Justiça de Rio Branco	274
Foto 129: Acompanhamento da obra da Cidade da Justiça de Rio Branco	275
Foto 130: Apresentação da obra da Cidade da Justiça de Rio Branco ao Governador	276
Foto 131: Visita a obra da Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul	277
Foto 132: Visita a obra da Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul	277
Foto 133: Área para construção do fórum na comarca de Santa Rosa do Purus	279
Foto 134: Inauguração da Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul	280
Foto 135: Inauguração da Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul	280
Foto 136: Inauguração da Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul	281
Foto 137: Inauguração da Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul	281
Foto 138: Inauguração da Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul	282
Foto 139: Foto da obra da Cidade da Justiça de Rio Branco	283
Foto 140: Foto da obra da Cidade da Justiça de Rio Branco	284
Foto 141: Foto da entrada da Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul com a nova logomarca	287

GRÁFICOS

Gráfico 1: Total de notícias veiculadas sobre o Judiciário Acreano no período de Janeiro a Dezembro de 2012	23
Gráfico 2: Gráfico do percentual do tipo de conteúdo veiculado sobre o Judiciário Acreano no período de Janeiro a Dezembro de 2012	33
Gráfico 3: Percentual do tipo da origem das publicações veiculado sobre o Judiciário Acreano no período de Janeiro a Dezembro de 2012	33
Gráfico 4: Novas parcerias X parcerias existentes	37
Gráfico 5: Novas parcerias em 2012	38
Gráfico 6: Parcerias existentes de anos anteriores X encerradas	38
Gráfico 7: Demonstrativo das novas parcerias no ano de 2011.	61
Gráfico 7: Gráfico do número de participantes no grupo de estudo voluntário	166
Gráfico 8: Evolução da litigiosidade do 1º grau período de 2010 a 2012	188
Gráfico 9: Evolução da quantidade de processos em andamentos no 1º grau nos últimos 6 anos	188
Gráfico 10: Gráfico da participação dos magistrados nas Jornadas de Estudos	235
Gráfico 11: Gráfico da carga horária ofertada em 2012	235

IMAGENS

Imagem 1: Blog Fique Ligado	24
Imagem 2: Cartilha da Violência Doméstica e Familiar	26
Imagem 3: ASCOM ficou em 3º lugar no X Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça	28
Imagem 4: Capa da apostila produzida pela ASCOM	34
Imagem 5: Imagem da Cidade da Justiça	51
Imagem 6: Imagem aérea da área da Cidade da Justiça de Rio Branco	52
Imagem 11: Justiça em números 2012	183
Imagem 12: Convite do lançamento da pedra fundamental da Cidade da Justiça de Rio Branco	269
Imagem 13: Mapa da área da Cidade da Justiça de Rio Branco	270
Imagem 14: Mapa do estado do Acre	278
Imagem 15: Nova logomarca do PJAC	286

TABELAS

Tabela 1: Formulário de acompanhamento mensal das comunicações	30
Tabela 2: Painel de controle de acesso ao portal oficial do TJAC na internet por tipo de acesso.	31
Tabela 3: Painel de controle de acesso ao portal oficial do TJAC na internet por mês.	31
Tabela 3: Tabela das parcerias anteriores a 2012	70
Tabela 9: Resultados apurados dos consumos de energia elétrica, combustível e telefonia	136
Tabela 10: Tabela das correções realizadas pela COGER	143
Tabela 11: Processos de seleção elaborados e executados pelo CECAP	144
Tabela 12: Processos de seleção realizados pelo CECAP	145
Tabela 13: Processos de seleção realizados pelo CECAP em andamento	145
Tabela 14: Processos de seleção para juízes leigos e conciliadores elaborados e executados pelo CECAP	145
Tabela 15: Processos de seleção para assistentes sociais, estagiários de direito e agentes comunitários	146
Tabela 16: Processos de seleção para assistente de coordenação e agentes comunitários	146
Tabela 17: Processos movimentados pela Comissão de Organização Judiciária, Regimentos, Assuntos Administrativos e Legislativos que contribuíram com o objetivo estratégico do item 17.	167
Tabela 18: Eventos apoiados pelo Cerimonial	173
Tabela 19: Ranking dos Tribunais Estaduais	181
Tabela 20: Quadro demonstrativo das atividades desenvolvidas pela Câmara Cível por Relator	191

Tabela 21: Quadro demonstrativo das atividades desenvolvidas pela Câmara Cível por Revisor	192
Tabela 22: Quadro demonstrativo das atividades desenvolvidas pela Câmara Cível por incidentes	192
Tabela 23: Quadro demonstrativo das atividades desenvolvidas pela Câmara Criminal por relator	193
Tabela 24: Quadro demonstrativo das atividades desenvolvidas pela Câmara Criminal por revisor	194
Tabela 25: Quadro demonstrativo das atividades desenvolvidas pela Câmara Criminal por incidentes	194
Tabela 28: Movimento processual no do COMAG	195
Tabela 30: Remoção de juízes a entrância final	196
Tabela 32: Remoção de juízes de direito por permuta	197
Tabela 33: Designação de juízes de direito para as Turmas Recursais	197
Tabela 36: Quantidade de atendimentos médicos	231
Tabela 37: Quantidade de atendimentos odontológicos	232
Tabela 38: Quantidade de atendimentos de enfermagens.	232
Tabela 39: Capacitações oferecidas na comarca de Rio Branco	236
Tabela 40: Capacitações oferecidas na comarca de Acrelândia	240
Tabela 41: Capacitações oferecidas na comarca de Assis Brasil	240
Tabela 42: Capacitações oferecidas na comarca de Bujari	241
Tabela 43: Capacitações oferecidas na comarca de Brasiléia	241
Tabela 44: Capacitações oferecidas na comarca de Capixaba	241
Tabela 45: Capacitações oferecidas na comarca de Cruzeiro do Sul	242
Tabela 46: Capacitações oferecidas na comarca de Eitaciolândia	242
Tabela 47: Capacitações oferecidas na comarca de Feijó	242
Tabela 78: Capacitações oferecidas na comarca de Mâncio Lima	243
Tabela 49: Capacitações oferecidas na comarca de Manoel Urbano	243
Tabela 50: Capacitações oferecidas na comarca de Plácido de Castro	243
Tabela 51: Capacitações oferecidas na comarca de Senador Guiomard	244
Tabela 52: Capacitações oferecidas na comarca de Sena Madureira	244
Tabela 53: Capacitações oferecidas na comarca de Tarauacá	244
Tabela 54: Capacitações oferecidas na comarca de Xapuri	245
Tabela 55: Capacitações oferecidas fora do Estado	245
Tabela 56: Quadro descritivo das atividades de rotina por período Janeiro a dezembro/2012	247
Tabela 58: Projeto de virtualização das unidades jurisdicionais de 1ª grau – INTERIOR	261
Tabela 59: Obras e reformas executadas em 2012	285
Tabela 67:	289
Tabela 68:	290
Tabela 60: Demonstrativo das movimentações orçamentárias	297
Tabela 61: Demonstrativo da execução orçamentária por unidade	298
Tabela 62: Quadro demonstrativo da evolução orçamentária dos últimos 5 anos	298
Tabela 63: Demonstrativo da Despesa com Pessoal em cumprimento a Lei de Responsabilidade Fiscal	298
Tabela 64: Demonstrativo das despesas autorizadas X executadas	299
Tabela 65: Receita Segunda as Categorias Econômicas	301
Tabela 66: Despesa Executada X Receita Realizada (Recurso %)	304

1	Atuação Institucional	21
1.1.	Aprimorar a imagem interna e externa da instituição e a comunicação social, visando ao reconhecimento, à credibilidade e à transparência.	23
1.1.1.	Meta 3 - Disponibilizar 80% do conteúdo integral dos processos na web	23
1.1.2.	Meta 4 - Aumentar em 80% o número de inserções institucionais na mídia	24
1.1.3.	Meta 5 - Obter 80% de matérias institucionais positivas na mídia	34
1.2.	Fortalecer as relações com os demais Poderes, Instituições e Setores.	38
1.2.1	Meta 6 - Manter em 100% o índice de parcerias estratégicas.	39
1.2.2.	Meta 7 - Aumentar para 29 a quantidade total de parcerias estratégicas .	62
2	Responsabilidade Social e Ambiental	135
2.1.	Potencializar Ações na área de responsabilidade social e ambiental, promovendo o uso sustentável de recursos.	137
2.1.1.	Meta 13 - Reduzir em 40% o consumo de papel (resma)	137
2.1.2.	Meta 14 - Reduzir em 4% o consumo de água (m³)	137
2.1.3.	Meta 15 - Reduzir o consumo de energia em 7,5%.	138
3	Eficiência Operacional	141
3.1.	Reestruturar a Instituição, com vistas na otimização de recursos e processos do Poder Judiciário do Estado do Acre.	143
3.1.1.	Meta 16 - Reduzir p/ 45% a taxa de congestionamento na fase de conhecimento	143
3.1.2.	Meta 17: Aumentar para 66,48% o percentual de processos finalizados em um ano – 1º e 2º graus	144
3.1.3.	Meta 18 - Baixar para 30% o índice de processos antigos.	144
3.1.4.	Meta 19 - Obter um índice de 80% dos processos de compra dentro do prazo	148
3.1.5.	Meta 20 - Diminuir para R\$ 1.300 o valor da despesa por processo até 2014.	150
3.1.6.	Meta 21- Aumentar em 25% a produtividade do magistrado na fase de conhecimento	157
3.1.7.	Meta 22 – Publicar 90% dos acórdãos dentro do prazo padrão	168
3.2.	Garantir o alinhamento das ações entre as áreas meio e fim do Poder Judiciário do Estado do Acre.	170
3.2.1.	Meta 23 - Realizar 100% dos eventos de gestão programadas	170
3.2.2.	Meta 24 - Obter 80% de sucesso na execução de projetos estratégicos	173
3.2.3.	Meta 25 - Alcançar 80% das metas	182
3.3.	Compartilhar as boas práticas com o Poder Judiciário Nacional.	187
3.3.1.	Meta 26 - Implantar duas práticas de outro tribunal publicada no Banco de Boas Práticas de Gestão do Judiciário – CNJ.	187
3.3.2.	Meta 27 - Aumentar para seis a quantidade de parceiras estratégicas internas ao Judiciário nacional.	188
3.4.	Promover a incorporação de valores éticos e morais nos atores integrantes do Sistema de Justiça.	188
3.4.1.	Meta 28: Aumentar para cinco o número de ações relacionadas à disseminação de valores éticos e morais.	188
3.5.	Garantir a qualidade dos serviços prestados nas unidades administrativas e judiciárias.	189

3.5.1. Meta 12 - Aumentar para 100% o índice de atendimento à demanda	189
4 Gestão de Pessoas	227
4.1. Estimular e comprometer os Magistrados e Servidores do Poder Judiciário do Estado do Acre no cumprimento das ações estratégicas.	229
4.1.1. Meta 29 - Aumentar para 70% o índice de avaliações positivas de clima organizacional	229
4.1.2. Meta 30 - Reduzir para 3% o índice de absenteísmo	230
4.1.3. Meta 31 - Alcançar 50% no índice de prevenção à saúde	232
4.2. Revitalizar os recursos internos para prestação de serviços do Poder Judiciário do Estado do Acre.	236
4.2.1. Meta 32: Aumentar para 80% o índice de capacitação nas competências estratégicas	236
4.2.2. Meta 33 - Atender 90% dos itens do plano nacional de capacitação – CNJ	238
5. Infraestrutura e Tecnologia	255
5.1. Fomentar o desenvolvimento e a difusão de conhecimentos, habilidades e atitudes dos Magistrados e Servidores.	257
5.1.1 Meta 35 - Realizar 9 reuniões de Gestão do Conhecimento para magistrados e servidores.	257
5.2. Garantir às unidades do Judiciário, infraestrutura física, melhores condições de trabalho, segurança, integração funcional e tecnologia apropriada.	260
5.2.1 Meta 36 - Aumentar para 70% o índice de virtualização de processos	260
5.2.2 Meta 37 - Atender 70% dos padrões mínimos de TI.	265
5.2.2 Meta 38 - Aumentar para 80% as unidades consideradas seguras (segurança armada e/ou eletrônica).	266
5.2.3 Meta 39 - Obter 65% de avaliações positivas sobre instalações físicas	270
5.2.4. Meta 40 - Atender 40% dos itens da norma sobre condições de trabalho ideais	287
5.2.5 Meta 41 - Alcançar 84,4% das metas do PETI	289
5.2.7. META 43: Aumentar para 99% o índice de disponibilização dos sistemas online	290
5.2.8. Outras ações que indiretamente contribuíram com o objetivo estratégico	291
6. Orçamento	295
6.1. Gerir e assegurar, eficientemente, os recursos do Poder Judiciário, garantindo a execução orçamentária da Instituição.	297
6.1.1. Meta 44 - Aumentar 3% a arrecadação de receitas próprias.	297
6.1.2. Meta 46 - Aumentar para 90% o índice de execução do orçamento	299
7. Resultados da Estratégica do exercício 2012	309
7.1. Mapa Estratégico com os resultados da execução da estratégia em 2012	311
7.2 Resultado dos indicadores	312
7.2.1 Perspectiva Sociedade	312
8. Apêndice	327

Cumpre-nos, ao término da gestão, apresentar estatísticas e informações acerca dos projetos e ações desenvolvidas ao longo do ano de 2012, não só para atendimento do que dispõe o art. 51, inciso XIII, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, mas também para o fim de torná-las acessíveis a quem tiver interesse.

O presente relatório de gestão é norteado pelo Plano Estratégico deste Tribunal, ferramenta esta que se mostrou eficaz para o atingimento da missão institucional, com foco no aprimoramento contínuo e progressivo dos serviços, bem ainda no rigoroso controle dos recursos públicos.

Encerra-se o segundo ano desta gestão com a certeza de que foram alcançados grandes resultados e mudanças necessárias que contribuíram para o melhoramento da atividade fim, satisfazendo, por consequência, os anseios da sociedade dentro daquilo que era possível aspirar pela Direção do Tribunal naquele momento.

Assim, consubstanciam o presente relatório as realizações levadas a efeito em 2012, tendo sido enumeradas, dentre tantas outras, a instituição do peticionamento eletrônico em todo o Estado do Acre e a virtualização de todas as unidades judiciárias do interior do Estado, estando já em conclusão a virtualização integral também da Comarca da Capital, o que tem propiciado a disponibilização do conteúdo dos processos na web, de modo a permitir a consulta online pelas partes e advogados.

Outro importante avanço enunciado foi a conclusão dos projetos de reestruturação administrativa e de plano de cargos, carreira e remuneração dos servidores do Poder Judiciário, além do avanço e aperfeiçoamento do sistema normativo, da padronização de mobiliário; do manual de identidade visual do Poder Judiciário e da remodelação do Portal da Instituição.

A Gestão, sempre atenta com as possibilidades de compartilhamento de experiências e esforços, buscou ampliar e fortalecer as parcerias estratégicas com os outros poderes e instituições externas. Vale citar, como exemplo de realização, a Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul, fruto da parceria com o Poder Executivo, que desapropriou o complexo predial onde funcionava a IEVAL e o afetou ao Poder Judiciário, de modo a propiciar a reunião, naquele local, de todos os serviços judiciários e administrativos daquela Comarca.

Esse propósito de reunir os serviços da justiça em um só local também está evoluindo na Comarca da Capital. A Cidade da Justiça de Rio Branco está sendo erguida em uma área de 60 mil metros quadrados, cuja primeira edificação, de um total de 6 blocos, já está bastante adiantada. O primeiro bloco possui 5.070 m² de área construída. Composto de cinco pavimentos, ele abrigará as 11 unidades criminais da Comarca de Rio Branco e reunirá centenas de servidores públicos, magistrados, dentre outros operadores do direito e público em geral.

Ver-se-á que muito se fez para garantir às unidades do Judiciário infraestrutura física, melhores condições de trabalho, segurança, integração funcional e tecnologia apropriada.

Tidas como grande aliadas do desenvolvimento institucional, as ferramentas tecnológicas tiveram vasta utilização nos últimos dois anos, valendo lembrar a disponibilização do serviço Integração Depósito Judicial do BB no portal e-SAJ e o Sistema de Leiloeiro na Intranet; a implantação e treinamento no módulo de Custas do SAJ/PG5 nas Comarcas Virtualizadas, que é integrado ao Sistema e-SAJ; o desenvolvimento e disponibilização do Sistema Web de Cálculo de Atualização Monetária no sítio do TJAC; o desenvolvimento do Sistema Web de Chamados para a nova Central de Atendimento.

Igualmente teve prioridade em nossa Gestão a segurança com as informações de uma justiça quase que integralmente virtual, não se tendo medido esforços para construir um ambiente seguro para a guarda dos bancos de dados dos sistemas de informação utilizados na instituição. Além da aquisição do Site BACKUP a ser colocado na Sala Cofre da OCA e que servirá para garantir a redundância do banco de dados da Justiça Acreana.

Também foi de grande relevo a deflagração de três concursos públicos no âmbito do Poder Judiciário deste Estado: para provimento de cargos de juiz de direito substituto; para provimento de cargos efetivos de servidores; e para outorga de delegações de notas e de registro do Estado do Acre.

O Concurso para Juiz de Direito Substituto já está em fase bastante adiantada, ou seja, aguardando resultado provisório da terceira etapa (Inscrição definitiva, sindicância da vida pregressa e investigação social, exames de sanidade física e mental e exame psicotécnico). O Concurso para Servidores, por sua vez, já foi concluído. Enquanto que o Concurso para os serviços notariais e de registro já dispõe do resultado das provas de títulos.

Por derradeiro, o relatório traz as informações sobre a gestão dos recursos financeiros do Poder Judiciário, importante otimização e racionalidade de recursos capazes de suportar investimentos de grande envergadura e um considerável aumento no número de desembargadores, o que permitiu, nesse último caso, a instalação de mais um órgão fracionado.

Isso tudo sem olvidar da preocupação de aumentar a arrecadação de receitas próprias, tendo conseguido em 2012 um montante de R\$ 7.390.212,49.

Enfim, todas as realizações enumeradas no presente relatório foram fruto da incansável busca pelo aprimoramento da atividade meio e, sobretudo, da atividade fim do Poder Judiciário, com o intuito de proporcionar à sociedade um acesso mais ágil e facilitado à Justiça e a resolução dos conflitos por meio de um atendimento de maior qualidade.

Foram importantes as conquistas, com indiscutíveis avanços históricos, que só foram possíveis com o comprometimento incondicional e colaboração dos magistrados, servidores e parceiros externos, aos quais se impõe de público externar o reconhecimento e a gratidão.



Relatório de Gestão, além de ser um instrumento de governo que possibilita a exposição das atividades desenvolvidas no exercício, tem também o papel de prestar contas a sociedade das ações promovidas pela administração pública apresentando o nível de eficiência dos seus métodos adotados e a eficácia dos resultados obtidos.

O conteúdo geral desse relatório está estruturado no modelo adotado pelo CNJ, cuja espinha dorsal é o Planejamento Estratégico do Judiciário brasileiro. Sendo assim acompanha a mesma sequência das perspectivas atribuídas ao Plano, os temas, os objetivos e as metas estratégicas.

Analizando os resultados da execução do Planejamento Estratégico do exercício 2011 em relação a 2012 pode-se notar um agradável crescimento no cumprimento das metas estabelecidas, sendo que o resultado em 2011 foi de 71,88%, enquanto que o de 2012 chegou ao patamar de 91,92% de cumprimento.

Considerando os índices por perspectivas temos os seguintes resultados: 1) Recursos internos: 2011: 55,5% em 2012: 96,69%; 2) Processos internos: 2011: 73,6% em 2012: 91,82%; 3) Sociedade: 2011: 95,6% em 2012: 90,25%.

O resultado obtido em 2012 teve um sabor de vitória para a instituição. O ambiente democrático permitiu o debate, troca de experiências e o avanço institucional tão sonhado pelos magistrados, servidores e população de um modo geral.

Assim, consegue-se, chegar ao final do biênio com a consciência em paz e certeza de dever cumprido.

1

**Atuação
Institucional**

**Resultado do cumprimento
desse tema estratégico:**

88,84%

1.1. Aprimorar a imagem interna e externa da instituição e a comunicação social, visando ao reconhecimento, à credibilidade e à transparência.

Esse objetivo se vincula ao aprimoramento da representação externa e social do TJAC junto à sociedade. Não se trata apenas da imagem, mas da aculturação social, privilegiando a melhoria da aceitação social da imagem do PJAC.

Resultado do cumprimento desse objetivo estratégico: 82,48%

As metas 3, 4 e 5, estabelecidas no planejamento estratégico, orientaram as ações das unidades para cumprimento desse objetivo estratégico, conforme apresentação abaixo das metas, seus resultados e as ações desenvolvidas.

1.1.1. Meta 3 - Disponibilizar 80% do conteúdo integral dos processos na web

Essa meta está relacionada ao projeto de virtualização de processos judiciais. Uma das principais vantagens da virtualização é a possibilidade de as partes e advogados realizarem consultas online, através da Internet, dos dados básicos dos processos em tramitação, incluindo o teor de despachos, decisões e sentenças. Com a experiência da virtualização no ano de 2011, o projeto foi reformulado, passando a contemplar as comarcas do interior, tendo como previsão à virtualização de todas as Unidades Judiciárias da capital e do interior até 2012.

Resultado:

Em razão dos trabalhos executados, o indicador aponta para um resultado de 118,75% dos conteúdos dos processos disponibilizados na web. Esse resultado é bem significativo se comparado aos 40,74% do ano de 2011, considerando que o projeto abrangia apenas as unidades de Rio Branco. Vale ressaltar que o processo de virtualização chegou a todas as unidades judiciárias, ficando a questão de tempo para virtualização dos processos. Desta forma, a meta foi **Meta cumprida**.

Ações desenvolvidas:

Dando continuidade ao projeto de virtualização, a experiência obtida no ano de 2011 proporcionou que o projeto fosse reformulado, passando a contemplar também as comarcas do interior. Com a inclusão dessas comarcas, foi estabelecida a previsão de virtualização de todas as Unidades Judiciárias da capital e interior ainda em 2012, conforme demonstrado no resultado da meta. Está faltando apenas a virtualização da 4ª Vara Cível de Rio Branco, cujos trabalhos já se encontram bastante adiantados.

Entenda o projeto no item 25.1.

1.1.2. Meta 4 - Aumentar em 80% o número de inserções institucionais na mídia

Essa meta contribui com o objetivo de levar ao cidadão acesso a justiça, pois representa a forma de comunicação entre o TJAC e a sociedade.

Resultado da meta:

A meta em 2012 previa obter 2.160 inserções, mas devido aos esforços do TJAC foi alcançado um resultado final de 3.689. Sendo assim, a meta teve um resultado de 150% de cumprimento. **Meta cumprida.**

Ações desenvolvidas:

1. Notícias veiculadas sobre o Judiciário Acreano

Diante do objetivo de estreitar as relações do TJAC com a sociedade, a ASCOM empreendeu um trabalho de ampliação do número de notícias no portal do TJAC na Internet (www.tjac.jus.br) e de intensificação do contato entre o Tribunal de Justiça e os órgãos de imprensa, inclusive com a TV e Rádio Justiça em Brasília (DF), órgãos oficiais do Poder Judiciário Brasileiro.

Ao manter essa sistemática de trabalho, o Tribunal assegurou ao Judiciário Acreano a conquista de importantes espaços na mídia nacional, que projetam as suas ações para todo o País. Nesse processo, a principal plataforma de divulgação de notícias institucionais é a Agência TJAC, composta pelas seções de Notícias, Clipping, Artigos e Discursos, Galeria de Imagens, Galerias de Vídeos, Publicações, Glossário Jurídico, Rádio Justiça e TV Justiça.

A Agência TJAC produz conteúdo jornalístico preciso e objetivo para os veículos de comunicação, visando garantir a universalização do acesso à informação jurídica no Estado. Além disso, possui um banco de imagens atualizado com fotografias sobre o cotidiano do Judiciário Acreano. Todo o material produzido é distribuído gratuitamente e pode ser reproduzido à vontade pelos veículos de imprensa, com a devida citação da fonte.

No biênio 2011-2013 é válido destacar a atuação do Tribunal, por meio de sua Assessoria de Comunicação Social, nas redes sociais, com a manutenção de perfis institucionais no Twitter e Facebook. Todo o material produzido pela Agência TJAC é distribuído nesses canais. Além disso, pela própria dinâmica das redes sociais, a ASCOM interage com inúmeros usuários, informando e esclarecendo dúvidas sobre as mais variadas questões.

O espaço de notícias dos portais de Intranet e Internet do Poder Judiciário são rotineiramente atualizados, com uma média de cinco publicações a cada dia útil trabalhado, que envolvem desde decisões de Primeiro e de Segundo Grau, ações de gestão administrativa, encaminhamentos de projetos do Judiciário, entre outras. Assim, o portal oficial do TJAC na Internet passou a servir de referência de pesquisa para as pautas da imprensa local e nacional.

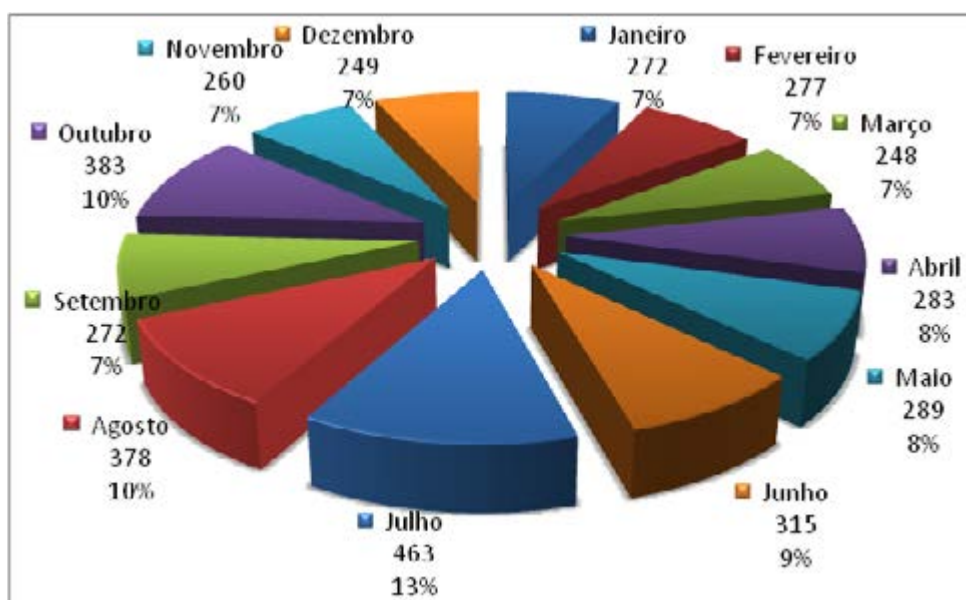
Além disso, o Tribunal, por meio da ASCOM, realiza o trabalho cotidiano de atendimento – por telefone ou mesmo pessoalmente – aos jornalistas interessados em obter informações junto ao Judiciário Estadual. Por conta dessa interface entre instituição e órgãos de comunicação, facilita-se produção de entrevistas e reportagens a respeito do Poder Judiciário Acreano junto à emissoras de rádio e televisão, assim como aos representantes da mídia nacional.

Entre os meses de janeiro e dezembro de 2011, o site do Tribunal de Justiça obteve a marca de 1.487.627 milhão de acessos, sendo uma média de 123,968 mil acessos mensais e 5,7 mil acessos diários ao portal.

Já de janeiro a dezembro de 2012, o site obteve a marca de 1.427.132 milhão de acessos, sendo uma média de 118,927 mil acessos mensais e 4,7 mil acessos diários ao portal, em busca de notícias, consulta processual, serviços e informações diversas.

O gráfico abaixo apresenta as quantidades de notícias que foram veiculadas sobre o Judiciário Acreano no ano de 2012.

Gráfico 1: Total de notícias veiculadas sobre o Judiciário Acreano no período de Janeiro a Dezembro de 2012



Fonte: ASCOM

2. Ações de comunicação interna que possibilitaram aumento de inserções institucionais na mídia

2.1 Blog Fique Ligado

Como parte das ações do projeto de Reestruturação e Modernização do Judiciário Acreano, desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas, em 14 de setembro de 2011, o Tribunal lançou o Blog Fique Ligado, uma nova ferramenta de comunicação institucional interna, hospedado no portal de Intranet do Poder Judiciário, cujo objetivo é promover a interação entre magistrados e servidores.

O espaço reúne todas as notícias, informações e a agenda de execução do projeto. Mas sua grande novidade é a possibilidade de interação, já que todos têm a oportunidade de registrar suas

sugestões, críticas e dúvidas. Desde o seu lançamento, o blog tem estimulado a participação de todos num espaço dedicado ao debate de idéias, que possam indicar possibilidades de melhorias para o Poder Judiciário do Acre.

Imagem 1: Blog Fique Ligado



Fonte: ASCOM

2.2 Pesquisas internas

Na plataforma de Intranet do Poder Judiciário, o Tribunal realizou diversas consultas e pesquisas, por meio de enquetes, assegurando ao público interno – magistrados e servidores – participação nos encaminhamentos administrativos do TJAC:

- Pesquisa de Clima Organizacional com Servidores (setembro e outubro de 2012);
- Ações de comunicação externa que possibilitaram aumento de inserções institucionais na mídia.

2.3. Blog do JTRAN

A Assessoria de Comunicação Social, em parceria com a Diretoria de Tecnologia da Informação do TJAC, viabilizou a produção do Blog do JTRAN, um novo canal de comunicação institucional, por meio do qual a sociedade pode acompanhar o dia a dia de trabalho do Juizado de Trânsito de Rio Branco.

Lançado pela Presidência do Tribunal de Justiça em 11 de abril de 2011, o Blog do JTRAN reúne as fotografias dos acidentes atendidos pelo JTRAN, além de notícias e estatísticas sobre o trânsito na cidade, com informações diversas sobre os serviços prestados pelo Juizado.

Da data de seu lançamento até dezembro de 2012, o Blog do JTRAN obteve 3.480 (três mil, quatrocentos e oitenta visitas), atingindo a marca de 12.315 (doze mil, trezentas e quinze) visualizações de páginas.

2.4. Link Programa Audiência Pública

Visando ao aprimoramento da divulgação do Programa Audiência Pública, a Assessoria de Comunicação Social desenvolveu um link especial sobre o tema na página oficial do Poder Judiciário na internet.

O Programa Audiência Pública é uma produção do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, comandado pelo juiz de Direito Cloves Cabral, seu idealizador e apresentador, com apoio técnico da ASCOM.

O programa vai ao ar todas as segundas-feiras, entre 8h10 e 8h45, na Rádio Difusora Acreana - A Voz das Selvas, na frequência 1400 AM, do Sistema Público de Comunicação para todo o Estado do Acre.

A ideia é utilizar essa plataforma eletrônica para organizar a divulgação de todas as atividades desenvolvidas no âmbito desse projeto, com acervo de textos e áudios para os interessados em acompanhar os programas. Com essa estratégia será possível atingir, inclusive, outros públicos, que mesmo fora do Estado poderão conhecer esse trabalho e interagir com ele.

2.5. Link Projeto Justiça e Cidadania na Escola

O desenvolvimento de uma página eletrônica específica para divulgação e organização das informações sobre o Projeto Cidadania e Justiça na Escola objetiva organizar e facilitar a localização de conteúdos referentes ao tema, além de assegurar o registro adequado das notícias, agenda e material didático (cartilhas, vídeos etc.) utilizado na execução do projeto.

2.6. Link Programa Começar de Novo

Seguindo a mesma orientação dos links anteriores, o propósito desse espaço eletrônico específico para o Programa Começar de Novo é registrar e organizar de modo dinâmico as informações atinentes ao tema.

O espaço reúne informações e dados sobre as diversas ações realizadas no âmbito do programa, especialmente no que se refere aos cursos profissionalizantes, de orientação sobre direitos e cidadania, de musicalização e evangelização, visando proporcionar melhores condições de reintegração de presos e egressos do sistema penitenciário na comunidade local.

Além de assegurar a divulgação dessas atividades para o público interessado em delas participar, a página eletrônica, quando finalizada, apresentará o Portal das Oportunidades do Estado do Acre, uma sublink que irá reunir vagas de trabalho e cursos de capacitação oferecidos a reeducandos. As oportunidades são oferecidas tanto por instituições públicas como entidades privadas, que são responsáveis por atualizar o portal.

3. Publicações

No biênio 2011-2013, o Tribunal viabilizou a edição e reedição de cartilhas, folders e cartazes sobre as principais ações e projetos sociais desenvolvidos pelo Poder Judiciário, com destaque para:

Cartilha e Folders “Violência Doméstica e Familiar – Uma vida sem violência é direito de toda família. Abrace esta causa!”

Desde o ano de 2009 o Tribunal de Justiça do Acre desenvolve o projeto intitulado “Fortalecimento das atividades da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher”, que conta com financiamento do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), do Ministério da Justiça.

Como parte das ações previstas nesse projeto está a produção de material didático (cartilhas e folders) para divulgação e conscientização sobre o tema. De forma simples, objetiva e ilustrada, o material, produzido explica o significado da lei, as diferentes formas de violência praticadas contra as mulheres, o que são medidas protetivas e, ainda, orienta as vítimas como devem proceder diante dessas situações.

Imagem 2: Cartilha da Violência Doméstica e Familiar



Fonte: ASCOM

Cartilha Educativa “Violência Sexual Contra Criança e Adolescente: como prevenir?”

O material foi lançado pela 2ª Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Rio Branco, em 15 de maio de 2012, como parte das ações da Agenda 18 de Maio - Dia Nacional do Combate a Exploração e Violência Sexual de Criança e Adolescentes. Seu objetivo é ajudar pais e responsáveis a identificar e prevenir casos de violência sexual contra crianças e adolescentes.

A cartilha foi produzida pelo Núcleo de Apoio Técnico às Varas da Infância e da Juventude, e fornece dicas básicas para ajudar a reconhecer casos de abuso sexual contra menores e também sobre como proceder, uma vez constatado o abuso.

Obra “Memória e Imagens da Revolução Acreana”

O Tribunal de Justiça viabilizou a terceira edição da obra “Memória e Imagens da Revolução Acreana”, de autoria do artista plástico Jorge Rivasplata de La Cruz, cujo lançamento aconteceu em 14 de junho de 2012.

Editada pela primeira vez no ano de 2005, a obra faz um importante registro e catalogação das peças que compõem a exposição, de mesmo nome, sobre um dos principais momentos da história acreana. A época, os personagens e os fatos marcantes da luta que tornou o Acre parte do Brasil são imortalizados pelo trabalho do artista, que em formato de livro se tornam mais acessíveis ao grande público.

A terceira edição da obra foi impressa pelo Parque Gráfico do Tribunal de Justiça.

“Cartilha da Pessoa Presa” e “Cartilha da Mulher Presa”

As duas cartilhas foram editadas pelo Conselho Nacional de Justiça no ano de 2011, contendo orientações sobre os direitos, deveres e benefícios de homens e mulheres presos.

As cartilhas foram reproduzidas pelo Parque Gráfico do Tribunal de Justiça e distribuídas pelas Varas de Execuções Penais no Complexo Penitenciário do Estado em agosto de 2012.

4. Projetos

4.1. Projeto Mais Arte

17ª Edição do Projeto Mais Arte - Exposição “Criação Abstrata”, do artista plástico Jonas Obady. Período: 1º a 29 de fevereiro de 2012. Local: Palácio da Justiça – Centro Cultural do Tribunal de Justiça do Estado do Acre.

4.2. TV Corporativa TJAC

A TV Corporativa TJ-Acre é o projeto de um novo canal de comunicação para estreitar o relacionamento entre a instituição, magistrados, servidores e público, visando ao seu maior crescimento e desenvolvimento.

O projeto fará uso da tecnologia de divulgação de mídia interna, tipo mídia indoor, para transmissão diária, via internet, de informações institucionais para todos os pontos instalados, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, incluindo a divulgação de peças publicitárias e reprodução de vídeos institucionais. Esse tipo de tecnologia tem se destacado nos últimos anos pela velocidade e dinamismo oferecidos, assegurando eficiência e eficácia no que se refere à divulgação de conteúdo informativo e promoção de entretenimento.

Foto 1: TV Corporativa em Cruzeiro do Sul



Fonte: ASCOM

O projeto busca implantar pontos dessa TV em áreas internas dos prédios do Poder Judiciário, destinadas à recepção da população, para trabalhar a divulgação de informações de cunho institucional, priorizando a divulgação dos serviços e programas oferecidos pelo Poder Judiciário, com linguagem clara e acessível, além de informações úteis ao cidadão, como endereços e telefones de utilidade pública. Além disso, esse novo canal de comunicação facilitará a divulgação e circulação interna de

mensagens da Presidência, eventos, solenidades, cursos, palestras, determinações, procedimentos, ações de segurança preventiva e corretiva e orientações rápidas em caso de emergência a todos os servidores da Justiça.

Em dezembro de 2012, na oportunidade da inauguração da Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul, o projeto, em caráter experimental, foi lançado naquela unidade, com dois pontos de mídia. A expectativa é que no ano de 2013 ele possa ser lançado oficialmente em todo o Estado, com pelo menos um ponto de mídia em cada uma das unidades do Poder Judiciário.

5. Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça 2012

O projeto “Media Training para Magistrados – A Construção da Imagem Institucional do Poder Judiciário”, da Assessoria de Comunicação Social do Tribunal de Justiça do Acre, ficou com o terceiro lugar na categoria relacionamento com a mídia do X Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça.

O prêmio é entregue anualmente durante o Congresso Brasileiro de Comunicação da Justiça (Conbrascom) e tem por objetivo de estimular o desenvolvimento no Judiciário de uma política de comunicação voltada para esclarecer o cidadão, contribuindo para a democratização das instituições e o acesso à Justiça.

Os vencedores foram divulgados no dia 29 de junho de 2012, durante evento que reuniu, em Fortaleza (CE), assessores de comunicação do Poder Judiciário, envolvendo os Tribunais de Justiça, Tribunais do Trabalho e Tribunais Eleitorais, além do Ministério Público, Defensorias e Tribunais de Contas.

Imagem 3: ASCOM ficou em 3º lugar no X Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça



Fonte: ASCOM

O projeto da ASCOM consistiu em um curso de capacitação para magistrados sobre relacionamento com a mídia, executado em dezembro de 2011, como parte da programação científica da IV Jornada de Estudos da Escola Superior da Magistratura do Acre (Esmac). Atualmente esse curso está em fase de credenciamento pela Escola Nacional de Formação de Magistrados (Enfam).

O curso buscou discutir mecanismos e exercitar práticas para o estabelecimento de uma comunicação mais eficiente e efetiva do Poder Judiciário com a sociedade, ao mesmo tempo definiu o magistrado como principal agente da comunicação institucional, capacitando-o para uma atitude pró-ativa nesse processo.

Ainda que necessários e comuns nos últimos anos, os cursos de media training normalmente são oferecidos por empresas privadas, em formato padronizado e com custos elevados para os tribunais, o que muitas vezes inviabiliza a sua realização. Assim, ao elaborar um curso próprio, utilizando seu corpo de profissionais, o curso realizado esteve articulado com a realidade da comunicação local, a cultura interna do Judiciário e a política nacional de comunicação do Poder Judiciário.

6. Clipagem

Desde o ano de 2009 a ASCOM emprega em sua análise de gestão de comunicação a ferramenta clipagem, que é de grande importância na medição dos resultados atingidos e no planejamento de mídia, sobretudo quanto ao volume e à quantidade das informações veiculadas.

A ferramenta de clipagem, desenvolvida pela própria ASCOM, permite a realização de um detalhado levantamento acerca das notícias relacionadas ao Judiciário Estadual veiculadas nos principais jornais diários, portais, sites e blogs de notícias locais e nacionais. Esse tipo de controle ainda não é realizado no âmbito do rádio e da televisão por indisponibilidade de equipamentos e pessoal, demanda que deve ser suprida nos próximos anos.

A cada mês, o Relatório de Comunicação construído por meio da clipagem registra todas as características das notícias publicadas, conforme demonstra a tabela a seguir. A obtenção desses dados concretos sobre a divulgação do Tribunal de Justiça na mídia impressa e eletrônica oferece um diagnóstico sobre a eficácia das ações desenvolvidas no âmbito da comunicação institucional, além de permitir ao Tribunal traçar um perfil do Judiciário Estadual, a partir do que é noticiado pela mídia, e respaldar possíveis planos e estratégias a serem doravante implementados pela Assessoria.

No período de janeiro a dezembro de 2012, foram publicadas 3.689 matérias em diversos veículos impressos e eletrônicos sobre o Poder Judiciário Acreano. Este é o maior número de publicações já registrado desde o início da coleta desse dado pela Assessoria, no ano 2009.

O assunto mais repercutido pela imprensa local e nacional foi a realização do concurso público para servidores do TJAC, desde a publicação do edital de abertura do certame (2009), passando por todas as fases de inscrição e provas (2010), resultado final (2010) e convocação de aprovados (2010/2011).

Da mesma forma, no ano de 2012, as notícias que mais foram acessadas e que repercutiram na imprensa em geral foram as referentes ao novo concurso público para servidores do Judiciário, cujo edital de abertura foi divulgado em 12 de setembro de 2012.

7. Acompanhamento das inserções

O Tribunal, por meio da ASCOM, faz o acompanhamento mensal das publicações através de formulário como demonstrado abaixo:

Tabela 1: Formulário de acompanhamento mensal das comunicações

RELATÓRIO DE COMUNICAÇÃO MENSAL

Mês de referência: Setembro de 2011

Produção: Publicadas 366 notícias em 26 veículos

Ranking – Mídias impressas e eletrônicas que mais divulgaram notícias sobre o TJAC	
Mídia impressa	97 notícias
Jornal A Gazeta	33
Jornal A Tribuna	42
Jornal Página 20	14
Jornal O Rio Branco	8
Mídia online	269 notícias
agazeta.net	32
ac24horas	26
blog da Amazônia / Portal Terra	2
blog do Altino	2
oriobranco.net	14
oaltoacre	3
contilnet	17
atribuna	7
agazetadoacre	17
pagina20	12
agenciadenoticiasdoacre	12
janelao.net	12
rdnoticias	10
acrenoticias	8
acredigital	5
juruaonline	1
atribunadojurua	1
direito2	50
oab-ac	12
oestadodoacre	6
banzeiro	6
oacreano	1
ecosdanoticia	4
vejaanoticia	1
jusbrasil	1
Mídia TV e Rádio (ainda não há controle)	
Material assinado pela Ascom (release)	0 notícias
Total	366 notícias

Veículos que mais divulgaram notícias sobre o TJ			
Ranking		Veículos	Notícias
1º		A Tribuna	42
2 °		A Gazeta	33
3 °		Página 20	14
Estimativa de espaço e alcance em veículos impressos			
Espaço da publicação	Quantidade	Valor	Total
Capa	15	11.664,00	R\$ 174.960,00
Página inteira	4	4.836,00	R\$ 19.344,00
1/2 página	8	5.832,00	R\$ 46.656,00
1/4 página	27	2.916,00	R\$ 78.732,00
1/8 página	58	1.458,00	R\$ 84.564,00
Total			R\$ 404.256,00
* Valor estimado caso o espaço fosse pago. Média de valores repassados pelo comercial das empresas.			
ORIGEM DAS PUBLICAÇÕES			
Pautadas pela Ascom		128	
Espontâneas, com informações prestadas pela ASCOM		328	
Total		366	
Análise do conteúdo veiculado			
Positivo		147	
Negativo		15	
Neutro		204	
Total		366	

Fonte: ASCOM

8. Painel de Controle de Acessos ao Portal Oficial do TJAC na Internet

Tabela 2: Painel de controle de acesso ao portal oficial do TJAC na internet por tipo de acesso.

Relatório Geral	Quantidade
Visitantes	1.427.132
Visitantes únicos	357.938
Quantidade de páginas visualizadas	2.217.685
Média de visitantes ao dia	4.757

Fonte: ASCOM

Tabela 3: Painel de controle de acesso ao portal oficial do TJAC na internet por mês.

Visualização mensal	Quantidade
Janeiro	110.587

Fevereiro	100.797
Março	110.263
Abril	111.327
Maio	128.287
Junho	120.076
Julho	137.335
Agosto	139.167
Setembro	119.615
Outubro	132.067
Novembro	114.822
Dezembro	102.789
Total	1.427.132

Fonte: ASCOM

1.1.3. Meta 5 - Obter 80% de matérias institucionais positivas na mídia

A meta estabelecia que 80% de todo material veiculado na mídia fosse positivo.

Resultado da meta:

O resultado final apontou para 92% de matérias positivas. **Meta cumprida.**

Ações desenvolvidas:

1. Acompanhamento das atividades de comunicação

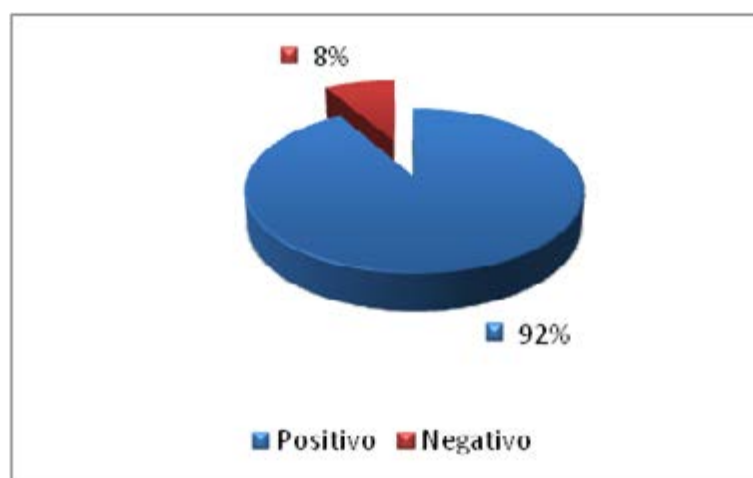
A avaliação do caráter positivo ou negativo das inserções sobre o Judiciário na mídia é importante para a aferição do reforço do reconhecimento e credibilidade da instituição na comunidade.

Além disso, esse tipo de avaliação permite ao Tribunal acompanhar quão bem as atividades de comunicação estão funcionando e a fazer balanços sobre os aspectos organizacionais e administrativos das atividades de comunicação de mídia.

Desse modo, ampliar e melhorar continuamente a execução da comunicação institucional requer a avaliação do desempenho para ajudar a identificar as falhas e deficiências a serem corrigidas. Baseadas nos resultados da avaliação, mudanças podem ser realizadas para assegurar o alcance de metas e objetivos estratégicos.

O gráfico abaixo apresenta o percentual do tipo de conteúdo veiculado sobre o Judiciário Acreano apresentando uma maciça vantagem dos conteúdos positivos.

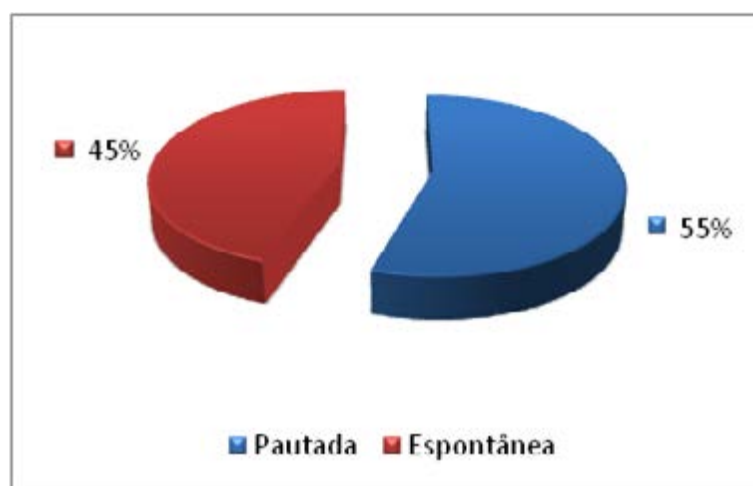
Gráfico 2: Gráfico do percentual do tipo de conteúdo veiculado sobre o Judiciário Acreano no período de Janeiro a Dezembro de 2012



Fonte: ASCOM

O gráfico abaixo apresenta o percentual do tipo da origem das publicações, destacando-se que o índice de publicações por pauta ficou a maior.

Gráfico 3: Gráfico do percentual do tipo da origem das publicações veiculado sobre o Judiciário Acreano no período de Janeiro a Dezembro de 2012



Fonte: ASCOM

2. Campanhas Publicitárias

No intuito de promover divulgação específica para algumas ações do Poder Judiciário, foram produzidas algumas campanhas especiais de comunicação, entre elas:

2012

- Campanha de Arrecadação de Donativos para Vítimas da Enchente do Rio Acre, no período de 23 de fevereiro a 2 de março de 2012, com entrega dos donativos (500 itens, entre alimentos não perecíveis, vestuário, material de higiene pessoal e de limpeza) ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado na data de 7 de março de 2012;
- Campanha de divulgação do Sistema Eletrônico de Consulta e Emissão de Custas Processuais, lançado em 13 de março de 2012;
- Campanha de divulgação da Cicleata Contra a Violência Doméstica – Dê uma volta na violência, no período de 10 de abril a 10 de maio de 2012;
- Campanha de divulgação do Infográfico sobre Projeto de Virtualização, lançado em 10 de maio de 2012;
- Campanha de divulgação do Projeto Justiça e Cidadania na Escola, realizado em parceria pelo TJAC e ESMAC, lançado em 17 de maio de 2012;
- Campanha de divulgação do Portal de Acesso à Informação do Poder Judiciário do Estado do Acre, com a entrada em vigor da Lei nº 12.527 - Lei de Acesso à Informação (LAI), em 16 de maio de 2012;
- Semana Nacional da Conciliação 2012 - “Quem concilia sempre sai ganhando”;
- Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul, complexo que integra os serviços judiciários em um único endereço, inaugurado em 8 de dezembro de 2012.

As peças publicitárias utilizadas nas campanhas foram cartazes, folders, banners impressos e eletrônicos, e ainda a cobertura jornalística com entrevistas e matérias em todos os veículos de comunicação.

3. Curso – A Construção da Imagem Institucional do Poder Judiciário

A convite da Presidência do Tribunal de Justiça e da Escola Superior da Magistratura do Acre (ESMAC), a Assessoria de Comunicação Social ministrou o curso “A construção da imagem institucional do Poder Judiciário” (8 h/a), como parte da programação científica da IV Jornada de Estudos da Escola em 2011, no período de 8 a 10 de dezembro.

Imagem 4: Capa da apostila produzida pela ASCOM



Pela primeira vez o tema “Comunicação e Justiça” integrou a pauta de debates dos magistrados em suas atividades de formação continuada. O curso oferecido pela ASCOM contou com uma palestra inaugural, realizada pelo jornalista Luciano Martins Costa, sobre o tema “Judiciário, Mídia e Opinião Pública”; posteriormente, a equipe da ASCOM conduziu as discussões sobre o tema “A construção da imagem institucional do Poder Judiciário”.

Foto 2: Palestra “A construção da imagem institucional do Poder Judiciário”



Fonte: ASCOM

4. Pesquisas internas

Na plataforma de Intranet do Poder Judiciário, a ASCOM realizou diversas consultas e pesquisas, por meio de enquetes, assegurando ao público interno – magistrados e servidores – participação nos encaminhamentos administrativos do TJAC, entre elas a Pesquisa de Clima Organizacional com Servidores, em setembro e outubro de 2012.

5. Novo Portal de Intranet do Poder Judiciário

O novo Portal de Intranet do Poder Judiciário do Acre, lançado em 17 de dezembro de 2012, é resultado de uma ampla reformulação executada para tornar mais fácil, dinâmica e inteligente a localização de informações e serviços em sua plataforma.

O novo projeto gráfico, mais moderno, apresenta a logomarca do Poder Judiciário, instituída pela Resolução 38/2012, do Conselho de Administração do Tribunal de Justiça. Já as informações e acessos foram organizados a partir de pesquisas sobre os perfis dos próprios usuários deste portal: os magistrados e servidores do Poder Judiciário Acreano.

Cada um desses usuários, assim como os temas mais acessados, passaram a ter uma área específica no novo portal, com a reunião organizada de todos os conteúdos de seu interesse em um mesmo espaço.

Com a revitalização, o objetivo foi tornar o site mais atraente e fácil de navegar, além de contribuir para a atualização e produção de conteúdos cada vez mais relevantes e interessantes para nosso público interno.

O Grupo de Trabalho responsável pela remodelação dos portais de Intranet e Internet do Poder Judiciário foi constituído pela Portaria-Presidência nº 784, de 7 de maio de 2012, e é composto por membros das equipes da Diretoria de Tecnologia da Informação e da Assessoria de Comunicação Social do TJAC.

6 . Logomarca e Manual de Identidade Visual

De acordo com as disposições do Projeto de Padronização da Comunicação Visual do Poder Judiciário, norteador pelo Planejamento Estratégico 2010-2014, o Conselho de Administração do Tribunal de Justiça aprovou em novembro de 2012 o Manual de Identidade Visual do Poder Judiciário e a respectiva logomarca, que passou a ser a nova marca institucional.

O processo de elaboração desse Manual de Identidade Visual durou cerca de seis meses, com o envolvimento das equipes técnicas da Diretoria Geral e Assessoria de Comunicação Social do Tribunal de Justiça, coordenação do juiz auxiliar da Presidência, Laudivon Nogueira, e execução da empresa MX Design.

O propósito do trabalho foi a criação de uma identidade visual própria e uniforme, que consolide não apenas a imagem institucional do Poder Judiciário Acreano, como também o reforço da credibilidade da instituição junto à sociedade.

A adoção de símbolos de identidade visual pelos órgãos do Poder Judiciário têm a finalidade de facilitar ao cidadão a distinção entre os demais poderes do Estado do Acre, distinguindo, assim, a entidade que lhe presta serviço.

A Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul, complexo que reúne em um mesmo local todos os serviços da Justiça na segunda maior comarca do Estado, assim, como os portais de Intranet e Internet do Poder Judiciário foram os primeiros pontos de divulgação da logomarca do Poder Judiciário, que paulatinamente será adotada por todas as unidades físicas, veículos e peças de comunicação em geral da Justiça Acreana.

1.2. Fortalecer as relações com os demais Poderes, Instituições e Setores.

A criação de valor se dá através do processo sinérgico de parcerias estratégicas, que definem o sucesso das relações dos diversos setores da sociedade e órgãos de classe com o TJAC.

Resultado do cumprimento desse objetivo estratégico: 125%

As metas 6 e 7, estabelecidas no planejamento estratégico, orientaram as ações das unidades para cumprimento desse objetivo estratégico. Seguem as ações desenvolvidas, bem como os resultados obtidos com as metas.

1.2.1 Meta 6 - Manter em 100% o índice de parcerias estratégicas.

Esta meta tem como objetivo avaliar o grau de eficiência das parcerias firmadas. Hoje, com a visão estratégica, o TJAC, antes da celebração de alguma parceria, faz uma análise para entender se tal parceria está relacionada a algum objetivo estratégico para poder celebrar. Sendo assim, o desafio é justamente evitar parcerias que não sejam estratégicas, como também ampliar o leque de parcerias para não focar somente não só nas questões de responsabilidade social.

Resultado:

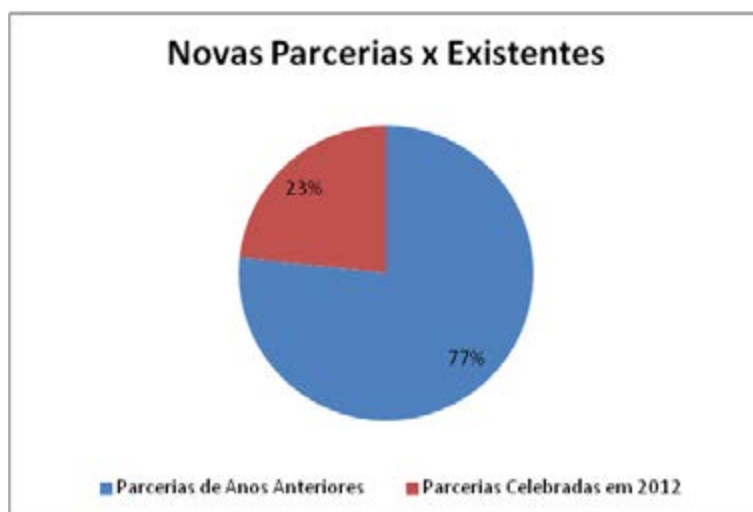
Como o papel das parcerias tem sido fundamental para as ações do judiciário, ampliando sua capacidade de atuação para uma melhor prestação de serviços judiciais e sociais à sociedade, a meta foi 100% cumprida. **Meta cumprida.**

Ações desenvolvidas:

1. Parcerias estratégicas:

Atualmente, o Tribunal de Justiça possui 103 parcerias com outras instituições e poderes, as quais proporcionam maior proximidade com as demais entidades e benefícios mútuos. Essas parcerias são de diversas espécies, a saber: Convênios, Termos de Cooperação Técnica, Termos de Cessão, Termos de Adesão e Termos de Doação. Do total de parcerias, 79 são de exercícios anteriores e 24 são concernentes a 2012, totalizando 103 parcerias vigentes, o que pode ser ilustrado percentualmente pelo gráfico abaixo.

Gráfico 4: Novas parcerias X parcerias existentes



Fonte: Diretoria de Planejamento e Orçamento

Gráfico 5: Novas parcerias em 2012



Fonte: Diretoria de Planejamento e Orçamento

Gráfico 6: Parcerias existentes de anos anteriores X encerradas



Fonte: Diretoria de Planejamento e Orçamento

2. Estreitar as relações entre os poderes.

2.1. Programa Justiça Comunitária: TJAC e Prefeitura de Rio Branco renovam convênio

De acordo com o Convênio nº 013/2012, a continuidade das ações do Programa Justiça Comunitária em Rio Branco se dará em núcleos a serem instalados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) nos bairros Calafate, Paz, Santa Inês, Triângulo Velho e Vitória.

O objetivo é proporcionar às pessoas a educação para o Direito, mediação comunitária de conflitos e o fortalecimento das redes sociais nas comunidades carentes em que o programa atua.

Para tanto, a Prefeitura destinará um valor de R\$ 50 mil, que serão utilizados para pagamento dos agentes comunitários contratados. A vigência do convênio será até o dia 30 de junho de 2013.

Ação pioneira

Em dezembro de 2011, o Tribunal de Justiça do Acre e a Prefeitura de Rio Branco celebraram cinco anos do convênio pioneiro que viabilizou as atividades e ações do Programa Justiça Comunitária

na Capital. Nesse período, o relatório técnico do TJAC informa que o Programa atingiu a marca de quase 4 mil atendimentos na cidade.

“É válido ressaltarmos que a Prefeitura de Rio Branco é a única no Brasil a manter um convênio dessa natureza e com esse objetivo, visando à promoção de resolução de conflitos na comunidade e compromissado com a preservação da paz social”, disse a desembargadora Eva Evangelista.

O Programa Justiça Comunitária é desenvolvido pelo Tribunal de Justiça Acreano na cidade de Rio Branco desde 2002, inicialmente em convênio com o Ministério da Justiça.

Em 2006 ele passou a ser executado em parceria com a Prefeitura de Rio Branco, com atendimento em 35 bairros carentes, divididos em 6 regionais.

Os agentes comunitários de justiça e cidadania trabalham diariamente nesses bairros, atuando na resolução de pequenos conflitos, de maneira rápida e amistosa, por meio da mediação e conciliação.

No ano de 2009, pela primeira vez, o mesmo trabalho realizado com sucesso na Capital começou a ser colocado em prática em outros dois municípios do Estado – Capixaba e Eptaciolândia -, onde se realizou uma experiência piloto para orientar a expansão do programa para todo o Estado do Acre.

Foto 3: Assinatura do convênio entre o TJAC e a Prefeitura Municipal de Rio Branco



Fonte: ASCOM

Os desembargadores Adair Longuini, Eva Evangelista, Roberto Barros e Cezarinete Angelim estiveram presentes no encontro, em que foi celebrada a assinatura do documento. O prefeito da Capital (em exercício), vereador Ricardo Araújo, e a secretária municipal de Cidadania e Assistência Social, Estefânia Pontes, representaram o Executivo Municipal.

2.2. Instituições se reuniram para discutir possível integração de algumas atividades que garantam aos cidadãos menor burocracia na solução de conflitos.

A Juíza Mirla Cutrim recebeu membros da Defensoria Pública do Estado do Acre para discutir parcerias sobre o Centro de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUS) da Comarca de Rio Branco. O encontro ocorreu no Fórum da Avenida Ceará, onde funciona o Centro, no dia 17 de fevereiro de 2012.

“Agradecemos aos senhores por esta visita que, esperamos, resulte em uma cooperação institucional. Como identificamos que a Defensoria também trabalha constantemente com a política de conciliação, pensamos que poderemos discutir idéias e propostas conjuntas”, disse a magistrada, que responde pelo CEJUS, logo no início da reunião.

O Centro é responsável pela realização de sessões de conciliação e de mediação pré-processuais e processuais a cargo de conciliadores e mediadores, bem como pelo atendimento e orientação ao cidadão.

Foto 4: Parceria estratégica do CEJUS



Fonte: ASCOM

Já a Defensora Luiza Horta declarou que é preciso estudar a melhor forma de a Defensoria contribuir para que o trabalho seja integrado. “Já temos esse processo de conciliação instalado na defensoria. É uma prática comum de acordos bastante utilizada e nós estamos estabelecendo nessa reunião o primeiro contato, mas ainda não temos nada formalizado. Estamos levando o material apresentado para analisarmos a lei e ver a possibilidade dessa parceria, para que possamos montar algo concreto”, afirmou.

Ela recebeu das mãos da juíza um documento com a Resolução 125 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e outros documentos que tratam sobre a criação e funcionamento do CEJUS.

Luíza Horta disse ainda que a ideia inicial é que ao procurarem a Defensoria para tentar resolver um litígio, as pessoas possam ter os pleitos homologados no Centro de Conciliação, sem burocracia, o que possibilitaria uma resposta mais rápida aos cidadãos.

Atualmente, quando a Defensoria não consegue fazer o acordo, o conflito é encaminhado à Justiça, sobretudo nas Varas Cíveis e de Família.

Com o Centro, há a possibilidade de que se trabalhe nesse acordo antes mesmo da homologação judicial, sem a necessidade de se mandar as demandas para as varas. Ou seja, o acordo poderia ser feito na Defensoria e a homologação no CEJUS.

Ao final do encontro, a magistrada apresentou aos defensores as instalações do espaço. Outras reuniões deverão acontecer para formalizar as possíveis parcerias.

CEJUS

O grande desafio do CEJUS tem sido o de assegurar maior rapidez às pendências judiciais, com a promoção de uma cultura de solução consensual e pacífica dos conflitos, contribuindo para uma maior aproximação entre o Judiciário e o cidadão.

A instalação da unidade atende à determinação contida na Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário.

2.3. TJAC investe em parcerias para capacitação técnica de seus servidores

O Termo de Cooperação Técnica nº 04/2012, firmado entre o Tribunal de Justiça e a empresa Treide Apoio Empresarial, em abril de 2012, assegurou vagas para os servidores do Judiciário acreano nos cursos de capacitação da empresa no Acre.

De acordo com a cooperação, o Tribunal de Justiça disponibiliza suas dependências para a realização dos cursos de capacitação desenvolvidos pela Treide, além de fornecer, entre outros, suporte logístico de equipamentos e servidores. Em contrapartida, a cada dez inscrições pagas, o TJAC tem direito a uma vaga específica para seus servidores, assegurando-se um mínimo de três vagas em cada turma.

Dessa forma, além de apoiar a realização de cursos de capacitação no Estado, o Tribunal do Acre também garante a capacitação contínua de seus servidores, que têm acesso garantido aos cursos oferecidos.

Foto 5: Curso de Planejamento e Gestão de Material, Almojarifado e Patrimônio Público



Fonte: ASCOM

Desde o início da parceria, o TJAC já ofereceu 19 vagas para seus servidores nos cursos de “Planejamento e Gestão de Material, Almoxarifado e Patrimônio Público”, “Integrado de Execução Orçamentária e Financeira na Administração Pública”, “Formação e Aperfeiçoamento de Operadores do Sistema de Registro de Preços – SRP” e “Pregão Presencial e Eletrônico (Formação e Atualização de Leiloeiros)”, ministrados durante o último mês de julho.

O termo de cooperação técnica não gera ônus para o TJAC e tem validade até o mês de abril de 2013, podendo ser prorrogado até o prazo limite de 60 meses. A Diretoria de Recursos Humanos e o Centro de Capacitação dos Servidores do Poder Judiciário são os responsáveis pelo gerenciamento dessa cooperação técnica.

A empresa Treide

A Treide é uma empresa de treinamento e desenvolvimento de recursos humanos, com sede em Belém (PA) e filial em Manaus (AM), fundada em 1994.

Ela disponibiliza cursos e seminários de reconhecida qualidade, com eventos abertos nas regiões Norte e Nordeste e turmas fechadas em todo o Brasil.

A empresa conta com uma gabaritada equipe de consultores, palestrantes e instrutores. Os especialistas são selecionados entre os melhores profissionais do mercado, nos principais centros do País.

Os eventos da Treide consistem em treinamentos rigorosamente atualizados, apoiados por uma estrutura de atendimento, de recursos instrucionais e de material didático.

Ao longo de mais de 14 anos de atividades, a empresa contabiliza a realização de mais de 1.000 eventos, envolvendo cerca de 40.000 participantes.

2.4. Corte de Justiça Acreana recebe ministra Eliana Calmon

Corregedora nacional de Justiça foi recebida pelos membros do TJAC. Ainda no aeroporto, Eliana Calmon foi recebida pelos desembargadores Adair Longuini e Samoel Evangelista, presidente e vice-presidente, respectivamente.

Foto 6: Chegada da Ministra Eliana Calmon em Rio Branco



Fonte: ASCOM

Em seguida, eles se deslocaram até a sede do Tribunal, onde os demais membros da Corte de Justiça Acreana aguardavam a ministra.

Foto 7: Recepção da Ministra Eliana Calmon na sede do TJAC



Fonte: ASCOM

Ela foi ciceroneada por diversas outras autoridades, dentre as quais o presidente da Associação dos Magistrados do Acre (Asmac), em exercício, Raimundo Nonato. Outros juízes e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Acre (OAB/AC), Florindo Poersch, também prestigiaram a ministra.

Na conversa com os desembargadores do TJAC, ela falou sobre o papel da Corregedoria Nacional de Justiça. “Só queremos ajudar os tribunais e garantir aos jurisdicionados os seus direitos de modo rápido, honesto e eficiente”, afirmou.

O desembargador Samoel Evangelista apresentou à ministra a situação dos Precatórios no âmbito do Estado do Acre. Ele destacou o fato de o Tribunal ter instituído o Núcleo de Processamento e Gestão de Precatórios (NPGP) para esse fim.

O vice-presidente do Tribunal assinalou também que, para garantir total transparência, o portal do TJAC na internet possui uma seção dedicada ao tema dos precatórios, que divulga todos os atos, a legislação, a lista cronológica e a lista de pagamento preferencial, assim como o formulário de requerimento de preferência.

Audiência

Após os cumprimentos oficiais, Eliana Calmon participou, por meio de videoconferência, da abertura oficial do trabalho de inspeção nas Justiças comum e militar de Minas Gerais. Ela elogiou a presteza com que o Tribunal providenciou os recursos tecnológicos. “É muita modernidade”, disse a ministra. Outros assuntos também foram tratados entre Eliana Calmon e as autoridades.

Foto 8: Abertura oficial do trabalho de inspeção nas Justiças comum e militar de Minas Gerais por Vídeo conferência na sede do TJAC



Fonte: ASCOM

Disposição

Mesmo com uma agenda resumida, a corregedora foi atenciosa com todos. Quando desceu do avião, foi reconhecida por muitos passageiros, que a cumprimentaram.

Apesar de ocupar um dos mais importantes e prestigiados cargos no âmbito da magistratura nacional, demonstrou simplicidade e disposição ao dar atenção a todos.

Agenda

Pela primeira vez no Acre, a ministra palestrou, às 19h, na sede da OAB/AC, sobre o tema “Justiça e Precatórios”. Antes do evento, às 18h30, concedeu entrevista coletiva à imprensa.

2.5. TJAC e Governo do Estado discutem uniformização do Sinase

O objetivo do encontro é discutir a implementação do sistema, mobilizando todos os setores envolvidos no processo, na tentativa de construir um alinhamento conceitual e operacional dos trabalhos realizados pelas instituições envolvidas.

Uniformizar o entendimento sobre a Lei nº 12.594/2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Foi com esse intuito que o Tribunal de Justiça e o Governo do Estado, através do Instituto Socioeducativo (ISE), se reuniram no Palácio da Justiça.

Coube ao desembargador-presidente, Adair Longuini, conduzir a abertura do evento, prestigiado por procuradores, juízes (da Capital e do interior), promotores, defensores públicos, advogados, psicólogos, assistentes sociais e pedagogos. O diretor do Instituto Socioeducativo, Henrique Corinto, também compareceu à atividade.

“Este encontro é necessário, pois essa Lei traz inovações que precisam ser discutidas e implementadas o quanto antes. E isso tem de ser feito de forma sincronizada pelas instituições e entes públicos. O volume de infratores e, não menos grave, de reincidência desses adolescentes no mundo do crime, só tem aumentado. Se por um lado a sociedade precisa estar mais engajada, por

outro precisamos dar as mãos e unir forças para enfrentar esse problema”, alertou Adair Longuini ao dar início à reunião de trabalho.

O desembargador ainda alertou sobre a situação de alguns municípios do Acre, que têm surpreendido negativamente, em virtude da escalada da violência. “Soubemos recentemente que em Sena Madureira há até a ação de gangues formadas por adolescentes infratores, algo inédito e muito preocupante”, completou Adair Longuini.

Henrique Corinto agradeceu ao Tribunal pela parceria e destacou o papel do Sinase. “A Lei cria novos desafios e também revela o tamanho dos nossos problemas. Precisamos discutir pontos divergentes e convergentes e alinhar nossos propósitos, a fim que venhamos executar todas as medidas necessárias para tornar o Sinase algo prático”, explicou o diretor do ISE.

Ele também conduziu a primeira palestra do dia: o painel “O panorama acreano e os desafios da implementação do Sinase”.

Foto 9: Encontro par discussão da uniformização do SINASE



Fonte: ASCOM

Titulares das 1ª e 2ª Varas da Infância e da Juventude, os juízes Romário Divino e Rogéria Epaminondas participaram do encontro. “Estamos aqui para discutir de que forma o Judiciário será daqui para frente. Devemos considerar não apenas o aspecto punitivo, mas principalmente de que modo esses adolescentes poderão ser reinseridos na sociedade de maneira integral”, considerou Romário Divino.

Programação

No período da tarde, mais dois painéis compuseram a programação. “Inovações da Lei Federal nº 12.594/2012”, ministrado pelo promotor de Justiça Francisco Maia, e “Implicações Práticas do Sinase”, sob a condução da juíza Rogéria Epaminondas. Depois das palestras, foram realizados debates sobre os temas, com a participação de todos os envolvidos no encontro.

Foto 10: Encontro par discussão da uniformização do SINASE



Fonte: ASCOM

O que é o Sinase?

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) foi instituído pela Lei 12.594/12. A norma estabelece novos parâmetros para a política de atendimento aos adolescentes em conflito com a lei no País, regulamentando a execução de medidas socioeducativas que hoje variam de Estado para Estado, dependendo do entendimento dos tribunais.

Com a criação do Sinase, os procedimentos serão os mesmos em todo o Brasil, uma vez que o Sistema define a competência de cada ente federativo quanto às políticas públicas voltadas ao atendimento socioeducativo, cabendo à União apoiar com recursos financeiros a execução de programas e serviços.

Inovações do Sistema

A norma esclarece e uniformiza entendimentos e procedimentos judiciais e estabelece que medidas mais rigorosas, como a internação, devem absorver todas outras medidas aplicadas anteriormente. Por exemplo, se um adolescente cumpria uma medida de semiliberdade e foi sentenciado a uma internação, com o cumprimento da internação não há mais que se falar em cumprimento das medidas anteriores.

Esse era um ponto sobre o qual pairavam dúvidas, sendo que em alguns estados brasileiros, dependendo do entendimento dos tribunais, menores em situação de conflito com a lei precisavam cumprir medidas anteriores, mais brandas, após período de internação.

O Sinase estabelece ainda regras para a construção de novos centros de internação e para a atuação dos profissionais que trabalham com os menores infratores, inclusive com relação ao tratamento dispensado aos internos: jovens com dependência química, por exemplo, devem receber tratamento nas próprias unidades, onde também devem ter garantidos acesso a educação de qualidade e capacitação profissional.

Outra inovação do sistema é que, caso seja comprovadamente casado ou conviva em união estável, o interno também terá garantido o direito a visitas íntimas, que só serão permitidas mediante uma autorização do juiz responsável pelo acompanhamento da sentença.

2.6. Técnicos do Tribunal de Tocantins conhecem trabalho de gestão estratégica do Tribunal Acreano

O Tribunal de Justiça do Acre recebeu entre os dias 18 e 22 de junho a visita de três técnicos do Tribunal de Justiça de Tocantins, que vieram conhecer de perto a experiência do TJAC em gestão estratégica.

Os servidores Neilimar Figueiredo e Leonardo Leal, ambos assessores de projetos, e Maria das Graças Dias, assessora de estatística do TJTO, foram recebidos pelo juiz auxiliar da Presidência, Laudivon Nogueira, e pela equipe do Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica do TJAC.

Foto 11: Visita técnica dos servidores do Tribunal de Justiça do Tocantins



Fonte: ASCOM

Durante as reuniões e encontros ao longo da semana, as equipes acreana e tocantinense compartilharam informações sobre o Planejamento Estratégico das duas instituições, a elaboração de projetos e, principalmente, discutiram as ferramentas empregadas para acompanhamento e controle de execução das ações estratégicas.

No TJAC, os técnicos do Tribunal de Tocantins conheceram o sistema GP-Web, software livre que vem sendo utilizado pelo Judiciário acreano como ferramenta de gestão estratégica, especialmente no gerenciamento de projetos, tramitação interna de mensagens e documentos eletrônicos.

Por sua vez, a equipe do TJTO compartilhou com o TJAC a boa experiência com o sistema de Gestão Eletrônica de Documentos Processuais (Gedpro), ferramenta tecnológica produzida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, recentemente cedida ao Tribunal de Justiça do Tocantins, com a finalidade de auxiliar na elaboração de documentos judiciais.

Foto 12: Visita técnica dos servidores do Tribunal de Justiça do Tocantins



Fonte: ASCOM

Questionados sobre a escolha do Tribunal Acreano, dentre tantos outros, para realizar essa visita técnica, os servidores do TJTO afirmaram que o TJAC, apesar de novo e menor em relação a outros TJ's, possui um trabalho eficiente na área de planejamento e gestão estratégica, assim como realiza uma boa divulgação dos seus resultados.

2.7. TJAC e Secretaria de Segurança assinam termo de cooperação para capacitação de magistrados e servidores

O Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) e a Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP) celebraram no dia 13 de agosto o Termo de Cooperação Técnica nº 06/2012, que visa à realização de cursos de capacitação destinados a magistrados e servidores do Judiciário.

Foto 13: Assinatura do convênio para capacitação de magistrados e servidores



Fonte: ASCOM

O documento foi assinado pelo desembargador-presidente Adair Longuini, e pelo secretário de Segurança Ildor Graebner. O diretor de planejamento do Tribunal, Idalécio Galvão, e o assessor-chefe militar, Michel Casagrande, também participaram do encontro.

Pelo que foi acordado entre as partes, competirá ao TJAC custear o pagamento das horas aulas aos instrutores dos cursos, cujo foco é o treinamento e aperfeiçoamento no âmbito do Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP).

Ao Tribunal caberá também fornecer os materiais e equipamentos que serão utilizados nos cursos. Por outro lado, competirá à SESP disponibilizar toda a infra-estrutura acadêmica, física, administrativa e de recursos humanos do Centro de Ensino e Pesquisa em Segurança Pública Francisco Mangabeira (Cieps).

A Secretaria deverá planejar e executar todos os cursos na área de segurança solicitados pela Assessoria Militar do Tribunal. A SESP deverá providenciar, ainda, o certificado de conclusão dos cursos que forem realizados por magistrados e servidores.

A cooperação terá vigência de dois anos, a contar da data de assinatura, podendo ser prorrogado por igual período.

Malote Digital

Na mesma reunião de trabalho foi renovado pelas partes o Termo de Cooperação Técnica nº 06/2011, assinado no ano passado. O documento visa à troca de correspondências eletrônicas oficiais por meio do sistema Malote Digital.

Com a assinatura da cooperação, o Tribunal de Justiça já vem disponibilizando à Secretaria de Segurança acesso ao Malote Digital, por meio do seu portal eletrônico oficial (<http://www.tjac.jus.br>).

O Malote Digital é um sistema desenvolvido com a finalidade de possibilitar comunicações recíprocas, oficiais e de mero expediente. Originalmente chamado “Hermes”, foi desenvolvido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN) para uso interno.

2.8. Programa Começar de Novo: TJAC e VEPMA promovem formatura de 28 reeducandos em cursos profissionalizantes

O Tribunal de Justiça do Acre e a Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas (VEPMA) promoveram a cerimônia de formatura de 28 reeducandos, que participaram no primeiro semestre deste ano de cursos profissionalizantes de cabeleireiro e de garçom.

Foto 14: Cursos profissionalizantes de cabeleireiro e de garçom aos reeducandos



Fonte: VEPMA

Durante o evento também foi conferido ao TJAC e aos parceiros o selo do Projeto Começar de Novo, chancela atribuída pelo Conselho Nacional de Justiça às instituições que trabalham em prol da ressocialização de detentos e egressos do sistema prisional no mercado de trabalho. O Tribunal do Acre é primeiro da Região Norte a receber esse selo do CNJ.

A cerimônia aconteceu no Teatro Plácido de Castro, com a participação de autoridades do Judiciário, do Sistema de Justiça, e dos formandos, juntamente com seus familiares. O Coral Redenção, composto por reeducandos e mantido pela VEPMA, fará uma apresentação especial durante o evento.

Foto 15: Cursos profissionalizantes de cabeleireiro e de garçom aos reeducandos.



Fonte: VEPMA

Idealizado pelo CNJ, no Acre o Programa Começar de Novo é coordenado pela juíza de Direito Maha Manasfi, titular da VEPMA da Comarca de Rio Branco. Por meio da sensibilização de órgãos públicos e privados e da sociedade civil em geral para a abertura de postos de trabalho e qualificação profissional para reeducandos, o programa busca promover a cidadania e, por consequência, reduzir a reincidência de crimes.

No total, 28 reeducandos receberam os certificados de conclusão dos cursos profissionalizantes, sendo 9 do curso de garçom, 13 do curso de cabeleireiro e 6 do curso de auxiliar de cabeleireiro. Com a qualificação recebida durante o processo de aprendizagem, eles estão aptos a ingressar no mercado de trabalho.

Selo Começar de Novo

Figura 5: Selo Começar de Novo



Fonte: ASCOM

O selo foi instituído pelo CNJ por meio da Portaria nº 49, de 30 de março de 2010, e estabeleceu requisitos para outorga às instituições que apoiam essa ideia. Para receber o selo, as instituições devem ofertar cursos de capacitação ou vagas de trabalho para presos, egressos, cumpridores de penas e medidas alternativas, bem como para adolescentes em conflito com a lei, além de comprovar a realização de cursos ou contratação dessa força de trabalho.

2.9. Cidade da Justiça de Rio Branco: presidente Adair Longuini e governador Tião Viana visitam obra

O desembargador-presidente, Adair Longuini, e o governador do Estado, Tião Viana, visitaram no dia 06 as obras da Cidade da Justiça de Rio Branco. Eles percorreram toda a estrutura da construção do primeiro bloco do complexo arquitetônico – que irá abrigar o Fórum Criminal.

Foto 16: Visita a obra da Cidade da Justiça pelo Presidente do TJC e pelo Governador do Estado.



Fonte: ASCOM

Imagem 5: Imagem da Cidade da Justiça



Fonte: Tecnologias Engenharia e Construções LTDA

“Aqui funcionará toda a área criminal existente hoje em Rio Branco e também os tribunais do júri. É uma obra com mais de cinco mil metros quadrados e sua execução está dentro do cronograma. Os recursos são provenientes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio do Governo do Estado”, explicou Adair Longuini.

O presidente do Tribunal de Justiça Acreano destacou também que o complexo permitirá a reunião dos serviços judiciais em um mesmo espaço físico. “Atualmente nossas unidades judiciárias criminais estão espalhadas em vários pontos da cidade. Aqui os cidadãos terão acesso facilitado ao Judiciário, com uma estrutura integrada, mais ampla, moderna e eficiente”, considerou Longuini.

Foto 17: Visita a obra da Cidade da Justiça pelo Presidente do TJC e pelo Governador do Estado.



Fonte: ASCOM

Orçado em R\$ 9.871.229,60, esse primeiro bloco possuirá 5.070 m² de área construída. Composto de cinco pavimentos, ele abrigará as 11 unidades criminais da Comarca de Rio Branco e aloca cerca de 150 funcionários públicos, entre servidores e magistrados.

Imagem 6: Imagem aérea da área da Cidade da Justiça de Rio Branco



Fonte: ASCOM

Tião Viana parabenizou Adair Longuini pelo projeto e disse que a obra irá determinar o ordenamento funcional do TJAC. “Parabéns Longuini por esta obra. Aqui tem a porta de entrada e a porta de saída para os usuários da Justiça do Acre. Esta é uma grande obra que ajuda muito o funcionamento do Tribunal, ajuda o cidadão que recorre à Justiça. Ganha o Governo e ganha a sociedade. O Governo está muito alegre em ver isto e o que me anima mais ainda é que em janeiro nós vamos estar aqui prestigiando a inauguração deste primeiro módulo de um total de seis”, ressaltou Tião Viana.

O juiz Marcelo Carvalho, presidente da Associação dos Magistrados do Acre (Asmac), entre outros magistrados, acompanhou a visita. Também acompanharam a visita os proprietários da empresa Ipê Empreendimentos Imobiliários, José Eduardo e Frederico Moura Leite.

A Cidade da Justiça está sendo erguida em uma área de terra de 60 mil metros quadrados, doada pela empresa Ipê ao Governo do Estado e afetada ao Poder Judiciário. Ela está localizado na Avenida Paulo de Lemos Moura Leite, Bairro Portal da Amazônia III, nas proximidades do Hospital das Clínicas (antiga Fundhacre).

2.10. Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul: TJAC e Justiça Federal firmam parceria para atuação no Juruá

O Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) e a Justiça Federal (JF) firmaram um termo de cessão para compartilhamento de espaço físico na Cidade de Justiça de Cruzeiro do Sul.

O documento foi assinado pelo desembargador-presidente, Adair Longuini, e pelo juiz federal Régis Araújo, diretor do foro em exercício da seção judiciária da JF no Acre. O juiz-auxiliar da presidência do Tribunal, Laudivon Nogueira, e outros juízes federais prestigiaram o ato.

Foto 18: Termo de cessão entre TJAC e Justiça Federal



Fonte: ASCOM

“Estamos sempre abertos a esse tipo de parceria que promova um fortalecimento de nossas instituições em nosso Estado e que permita aos cidadãos um maior acesso à Justiça”, ressaltou Adair Longuini.

Já o juiz federal Régis Araújo se disse agradecido pelo apoio do Tribunal e considerou a iniciativa “um grande esforço e dedicação para que as justiças estadual e federal se aproximem”.

Foto 18: Termo de cessão entre TJAC e Justiça Federal



Fonte: ASCOM

Termo de cessão

De acordo com o termo, o TJAC cedeu um espaço para que seja instalada uma subseção da Justiça Federal de primeira instância na Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul.

A área, que mede 743,27m², foi disponibilizada sem nenhum ônus para a Justiça Federal.

Por outro lado, caberá à JF arcar com os custos relativos aos materiais de consumo e despesas como energia elétrica, taxa municipal de limpeza urbana do espaço etc.

Recomendação

A iniciativa do TJAC atende a recomendação nº 28, de 16 de dezembro de 2009, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O documento recomenda a implantação do Projeto Justiça Integrada, baseado na necessidade de os tribunais promoverem entre si ações com vistas à integração de suas estruturas.

O texto também orienta a administração dos tribunais na perspectiva de compartilharem com outras instituições, incluindo a Justiça Federal, recursos humanos e materiais, equipamentos e ferramentas tecnológicas. Segundo o CNJ, o auxílio mútuo irá otimizar as despesas e melhorar a prestação dos serviços judiciais aos cidadãos.

Cidade da Justiça

O projeto da Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul é uma construção conjunta do Judiciário e Executivo Estadual. Ao passo que o Governo adquiriu e destinou o imóvel onde funcionava o antigo Instituto de Educação e Ciências e Tecnologia do Vale do Juruá (Ieval) para a implantação concentrada dos serviços judiciais da comarca, o Tribunal de Justiça repassou quatro imóveis – dos quais dois estão situados em Rio Branco e dois em Cruzeiro do Sul –, ao Executivo Estadual.

De semelhante modo ao projeto da Cidade da Justiça em Rio Branco, em Cruzeiro do Sul o objetivo primordial é a reunião em um só local de todos os serviços judiciais da comarca, o que garantirá economia de recursos com logística administrativa e pagamento de aluguéis, bem como vai assegurar maior acessibilidade e comodidade aos magistrados, servidores e cidadãos que buscam a Justiça.

A entrega das instalações da Cidade de Justiça de Cruzeiro do Sul se deu no dia oito de dezembro, no endereço: BR-307, Km-09, nº 4090 – Bairro Boca da Alemanha Cruzeiro do Sul – AC (antiga Ival).

2.11. Programa Justiça Comunitária: TJAC inicia a execução de novo convênio e homenageia prefeito de Rio Branco

O Tribunal de Justiça do Acre e o Programa Justiça Comunitária promoveram solenidade no dia 21 de dezembro para marcar o encerramento da capacitação dos novos Agentes de Justiça Comunitária e o consequente início da execução do Convênio nº 013/2012/PMRB/SEMCAS/TJAC, a ser desenvolvido nos próximos 11 meses, na cidade de Rio Branco.

Foto 19: Novo convênio entre TJAC e Prefeitura Municipal de Rio Branco



Fonte: ASCOM

Celebrado entre o TJAC e a Prefeitura da Capital, por meio da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social (Semcas), em julho de 2012, cinco bairros selecionados pelo critério de vulnerabilidade social irão receber as ações do Justiça Comunitária: Calafate, Santa Inês, Triângulo Velho, Bairro da Paz e Vitória.

Foto 20: Novo convênio entre TJAC e Prefeitura Municipal de Rio Branco



Fonte: ASCOM

Em reconhecimento ao apoio recebido de Raimundo Angelim, que desde 2006, de modo pioneiro, viabiliza a execução financeira do programa na Capital, o TJAC aproveitou a ocasião para prestar homenagem ao prefeito. Atualmente, a Prefeitura de Rio Branco é a única no Brasil a desenvolver programa de Justiça Comunitária.

O evento foi conduzido pelos desembargadores Adair Longuini, presidente do TJAC, e Eva Evangelista, coordenadora do Justiça Comunitária, e contou com a presença do juiz responsável pela execução do programa, Giordane Dourado; da secretaria de Cidadania Assistência Social, Estefânia Pontes; do pastor Agostinho Gonçalves, e do homenageado, Raimundo Angelim. Assistentes sociais, psicólogos, agentes comunitários e assistentes de coordenação do programa também acompanharam a atividade.

Foto 21: Novo convênio entre TJAC e Prefeitura Municipal de Rio Branco



Fonte: Intranet TJAC

O desembargador-presidente do Tribunal de Justiça destacou que o Programa Justiça Comunitária é uma das principais ações sociais do Poder Judiciário no Estado, cuja experiência de sucesso na Capital tem sido expandida a outros municípios. “A partir dos bons resultados obtidos em Rio Branco, esse é um programa que temos orgulho de levar a outras cidades, visando contribuir para difusão da cultura da mediação e conciliação em nossas comunidades, assegurando à própria comunidade os mecanismos para a construção e conservação da paz social”.

Longuini ressaltou, ainda, a importante contribuição da Prefeitura de Rio Branco nesse processo: “Com o apoio do prefeito Raimundo Angelim, o programa é desenvolvido em Rio Branco em muitos bairros e com grande contingente de profissionais, o que o Poder Judiciário, por suas limitações orçamentárias, não conseguiria arcar sozinho”.

“Por sua sensibilidade social como gestor e como cidadão, que entende e acredita no potencial deste programa para a estruturação e conservação da paz em nossas comunidades, nosso eterno reconhecimento e agradecimento”, declarou a desembargadora Eva Evangelista.

O juiz Giordane Dourado, que responde pela execução do programa, parabenizou Raimundo Angelim por sua dedicação ao tema, destacando o caráter meritório da homenagem do TJAC: “Esta

não é apenas uma homenagem protocolar; trata-se de uma justa homenagem a uma pessoa que se preocupa com as próximas gerações”.

Angelim agradeceu a homenagem e a oportunidade da parceria estabelecida com o Judiciário acreano: “Este é um tribunal que honra a sociedade acreana por seu trabalho desbravador, pioneiro, inovador. Como prefeito, sempre acreditei nos bons resultados dessa parceria séria e de resultados surpreendentes. Por isso, agradeço de coração a oportunidade dessa experiência”.

Programa de capacitação

Após serem aprovados em processo seletivo simplificado, organizado pelo próprio TJAC, os seis novos Agentes de Justiça e Cidadania que irão atuar em Rio Branco participaram de um amplo programa de capacitação, que buscou repassar a eles orientações para o exercício da nova função.

As atividades iniciaram com a realização de visitas técnicas e de integração aos núcleos do programa já existentes nos bairros Sobral e Tancredo Neves.

Em seguida, no período de 3 a 7 de dezembro, eles participaram de uma série de visitas guiadas a instituições e órgãos públicos, entre eles, os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, a Central da Justiça Itinerante, os Fóruns Cíveis e Criminais, a Vara de Violência Doméstica e Familiar, a Defensoria Pública Estadual, o Ministério Público Estadual, o Conselho Tutelar, o INSS e o Procon/AC.

Já no dia 10 de dezembro teve início a terceira fase, referente a aulas-palestras, todas realizadas na Escola Superior da Magistratura do Acre (Esmac). A palestra de abertura foi ministrada pelos magistrados Giordane Dourado e Regina Longuini, com a discussão sobre a organização do Estado brasileiro, as funções e atribuições dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, garantias fundamentais e direitos sociais.

Foto 22: Entrega dos certificados aos de Agentes da Justiça e Cidadania



Fonte: Intranet TJAC

A programação também ofereceu palestras sobre os Juizados Especiais Criminais e os crimes de menor potencial ofensivo; discriminação às crianças, aos adolescentes, à pessoa portadora de doenças graves ou contagiosas e deficiências físicas; tutela, curatela e ausência, investigação de paternidade/maternidade, alimentos, guarda e direito de visitas; delitos de tóxicos e justiça restaurativa; direitos básicos do consumidor; benefícios previdenciários, entre outros temas.

A programação de aulas-palestras foi encerrada no dia 20 de dezembro, com o curso de técnicas de mediação e conciliação, ministrado pela desembargadora Regina Ferrari e pela juíza de Direito Mirla Cutrim. O objetivo do curso foi treinar os novos agentes para utilização dessas técnicas, que propiciam condições para que os conflitos possam ser resolvidos no próprio bairro onde as partes vivem, facilitando a restauração das relações sociais e a conservação da paz na comunidade.

Na solenidade do dia 21, após a homenagem ao prefeito Raimundo Angelim, os novos Agentes de Justiça e Cidadania receberam seus certificados de conclusão da capacitação. Os magistrados, procuradores, promotores, advogados e demais profissionais que atuaram como facilitadores das aulas-palestras também receberam certificados conferidos em parceria pelo TJAC e pela Coordenação do Programa Justiça Comunitária.

Foto 23: Foto oficial do evento da entrega dos certificados aos de Agentes da Justiça e Cidadania



Fonte: Intranet TJAC

2.12. TJAC e Secretaria de Saúde firmam parceria para melhorar atendimento à população

O Tribunal de Justiça do Acre, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Secretaria de Estado de Saúde (Sesacre) celebraram no dia 21 de dezembro o Termo de Cooperação Técnica nº 17/2012, que prevê a disponibilização de subsídios técnicos aos magistrados, promotores e defensores públicos em demandas e procedimentos que tenham como objeto a prestação de serviço público de saúde.

Pelo acordo realizado entre as partes, a Sesacre deverá ceder técnicos da área de saúde, com experiência na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), para auxiliar os magistrados e representantes do MP e da Defensoria Pública em questões que envolvam a prestação de serviço público de saúde.

Foto 24: Parceria entre TJAC e Secretaria de Saúde para melhorar atendimento à população



Fonte: Intranet TJAC

O documento foi assinado pelo desembargador-presidente do TJAC, Adair Longuini; pelo juiz de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública, Anastácio Menezes; pelo representante do Ministério Público, promotor Romeu Cordeiro; pelo defensor público-geral Dion Nóbrega; pelo representante da Justiça Federal no Estado, juiz federal Régis Araújo; pelo procurador-geral do Estado, em exercício, Armando Melo; e pelo secretário adjunto de saúde, médico José Amsterdam.

Foto 25: Parceria entre TJAC e Secretaria de Saúde para melhorar atendimento à população



Fonte: Intranet TJAC

Os técnicos deverão ser dotados de “capacidade de resolução das providências a serem adotadas nos processos judiciais e demais procedimentos” e terão suas despesas pagas pela própria Sesacre. Além disso, eles também deverão prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados.

Ao Tribunal de Justiça caberá a disponibilização e manutenção de um espaço físico adequado para que os técnicos da Sesacre possam realizar suas atividades. O local deverá receber a denominação de Núcleo de Apoio Técnico (NAT).

Também caberá ao TJAC promover a capacitação técnica, por meio do Centro de Capacitação dos Servidores do Poder Judiciário (Cecap) e da Escola Superior da Magistratura do Acre (Esmac), dos técnicos e magistrados quanto ao funcionamento, estrutura e políticas públicas desenvolvidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O TJAC deverá, ainda, permitir aos técnicos da Sesacre manusear os processos judiciais que tenham como objeto a prestação de serviço básico de saúde.

Não haverá transferência de recursos entre os entes participantes. Todas as despesas são decorrentes da Lei Orçamentária Anual (LOA), com previsão no Plano Plurianual (PAA).

A cooperação técnica terá vigência pelo período de 12 meses, prorrogando-se sucessiva e automaticamente até o limite de 60 meses, salvo em caso de manifestação contrária por qualquer uma das partes.

Fórum da Saúde

A iniciativa do TJAC faz parte das recomendações propostas aos tribunais brasileiros pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no âmbito do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde – Fórum da Saúde.

Instituído em agosto de 2010, o Fórum da Saúde trabalha ativamente no monitoramento e resolução das demandas judiciais da saúde e foi instituído pela Resolução nº 107 do CNJ.

Ele é composto por representantes dos Comitês Estaduais da Saúde – formados por juízes e servidores dos tribunais brasileiros –, bem como por representantes do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, secretarias estaduais e municipais de Saúde, além de acadêmicos, especialistas em Direito Sanitário e membros da sociedade civil.

1.2.2. Meta 7 - Aumentar para 29 a quantidade total de parcerias estratégicas .

Essa meta visa fomentar no Poder Judiciário o incremento de parcerias estratégicas com o intuito de cumprimento dos objetivos estratégicos.

Resultado:

A meta estabelecida foi ultrapassada, chegando ao final de 2012 com um total de 103 parcerias formalizadas. Meta cumprida

Ações desenvolvidas:

1. Novas parcerias

Com a intenção de melhorar a prestação jurisdicional, o TJAC canalizou esforços para realizar parcerias que estivessem diretamente ligadas aos objetivos estratégicos, como se observa nos quadros abaixo.

Gráfico 7: Demonstrativo das novas parcerias no ano de 2011.



Fonte: Diretoria de Planejamento e Orçamento

Quadro demonstrativo das novas parcerias firmadas em 2012.

Tabela 2: Tabela das novas parcerias firmadas

Nº	OBJETO	INSTITUIÇÃO	INÍCIO	TÉRMINO	PROCESSO	VALOR	DESEMBOLSO
CONV - 001/2012	O presente Convênio tem por objeto a contratação de mão-de-obra de presos e/ou presas e/ou egressos do Sistema Penitenciário do Estado do Acre, que se encontrem cumprindo pena em regime semiaberto, aberto, livramento condicional, para atuação na área administrativa do Poder Judiciário do Estado do Acre, iniciando com 10 (dez) presos e/ou presas e/ou egressos, podendo este número ser ampliado de acordo com a necessidade, visando proporcionar-lhe uma ocupação saudável e o reingresso na sociedade, em especial no mercado de trabalho.	TJAC e IAPEN	19/01/2012	18/01/2013	0000009-41.2012	106.526,40	101.550,40
CONV - 003/2012	O Presente Convênio tem por objeto, estabelecer as condições relativas à consignação em folha de pagamento de empréstimos bancários, contraídos por magistrados/ servidores/proponentes do CONVENIENTE, nos termos autorizados pela Resolução nº 25/2011 do Conselho de Administração deste Tribunal, publicada no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, no dia 02 de maio de 2011, a qual faz parte integrante do presente Convênio.	TJAC e BANCO SANTANDER S.A.	27/02/2012	27/02/2013	0000016-33.2012.8.01.0000		
TC - 04/2012	Tem como objeto o desenvolvimento de ações conjuntas da TREIDE e do TJAC, com vistas a realizar treinamentos da TREIDE nas dependências do TJAC em Rio Branco tendo, este, como contrapartida, a título de permuta, inscrições nos treinamentos programados.	TJAC e TREIDE	25/04/2012	25/04/2013	0000125-47.2012		
TC - 1/2012	Tem como objeto o compartilhamento do espaço físico e equipamentos que guarnecem o gabinete odontológico do TJAC, para o atendimento dos servidores do TRE/AC e seus dependentes.	TJAC e TRE/AC	26/04/2012	26/04/2013	0000639-97.2012		
TC - 008/2012	Tem como objeto a conjugação de esforços para a integração dos sistemas de processos digitais do Tribunal de Justiça e da Procuradoria Geral do Município, vinculados à plataforma SAJ - Sistema de Automação da Justiça, bem como a racionalização e a redução de custos na tramitação de processos em que seja parte o Estado do Acre, além do compartilhamento na utilização do Sistema de Malote Digital, visando o fluxo eletrônico de documentos oficiais.	TJAC e PGM	24/05/2012	23/05/2013	0000499-63.2012		

CONV - 009/2012	O presente Convênio tem por objeto estabelecer as condições relativas à consignação em folha de pagamento de empréstimo bancários, contraídos por magistrados/servidores proponentes do CONVENIENTE, nos termos autorizados pela Resolução Nº 25/2011, do Conselho de Administração deste Tribunal, publicada no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, no dia 02 de maio de 2011, a qual faz parte integrante do presente Convênio.	TJAC e BANCO CRUZEIRO DO SUL	21/06/2012	20/06/2013	0000213-85.2012		
TC - 16/2012	Tem como objeto o encaminhamento de homens autores de violência doméstica para atendimento no Serviço de Educação e Responsabilização para Homens Autores de Violência Doméstica – SER HOMEM, desenvolvido pela SEJUDH, através do Convênio SICONV nº 759430/2011 com o Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN/MJ, no intuito de educar e responsabilizar, proporcionar a reflexão e posteriormente a mudança de comportamento do homem autor de violência doméstica.	TJAC e SEJUDH	17/12/2012	16/07/2013	0002169-39.2012		
CONV - S/NR/2012	O objeto do presente Termo é a parceria para capacitação conjunta de servidores com ênfase em excelência no atendimento ao cidadão nos municípios de Cruzeiro do Sul, Tarauacá, Feijó, Senador Guionard e Brasília.	TJAC e MPAC	25/09/2012	24/09/2013	0001565-78.2012		
CONV - 008/2012	Tem como objeto propiciar aos servidores e colaboradores (juizes leigos e conciliadores) do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, as vantagens aqui apresentadas, mediante as condições estabelecidas neste acordo.	TJAC e AFA GOURMET	22/11/2012	21/11/2013	0000763-80.2012		
AC - 15/2012	O presente Acordo tem por objeto o uso institucionalizado do Peticionamento Eletrônico disponível no Portal de Serviços do Sistema de Automação do Judiciário (Portal e-SAJ), destinado à prática de atos processuais que dependam de petição escrita para o Poder Judiciário do Estado do Acre, por meio da tecnologia “WebService”.	TJAC e DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO - DPGE	03/12/2012	02/12/2013	0002124-35.2012		

TC - 17/2012	O presente Termo de Cooperação Técnica tem por objeto garantir aos magistrados, membros do Ministério Público e Defensores Públicos, o fornecimento de subsídios técnicos nas demandas e procedimentos que envolvam a prestação de serviços públicos de saúde, tais como fornecimento de medicamentos e insumos em geral, exames, procedimentos de urgência e emergência, bem como os eletivos, leitos em unidade de terapia intensiva (UTI), tratamento médico e insumo nutricional.	TJAC, SESACRE, MPAC, DPGE, JUSTIÇA FEDERAL	21/12/2012	20/12/2013	0002387-67.2012		
TC - 002/2012	Tem por objeto a prestação de serviços à parte CONCEDENTE, mediante a intermediação e promoção de integração entre este e a Instituição de Ensino, visando à implementação do Programa de Estágio Curricular Obrigatório, de acordo com a Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008 e outros dispositivos legais que vierem a ser adotados.	TJAC e UFAC	06/02/2012	06/02/2014	0002721-3820118010000		
TC - 006/2012	tem por objeto a Cooperação da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Acre visando à realização de cursos de capacitação a magistrados e servidores do Judiciário acreano, envolvendo cursos de extensão, palestras e workshops na área de segurança pessoal e patrimonial.	TJAC, SESP e ASMIL	13/08/2012	12/08/2014	0000185-20.2012		
TC - 07/2012	O presente Termo de Cooperação visa à conjunção de esforços para cadastramento dos imóveis afetados ao Tribunal de Justiça do estado do Acre no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio do estado do acre – SIGEP e à disponibilização do “Módulo de Consulta” no referido programa.	TJAC e PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO ACRE - PGE	07/05/2012	07/05/2017	0000713-54.2012		
CONV - 013/2012	Tem por objeto propiciar aos alunos do IFAC – CAMPUS XAPURI, regularmente matriculados, a realização do estágio nas instalações da UNIDADE CONCEDENTE DE ESTÁGIO, possibilitando ao estagiário adquirir experiência e desenvolver atividades práticas relacionadas a sua área de formação, proporcionando-lhe o aperfeiçoamento técnico, cultural, científico e inter pessoal, preparando-o para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho.	TJAC e IFAC-XAPURI	26/06/2012	25/06/2017	0000817-46.2012		

CONV - 012/2012	tem por objeto propiciar aos alunos do IFAC – CAMPUS CRUZEIRO DO SUL, regularmente matriculados, a Realização do estágio nas instalações da UNIDADE CONCEDENTE DE ESTÁGIO, possibilitando ao estagiário adquirir experiência e desenvolver atividades práticas relacionadas a sua área de formação, proporcionando-lhe o aperfeiçoamento técnico, cultural, científico e inter pessoal, preparando-o para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho.	TJAC e IFAC- CRUZEIRO DO SUL	26/06/2012	25/06/2017	0000817- 46.2012		
CONV - 011/2012	Tem por objeto propiciar aos alunos do IFAC – CAMPUS SENA MADUREIRA, regularmente matriculados, a realização do estágio nas instalações da UNIDADE CONCEDENTE DE ESTÁGIO, possibilitando ao estagiário adquirir experiência e desenvolver atividades práticas relacionadas a sua área de formação, proporcionando-lhe o aperfeiçoamento técnico, cultural, científico e inter pessoal, preparando-o para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho.	TJAC e IFAC-SENA MADUREIRA	26/06/2012	25/06/2017	0000817- 46.2012		
CONV - 010/2012	Tem por objeto propiciar aos alunos do IFAC – CAMPUS RIO BRANCO, regularmente matriculados, a realização do estágio nas instalações da UNIDADE CONCEDENTE DE ESTÁGIO, possibilitando ao estagiário adquirir experiência e desenvolver atividades práticas relacionadas a sua área de formação, proporcionando-lhe o aperfeiçoamento técnico, cultural, científico e inter pessoal, preparando-o para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho.	TJAC e IFAC- RIO BRANCO	26/06/2012	25/06/2017	0000817- 46.2012		
TC - S/N	Tem por objeto a colaboração e cooperação entre a Procuradoria Geral do Estado do Acre, por intermédio do seu Centro de Estudos Jurídicos e o Tribunal de Justiça do Estado do Acre, por intermédio da Escola Superior da Magistratura do Estado do Acre - ESMAC, visando à realização de eventos de capacitação, aperfeiçoamento e qualificação profissional para servidores públicos, Procuradores do Estado do Acre e membros do Tribunal de Justiça do Estado do Acre.	TJAC e PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO ACRE - PGE	22/11/2012	21/11/2017	0001848- 04.2012		

AC - Acordo de Cooperação Técnica

CONV – Convênio

TA - Termo de Adesão

TC - Termo de Cooperação Técnica

TD - Termo de Doação

TS - Termo de Cessão

Fonte: Diretoria de Planejamento e Orçamento – DPO

3. TJAC e IAPEN assinam convênio para ressocialização de presos e egressos do sistema penitenciário

O Tribunal de Justiça do Estado e o Instituto de Administração Penitenciária do Acre (IAPEN-AC) firmaram no dia 19 de janeiro de 2012 o Convênio nº 001/2012, que visa à prestação de serviços relacionados à contratação de mão de obra de presos e egressos das unidades penitenciárias estaduais.

O documento foi assinado na Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas de Rio Branco (VEPMA), pelo Desembargador-Presidente do TJAC, Adair Longuini, e pelo Diretor-Presidente do IAPEN, Dirceu Silva.

O ato foi prestigiado pela Desembargadora Cezarinete Angelim; pelo Procurador-Geral do Estado do Acre, Rodrigo das Neves; Juiz Giordane Dourado, representando a Associação dos Magistrados do Acre (ASMAC); a Juíza Maha Manasfi, titular da VEPMA; diretores e servidores do Judiciário Acreano, além de um grupo de nove reeducandos que atualmente trabalham no Poder Judiciário.

Foto 26: Da assinatura do convênio nº 001/2012



Fonte: ASCOM

Antes da assinatura do convênio, Adair Longuini destacou a necessidade de celebrar parcerias com vistas à ressocialização. “Para o Tribunal, trata-se de medida acertada, iniciada já na gestão do Desembargador Pedro Ranzi. Acreditamos e investimos nessa perspectiva da reinserir na família, no mercado de trabalho e na sociedade egressos do sistema penitenciário. É exatamente por isso que temos construído diversas parcerias como esta. O que esperamos é que outras instituições e empresas sigam o exemplo do Tribunal de Justiça”, afirmou.

O Presidente do TJAC lembrou que o Estado do Acre, assim como algumas prefeituras, já aprovaram leis referentes a esse tema, como Senador Guiomard, Brasiléia e Cruzeiro do Sul. Mas enquanto esta última obriga que até 10% dos contratados nas obras do município sejam de reeducandos, as outras duas cidades apenas facultam essa contratação.

“O Tribunal vai sugerir uma alteração na Lei Estadual 2.305, para reforçar a obrigatoriedade da contratação de reeducandos, visando ampliar as possibilidades e chances de trabalho para esse público”, explicou Adair Longuini.

A Juíza Maha Manasfi considerou uma “experiência muito valorosa” o projeto do TJAC, de abrir suas portas para os reeducandos trabalharem. E completou dizendo que “os dez reeducandos que estão trabalhando no TJAC são exemplo de dedicação, organização e disciplina”.

Para Dirceu Silva, Diretor-Presidente do IAPEN, “com a execução do convênio, os reeducandos estão tendo uma oportunidade única de retomar suas vidas profissionais, adquirir experiência e obter boa formação com a passagem pelo Tribunal de Justiça”. Pelos bons resultados apresentados, ele parabenizou a iniciativa do TJAC e se comprometeu a trabalhar pela ampliação de ações dessa natureza.

A Desembargadora Cezarinete Angelim disse que “acredita na capacidade de transformação do ser humano” e parabenizou o Tribunal e o IAPEN, afirmando que “essa é política moderna que deve ser colocada sempre em prática pelas instituições”.

Representando a ASMAC, o juiz Giordane Dourado ressaltou que “a vida pode ser vista como um livro, cujo final somos nós que construímos.” O juiz elogiou os reeducandos, a quem considerou “vencedores”.

Foto 27: Da assinatura do convênio nº 001/2012



Fonte: ASCOM

Em nome dos demais colegas, o reeducando Ricardo Arruda falou do acolhimento e da experiência recebida no TJAC. “Somos muito gratos pela chance e procuramos, com nosso trabalho e dedicação, honrar as portas que nos foram abertas”, disse Arruda, que trabalha na Diretoria de Tecnologia da Informação do Tribunal.

O convênio

O convênio celebrado é a renovação de uma parceria já existente entre TJAC e IAPEN. Ele prevê a contratação inicial de 10 reeducandos que estejam no regime semiaberto, aberto ou livramento

condicional, para atuação nas áreas de almoxarifado, patrimônio, arquivo geral, logística, serviços gerais e áreas administrativas do Poder Judiciário.

A iniciativa do Judiciário Acreano está articulada ao projeto Começar de Novo, coordenado em todo o País pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Com essa oportunidade, aos detentos será proporcionada uma ocupação saudável e o reingresso na sociedade, em especial no mercado de trabalho.

A jornada de trabalho dos reeducandos será de 40 horas semanais, pelo período de oito horas diárias, com intervalo de duas horas para almoço, ou de sete horas ininterruptas, de segunda a sexta-feira. A eles será conferida uma remuneração equivalente a um salário mínimo, acrescido de vale-transporte. O Tribunal investirá na execução do convênio, que tem duração de um ano, mas poderá ser prorrogado, a soma de R\$ 106.526,40.

4. TJAC e OAB inauguram Escritório Corporativo nos Juizados Especiais Cíveis de Rio Branco

O Tribunal de Justiça do Acre e a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Acre celebraram na manhã desta sexta-feira (17) a instalação do Escritório Corporativo da OAB-AC nos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Rio Branco, fruto do Termo de Cooperação Técnica nº 06/2010, celebrado entre as duas instituições.

Foto 28: Inauguram Escritório Corporativo nos Juizados Especiais Cíveis de Rio Branco



Fonte: ASCOM

O Escritório Corporativo da OAB-AC objetiva oferecer assistência jurídica, por meio de advogados selecionados, à população que procura atendimento nos JECíveis. Os profissionais prestadores de serviço somente receberão honorários caso obtenham sucesso na demanda processual interposta, de forma que a parte receba algum valor pecuniário.

O espaço destinado ao Escritório Corporativo fica localizado no térreo dos JECíveis, ao lado da Sala de Atermação, e foi estruturado e equipado em parceria pelo TJAC e OAB. Nesse novo espaço, os advogados irão receber e prestar atendimento ao cidadão.

“União e parceria é o que tem permitido o crescimento e fortalecimento das instituições. Hoje a OAB passa a integrar a estrutura dos Juizados Especiais de Rio Branco, tornando possível

melhorarmos continuamente o serviço oferecido ao cidadão”, declarou o desembargador Adair Longuini, presidente do Tribunal de Justiça, durante o ato de instalação da nova unidade.

Foto 29: Inauguram Escritório Corporativo nos Juizados Especiais Cíveis de Rio Branco



Fonte: ASCOM

Para o desembargador Roberto Barros, coordenador do Sistema de Juizados do Estado do Acre, “a população tem agora mais uma opção de serviço na hora de ingressar com a sua ação nos Juizados”. Segundo o desembargador, o Escritório Corporativo irá assegurar a presença física do advogado no atendimento da população, para auxiliá-la no esclarecimento de uma dúvida ou representação em uma causa. “A instalação dessa unidade representa o processo de crescimento e aprimoramento do Sistema de Juizados no Acre”.

O presidente da OAB-AC, Florindo Poersch, destacou a importância do auxílio do profissional advogado na representação do cidadão, citando como exemplo os bons resultados do Escritório Corporativo na Justiça do Trabalho, e desejou sucesso ao empreendimento. “O compromisso da OAB é que o melhor atendimento da nossa população e com a ampliação dos números de acordos nos Juizados”, afirmou o presidente da Ordem.

O advogado Vinícius Jardim, vice-presidente da OAB-AC, destacou ainda que a unidade instalada hoje nos JECíveis de Rio Branco “é o primeiro Escritório Corporativo da OAB no âmbito da Justiça Estadual em todo país”.

Funcionamento do Escritório Corporativo

Os 63 advogados que irão atuar no Escritório Corporativo dos JECíveis foram selecionados pela OAB-AC, que também estabeleceu uma ordem de atendimento deles, por meio de sorteio.

A atuação do advogado se dará por meio de aconselhamento, elaboração de peças processuais e acompanhamento em todos os atos e fases processuais até o seu desfecho final.

Pelo termo de cooperação técnica, celebrado entre o TJAC e a OAB-AC, ele deverá atender a todas as reclamações, independentemente de expressão econômica imediata. Nas causas atendidas poderão ser cobrados honorários advocatícios de no máximo 10% do valor da condenação ou acordo.

A Corregedoria-Geral da Justiça do TJAC é a instância responsável por fiscalizar, acompanhar e auxiliar em atos concernentes à execução do termo de cooperação e ao funcionamento do Escritório Corporativo.

Tabela 3: Tabela das parcerias anteriores a 2012

Nº	OBJETO	INSTITUIÇÃO	INÍCIO	TÉRMINO	PROCESSO	VALOR	DESEMBOLSO	ADITIVO
CONV - 37/2011	Tem por objeto a Aquisição de Software para Gravação de Audiências no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, nos termos da Proposta e Plano de Trabalho aprovado pela Secretaria de Reforma do Judiciário.	TJAC e MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	29/12/2011	07/11/2012	0000281-35.2012	277.778,00	277.778,00	
TC - S/ Nº/2008	Tem por objeto, conceder aos servidores do Poder Judiciário, que se encontrem cursando ou que venham a cursar algum dos cursos oferecidos por aquela Instituição de ensino, um desconto de 20% (vinte por cento) nas mensalidades, não cumulativo com o desconto de pontualidade.	TJAC e FAAO	24/01/2008	26/01/2013	0000229-78.2008			IV
TC - 01/2011	Tem por objeto contribuir para o processo de ressocialização por meio de cursos profissionalizantes e palestras motivacionais	TJAC, SENAI, ACISA, RESTAURANTE PÃO DE QUEIJO E	03/02/2011	03/02/2013	0000444-49.2011			I
CONV - 001/2009	O presente Convênio tem por objeto, estabelecer as condições relativas à consignação em folha de pagamento de empréstimos bancários, contraídos por servidores do CONVENIENTE, nos termos autorizados pela Portaria nº 179/2004 da Presidência deste Tribunal, publicada no Diário da Justiça deste Estado, no dia 04 de março de 2004, e que integra o presente Convênio.	TJAC e BANCO DO BRASIL	10/03/2009	11/03/2013	0000248-26.2004			I
CONV - 005/2009	O conveniado TRIBUNAL e a UFAC objetivam um termo de uma cooperação técnico-institucional, abrangendo o aperfeiçoamento através da realização de estágios não obrigatórios, bem como o incremento de atividade de pesquisa e serviços aos alunos em formação superior, regularmente matriculados e com frequência.	TJAC e UFAC	23/03/2009	25/03/2013	0000800-15.2009			III
CONV - 003/2009	O conveniado TRIBUNAL e a UNINORTE objetivam um termo de uma cooperação técnico-institucional, abrangendo o aperfeiçoamento através da realização de estágios não obrigatórios, bem como o incremento de atividade de pesquisa e serviços aos alunos em formação superior, regularmente matriculados e com frequência efetiva.	TJAC e UNINORTE	24/03/2009	26/03/2013	0000800-15.2009			III

CONV - 004/2009	O conveniado TRIBUNAL e a AESACRE objetivam um termo de uma cooperação técnico-institucional, abrangendo o aperfeiçoamento através da realização de estágios não obrigatórios, bem como o incremento de atividade de pesquisa e serviços aos alunos em formação superior, regularmente matriculados e com frequência efetiva.	TJAC e AESACRE	24/03/2009	26/03/2013	0000800-15.2009		III
CONV - 003/2009	Tem por objeto, a conjugação de esforços dos participantes para realização do serviço prestado à comunidade, denominado "Juizado de trânsito".	TJAC e	26/03/2009	28/03/2013	0002046-46.2009		IIII
CONV - 006/2009	O conveniado TRIBUNAL e a FAO objetivam um termo de uma cooperação técnico-institucional, abrangendo o aperfeiçoamento através da realização de estágios não obrigatórios, bem como o incremento de atividade de pesquisa e serviços aos alunos em formação superior, regularmente matriculados e com frequência.	TJAC e FAO	27/03/2009	29/03/2013	0000800-15.2009		III
TC - 01/2010	Tem por objeto o fornecimento da transcrição eletrônica do Banco de Dados de emendas Jurisdicionais e Acórdãos em inteiro teor, emanados do TJAC, bem como suas versões periodicamente atualizadas, para utilização através da incorporação ao sistema de Jurisprudência on-line, desenvolvido pela AASP.	TJAC e ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DE SÃO PAULO - AASP	31/03/2011	02/04/2013	0001197-11.2008		II
CONV - 02/2010	Tem por objeto a realização de estágios não-obrigatório, bem como o incremento de atividade de pesquisa e serviços aos alunos em formação superior, regularmente matriculados e com frequência efetiva.	TJAC e	06/04/2010	07/04/2013	0001692-84.2010		II
CONV - 05/2010	Tem por objeto efetivar a parceria entre o TRIBUNAL e o IDAAM, objetivando os termos de uma cooperação técnico-institucional, abrangendo o aperfeiçoamento por meio da realização de estágios não-obrigatórios, bem como o incremento de atividade de pesquisa e serviços aos alunos em formação superior, regularmente matriculados e com frequência efetiva.	TJAC e IDAAM(COC)	15/04/2010	16/04/2013	0002242-79.2010		II
TC - 15/2011	Constitui objeto do presente Termo a divulgação das funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário do estado do Acre, por parte da ASMAC, quando da realização de suas atividades assistenciais, sociais, culturais, recreativas e esportivas em escolas ou quaisquer espaço público.	TJAC e ASMAC	01/11/2011	01/05/2013	0002414-84.2011		

TC - 001/2010	Tem por objeto a conjugação de esforços para a construção da 2ª etapa do novo prédio do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Acre, localizado na BR-364, Centro Administrativo, conforme descrição constante no anexo único.	TJAC e SECRETARIA DE ESTADO E OBRAS PÚBLICAS - SEOP	11/05/2011	12/05/2013	0004600-51.2009			II
TC - 03/2011	Pelo presente Instrumento o TJAC concede ao IAPEN permissão de uso do sistema "Malote Digital", visando à troca eletrônica de correspondências oficiais.	TJAC e IAPEN	31/05/2011	01/06/2013	0001184-07.2011			I
TC - 02/2011	Tem por objeto a permuta de interesses para acesso recíproco e informações, sem contrapartida pecuniária.	TJAC e IOB	27/06/2011	27/06/2013	0000418-51.2011			
TS - 004/2011	Cessão do direito de uso do Sistema de Ouvidoria, com os respectivos manuais de instalação, para o registro e a tramitação das manifestações recebidas pelocessionário.	TJAC e CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ	12/07/2011	12/07/2013	0001669-07.2011			
TC - 06/2011	Pelo presente Instrumento o TJAC concede à SESP permissão de uso do Sistema "Malote Digital", visando à troca eletrônica de correspondências oficiais.	TJAC e SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE - SESP	26/07/2011	26/07/2013	0001414-49.2011			
CONV - 66/2011	Tem por finalidade a implementação de 05 núcleos de Justiça Comunitária nas cidades de Rio Branco, nos bairros Tancredo Neves, Sobral; na cidade de Bujari, no Bairro Centro; na cidade Plácido de Castro, no Bairro Olaria; na cidade de Acrelândia, no Bairro Centro, objetivando contribuir para a democratização do acesso à Justiça, por meio da mobilização e capacitação de agentes comunitário em mediação de conflitos, contratação de equipes multidisciplinares, aquisição de equipamentos, adequações de espaços físicos conforme as diretrizes do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) e acordo com Proposta e Plano de Trabalho aprovados pela Secretaria de Reforma do Judiciário.	TJAC e MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	29/12/2011	28/07/2013	0000275-28.2012 (Pessoal); 0000605-25.2012 (Material)	421.309,48	115.799,74	

CONV - 10/2011	O objeto do presente convênio é propiciar aos associados do SINSPJAC, seus cônjuges e dependentes, as vantagens aqui apresentadas, mediante as condições e contrapartidas estabelecidas neste acordo. (Desconto de 20% no valor das mensalidades para servidores sindicalizados)	TJAC/ DAMASIO/ FEMPAC/ SINSPJAC	02/08/2011	02/08/2013	0001132-11.2011			
TC - 07/2011	Constitui objeto do presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, a permissão de acesso virtual ao Sistema Integrado de Gestão Operacional – S.I.G.O., da Secretaria de Estado de Segurança Pública pelos membros do Tribunal de Justiça, que atuam no sistema de justiça criminal, bem como o acesso ao Sistema de Automação do Judiciário – e-SAJ, do Tribunal de Justiça, pelos membros do Sistema de Segurança Pública do Estado do Acre.	TJAC e SESP	16/08/2011	16/08/2013				
AC - 15/2010	Tem por objeto a implantação do Núcleo de advocacia Voluntária nas Unidades prisionais do Sistema Penitenciário do Estado do Acre, para a prestação de assistência judiciária aos presos das Unidades Prisionais do Sistema Penitenciário do Estado do Acre.	TJAC, UFAC e IAPEN	17/08/2010	17/08/2013	0500.521-35.2010			
AC - 08/2010	Tem por objeto a implantação do Núcleo de advocacia Voluntária nas Unidades prisionais do Sistema Penitenciário do Estado do Acre, para a prestação de assistência judiciária aos presos das Unidades Prisionais do Sistema Penitenciário do Estado do Acre.	TJAC e DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE E IAPEN	17/08/2010	17/08/2013	0500521-35.2010			
AC - 16/2010	Tem por objeto a implantação do Núcleo de advocacia voluntária na assistência judiciária aos presos das unidades prisionais do Sistema Penitenciário do Estado do Acre.	TJAC e FACULDADE DA AMAZÔNIA OCIDENTAL - FAAO E IAPEN	17/08/2010	17/08/2013	0500521-35.2010			
AC - 17/2010	Tem por objeto a implantação do Núcleo de Advocacia Voluntária nas Unidades prisionais do Sistema Penitenciário do Estado do Acre, para a prestação de assistência judiciária aos presos das Unidades Prisionais do Sistema Penitenciário do Estado do Acre.	TJAC e UNIÃO EDUCACIONAL DO NORTE LTDA – UNINORTE E O IAPEN	17/08/2010	17/08/2013	0500521-35.2010			

TC - 06/2010	Tem por objeto possibilitar o funcionamento de um Escritório Corporativo da OAB/AC, no âmbito dos Juizados Especiais a ser viabilizado no prédio do Juizado Especial Civil da Comarca de Rio Branco/AC, onde atenderá as reclamações mediante o encaminhamento dos requerentes e requeridos para fins de obtenção de assistência jurídica prestada por advogado.	TJAC e ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCIONAL ACRE - OAB/AC	18/08/2010	19/08/2013	0500524-87.2010		II
TC - 11/2011	O presente Acordo tem por objeto a conjugação de esforços para a integração dos sistemas de processos digitais do Tribunal de Justiça e da Procuradoria-Geral do Estado, vinculados à plataforma SAJ - Sistema de Automação da Justiça, bem como a racionalização e a redução de custos na tramitação de processos em que seja parte o Estado do Acre, além do compartilhamento na utilização do Sistema de Malote Digital, visando o fluxo eletrônico de documentos oficiais.	TJAC e	24/08/2011	24/08/2013	0001866-59.2011		
CONV - 015/2009	Tem por objeto a realização de estágios não obrigatórios, bem como o incremento de atividades de pesquisa e serviços aos alunos em formação superior, regularmente matriculados e com frequência efetiva.	TJAC e IEVAL	27/08/2009	28/08/2013	0003503-16.2009		III
CONV - 003/2011	O presente convênio tem por objeto a Cooperação Acadêmica, Prática e Científica, para Intercâmbio na área de Educação à Distância entre a Escola Paulista da Magistratura e a Escola Superior da Magistratura do Acre, para realização de cursos de capacitação e atualização de magistrados e servidores do Judiciário, envolvendo cursos de extensão, vitaliciamento de juizes, palestras, workshops e demais cursos regulares, de atualização e aperfeiçoamento/formação continuada, bem como para promoção por merecimento de magistrados, conforme as exigências da Resolução 126 do CNJ e proposições da ENFAM - Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, através de cursos presenciais e pela internet, promovidos pela Escola Paulista da Magistratura.	TJAC e ESCOLA PAULISTA DA	01/09/2011	01/09/2013	0001503-72.2011		

TC - 02/2009	Tem por objeto a cessão de salas, em comodato, pela FAAO, com destinação à instalação de uma unidade jurisdicional cível do poder judiciário, a critério da Direção do TRIBUNAL, para funcionamento de um cartório judicial, salas de audiências, gabinete de magistrado e respectivas instalações sanitárias, na sede da FAAO.	TJAC e FAAO	03/09/2009	04/09/2013	0001439-33.2009			I
TC - 01/2009	Tem por objeto conceder aos servidores do Tribunal de Justiça, que se encontrem cursando ou venham a cursar os cursos de graduação e pós-graduação, atualmente oferecidos por aquela Instituição de ensino, um desconto de 37,5% nas mensalidades, no que se denomina bolsa-oportunidade.	TJAC e IEVAL	27/08/2009	09/09/2013	0003504-98.2009			
CONV - S/ NR/2012	O objeto do presente Termo é a parceria para capacitação conjunta de servidores com ênfase em excelência no atendimento ao cidadão nos municípios de Cruzeiro do Sul, Tarauacá, Feijó, Senador Guiomard e Brasília.	TJAC e MPAC	25/09/2012	24/09/2013	0001565-78.2012			
AC - S/ Nº/2008	Tem por objeto a cooperação mútua entre os parceiros no intercâmbio eletrônico de informações para utilização do Sistema Nacional de Informações Criminais – SINIC, visando à prevenção e repressão da criminalidade no Brasil.	TJAC e MJ por meio do DEP. DE POLÍCIA FEDERAL	26/09/2008	26/09/2013	0003181-30.2008			
CONV - 20/2010	Tem por objeto efetivar a parceria entre o TJAC e a UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP INTERATIVA, objetivando os termos de uma cooperação técnico-institucional, abrangendo o aperfeiçoamento por meio da realização de estágios não-obrigatórios, bem como o incremento de atividade de pesquisa e serviços aos alunos em formação superior, regularmente matriculados e com frequência efetiva.	TJAC e ASSOCIAÇÃO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO – UNIP INTERATIVA	12/11/2010	11/11/2013	00501138-92.2010			II
AC - 15/2012	O presente Acordo tem por objeto o uso institucionalizado do Peticionamento Eletrônico disponível no Portal de Serviços do Sistema de Automação do Judiciário (Portal e-SAJ), destinado à prática de atos processuais que dependam de petição escrita para o Poder Judiciário do Estado do Acre, por meio da tecnologia “WebService”.	TJAC e DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO - DPGE	03/12/2012	02/12/2013	0002124-35.2012			

CONV - 18/2011	O objeto do presente convênio é a realização de serviços gráficos pelo Parque Gráfico do TJAC.	TJAC e MINISTÉRIO PÚBLICO - MPE	13/12/2011	13/12/2013	0002614-91.2011			
AC - 100/2010	Tem por objeto a conjugação de esforços com vistas à efetiva implantação de programa de reinserção social de presos, egressos, cumpridores de penas e medidas alternativas, bem como de adolescentes em conflito com a lei, com incentivo ao trabalho e à profissionalização. Parágrafo primeiro - A parceria tem por base a Resolução nº 96, de 27 de outubro de 2009, que instituiu o projeto Começar de Novo, no âmbito do Poder Judiciário, e instituiu o Portal de Oportunidades.	TJAC, CNJ e PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL	27/12/2010	27/12/2013	00500.517-95.2010			
CONV - 33/2011	Tem por objeto "implantar o Juizado de Trânsito, Projeto "Justiça Volante", do Tribunal de Justiça do Acre nas Comarcas de Cruzeiro do Sul e Brasília/AC", nos termos da Proposta e Plano de Trabalho aprovado pela Secretaria de Reforma do Judiciário.	TJAC e MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	29/12/2011	30/12/2013	0000273-58.2012	555.600,00	50.240,00	I
CONV - 01/2010	Tem por objeto a prestação de serviço ao CONCEDENTE, mediante a intermediação e promoção de integração entre o IEL e as Instituições de ensino, visando à implementação do Programa de Estágio Curricular Obrigatório, de acordo com a lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e outros dispositivos legais que vierem a ser adotados.	TJAC e INSTITUTO EUVALDO LODI-NÚCLEO REGIONAL DO ACRE-IEL/NR-AC	06/04/2010	08/04/2014	0002411-66.2010			I
CONV - 06/2010	Tem por objeto a prestação de serviço ao CONCEDENTE, mediante a intermediação e promoção de integração entre esta e as Instituições de Ensino, visando implementação do Programa de Estágio Curricular Obrigatório.	TJAC, IEL E UNINORTE	21/05/2010	21/05/2014	0003165-08.2010			I
CONV - 65/2009	Tem por objeto a apresentação de serviço ao CONCEDENTE, mediante a intermediação e promoção de integração entre esta e as instituições de ensino, visando à implementação do Programa de Estágio Curricular Obrigatório.	TJAC, IEL E FAO	29/05/2009	31/05/2014	0004961-68.2009			Ili
Tc - 02/2011	objetivando o compartilhamento da cessão dos direitos de uso, instalação e implementação do Sistema Eletrônico, via Internet, de Reserva de Margem e Controle de Consignações, com desconto em Folha de Pagamento, e Outras Avenças, Módulo de Compra de Dívidas e Módulo do Servidor - eConsig.	TJAC e ZETRASOFT	27/05/2011	02/06/2014	0000550-11.2011			

CONV - 012/2009	Tem por objeto estabelecer os procedimentos a serem observados na operacionalização da concessão de Crédito Imobiliário – Financiamento à Aquisição Pessoa Física, pelo BANCO, aos servidores.	TJAC e BANCO DO BRASIL	18/06/2009	18/06/2014	0001590-96.2009			
TC - 026/2011	O presente convênio tem como objeto o desenvolvimento de programas de cooperação técnica e administrativa, através de ações articuladas e intercomplementares, de modo a propiciar maior integração de atividades de interesse comum dos órgãos e entidades envolvidos. Este convênio tem por finalidade formalizar a cooperação e a ação conjunta das partes, relativamente à cessão recíproca de pessoal especializado e de apoio técnico e administrativo, bem como o intercâmbio de informações e tecnologias administrativas, visando dotar os órgãos e entidades convenientes de melhores condições para o exercício das suas competências, funções e atribuições institucionais.	TJAC e TJPE	05/07/2011	04/07/2014	0000714-39.2012	I		
TC - 01/2009	Tem por objeto expressar o interesse comum das partes de cooperar entre si visando ações conjuntas para o atendimento das infrações de menor potencial ofensivo de que tratam a lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.	TJAC e 21ª	28/08/2009	28/08/2014	0002876-46.2008 (9001931-03.2008)			
CONV - 17/2010	Tem por objeto a apresentação de serviços ao CONCEDENTE, mediante a intermediação e promoção de integração entre esta e as Instituições de Ensino, visando à implementação do Programa de Estágio Obrigatório, de acordo com a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e outros dispositivos legais que vierem a ser adotados.	TJAC e INSTITUTO EUVALDO LODI - NÚCLEO REGIONAL - IEL/NR-AC E AESACRE	31/08/2012	31/08/2014	0500886-89.2010	I		
AC - 002/2009	Tem por objeto estabelecer condições especiais e procedimentos a observar na operacionalização da concessão pela CAIXA de Créditos Imobiliário, em favor de empregados e servidores efetivos, ativos, inativos ou pensionistas do Tribunal de Justiça.	TJAC e CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF)	01/10/2009	01/10/2014	0003678-10.2009			

AC - 012/2010	Tem por objeto o intercambio de informações e de infra-estrutura com vistas ao desenvolvimento e apoio às atividades e projetos comuns, a serem realizados no âmbito do sistema de proteção da Amazônia - SIPAM.	TJAC e CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - CENSIPAM - CNJ	09/04/2010	09/04/2015	INDEFINIDO		
AC - 14/2010	Tem por objeto a conjugação de esforços com vistas à efetiva implantação de programa de reinserção social de presos, egressos, cumpridores de penas e medidas alternativas, bem como de adolescentes em conflito com a lei, com incentivo ao trabalho e à profissionalização. Parágrafo primeiro - A parceria tem por base a Resolução nº 96, de 27 de outubro de 2009, que instituiu o projeto Começar de Novo, no âmbito do Poder Judiciário, e instituiu o Portal de Oportunidades.	TJAC e UFAC	17/08/2010	17/08/2015	0500.517-95.2010		
AC - 13/2010	Tem por objeto a conjugação de esforços com vistas à efetiva implantação de programa de reinserção social de presos, egressos, cumpridores de penas e medidas alternativas, bem como de adolescentes em conflito com a lei, com incentivo ao trabalho e profissionalização. Parágrafo primeiro - A parceria tem por base a Resolução nº 96, de 27 de outubro de 2009, que instituiu o projeto Começar de Novo, no âmbito do Poder Judiciário, e instituiu o Portal de Oportunidades.	TJAC e SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI	17/08/2010	17/08/2015	0500.517-95.2010		
AC - 12/2010	Tem por objeto a conjugação de esforços com vistas à efetiva implantação de programa de reinserção social de presos, egressos, cumpridores de penas e medidas alternativas, bem como de adolescentes em conflito com a lei, com incentivo ao trabalho e profissionalização. Parágrafo primeiro - A parceria tem por base a Resolução nº 96, de 27 de outubro de 2009, que instituiu o projeto Começar de Novo, no âmbito do Poder Judiciário, e instituiu o Portal de Oportunidades.	TJAC e SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC	17/08/2010	17/08/2015	0500.517-95.2010		

AC - 11/2010	Tem por objeto a conjugação de esforços com vista à efetiva implantação de programa de reinserção social de presos, egressos, cumpridores de penas e medidas alternativas, bem como de adolescentes em conflito com a lei, com incentivo ao trabalho e profissionalização. Parágrafo primeiro – A parceria tem por base a Resolução nº 96, de 27 de outubro de 2009, que instituiu o projeto Começar de Novo, no âmbito do Poder Judiciário, e instituiu o Portal de Oportunidades.	TJAC e SENAI	17/08/2010	17/08/2015	0500517-95.2010			
AC - 10/2010	Tem por objeto a conjugação de esforços com vistas à efetiva implantação de programa de reinserção social de presos, egressos, cumpridores de penas e medidas alternativas, bem como de adolescentes em conflito com a lei, com incentivo ao trabalho e à profissionalização. Parágrafo primeiro – A parceria tem por base a Resolução nº 96, de 27 de outubro de 2009, que instituiu o projeto Começar de Novo, no âmbito do Poder Judiciário, e instituiu o Portal de Oportunidades.	TJAC, CNJ e ROTARY e CLUB DE RIO BRANCO	17/08/2010	17/08/2015	0500.517-95.2010			
AC - 101/2010	Tem por objeto a conjugação de esforços com vistas à efetiva implantação de programa de reinserção social de presos, egressos, cumpridores de penas e medidas alternativas, bem como de adolescentes em conflito com a lei, com incentivo ao trabalho e à profissionalização. Parágrafo primeiro – A parceria tem por base a Resolução nº 96, de 27 de outubro de 2009, que instituiu o projeto Começar de Novo, no âmbito do Poder Judiciário, e instituiu o Portal de Oportunidades.	TJAC, CNJ e PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GUIOMARD	17/08/2010	17/08/2015	0500.517-95.2010			

AC - 10/2010	Tem por objeto a conjugação de esforços com vistas à efetiva implantação de programa de reinserção social de presos, egressos, cumpridores de penas e medidas alternativas, bem como de adolescentes em conflito com a lei, com incentivo ao trabalho e profissionalização. Parágrafo primeiro – A parceria tem por base a Resolução nº 96, de 27 de outubro de 2009, que instituiu o projeto Começar de Novo, no âmbito do Poder Judiciário, e instituiu o Portal de Oportunidades.	TJAC e SERVIÇO NACIONAL DE	17/08/2010	17/08/2015	0500.517-95.2010			
AC - 09/2010	Tem por objeto a conjugação de esforços com vistas à efetiva implantação de programa de reinserção social de presos, egressos, cumpridores de penas e medidas alternativas, bem como de adolescentes em conflito com a lei, com incentivo ao trabalho e à profissionalização. Parágrafo primeiro – A parceria tem por base a Resolução nº 96, de 27 de outubro de 2009, que instituiu o projeto Começar de Novo, no âmbito do Poder Judiciário, e instituiu o Portal de Oportunidades.	TJAC, CNJ e PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO	17/08/2010	17/08/2015	0500.517-95.2010			
AC - 095/2010	Tem por objeto a conjugação de esforços com vistas à efetiva implantação de programa de reinserção social de presos, egressos, cumpridores de penas e medidas alternativas, bem como de adolescentes em conflito com a lei, com incentivo ao trabalho e à profissionalização. Parágrafo primeiro – A parceria tem por base a Resolução nº 96, de 27 de outubro de 2009, que instituiu o projeto Começar de Novo, no âmbito do Poder Judiciário, e instituiu o Portal de Oportunidades.	TJAC, CNJ e PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASÍLIA	17/08/2010	17/08/2015	0500.517-95.2010			
AC - 09/2010	Tem por objeto a conjugação de esforços com vistas à efetiva implantação de programa de reinserção social de presos, egressos, cumpridores de penas e medidas alternativas, bem como de adolescentes em conflito com a lei, com incentivo ao trabalho e profissionalização. Parágrafo primeiro – A parceria tem por base a Resolução nº 96, de 27 de outubro de 2009, que instituiu o projeto Começar de Novo, no âmbito do Poder Judiciário, e instituiu o Portal de Oportunidades.	TJAC e EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	17/08/2010	17/08/2015	0500.517-95.2010			

TC - 23/2010	Tem por objeto estabelecer formas de cooperação entre o TJAC e o MPAC para aprimorar o desempenho de suas atribuições constitucionais e legais, em especial, otimizar a comunicação de dados entre o TJAC e o MPAC, no tocante a processos judiciais, possibilitando a troca de dados e a virtualização dos procedimentos.	TJAC e MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE – MPAC	10/12/2010	10/12/2015	00501279-14.2010			
TC - 04/2010- B	Tem por objeto permitir o uso pelo TRT-14ª Região de salas, para audiências e tomadas de reclamação, instaladas nos prédios dos Fóruns das comarcas do interior do Estado do Acre, a fim de atender àquelas populações, principalmente as mais carentes cujas localidades não dispõem de varas do trabalho, viabilizando a distribuição da justiça de forma célere e eficiente.	TJAC e TRT-14ª REGIÃO	18/12/2010	18/12/2015	0501371-89.2010			III
TC - 35/2009	Tem por objeto a conjugação de esforços para a implementação e efetividade da transferência eletrônica dos recursos especiais e agravos remetidos pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ACRE ao SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, bem como do retorno ao Tribunal de origem através de sistemas de informação, utilizando-se os links de comunicação existentes ou a internet.	TJAC e SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	03/09/2009	03/03/2016	0003567-26.2009			
CONV - 04/2011	O objeto do presente Convênio consiste em acesso aos produtos e serviços que serão disponibilizados pela CONVENIADA aos magistrados e servidores ativos e inativos e pensionistas do CONVENIENTE, de acordo com suas condições de venda na data da adesão.	TJAC e FHE	27/06/2011	27/06/2016	0000861-02.2011			
CONV - 05/2011	O presente Convênio tem por objeto a concessão de linhas de Crédito Imobiliário aos magistrados e servidores, ativos, inativos e pensionistas, do CONVENIENTE, Beneficiários deste	TJAC e POUPEX	27/06/2011	27/06/2016	0000861-02.2011			
TC - S/N	Convênio, mediante consignação em folha de pagamento dos encargos mensais referentes a financiamentos imobiliários, concedidos dentro das regras do Sistema Financeiro da Habitação, estabelecidas pelo BACEN e consoante as condições constantes do Anexo deste Convênio	TJAC e	22/11/2012	21/11/2017	0001848-04.2012			
	Tem por objeto a colaboração e cooperação entre a Procuradoria Geral do Estado do Acre, por intermédio do seu Centro de Estudos Jurídicos e o Tribunal de Justiça do Estado do Acre, por intermédio da Escola Superior da Magistratura do Estado do Acre - ESMAC, visando à realização de eventos de capacitação, aperfeiçoamento e qualificação profissional para servidores públicos, Procuradores do Estado do Acre e membros do Tribunal de Justiça do Estado do Acre.	TJAC e						

AC - 093/2010	Tem por objeto a conjugação de esforços com vistas à efetiva implantação de programa de reinserção social de presos, egressos, cumpridores de penas e medidas alternativas, bem como de adolescentes em conflito com a lei, com incentivo ao trabalho e profissionalização. Parágrafo primeiro – A parceria tem por base a Resolução nº 96, de 27 de outubro de 2009, que instituiu o projeto Começar de Novo, no âmbito do Poder Judiciário, e instituiu o Portal de Oportunidades.	TJAC, CNJ e FEDERAÇÃO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DO ACRE (FAEAC)	20/12/2010	20/12/2025	00500.517-95.2010			
AC - 097/2010	Tem por objeto a conjugação de esforços com vistas à efetiva implantação de programa de reinserção social de presos, egressos, cumpridores de penas e medidas alternativas, bem como de adolescentes em conflito com a lei, com incentivo ao trabalho e à profissionalização. Parágrafo primeiro – A parceria tem por base a Resolução nº 96, de 27 de outubro de 2009, que instituiu o projeto Começar de Novo, no âmbito do Poder Judiciário, e instituiu o Portal de Oportunidades.	TJAC, CNJ e PREFEITURA MUNICIPAL DE SENA MADUREIRA	20/12/2010	20/12/2025	00500.517-95.2010			
AC - 098/2010	Tem por objeto a conjugação de esforços com vistas à efetiva implantação de programa de reinserção social de presos, egressos, cumpridores de penas e medidas alternativas, bem como de adolescentes em conflito com a lei, com incentivo ao trabalho e à profissionalização. arágrafo primeiro – A parceria tem por base a Resolução nº 96, de 27 de outubro de 2009, que instituiu o projeto Começar de Novo, no âmbito do Poder Judiciário, e instituiu o Portal de Oportunidades.	TJAC, CNJ e FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO	20/12/2010	20/12/2025	00500.517-95.2010			
AC - 099/2010	Tem por objeto a conjugação de esforços com vistas à efetiva implantação de programa de reinserção social de presos, egressos, cumpridores de penas e medidas alternativas, bem como de adolescentes em conflito com a lei, com incentivo ao trabalho e à profissionalização. Parágrafo primeiro – A parceria tem por base a Resolução nº 96, de 27 de outubro de 2009, que instituiu o projeto Começar de Novo, no âmbito do Poder Judiciário, e instituiu o Portal de Oportunidades.	TJAC, CNJ e GOVERNO DO ESTADO DO ACRE	20/12/2010	20/12/2025	00500.517-95.2010			
CONV - S/ Nº/2011	Concessão de empréstimo consignável em folha de pagamento, referente a antecipação de valores devidos aos membros da CONVENIENTE, em decorrência de decisão administrativa, que autorizou o pagamento da PAE - Parcela Autônoma de Equivalência, no processo administrativo nº 0003338-66.2009.8.01.0000.	TJAC e CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF	09/05/2011	09/05/2050	0001284-59.2011			

AC - 04/2010	Tem por objeto o estabelecimento de Cooperação Técnica entre os participantes, com a finalidade de promover parcerias no desenvolvimento e aplicação de procedimentos administrativos, comuns às suas áreas meio (administrativa), visando à economicidade, celeridade e transparência nos gastos da administração pública.	TRT 14ª REGIÃO, TJAC, TRE/AC,	22/06/2010	22/06/2050	0003403-27.2010			I
TC - S/ N°/2010	Tem por objeto o estabelecimento de cooperação entre os participantes, com a finalidade de promover parceria no desenvolvimento e aplicação de procedimentos administrativos, comuns às suas áreas meio (administrativa).	TJAC e TRE/AC	13/10/2010	30/09/2050	0500805-43.2010			I
TC - 001/2010	Tem por objeto, a cooperação entre os participantes para que os reeducandos condenados pela prática de delitos de trânsito, que se encontram inseridos no programa de prestação de serviço à comunidade, sob a responsabilidade da CEPAL, desenvolvam a PSC em instituições ligadas a área de trânsito, a fim de possibilitar a sua recuperação e o atingimento do caráter pedagógico da medida.	TJAC, POR MEIO DA CEPAL, E DETRAN/AC	29/11/2010	29/11/2050	0000473-02.2011			I
CONV - 013/2009	Tem por objeto estabelecer as condições relativas à consignação em folha de pagamento de empréstimos bancários, contraídos por servidores.	TJAC e CAIXA ECONÔMICA	22/06/2009	INDEFINIDO	0001653-92.2007			
CONV - 16/2005	Tem por objeto a cooperação técnico-institucional entre as partes, no sentido de instalar serviços notariais nas dependências do DETRAN/AC.	TJAC e DETRAN / AC	03/06/2005	INDEFINIDO	INDEFINIDO			
CONV - S/N° 2008	Tem por objeto permitir ao STJ o uso de mecanismo de consulta às informações contidas no Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional, doravante denominado CCS, com o fim específico de utilização no exercício das atribuições do STJ.	TJAC e BANCO CENTRAL DO BRASIL - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E O CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL	28/04/2008	INDEFINIDO	INDEFINIDO			
CONV - S/ N°/2007	Tem por objeto o fornecimento de informações cadastrais e econômico-fiscais das bases de dados da RFB, em atendimento às requisições judiciais oriundas de órgãos de Poder Judiciário, por meio da INFOJUD - Informações ao Poder Judiciário no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte - e CAC da RFB.	TJAC, CNJ e a SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	26/06/2007	INDEFINIDO	0003137-11.2008			

CONV - S/ Nº/2011	CONDIÇÕES RELATIVA À CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMO COM VISTA A PROPORCIONAR A ANTECIPAÇÃO DE VALORES (PAE) DEVIDOS AOS MAGISTRADOS E/OU PENSIONISTAS E SUCESSORES DE MAGISTRADOS DESTE TJ, EM DECORRÊNCIA DO DEFERIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 000338-66.2009.8.01.0000.	TJAC e BANCO DO BRASIL (PAE)	06/06/2011	INDEFINIDO	0001289-81.2011		
TC - 09/2009	Tem por objeto a implantação dos procedimentos de citação da PROCURADORIA nos processos de interesse das autarquias e fundações públicas federais por ela representadas, relacionadas no Anexo I, em tramitação nos Órgão jurisdicional no interior do Estado do Acre, relacionadas no Anexo II, em substituição à expedição de cartas precatórias.	TJAC e	07/12/2009	INDEFINIDO	0005191-13.2009		
TA - S/ Nº/2005	O TJAC adere ao Convênio de Cooperação Técnico-Institucional celebrado entre o STJ, o CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL - CJF e o BANCO CENTRAL DO BRASIL, para fins de acesso ao SISTEMA BACEN JUD.	TJAC /STJ/ CJF/BACEN	30/09/2005	INDEFINIDO	INDEFINIDO		
TA - S/ Nº/2006	Tem por objeto a "Implementação do Plano de Ações Integradas para Prevenção e Controle da Tortura no Brasil" no âmbito do Estado do Acre.	TJAC e SEDH/ PR	30/11/2006	INDEFINIDO	INDEFINIDO		
TA - S/ Nº/2008	Tem por objeto assegurar o acesso do Tribunal de Justiça do Estado do Acre - TJAC às informações contidas no cadastro de clientes do Sistema Financeiro Nacional - CCS, objeto do Convênio de Cooperação Institucional celebrado entre o Banco Central do Brasil, o Superior Tribunal de Justiça - STJ e o Conselho da Justiça Federal - CJF, em 28 de abril de 2008.	TJAC e BANCO CENTRAL DO BRASIL - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E O CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL	06/06/2008	INDEFINIDO	INDEFINIDO		
TA - S/ Nº/2008	Tem por objeto fornecimento de informações ao Poder Judiciário mediante a utilização do Sistema INFOJUD - Informações ao Poder Judiciário no e-CAC da Secretaria da Receita Federal do Brasil.	TJAC, CNJ e a SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	01/10/2008	INDEFINIDO	0003137-11.2008		
TD - 017/2010	Tem por objeto a doação de equipamentos de informática e softwares, conformidade com as disposições constantes no Termo de Compromisso nº 014/2009 firmado entre partes.	TJAC e CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	24/11/2010	INDEFINIDO	3(340.004) CNJ		

AC - Acordo de Cooperação Técnica

CONV - Convênio

TA - Termo de Adesão

TC - Termo de Cooperação Técnica

TD - Termo de Doação

TS - Termo de Cessão

Fonte: Diretoria de Planejamento e Orçamento

6. Captação de Recursos Externos

A tabela abaixo demonstra os recursos externos captados para apoio das ações do TJAC.

Tabela 4: Demonstração dos recursos externos captados para apoio das ações do TJAC

CAPTAÇÃO DE RECURSOS EXTERNOS						
Projeto	Objeto	Instituição	Repasse	Contrapartida	Total	Situação
Virtualização - Gravação de Audiências	Tem por objeto a Aquisição de Software para Gravação de Audiências no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, nos termos da Proposta e Plano de Trabalho aprovado pela Secretaria de Reforma do Judiciário.	Ministério da Justiça	250.000,00	27.778,00	277.778,00	Encerrado. Aguardando aprovação da prestação de contas final.
Modernização do TJAC	Aquisição de software para publicação do Diário Oficial da Justiça e aquisição de Módulos de Expansão para STORAGE (Disco externo para armazenamento de dados).	Ministério da Justiça	500.000,00	155.625,34	655.625,34	Convênio MJ nº 773683/2012 – celebrado em 28.12.2012
Justiça Restaurativa	Implantação de um Núcleo da Justiça Restaurativa na Vara da Infância e Juventude da Comarca de Rio Branco, que atuará nas escolas da rede Estadual de Educação.	Ministério da Justiça	300.000,00	58.048,86	358.048,86	Convênio MJ nº 776362/2012 – celebrado em 28.12.2012
Justiça Comunitária	Implantação de dois núcleos de Justiça Comunitária nas cidades de Cruzeiro do Sul e Brasília, com escopo de contribuir para a democratização ao acesso à justiça.	Ministério da Justiça	500.000,00	128.327,20	628.327,20	Convênio MJ nº 777045/2012 – celebrado em 28.12.2012
Total de Recursos Captados			1.919.779,40			

Fonte: Diretoria de Planejamento e Orçamento

1.3. Promover a cidadania, mediante a difusão e conscientização de direitos, deveres e valores.

Estabelecimento efetivo de gestão do conhecimento, gerando a organização que aprende e corrige seus erros, potencializando seus acertos.

Resultado do cumprimento desse objetivo estratégico: 65,36%

A metas 8, estabelecida no planejamento estratégico, orientou as ações das unidades para cumprimento desse objetivo estratégico. Seguem abaixo as ações desenvolvidas, bem como os resultados obtidos com a meta.

1.3.1. Meta 8 – Nº de 64.189 pessoas diretamente beneficiadas pelos projetos sociais.

A meta corresponde ao número de pessoas diretamente beneficiadas pelos projetos sociais.

Resultado:

Com apoio do NPROS- Núcleo de Programas Sociais e do EPROJ - Escritório de Projetos, o TJAC fortaleceu as ações sociais direcionando-as aos públicos específicos, objetivando assim resultados mais efetivos nas ações. Mediante esse nova forma de trabalho não foi possível atingir a meta estabelecida tendo um resultado de 41.953 pessoas atendidas pelas ações sociais. Meta não cumprida.

Ações desenvolvidas:

1. Mapa das ações sociais desenvolvidas em 2012.

Imagem 7: Mapa das ações sociais institucionalizadas em 2012.



Fonte: Negest/Eproj

2. Campanha de Conscientização e prevenção da violência contra mulher

O Tribunal de Justiça do Acre e a Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, da Comarca de Rio Branco, promoveram no dia 11 de maio de 2012 a Cicleata Contra a Violência Doméstica, com o objetivo de sensibilizar e envolver a sociedade para a luta contra violência doméstica.

Imagem 8: Cartaz da campanha Contra Violência Doméstica



Fonte: ASCOM

A atividade busca mobilizar diversos segmentos sociais, instituições públicas e privadas, em especial a comunidade escolar, faz parte projeto “Campanha de Conscientização e Combate a Violência Doméstica e Familiar”, cujo objetivo primordial é a divulgação da Lei Maria da Penha, por meio de ações de educação e conscientização.

A cicleata foi realizada às 16h30 do dia 11 de maio, partindo da frente do prédio da Vara de Violência Doméstica, no Centro da cidade, e percorreu o seguinte circuito:

Imagem 9: Folder da campanha Contra Violência Doméstica



Fonte: Intranet TJAC

Com quatro anos de existência, a Vara de Violência Doméstica de Rio Branco vem desenvolvendo um trabalho que não se resume ao cumprimento da Lei Maria da Penha (Lei Federal nº 11.340), com aplicação de medidas de proteção voltadas às mulheres vítimas de violência e punição aos seus agressores. Na verdade, paralelamente ao trabalho jurisdicional, a juíza Olívia Ribeiro e a equipe de servidores da vara têm como importante foco de atuação a educação e a conscientização, por meio da execução de diversos projetos sociais, com vistas ao combate a violência.

Esses projetos se justificam diante da crescente demanda de ações envolvendo a violência doméstica na cidade de Rio Branco, o que vem exigindo uma atenção maior do Judiciário no sentido de conhecer melhor o contexto desse tipo de violência, suas causas e desdobramentos. Em quatro anos de instalação, a vara já recebeu 17.858 e arquivou 9.690 processos. A cada mês, recebe uma média de 450 novos processos.

Foto 30: Fotos da cicletea contra a Violência Doméstica



Fonte: Intranet TJAC

3. ECA na Comunidade Direitos e Deveres

PÚBLICO-ALVO: Escolas das redes Estadual Municipal e Particular.

OBJETIVOS DO PROGRAMA: Difundir o Estatuto da Criança e do Adolescente entre alunos e demais atores da educação escolar.

GESTOR EXECUTIVO: Dr. Romário Divino Faria.

EQUIPE: Dr. Romário Divino Faria, pedagoga Alessandra Gonçalves, promotor de justiça Francisco José Maia Guedes e a psicóloga Rutilena Tavares.

META ALMEJADA: 1536 atendimentos diretos entre alunos e gestores das escolas atendidas.

META ATINGIDA: 1718 atendimentos, ou seja, 111,86% da meta almejada de atendimentos diretos com palestras educativas, perguntas comumente versando sobre Direitos da Criança e Adolescente, cidadania, bem como prevenção e resolução de situações de risco social que envolva esses alunos, coibindo e minimizando a ocorrência de agressões ou quaisquer outros atos infracionais, tanto dentro quanto fora do ambiente escolar.

DESCRIÇÃO SINTÉTICA DA EXECUÇÃO: O Programa vem sendo executado normalmente conforme planejado, as palestras são estruturadas conforme os públicos a serem trabalhados, são feitas palestras voltadas ao público infantil, adolescente e para os gestores, professores, pais de alunos e servidores que trabalham com educação. As ações são promovidas por uma equipe formada

por: juiz de direito, promotor de justiça ligado à Vara da Infância e da Juventude, psicóloga e uma pedagoga.

AVALIAÇÃO PRÉVIA DA VIABILIDADE SOCIO-ECONÔMICA PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO:

Trata-se de um Programa Social de grande relevância e que já atende a praticamente todo o público escolar do Município de Rio Branco e alguns Municípios vizinhos, busca parecerias com algumas instituições religiosas como Diocese de Rio Branco e Polícia Militar, tornando imprescindível a sua realização para a promoção da cidadania, proteção da criança e adolescente, bem como a prevenção de situações de risco social, pois além das palestras educativas e debates, são feitos atendimentos no sentido de solucionar situações de risco antes que elas cheguem às Varas da Infância e da Juventude, ou seja, é um verdadeiro trabalho de prevenção e acompanhamento dessas comunidades. Seu atual gestor demonstra engajamento e compromisso, é notório o aumento da credibilidade por parte da população e dos gestores, equipe pedagógica e alunos, nas ações desse importante Programa Social.

Foto 31: Programa ECA na Comunidade Direitos e Deveres



Fonte: NPROS

Foto 32: Programa ECA na Comunidade Direitos e Deveres



Fonte: NPROS

4. 2ª Vara da Infância e da Juventude de Rio Branco lança cartilha sobre violência sexual contra menores

Com o objetivo de ajudar pais e responsáveis a identificar e prevenir casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, o Tribunal de Justiça do Acre, por meio da 2ª Vara da Infância e da Juventude, lançou no dia 15 de maio de 2012 a cartilha “Violência Sexual Contra Criança e Adolescente: como prevenir?”.

O lançamento aconteceu às 8 horas, no Palácio da Justiça, no Centro de Rio Branco, como parte das ações da Agenda 18 de Maio – Dia Nacional do Combate a Exploração e Violência Sexual de Criança e Adolescentes.

A cartilha foi produzida pelo Núcleo de Apoio Técnico às Varas da Infância e da Juventude e fornece dicas básicas para ajudar a reconhecer casos de abuso sexual contra menores e também sobre como proceder uma vez constatado o abuso.

A idéia é que, além da família, também educadores possam fazer uso do material, com o intuito de auxiliar no processo de formação integral dos alunos.

De acordo com o relatório do Disque Direitos Humanos, o chamado Disque 100, somente no ano de 2010 foram registradas mais de 30 mil denúncias de violência contra crianças e adolescentes em todo o País, sendo que mais de 10 mil dos casos estavam relacionados ao abuso sexual. Embora a maior parte das vítimas seja de meninas, meninos também são vítimas frequentes de abusos, segundo o relatório.

O perigo mora ao lado

Um dos dados mais alarmantes do abuso sexual contra crianças e adolescentes é que, ao contrário do que diz o senso comum, o abusador geralmente é alguém de confiança, do convívio próximo ou até mesmo da família, podendo ser um tio, um avô ou até mesmo o próprio pai da criança. Engana-se quem pensa que o abusador tem um perfil definido ou que seja um alcoólatra, bandido ou mesmo indivíduo psicologicamente perturbado. Embora a maioria dos abusadores seja composta por homens, também mulheres cometem esse tipo de crime.

E a lei o que diz?

De acordo com o art. 217-A do Código Penal, aquele que tiver conjunção carnal ou praticar ato de natureza libidinoso com menor de 14 anos está sujeito a pena de reclusão de 8 a 15 anos. Também o art. 218-B do CP estabelece que aquele que submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 anos ou que, por enfermidade ou doença mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que o abandone estará sujeito a pena de reclusão de 4 a 10 anos. Se o crime é praticado com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa.

O art. 130 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que também disciplina a matéria, determina que verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsáveis, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum.

Envolvendo a comunidade escolar

Durante o evento de lançamento da cartilha também foram premiados os vencedores do Concurso de Frases para adolescentes estudantes de escolas públicas e particulares da Capital, promovido pela 2ª Vara da Infância e da Juventude em novembro de 2011.

Alunos do ensino fundamental e médio disputaram as primeiras colocações redigindo uma frase sobre o tema “Violência Sexual contra Criança e Adolescente”. A competição teve o objetivo de alertar e envolver os estudantes na luta contra o abuso sexual de menores, chamando a atenção da sociedade para o problema.

Os vencedores foram premiados com máquinas fotográficas digitais e aparelhos de MP4. Além disso, o primeiro lugar geral teve sua frase divulgada em *outdoors* nas ruas de Rio Branco.

5. Projeto Começar de Novo

A iniciativa integra as ações do Programa Começar de Novo, idealizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e executado pelo TJAC desde 2009.

O objetivo do programa é reinserir ex-detentos na atividade profissional, em suas famílias e na sociedade. De acordo com o CNJ, “a medida é de fundamental importância para se evitar a reincidência dessas pessoas na criminalidade”.

Por isso, o Conselho incentiva os tribunais, instituições, organizações e empresas a encontrar mecanismos que possibilitem a entrada dos egressos do sistema prisional no mercado de trabalho.

6. VEPMA realiza cursos de capacitação profissional para reeducandos

A programação da unidade judiciária, cuja titular é juíza Maha Manasfi, começou em janeiro por meio de reuniões e atividades internas.

“Não podemos parar! Precisamos continuar implementando ações e medidas que ajudem a reinserir essas pessoas no âmbito de suas famílias e também no mercado de trabalho”, explicou a magistrada.

Fotos 33: Fotos dos cursos de capacitação profissional para reeducandos.



Fonte: Intranet TJAC

No dia 6 de fevereiro teve início o “Curso de Cabeleireiro”, que conta com a participação de 20 reeducandos, entre homens e mulheres. O curso está sendo ministrado pelo profissional Mario Sampaio.

Os encontros acontecem em uma das salas da VEPMA – destinadas a atividades de profissionalização – todas as segundas, terças e quartas-feiras, e terá duração de seis meses.

A Vara também está realizando encontros com os reeducandos que participam dos grupos de “Ética e Cidadania”, “Orientação e Conscientização a Dependentes Químicos”, “Coral de Música Redenção” e, ainda, um dos grupos de Evangelização. Em alguns encontros não só os reeducandos participam como também suas famílias.

Estavam previstos para iniciar ainda até o fim do daquele mês os cursos de “Economia Doméstica” e de “Garçom”.

7. Programa “Começar de Novo” realiza mais cursos de capacitação

A Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas (VEPMA) da Comarca de Rio Branco deu início a mais uma atividade de capacitação destinada aos reeducandos.

Desta vez, a programação do projeto Começar de Novo contemplou 25 reeducandos, entre homens e mulheres, com o Curso de Economia Doméstica.

Foto 34: Curso de economia doméstica aos reeducandos.



Fonte: Intranet TJAC

Titular da VEPMA, a juíza Maha Manasfi coordenou com sua equipe as atividades, cujo objetivo era reinserir os reeducandos no mercado de trabalho e, dessa forma, servir como estratégia para a redução da criminalidade. Além disso, a ressocialização busca maior aproximação entre os apenados e suas famílias.

Os encontros aconteceram em uma das salas da VEPMA – destinadas a atividades de profissionalização – todas as sextas-feiras, e tiveram duração de três meses.

Importância da economia doméstica

A economia doméstica está relacionada à saúde financeira e à qualidade de vida das pessoas. Para além da elaboração de uma planilha de gastos mensais, ela envolve o uso racional dos recursos (como água) e a escolha correta dos bens de consumo e de alimentos. Por meio de novas atitudes no dia-a-dia, como o consumo consciente, é possível evitar o desperdício.

8. Cantata de Páscoa: Justiça promove atividade cultural com reeducandos

Celebrada por cristãos do mundo inteiro, a páscoa é uma festa cristã que relembra a ressurreição de Jesus Cristo. Mas não é apenas esse o sentido que o Judiciário Acreano preconizou com o evento “Cantata de Páscoa”, que ocorreu no dia 4 de abril.

O ato foi promovido no Palácio da Justiça a partir das 9h, pelo Tribunal Acreano e pela Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas (VEPMA), de Rio Branco. O desembargador-presidente Adair Longuini e a juíza titular da unidade judiciária, Maha Manasfi, conduziu a atividade.

Sob regência do maestro e advogado Otoniel Turí, a Cantata de Páscoa foi entoada por pelo menos vinte reeducandos – que estão nos regimes aberto e de pena privativa de direitos –, que fazem parte do Coral Redenção.

Foto 35: Cantata de Páscoa pelos reeducandos.



Fonte: Intranet TJAC

Eles cantaram músicas que expressavam não apenas o espírito da páscoa, mas principalmente o veio da superação. É que muitos deles conseguiram vencer o preconceito da sociedade e tiveram outra oportunidade de recomeçar suas vidas. A palavra páscoa no original, aliás, significa a passagem da escravidão para a liberdade.

9. Programa Começar de Novo: Curso de ovos de páscoa contribui para profissionalização de reeducandos

Dentre as diversas ações desenvolvidas no âmbito do Programa Começar de Novo, a Vara de Penas e Medidas Alternativas (VEPMA) de Rio Branco concluiu no mês de abril o curso de confecção de ovos de páscoa.

Realizado no período de 21 de março a 4 de abril, o curso foi ministrado pela servidora Alessandra D'Ávila, diretora de secretaria da VEPMA, e envolveu 15 reeducandos. Além de contribuir para a ressocialização dessa fração da população de egressos do sistema prisional, o curso também buscou oferecer possibilidades de reforço da renda familiar.

Na avaliação da Juíza Maha Manasfi, titular da Vara, “é preciso ir além e oferecer oportunidades para que os reeducandos possam reconhecer e desenvolver seus melhores talentos”. A magistrada coordena uma gama de iniciativas que buscam desenvolver as potencialidades profissionais e artísticas dos detentos, e assim prepará-los para o retorno ao convívio social.

Parte dos ovos de chocolates confeccionados foi distribuída na Associação Amigos do Peito, que abriga pessoas que vêm de municípios do interior para tratamento de câncer na cidade de Rio Branco, especialmente famílias de baixa renda que não têm parentes na capital acreana.

Foto 36: Curso de ovos de páscoa para os reeducandos.



Fonte: Intranet TJAC

A professora Iara Brito, responsável pela Associação, recepcionou a equipe da VEPMA e os reeducandos com muita satisfação e alegria, já que a instituição se mantém, sobretudo, de doações.

A entrega dos ovos de páscoa foi realizada pelos próprios reeducandos participantes do curso, além dos grupos de violão e cabeleireiro também promovidos pela VEPMA. Juntos eles promoveram uma tarde de confraternização com as pessoas que se encontram abrigadas para tratamento de saúde.

10. Programa Começar de Novo: Curso de cabeleireiro profissionaliza reeducandos de Rio Branco

Orientada pelo princípio da integração e ressocialização dos egressos do sistema prisional, a Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas de Rio Branco (VEPMA) ofereceu pela primeira vez um curso profissionalizante de cabeleireiro para os reeducandos que estavam recomeçando suas vidas.

Iniciado em janeiro de 2012, o curso teve duração de seis meses e foi sendo ministrado gratuitamente pelo cabeleireiro Mário Jorge Sampaio, também reeducando. Do curso participaram 25 alunos, sendo 20 reeducandos e mais cinco parentes destes.

Foto 37: Curso de cabeleireiro para os reeducandos.



Fonte: Intranet TJAC

Ao final da aprendizagem, os alunos participaram de uma cerimônia de formatura e receberam diploma que os habilitou para exercer a profissão. As aulas foram realizadas no salão-escola montado nas dependências da própria VEPMA, no Fórum da Avenida Ceará.

De acordo com a juíza Maha Manasfi, titular da VEPMA, diversas são as opções de curso profissionalizantes e de capacitação oferecidos atualmente pela Vara e o objetivo primordial é assegurar a ressocialização dos egressos do sistema penitenciário, especialmente por meio do trabalho.

“Ao fazerem um dos cursos oferecidos por nós, eles têm a possibilidade de aprender um ofício, uma habilidade ou mesmo uma nova profissão. E assim eles têm conseguido começar uma nova vida e se dedicar a uma nova carreira”, disse Maha.

Semana do Dia das Mães

Durante a semana que antecedeu o Dia das Mães, entre 7 e 11 de maio, a Vara de Penas e Medidas Alternativas homenageou as servidoras do Poder Judiciário oferecendo diversos serviços de beleza.

A oportunidade serviu para demonstrar as habilidades dos aprendizes de cabeleireiro que participaram do curso. Segundo a equipe técnica que coordenou a atividade, 60 atendimentos foram realizados durante a semana, com oferecimento de serviços de corte, massagem, esfoliação capilar e escova.

Para comemorar os bons resultados da atividade, a juíza Maha Manasfi se reuniu com o Diretor-Presidente do Instituto de Administração Penitenciária do Acre (Iapen-AC), Dirceu Silva, e o Secretário de Estado de Pequenos Negócios (SEPN), José Carlos dos Reis.

“Durante essa semana vocês puderam compartilhar o aprendizado já adquirido nesses quatro meses de curso, além de homenagear as servidoras mães do Judiciário com o oferecimento de um serviço gratuito e de qualidade. Que o sucesso da atividade possa servir de estímulo a todos vocês”, destacou a juíza, que também agradeceu o apoio recebido das instituições parceiras.

Foto 38: Curso de cabeleireiro para os reeducandos.



Fonte: Intranet TJAC

O Diretor-Presidente do lapen recomendou que os reeducandos aproveitassem a oportunidade e fizessem dela o início de uma nova vida. “Vocês já contam com o apoio do lapen e da Justiça, agora tudo só depende do esforço, disciplina e dedicação de cada um”, declarou.

Já o Secretário José Reis lembrou aos alunos a tradição dos negócios no Acre serem conduzidos por pequenos empreendedores e os aconselhou a buscarem se qualificar cada vez mais para, no futuro, também montarem o seu próprio negócio. “Quero ver todos aqui como empreendedores, dando o exemplo”, completou.

O lapen e a SEPN são parceiros da Vara de Penas e Medidas Alternativas na realização dos cursos profissionalizantes. No caso do curso de cabeleireiro, o Instituto assegura apoio operacional e educacional, ao passo que a Secretaria de Pequenos Negócios garante a estrutura e os instrumentos utilizados pelos aprendizes no salão-escola; ao final do curso também foi conferida uma estrutura básica aos reeducandos, para que eles estruturassem seus próprios salões.

11. Começar de Novo: Programa intensifica ações de ressocialização

O Começar de Novo promoveu ações voltadas à ressocialização dos reeducandos e à conscientização da sociedade. Desta vez o Programa integrou o evento “Dia da Família na Escola”, organizado pela Secretaria de Saúde do Estado.

A iniciativa aconteceu no mês de maio no bairro Sobral, em Rio Branco, e também fez parte do Programa Saúde na Escola (PSE) de 2012.

Coordenada pela Vara de Execuções e Medidas Alternativas (Vepma), uma equipe de reeducandos realizou 155 cortes (masculino e feminino) de cabelos gratuitamente.

Eles estavam em fase de conclusão do curso de formação profissional oferecido pela unidade judiciária, cuja titular é a juíza Maha Manasfi.

Ainda no mês de maio, as atividades foram oferecidas aos cidadãos dos bairros Santa Cecília e Vila Acre, na Escola Darci Vargas.

Foto 39: Curso de cabeleireiro para os reeducandos.



Fonte: Intranet TJAC

Crack, Tô fora

O Programa Começar de Novo também intensificou a campanha “Crack, tô fora”, idealizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Nesse caso, foram proferidas palestras em diversas escolas, com o intuito de conscientizar a população, sobretudo os mais jovens, sobre os malefícios causados pelo uso de substâncias entorpecentes.

A primeira palestra aconteceu no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), também no Sobral, para um público de 67 pessoas. Já no bairro Floresta, na Casa da Adolescente Mocinha Magalhães, também em Rio Branco, 30 jovens participaram do encontro.

Foto 40: Palestra da campanha “Crack, tô fora”,



Fonte: Intranet TJAC

As palestras foram ministradas por membros de diversas instituições, incluindo o Judiciário, e buscaram explicar de modo didático os danos causados pelas drogas, principalmente o Crack.

A ênfase maior era orientar a população para os riscos de experimentar a substância, que pode levar à dependência química.

Por se tratar de uma droga de efeitos avassaladores, que destrói rapidamente a capacidade humana e transforma o usuário em um dependente, o Começar de Novo trabalha com a idéia da prevenção.

Frases como “o melhor remédio contra o Crack é nunca experimentar” e “seja livre, nunca use Crack ou qualquer outra droga” são amplamente discutidas com os participantes.

Outras palestras acerca do mesmo tema foram proferidas na ala feminina do presídio Francisco D'Oliveira Conde.

O Começar de Novo visa não apenas proporcionar formação teórico-prática aos reeducandos, como garantir seu retorno ao convívio familiar e na sociedade e evitar sua reincidência no crime.

12. Vepma realiza visita em casas de recuperação de dependentes químicos

A Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas (Vepma) da Comarca de Rio Branco realizou neste mês de junho uma série de visitas a casas de tratamento e recuperação de dependentes químicos.

De acordo com a juíza Maha Manasfi, titular da unidade judiciária, o objetivo foi verificar as dificuldades existentes quanto à manutenção, funcionamento e gestão dos locais.

Por essa razão, ela convidou o secretário de Estado de Pequenos Negócios, José Reis, para acompanhar a atividade, da qual também fizeram parte servidores da Vepma.

Foram visitadas a Associação dos Pais e Amigos dos Dependentes Químicos (Apadeq), a casa de recuperação Gileade e a Associação Mão Amiga (AMA).

Foto 41: Casa de recuperação Gileade



Fonte: Intranet TJAC

A magistrada revelou o caráter da ação que integra o Programa Começar de Novo, que ela coordena no âmbito do Judiciário. “Essas casas e associações precisam de um apoio ininterrupto dos entes públicos para que, de fato, essas pessoas possam ser bem acolhidas, tratadas e se recuperem, a fim de retornar ao convívio de suas famílias e da sociedade”, afirmou Maha Manasfi.

Foto 42: Casa de recuperação Gileade



Fonte: Intranet TJAC

Ao observar de perto a realidade e conhecer as instalações, José Reis reconheceu as dificuldades encontradas nos centros. “Realmente precisamos estar mais presentes e garantir o devido suporte, pois vejo aqui que é feito um trabalho diferenciado, tão significativo e de cunho social, apesar da falta de recursos financeiros”, considerou o secretário.

Como fruto da visita, ficou pactuado que a secretaria do Estado apoiará as três casas, com o intuito de otimizar o funcionamento e ampliar a parceria por meio do oferecimento de mais cursos profissionalizantes às pessoas atendidas.

Maha Manasfi informou, ainda, que o Projeto Começar de Novo envidaria todos os esforços, com vistas a estabelecer outras parcerias, para que os dependentes pudessem se inserir no mercado de trabalho e, principalmente, ter condições de montar seu próprio negócio.

13. Programa Começar de Novo: Justiça Acreana celebra os bons resultados com trabalho de ressocialização

Em evento promovido no Teatro Plácido de Castro na noite do dia 8 de agosto, o Tribunal de Justiça do Acre e a Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas de Rio Branco (VEPMA) celebraram os bons resultados obtidos com o Programa Começar de Novo na Capital.

Foto 43: Evento de celebração dos resultados obtidos com o programa Começar de Novo.



Fonte: Intranet TJAC

Durante o evento foi conferido ao TJAC e aos seus principais parceiros na execução de ações voltadas à ressocialização o selo do Programa Começar de Novo e aconteceu a formatura de 28 reeducandos que participaram no primeiro semestre deste ano de cursos profissionalizantes de cabeleireiro e de garçom.

Foto 44: Foto dos formandos e familiares do programa Começar de Novo.



Fonte: Intranet TJAC

A cerimônia foi prestigiada por autoridades do Judiciário, do Sistema de Justiça, e pelos formandos, acompanhados de seus amigos e familiares. O Coral Redenção composto por reeducandos e mantido pela VEPMA, assim como os reeducandos alunos do Curso de Violão, realizaram apresentações especiais durante a festa.

O desembargador Silvio Marques, assessor da Corregedoria Nacional de Justiça, os desembargadores do TJAC, Adair Longuini (presidente), Eva Evangelista e Cezarinete Angelim, os juízes de Direito Regina Longuini, Edinaldo Muniz e Gilberto Matos, o promotor de Justiça Abelardo Townes, o diretor-presidente do Instituto de Administração Penitenciária, Dirceu Silva, e o secretário de Pequenos Negócios do Acre, José Carlos Reis, participaram do evento.

Foto 45: Participação dos Magistrados do TJAC no evento.



Fonte: Intranet TJAC

“O Tribunal de Justiça se orgulha do investimento realizado na promoção de diversas ações e projetos sociais, especialmente em prol da ressocialização, área em que os resultados obtidos são cada vez melhores”, ressaltou o desembargador-presidente Adair Longuini.

Em sua saudação durante o evento, o desembargador Silvio Marques, representante do CNJ, relembrou sua trajetória profissional na área da Justiça Criminal, para afirmar, “sinto-me predestinado por estar aqui, neste momento, conhecendo os frutos do Começar de Novo no Acre, programa pautado pela filosofia da progressão e reinserção, o grande desafio de nossa sociedade atualmente”.

Segundo ele, “a sociedade e o Estado precisam investir em sistemas penitenciários de progressão, ao mesmo tempo que preparar as condições para recebê-lo de volta, assegurando sua reinserção”. O experiente magistrado considera que “isso não seja apenas possível, mas extremamente necessário e fundamental” para tratar a problemática da violência e da grande população carcerária existente hoje no País.

A juíza titular da VEPMA e coordenadora do Começar de Novo no Acre, Maha Manasfi, registrou seus agradecimentos a todos os parceiros, entidades, instituições, além do Tribunal de Justiça e da sua equipe de servidores, que garantem a execução do programa. “É sempre um prazer reunir todos aqui para celebrar as vitórias de nosso trabalho”, disse a magistrada.

Foto 46: Juíza titular da VEPMA e coordenadora do programa Começar de Novo no Acre, Maha anasfi,



Fonte: Intranet TJAC

Selo do Programa Começar de Novo

A Portaria nº 49, do Conselho Nacional de Justiça, de 30 de março de 2010, estabeleceu requisitos para outorga às instituições que apoiam a ideia da ressocialização o selo do Programa Começar de Novo. Para receber o selo, as instituições devem ofertar cursos de capacitação ou vagas de trabalho para presos, egressos, cumpridores de penas e medidas alternativas, bem como, para adolescentes em conflito com a lei, além de comprovar a realização de cursos ou contratação dessa força de trabalho.

Durante o evento, o selo foi conferido ao TJAC, que passa a ser o primeiro tribunal da Região Norte a possuir a chancela; aos proprietários do Restaurante Pão de Queijo, Denise e Athos Borges, pela oferta de cursos e postos de trabalho para egressos do sistema penitenciário; e à Secretaria de Estado de Pequenos Negócios, pelo apoio concedido aos cursos profissionalizantes oferecidos pela VEPMA e aos reeducandos que iniciarão seus próprios negócios.

Foto 47: Entrega do selo do programa Começar de Novo a empresários de Rio Branco



Fonte: Intranet TJAC

Homenagens

Outros importantes parceiros e colaboradores do Começar de Novo foram homenageados com um certificado do TJAC e VEPMA. São eles: Dirceu Silva, diretor-presidente do Instituto de Administração Penitenciária do Acre; Otoniel Turi, voluntário e maestro do Coral Redenção; Rui Feitosa, voluntário e colaborador do Grupo de Evangelização; e Cícero Jean, empresário voluntário, que colabora como facilitador do curso de garçons.

Formatura

O curso profissionalizante de cabeleireiro, ministrado por Mário Jorge Albuquerque, também reeducando, formou 19 alunos. Esse foi o segundo curso de cabeleireiro oferecido pela VEPMA, com o apoio da Secretaria de Pequenos Negócios, que garantiu a estrutura e os instrumentos utilizados pelos aprendizes no salão-escola, montado nas próprias instalação da Vara. O Instituto Dom Moacyr também apoiou a iniciativa, assegurando a certificação dos alunos.

A turma do curso de cabeleireiro levou o nome de Eronildes Fernandes, tradicional profissional da área, reconhecida por formar novos cabeleireiros. Ela também prestigiou o evento e foi homenageada pela turma.

O curso profissionalizante de garçom, realizado pela terceira vez, formou 9 reeducandos. De acordo com dados da VEPMA, todos os alunos desse curso estão empregados e recebendo novas oportunidades de emprego.

14. Reeducandos formados em curso de cabeleireiro atuam em ações voluntárias

Os reeducandos formados no curso de cabeleireiro oferecido pela Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas (Vepma) de Rio Branco começaram a colocar em prática o conhecimento adquirido.

Foto 48: Reeducando participando de ação voluntária para corte de cabelo



Fonte: Intranet TJAC

Mal receberam os certificados do curso profissionalizante havia duas semanas, eles já realizaram dois atendimentos voluntários.

Os reeducandos realizaram 80 cortes de cabelos de ambos os sexos, em evento organizado pela Associação de Moradores do Bairro Boa União.

15. Vepma e Sebrae firmam parceria para capacitar reeducandos

A Vara de Penas e Medidas Alternativas (Vepma) da Comarca de Rio Branco, através do programa “Começar de Novo”, firmou parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). O objetivo era a realização de cursos dirigidos à capacitação profissional dos reeducandos do sistema prisional do Estado.

Os cursos tiveram início no último mês de setembro e foram até o próximo mês de novembro, nas modalidades “telessala” (cursos à distância) e “oficinas” (presencial).

Foto 49: Curso Aprender a Empreender ministrado pelo SEBRA



Fonte: Intranet TJAC

Na modalidade à distância, foram oferecidos os cursos “Aprender a Empreender” e “Aprender a Empreender Serviços”, que buscavam oferecer aos participantes a oportunidade de interagir com conceitos básicos sobre empreendedorismo, mercado e finanças.

Já na modalidade oficinas, os reeducandos tiveram à sua disposição as oficinas “SEI Planejar”, “SEI Controlar Meu Dinheiro”, “SEI Vender”, “SEI Comprar”, “SEI Unir Forças para Melhorar” e “Boas Vendas”, que buscavam estimular, desde a organização e desenvolvimento de um pequeno empreendimento ao uso correto do dinheiro e às técnicas de venda de produtos e serviços.

Os cursos aconteceram no anexo do Tribunal, na sala da Equipe Técnica do Fórum da Av. Ceará, no horário noturno.

O objetivo da Vepma é facilitar a reinserção social dos reeducandos no mercado de trabalho e no convívio social, bem como incentivar o senso de empreendedorismo nos participantes.

16. Justiça e FIEAC firmam parceria para qualificação profissional de reeducandos

Representantes do Poder Judiciário participaram, no dia 25 de outubro, de um seminário com a participação de empresários da capital acreana para discutir a oferta e a capacitação de jovens aprendizes para o mercado de trabalho.

O encontro foi promovido pela Federação das Indústrias do Estado do Acre (FIEAC), em parceria com o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), no auditório da FIEAC, em Rio Branco.

No total, cerca de 140 empresas de Rio Branco ofereceram, durante o ano de 2013, 760 vagas para jovens aprendizes, parte delas reservadas aos reeducandos que participam do Programa Começar de Novo, idealizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e coordenado, no Acre, pela juíza Maha Manasfi.

Representando o Poder Judiciário acreano, participaram as juízas Maha Manasfi (Rio Branco), Andréa Brito (Cruzeiro do Sul), Zenice Cardozo (Sena Madureira), Joelma Nogueira (Taraucá), além dos juízes Luis Pinto (Xapuri) e Gustavo Sirena (Feijó), todos da área de execução penal.

Foto 50: Seminário com a participação do Judiciário e FIEAC.



Fonte: Intranet TJAC

O diretor regional do SENAI, Cesar Dotto, também se mostrou sensível ao trabalho de apoio à ressocialização dos reeducandos: “Aproveitamos a oportunidade do encontro de hoje para firmar essa parceria, para que as empresas, que são as responsáveis pela oferta dessas vagas, possam incluir também as demandas do Tribunal de Justiça. Estamos felizes por receber aqui os juízes que lidam com a questão da ressocialização, tanto da capital, quanto do interior do estado, e poder, de alguma forma, ajudar nesse trabalho. Eu quero dizer que essa parceria também é fundamental para o SENAI, e que nós estamos totalmente à disposição”, ressaltou.

17. Secretaria de Pequenos Negócios e Vepma realizam entrega de kits de cabeleireiro a reeducandos

Os reeducandos formados no curso de cabeleireiro oferecido pela Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas (Vepma) de Rio Branco receberam, no dia 6 de novembro, kits com utensílios de salão de beleza para dar continuidade ao ofício aprendido.

A Juíza Maha Manasfi, titular da Vepma e coordenadora do Programa Começar de Novo, parabenizou os formandos e agradeceu as parcerias da Secretaria de Estado de Pequenos Negócios (SEPN) e do Instituto de Administração Penitenciária do Estado do Acre (IAPEN/AC) pelo apoio à qualificação profissional e ressocialização de reeducandos no Acre.

Foto 51: Entrega de kits de cabeleireiro a reeducandos



Fonte: Intranet TJAC

“Estou muito feliz por ver que as pessoas que hoje estão recebendo esses kits venceram várias barreiras e acreditaram nelas mesmas. Sou muito grata à confiança recebida da SEPN, que acreditou nesse trabalho de reinserção social e vem nos apoiando firmemente. Agradeço, ainda, o apoio recebido do Tribunal de Justiça, por meio do desembargador Adair Longuini, e ao diretor do Iapen, Dirceu Augusto, que também é um importante parceiro,” declarou.

O presidente do TJAC, além de parabenizar os reeducandos e a toda a equipe da Vepma pela qualidade do trabalho, destacou os avanços que vem ocorrendo no Tribunal em relação ao apoio às ações sociais, a exemplo do Programa Começar de Novo:

Foto 52: Entrega de kits de cabeleireiro a reeducandos



Fonte: Intranet TJAC

“Antigamente não havia separação entre esse trabalho de penas e medidas alternativas, focada na reinserção social e a própria execução penal, isso só foi resolvido com a criação da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas, que hoje acompanha mais de 4 mil processos e presta um serviço otimizado”, ressaltou Longuini.

O secretário de Pequenos Negócios, José Carlos Reis, destacou que a Secretaria está sempre de portas abertas para apoiar e auxiliar essas iniciativas: “Esse é um dos projetos que a secretaria incentiva, inclusive mediando em busca de linhas de crédito”, complementou.

O diretor do lapen, Dirceu Augusto, também parabenizou os formandos e enfatizou a relevância do trabalho prestado pela juíza e sua equipe. “A juíza Maha Manasfi tem uma preocupação especial com cada reeducando, acredita em vocês como poucas pessoas, com um entusiasmo quase juvenil, então aproveitem essa oportunidade”, finalizou.

O curso de cabeleireiro fez parte da programação de capacitação da Vepma no primeiro semestre deste ano e assegurou a formação de 13 reeducandos. Todos eles receberam kits – compostos de cadeira, lavador, secador, prancha e máquina de cortar – para iniciar seus pequenos negócios.

Foto 53: Entrega de kits de cabeleireiro a reeducandos



Fonte: Intranet TJAC

Resultados do Programa Começar de Novo

Dados fornecidos pelo Núcleo de Programas Sociais (Npros) do TJAC indicam que no ano de 2012 foram atendidos 2.710 reeducandos, que participaram de cursos profissionalizantes, grupos de apoio, atendimentos voluntários, entre outras ações.

18. Programa Audiência Pública

PÚBLICO-ALVO: Todos os ouvintes da Rádio Difusora Acreana, nas segundas-feiras, no horário das 8h às 8h45min.

OBJETIVOS DO PROGRAMA: Informar o ouvinte sobre seus direitos e deveres, bem como, sobre a estrutura e funcionamento do Poder Judiciário do Estado do Acre.

GESTOR EXECUTIVO: Dr. Clóvis Augusto.

META ALMEJADA: 168 atendimentos diretos de ouvintes via telefone, carta, E-mail, dentre outras e indiretamente todos os ouvintes da rádio que tem frequência em todo o Estado do Acre, Estados e Países vizinhos.

META ATINGIDA: 82,14%, ou seja, 138 atendimentos diretos com perguntas comumente versando sobre Direito Civil, Previdência, Penal, Trabalhista, dentre outros, de grande interesse social, que contempla um número bem maior de pessoas. Sendo as respostas sempre voltadas a orientar sobre a melhor forma de agir em cada situação.

DESCRIÇÃO SINTÉTICA DA EXECUÇÃO: O Programa vem sendo executado normalmente conforme planejado, isso porque não tem suas atividades encerradas no final do ano. Vai ao AR todas as segundas-feiras, no horário das 8h10min às 8h45min., na Rádio Difusora Acreana, frequência 1400 AM do Sistema Público de Comunicação, sendo que durante esse tempo, o apresentador Juiz Clóvis Augusto e seu assistente Márcio Bleiner, da Assessoria de Comunicação do TJAC, além de responder perguntas feitas pelos ouvintes, via telefone, carta, E-mail, etc., fazem comentários sobre matérias publicadas pela Agência de Notícia do TJAC e demais meios de comunicação, destacando os temas de maior repercussão social. Geralmente, são atendidos cerca de três a cinco ouvintes por programa, sendo que alguns dias, em razão de entrevistas, participação de convidados, não ocorrem atendimentos diretos, o que não torna o programa menos importante, dada a relevância dos temas que tratados. As ações são contínuas, não havendo recesso ou pausa nas atividades, ou seja, na primeira segunda-feira de 2013, o programa será apresentado normalmente.

AVLIAÇÃO PRÉVIA DA VIABILIDADE SOCIO-ECONÔMICA PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO:

Trata-se de um Programa Social de grande relevância e que já se consolidou nos quase 10 (dez) anos de execução e por ser desenvolvido através do rádio, enquadra-se na programação sequencial da Difusora Acreana. Seu atual gestor-apresentador demonstra engajamento e compromisso, não medindo esforços para apresentar o programa, mesmo em dias de feriados e com grande qualidade nas temáticas abordadas, o que possibilita o aumento da credibilidade por parte da população, nas ações desse importante Programa Social do Tribunal de Justiça do Estado do Acre.

Foto 54: Entrevista no programa de Audiência Pública com Des. Pedro Ranzi



Fonte: NPROS

19. Cidadania e Justiça na Escola.

Imagem 10: Folder do projeto Cidadania e Justiça na Escola



Fonte: ESMAC

PÚBLICO-ALVO:

- Alunos do 5º ano da rede de ensino público municipal de Rio Branco.

Foto 55: Projeto Cidadania e Justiça na Escola em Rio Branco



Fonte: ESMAC

- Alunos do 5º ano da rede de ensino público municipal Eпитaciolândia
- Alunos do 5º ano da rede de ensino público municipal Plácido de Castro
- Alunos do 5º ano da rede de ensino público municipal Brasília
- Alunos do 5º ano da rede de ensino público municipal Assis Brasil

Foto 56: Projeto Cidadania e Justiça na Escola em Eпитaciolândia



Fonte: ESMAC

- Alunos do 5º ano da rede de ensino público municipal Acrelândia
- Alunos do 5º ano da rede de ensino público municipal Porto Walter

OBJETIVOS DO PROGRAMA:

Este projeto, proposto pra ser executado pela Escola de Magistratura do Estado do Acre (ESMAC), visa implantar um programa criado e já implementado pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) destinado à conscientização acerca dos conhecimentos básicos de direitos e deveres, bem como da estrutura, atribuições e formas de acesso ao Poder Judiciário, destinado às crianças matriculados no 5º ano do ensino fundamental das escolas da rede pública de ensino com a participação de magistrados e colaboradores, inicialmente na comarca de Rio Branco e, posteriormente, nas demais comarcas, dependendo da demanda, com o apoio institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Acre e outros parceiros governamentais e/ou não governamentais.

GESTOR EXECUTIVO:

- Dr^a. Regina Longuini, Juíza de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública de Rio Branco.
- Juiz Robson Aleixo
- Juíza Shirlei Menezes
- Juiz Hugo Torquato
- Juiz Dannel Bomfim
- Juíza Maria Rosinete
- Juíza Andréia Brito, Promotor de Justiça Leonardo dos Santos e o representante dos Advogados do Brasil, - Seccional Acre, João Tota. Respectivamente.

VISITAS DOS JUÍZES ÀS ESCOLAS PARTICIPANTES

1º Ciclo – “Cartilha Justiça em quadrinhos” Rio Branco

Escola	Data da palestra	Hora	Palestra	Número de alunos
I Ilson Ribeiro	01.06	8h30min	Dra Olívia	29
I Ilson Ribeiro	01.06	14h30min	Dra Regina	31
Ione Portela da Costa Casas	01.06	8h30min	Dra Larissa	32
Padre Peregrino Carneiro de Lima	06.06	8h30min	Dra Maha	28
Padre Peregrino Carneiro de Lima	06.06	14h30min	Dra Larissa/Regina	59
Chico Mendes	12.06	8h30min	Dr. Erik	25
Chico Mendes	12.06	14h30min	Dr. Gilberto	26
Anice Adib Jatene	02.08	8h	Dra Maria Penha	63
Álvaro Vieira da Rocha	02.08	14h30min	Dr. Giordane	33
José Potyguara	16.08	14h30min	Dra Louise	53
Alvaro Rcha	21.08	8h30min	Dra Maha	28

Maria Lúcia Moura Marin	30.08	8h45min	Dra Ivete	28
Maria Lúcia Moura Marin	30.08	15h	Dr. Edinaldo	37
Irmã Maria Gabriela Soares	05.09	15h30min	Dra Loise Lopes	24
Francisco Augusto Bacurau	10.09	8h30min	Dr. Anastácio	27
Francisco Augusto Bacurau	10.09	14h30min	Dr. Anatácio	48

2º Ciclo – “Cartilha da Cidadania” Rio Branco

Escola	Data da palestra	Hora	Palestra	Número de alunos
Chico Mendes	10.07	8h30min	Dr. . Gilberto	28
Chico Mendes	10.09	14h30min	Dr. Gilberto	28
Padre Peregrino Carneiro de Lima	13.07	8h30min	Dra Mirla	61
Padre Peregrino Carneiro de Lima	17.07	14h30min	Dr. Gilberto	29
Ione Portela da Costa Casas	09.08	8h30min	Dra Regina	38
I Ilson Ribeiro	10.08	14h30min	Dr. Camolez	31
I Ilson Ribeiro	10.08	8h30min	Dr. Edinaldo	30
Álvaro Vieira da Rocha	04.09	14h30min	Dr. Lois Arruda	29
Anice Adib Jatene	14.09	8h	Dr. Erik	55
José Potyguara	20.09	14h30min	Dr. Erik	56
Francisco Augusto Bacurau	25.09	8h30min	Dra Maha	31
Francisco Augusto Bacurau	25.	14h30min	Dra Maha	27
Irmã Maria Gabriela Soares	0925.09	15h30min	Dra Penha	27
Maria Lúcia Moura Marin	27.09	8h45min	Dra Penha	30
Maria Lúcia Moura Marin	27.09	15h	Dra Penha	38

3º Ciclo – “Visitas dos Alunos ao TJAC” Rio Branco

Escola	Data da visita	Hora	Acompanhante	Número de alunos
Chico Mendes	21.09	8h as 11:30min	Dr. . Anastácio	29
Chico Mendes	21.09	14h as 17min	Dr. Érik	27
Padre Peregrino Carneiro de Lima	28.09	8h as 11:30min	Dra Maha	35
Padre Peregrino Carneiro de Lima	28.09	14h as 17min	Dra Maha	70
Ione Portela da Costa Casas	24.09	8h as 11:30min	Dr Edinaldo	35

I Ilson Ribeiro	04.10	8h as 11:30min	Dra Thais	28
I Ilson Ribeiro	04.10	14h as 17min	Dra Regina	32
Álvaro Vieira da Rocha	19.09	8h as 11:30min	Dra Regina	31
Alvaro Vieira da Rocha	19.09	14h as 17min	Dr. Lois	33
Anice Adib Jatene	05.10	8h as 11:30min	Dr. Erik	49
José Potyguara	1º.10	14h as 17min	Dra Thais	75
Francisco Augusto Bacurau	18.09	8h as 11:30min	Dra Regina	29
Francisco Augusto Bacurau	18.09	14h as 17min	Dr. Laudivon	52
Irmã Maria Gabriela Soares	26.09	14h as 17min	Dra Olívia	23
Maria Lúcia Moura Marin	03.10	8h as 11:30min		32
Maria Lúcia Moura Marin	03.10	14h as 17min		40

4º Ciclo – “Concurso de Redação” Rio Branco

Escola	Nome dos 5 alunos das melhores redações
Chico Mendes	Edcarlos Alves Montilho Érica Tainá Soares da Silva Carolina Araújo Silva Larissa Vitoria Marcusso Franco Welligton Rodrigues de Souza
Padre Peregrino Carneiro de Lima	Ariane de Oliveira Zanateli Érick da Silva André Luiz Andrade de Sousa Misaél Feitosa Farropo Ana Paula Costa do Nascimento
Ione Portela da Costa Casas	Hemelly Araújo Neves Leandro Adryelle Rhenathy Barbosa Martins Elisama de Oliveira Souza Gilmar Mantoani Filho
I Ilson Ribeiro	Taynara Braga de Lima Brenda Pimentel de Souza Thiago Henrique Cardoso Carneiro Carolena Batista dos Santos Melry Bezerra da Costa
Álvaro Vieira da Rocha	Bruna de Assis Magalhães Raiele Sales Souza Jade Camile Ryan Barbosa de Oliveira Rayssa Almeida de Oliveira

Anice Adib Jatene	Jayne do nascimento Xavier Dandara Lima de Oliveira Stéfany Rufino martilho Laura G.Souza Domingos Talisson Rogério Santiago Johara Victoria Menezes
José Potyguara	Giovana Rafaela Ferreira Wiziliany da Silva Ludmila da Silva Ariana Marquês Pinheiro Tailine da Silva Ferro
Francisco Augusto Bacurau	Matheus Bonato Teixeira Wanderson Moiclin de Araújo Gomes Ana Carolina Aragão Leães Alcântara da Conceição Nataline Kelly Ferreira da Silva
Irmã Maria Gabriela Soares	Patrícia Mendes Campos Luan Saymo Silva do Nascimento Helem Giovana Santiago Adriel Queiroz Soares Camila Lemes Vieira
Maria Lúcia Moura Marin	Hisadora Belisa Costa de Araújo Livia Rocha de Brito Evilânia Pereira Queiroz de Souza Tainara de Souza Cavalcante Ana Carolina Mendes de Souza

META ALMEJADA e META ATINGIDA:

Município	Meta Almejada	Meta Atingida	Diferença
Rio Branco	676 crianças	619 crianças	57 para menos
Epitaciolândia	225 crianças	225 crianças	Meta atingida
Plácido de Castro	36 crianças	36 crianças	Meta atingida
Brasiléia	403 crianças	403 crianças	Meta atingida
Assis Brasil	209 crianças	209 crianças	Meta atingida
Acrelândia	145 crianças	145 crianças	Meta atingida
Porto Walter	140 crianças	140 crianças	Meta atingida

DESCRIÇÃO SINTÉTICA DA EXECUÇÃO:

O Projeto é uma forma de melhorar a interação entre o Poder Judiciário e a sociedade, principalmente a comunidade escolar, permitindo aos magistrados conhecer melhor a realidade social, através de uma inserção qualificada no cotidiano escolar, ao mesmo tempo em que proporcionar aos alunos do 5º ano da rede de ensino público municipal conhecimento de seus direitos e deveres, bem como do papel social e da estrutura do Poder Judiciário e os modos de acesso à Justiça.

Esse programa é uma contribuição da ESMAC/ASMAC na educação de nossos cidadãos, principalmente das crianças em idade escolar, através da promoção da cidadania mediante a difusão e conscientização de direito, deveres e valores, buscando os seguintes resultados: formação de agentes multiplicadores; possibilidade de pesquisa, leitura, análise e reflexão sobre os deveres dos cidadãos,

ética, cidadania e justiça; conscientização sobre os direitos e a forma de exercê-los e complemento do ensino, estabelecendo relações entre o conteúdo curricular e as atividades dos Poderes no contexto do regime democrático brasileiro.

EQUIPE DO PROJETO

Nome	Função	Unidade
Desª Eva Evangelista	Diretora	ESMAC
Drª Regina Célia F. Longuini	Coordenadora	2ª Vara da Fazenda Pública
Francisco Arnaldo de S. Ferreira	Gerente do Projeto	EPROJ
Juraci Regina Pacheco Nunes	Assessora Pedagógica	ESMAC
Antonia Keldiney G. Sousa – 80% Francisco Antonio Franco de Souza - 5% Maria de Fátima Oliveira Mota – 5% Anne Cristina Freitas de Souza – 5% Rosângela Maria Nunes Raulino – 5%	Monitora do Programa	NPROS

Foto 57: Projeto Cidadania e Justiça na Escola



Fonte: ESMAC

AValiação Prévia da Viabilidade para o Próximo Exercício:

A atuação do Poder Judiciário, seus membros, servidores e colaboradores no papel do processo educativo foi muito bem executado, percebendo-se pelo interesse dos alunos, professores, e todos que dele participaram. Os pequenos ficavam maravilhados em saber que ali estava um Juiz, e que iriam ver de perto as instalações do Poder Judiciário. Dessa forma, cumpre o Tribunal de Justiça do Estado do Acre, pelas mãos de sua Escola da Magistratura, a Meta n. 4/2011 do Conselho Nacional de Justiça.

O programa foi levado para cinco municípios do interior do Estado, sendo que outros já demonstraram interessados em aplicá-lo no próximo anos, pois veem nele a possibilidade de mudar o pensamento dos futuros administradores.

Sendo assim, considerando a relevância do social levantada pelo Programa, pela temática que aborda e por não ter encontrado nenhum obstáculo durante sua execução, o Projeto Cidadania

e Justiça na Escola foi proveitoso pela nossa sociedade, sendo credenciado como uma ação social a ser desenvolvida no próximo ano.

20. Projeto Campanha de Conscientização e Prevenção à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

PÚBLICO-ALVO: Alunos e a comunidade em geral dos bairros com maior índice de violência doméstica e familiar contra a mulher.

OBJETIVOS DO PROGRAMA: Conscientizar a comunidade em geral para o alto índice de violência doméstica e familiar contra a mulher no âmbito do município de Rio Branco, com a realização de uma campanha envolvendo a sociedade e as escolas situadas nos bairros de maior índice de violência, a partir de ações de impacto social de conhecimento e divulgação dos direitos e garantias das mulheres.

GESTORA EXECUTIVA: Juíza de Direito Olívia Alves Ribeiro.

META ALMEJADA: 2.800 (dois mil e oitocentos) pessoas (alunos, pais, professores e a comunidade em geral).

META ATINGIDA: 3.030 (três mil) pessoas (alunos, pais, professores e a comunidade em geral).

DESCRIÇÃO SINTÉTICA DA EXECUÇÃO: O Programa Social Campanha de Conscientização e Prevenção à Violência Doméstica e Familiar Contra Mulher foi desenvolvido regularmente conforme o planejado, sendo que apenas a atividade de cicloleta foi realizada em data posterior à planejada, em razão da alagação do rio Acre, que inundou parte do percurso traçado. Essa atividade seria a inicial e ocorreria no dia 08 de março, dia internacional da mulher, vindo a acontecer no mês de maio.

Assim, passou-se a trabalhar a etapa de palestras nas seguintes escolas: Terezinha Miguéis (Bairro Cidade Nova), Antonio Fernandes (Bairro Santa Inês), Josué Fernandes (Bairro Recanto dos Buritis), João Marino (Bairro Taquari), Paulo Freire (Belo Jardim I), Roberto Sanches Mubáric (Bairro 6 de Agosto), Leôncio de Carvalho (Vila Acre), Henrique Lima (Bairro Calafate), Luíza Batista (Bairro Esperança II), Pedro Martinello (Bairro Montanhês) Dom Bosco (Bairro Primavera). Vale ressaltar que as palestras também eram abertas para a comunidade em geral dos bairros.

Após as palestras, os alunos iniciaram a fase do concurso de frases e redações, que após escolhidas as escolas enviaram as três melhores de cada modalidade para a Vara de Violência, que buscou a parceria para a correção na Academia Acreana de Letras, passando a selecionar as três melhores frases e redações dentre todas, para as devidas premiações dos seus autores e exposição em outdoor pela cidade.

O evento de encerramento das atividades da Campanha ocorreu dia 10 de dezembro de 2012, às 15h, no Palácio da Justiça, ocasião em que foi ministrada palestra sobre “A Lei Maria da Penha e o Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher”, pela promotora de Justiça Lindinalva Dalla Costa, membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, para todos os presentes, realizada a entrega das premiações aos vencedores do concurso e feitos os agradecimentos aos colaboradores e participantes da campanha.

AValiação Prévia da Viabilidade Socio-Econômica para o Próximo Exercício:

Trata-se de um Programa Social de grande relevância, pois apesar das tentativas do legislador em regulamentar e estabelecer critérios mais rigorosos para a conduta antijurídica, os índices de violência doméstica e familiar não vêm apresentando redução significativa, o que retrata a necessidade de paralelo as determinações legais, trabalhar a conscientização do cidadão para o agir adequado.

Dessa forma, a Campanha se apresenta como importante mecanismo de prevenção à incidência de crimes relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher, à medida que além de informar todas as hipóteses de cometimento da infração, seus ritos processuais e medidas protetivas adotadas, ainda procura resgatar valores de combate à violência e princípios que resguardam a dignidade da mulher e da pessoa humana que é.

Dada a sua relevância, a Campanha obteve a adesão e confiança das empresas: Moveis Gazin, Banco do Brasil, Rotary Clube Rio Branco, Casa da Amizade, Fiat Comauto e ASMAC, que custearam R\$ 11.350,00 (onze mil, trezentos e cinquenta reais), para a realização das suas diversas fases. Assim, esse Programa Social reúne todos os requisitos para a sua manutenção dentre as ações institucionais do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, a serem desenvolvidas no exercício de 2013.

Foto 58: Reunião com os CRAS



Fonte: NPROS

Foto 59: Reunião com os CRAS



Fonte: NPROS

21. Projeto Cidadão

O Projeto Cidadão é uma iniciativa do Tribunal de Justiça do Estado do Acre e tem como Principal objetivo garantir a emissão gratuita de documentação à população de baixa renda, de forma rápida e desburocratizada. Ele surgiu da preocupação em reverter dados fornecidos pelo IBGE, cujas estatísticas mostravam que, em 1995, aproximadamente 68% dos habitantes do Estado não possuíam nenhum tipo de registro legal. O trabalho, que iniciou em 1995 a partir de uma parceria com a Prefeitura Municipal de Rio Branco, conta com o apoio de diversas organizações governamentais e não-governamentais e consiste em operações democráticas que garantem às pessoas do interior e da capital a retirada de documentação gratuita, consultas jurídicas, atendimento médico-odontológico, palestras educativas e atividades culturais e esportivas.

Parceria é uma das palavras-chaves do Projeto Cidadão. Graças a ela, o Tribunal de Justiça do Estado do Acre vem conseguindo envolver setores da administração pública, sociedade civil e o próprio cidadão no desafio de democratizar os serviços públicos e fortalecer o exercício da cidadania. Mais de 15 órgãos públicos fazem parte das atividades oferecidas pelo o projeto, além de organizações não-governamentais e empresários locais.

Atendimentos do Projeto Cidadão em 2012

DOCUMENTOS EXPEDIDOS

DOCUMENTOS EXPEDIDOS	QUANTIDADE
CPF	1.368
CASAMENTO	2.469
IDENTIDADE	2.391
CARTEIRA DE TRABALHO	1.264
ATENDIMENTO AO ELEITOR (ALISTAMENTO, DIVULGAÇÃO, EMISSÃO DE 2º VIA, REVISÃO E TRANSFERÊNCIA)	252
CERTIDÃO DE OBTO	1
REGISTRO DE NASCIMENTO 2º VIA	186
CERTIDÃO DE NASCIMENTO	42
ATENDIMENTO – PROGRAMAS SOCIAIS	4228
(Bolsa família, Carteira da 3º idade e Bolsa Escola)	1990
CORTE DE CABELO	378
ATENDIMENTO PREVIDENCIÁRIO (INSS)	428
ATENDIMENTO JURÍDICO	349
ORIENTAÇÕES JURIDICAS FOTOCÓPIAS PARA DOCUMENTOS	6.574
FOTOGRAFIAS PARA DOCUMENTOS	4.003
ATENDIMENTO NA ÁREA DE SAÚDE:	8.507
Total	34.430

22. Outras ações que indiretamente vieram a contribuir com o objetivo estratégico.

Tabela resumida dos programas institucionalizados executados em 2012 e monitorados pelo núcleo de Programas Sociais – NPROS.

Tabela 5: Tabela resumida dos programas institucionalizados executados em 2012

DADOS POR PROGRAMA SOCIAL EM 2012			
PROGRAMA	EXECUTADO	Nº DE PARTICIPANTES	TOTAL
CIDADANIA E JUSTIÇA NA ESCOLA	Comarca de Rio Branco	619	1.777
	Comarca de Acrelândia	145	
	Comarca de Plácido de Castro	36	
	Comarca de Assis Brasil	209	
	Comarca de Epitaciolândia	225	
	Comarca de Brasiléia	403	
	CIC de Porto Walter	140	
COMEÇAR DE NOVO	Comarcas de Rio Branco Comarca de Sena Madureira Comarca de Cruzeiro do Sul Comarca de Tarauacá Comarca de Xapuri	2.292 120 168 125 5	2.710
ECA NA COMUNIDADE: DIREITO E DEVERES	Comarca de Rio Branco	1.718	1.718
AUDIÊNCIA PÚBLICA	Comarca de Rio Branco	141	138
CAMPANHA DE CONSCIENTIZAÇÃO E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER	Comarca de Rio Branco	3.030	3.030
TOTAL GERAL			9.373

Fonte: NPROS

1.4. Promover a efetividade dos serviços à Sociedade preservando os valores éticos.

Este objetivo visa levar à sociedade a excelência dos serviços prestados pelo TJAC, criando valores perenes, reconhecidos pelos clientes internos e externos do Poder Judiciário do Acre.

Resultado do cumprimento desse objetivo estratégico: 82,68%

As metas 9 e 10, estabelecidas no planejamento estratégico, orientaram as ações das unidades para cumprimento desse objetivo estratégico. Seguem abaixo as ações desenvolvidas, bem como os resultados obtidos com as metas.

1.4.1. Meta 9a - Reduzir para 44% a taxa de congestionamento na fase de execução cível 1º grau.

Essa taxa mede a efetividade da justiça, pois leva em conta o total de casos novos que ingressaram na Justiça, os julgados e os pendentes.

Tem como objetivo agilizar o movimento processual e garantir a razoável duração do processo.

Resultado:

O desafio da meta do seguimento da justiça 1ª grau era de chegar a 42,5% no indicador da taxa de congestionamento na fase de execução cível, mas, mediante as ações desenvolvidas, o resultado ficou em 74,84%. **Meta não cumprida**

Área	META	CUMPRIMENTO DA META
1º Grau	42,5%	74,84%

1.4.2. Meta 9b - Reduzir para 17%, a taxa de congestionamento na fase de execução cível dos Juizados Especiais.

Essa taxa mede a efetividade da justiça, pois leva em conta o total de casos novos que ingressaram na Justiça, os julgados e os pendentes.

Tem como objetivo agilizar o movimento processual e garantir a razoável duração do processo.

Resultado:

O desafio da meta do seguimento da justiça Juizados Especiais era de chegar a 17% no indicador da taxa de congestionamento na fase de execução cível, mas, mediante as ações desenvolvidas pelas unidades, o resultado ficou em 22,7%. **Meta não cumprida.**

1.4.3. Meta 10 - Aumentar em 12,5% a produtividade do magistrado na fase de execução

Esta meta traduz a produção dos magistrados por área da justiça. A relação se dá em função dos magistrados providos nas respectivas áreas e o total de julgados.

Resultado:

Os resultados apresentam características distintas no primeiro grau e juizados. No primeiro grau, a meta foi cumprida, já nos juizados, não, ficou parcialmente cumprida. **Meta cumprida parcialmente.**

Área	Meta	2011	% atingimento
1º Grau	154 p/ magistrado	279	100%
2º Grau	-	-	-
Juizados Especiais	120 p/ magistrado	99,2	82,68%

Ações desenvolvidas:

1. Programa de Valorização dos Magistrados chega à Região Norte

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizou no dia 8 de outubro de 2012, em Manaus (AM), o Encontro Regional Norte do Programa Valorização dos Magistrados: Juiz Valorizado, Justiça Completa.

O evento, que aconteceu na sede do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM), contou com a participação do representante do CNJ, conselheiro José Lúcio Munhoz, e reuniu mais de 70 magistrados de Tribunais de Justiça, Corregedorias, Escolas Judiciais e Associação de Magistrados da Região Norte.

Representando a Justiça Acreana, participaram do evento o presidente do TJAC, desembargador Adair Longuini, a diretora da Escola Superior da Magistratura, desembargadora Eva Evangelista, e os juízes Edinaldo Muniz, indicado pela Corregedoria Geral da Justiça, e Raimundo Nonato, vice-presidente da Associação dos Magistrados do Acre.

Durante o evento os participantes debateram mecanismos de valorização da magistratura e do Poder Judiciário, tanto em sua estrutura interna como perante a sociedade.

Antes do Norte, a iniciativa já foi apresentada pelo CNJ nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste.

O programa

O Programa Valorização dos Magistrados é um espaço para discussão de temas como condições de trabalho, segurança, saúde, remuneração, formação, comunicação com a sociedade, além de outros fatores que podem refletir no exercício da magistratura e na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos pelo Poder Judiciário.

Durante todo o dia, os magistrados da região Norte estiveram reunidos para discutir quatro temas: “Mecanismos de suporte e apoio ao trabalho judicial. Produtividade e qualidade da Jurisdição: métodos de avaliação e reconhecimento institucional do trabalho judicial”; “Formação ética e teórico-prática dos Magistrados e os fins da Justiça. Papel das Escolas da Magistratura”; “A visão do Judiciário e a figura pública do magistrado em ações sociais” e “Comunicação dos tribunais e Magistrados com a Sociedade”.

Os temas foram debatidos por grupos e as reflexões e conclusões apresentadas antes do final do encontro, que se encerra às 17h30.

De acordo com o coordenador do programa, conselheiro Lúcio Munhoz, presidente da Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas do CNJ, parte das propostas apresentadas pelos magistrados poderá ser contemplada em atos administrativos do Conselho.

2. Ações da Corregedoria-Geral da Justiça.

a - Atos praticados

Tabela 6: Atos praticados pela COGER

Descrição do ato	Quantidade
Recomendações	12
Provimentos	02
Provimentos do Conselho da Magistratura	03
Provimentos em conjunto	01
Portarias expedidas	104
Portarias conjuntas expedidas	04
Ofícios circulares expedidos	102
Ofícios expedidos	598

Fonte: COGER

b - Treinamentos no SAJ quanto ao projeto de virtualização.

Com a implementação do processo virtual, necessário se fez realizar treinamentos junto aos servidores, quanto ao uso do sistema que viabiliza o processo virtual. Com isso, no ano de 2012, foram realizados 13 treinamentos, pela Assessoria de Informática da Corregedoria-Geral da Justiça.

3. Outras ações que vieram a colaborar com o objetivo estratégico.

a - Ações desenvolvidas pela Vice-Presidência

No ano de 2013, a Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Acre recebeu 2.337 Recursos, conforme se observa no quadro abaixo:

VICE-PRESIDÊNCIA / 2012												
	Recurso Especial			Recurso Extraordinário			Recurso Ordinário		** Resp's e RE's com Agravos			Diversos/ Incidentes
	Admitido	Inadmitido	Diversos	Admitido	Inadmitido	Diversos	STJ	Diversos	STJ	STF	Diversos	
JANEIRO	4	138	8	-	32	-	1	-	29	6	-	3
FEVEREIRO	3	84	4	-	10	2	-	-	82	22	-	-
MARÇO	5	40	3	-	2	-	1	-	56	10	-	1
ABRIL	1	50	1	-	3	-	-	-	38	2	55	-
MAIO	4	53	-	-	3	-	6	-	76	-	3	-
JUNHO	4	57	5	-	6	2	2	1	31	1	4	1
JULHO	5	47	15	-	7	1	-	-	21	7	19	-
AGOSTO	6	122	13	-	16	8	3	1	86	26	88	1
SETEMBRO	5	93	3	-	15	6	2	-	40	3	6	1
OUTUBRO	7	131	8	-	5	1	-	-	28	3	9	1
NOVEMBRO	4	88	1	-	5	-	3	-	29	1	3	1
DEZEMBRO	27	102	7	-	15	3	1	-	188	27	18	-
TOTAL	75	1.005	68	-	119	23	19	2	704	108	205	9
* Dados extraídos do Sistema de Automação da Justiça do Segundo Grau, no período de 16.12.2011 a 13.12.2012												
** As decisões proferidas nos Agravos em Resp e RE são lançadas no sistema SAJ-SG5 dentro do próprio Recurso (Resp e RE), haja vista que aqueles recursos são entranhados nos próprios autos e não possuem cadastro.												
Rio Branco, 13 de dezembro de 2012												
Des. Samoel Evangelista												
Vice-Presidente												

b - Ações do Núcleo de precatórios.

No ano de 2012 foram liberados R\$ 18.826.947,63 - dezoito milhões, oitocentos e vinte e seis mil, novecentos e quarenta e sete reais e sessenta e três centavos - para o pagamentos de precatórios. Desse total, foram pagos R\$ 11.048.851,07 (onze milhões, quarenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e um reais e sete centavos) em precatórios do Estado do Acre; R\$ 6.948.928,28 (seis milhões, novecentos e quarenta e oito mil, novecentos e vinte e oito reais e vinte e oito centavos) em precatórios do Município de Rio Branco e R\$ 829.168,28 (oitocentos e vinte e nove mil, cento e sessenta e oito reais e vinte oito centavos) em precatórios dos demais Municípios.

Quanto aos Tribunais, foram pagos R\$ 5.177.722,40 (cinco milhões, cento e setenta e sete mil, setecentos e vinte e nove reais e quarenta centavos) em precatórios do Tribunal de Justiça do Estado do Acre; R\$ 13.592.034,30 (treze milhões, quinhentos e noventa e dois mil, trinta e quatro reais e trinta centavos) em precatórios do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região e R\$ 57.190,93

(cinquenta e sete mil, cento e noventa reais e noventa e três centavos) em precatórios do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Tabela 7: Tabela dos pagamentos realizados no ano de 2012

ENTE DEVEDOR	VALOR PAGO
RIO BRANCO	R\$ 6.948.928,28
ESTADO DO ACRE	R\$ 11.048.851,07
CRUZEIRO DO SUL	R\$ 36.427,79
SENADOR GUIOMARD	R\$ 31.408,14
ACRELÂNDIA	R\$ 6.355,06
FEIJÓ	R\$ 105.696,40
CAPIXABA	R\$ 17.573,01
ASSIS BRASIL	R\$ 20.228,55
TARAUACÁ	R\$ 46.278,73
BRASILÉIA	R\$ 312.506,38
PLÁCIDO DE CASTRO	R\$ 27.676,13
XAPURI	R\$ 154.358,30
SENA MADUREIRA	-
MARECHAL THAUMATURGO	R\$ 70.659,79
TOTAL	R\$ 18.826.947,63

Fonte: Núcleo de Processamento e Gestão de Precatórios – NPGP

Tabela da quantidade de credores e valores pagos em reais por Tribunais no ano de 2012

Tabela 8: Tabela das quantidade de credores e valores pagos por Tribunais

ANO	TJ/AC		TRT 14ª REGIÃO		TRF 1ª REGIÃO		TOTAIS	
	QT	VALOR	QT	VALOR	QT	VALOR	QT	VALOR
2012	53	5.177.722,40	172	13.592.034,30	4	57.190,93	229	18.826.947,63

Fonte: Núcleo de Processamento e Gestão de Precatórios - NPGP

1.5. Assegurar, ao cidadão, o acesso à Justiça.

A garantia de acesso ao sistema de justiça estadual, de forma célere, facilitada e balizada de conceitos e diretrizes que privilegiem o crescimento de nosso serviço com a diminuição de tempo de resposta ao jurisdicionado.

Resultado do cumprimento desse objetivo estratégico: 89,02%

A meta 11, estabelecida no planejamento estratégico, orientou as ações das unidades para cumprimento desse objetivo estratégico. Seguem abaixo as ações desenvolvidas, bem como os resultados obtidos com a meta.

1.5.1. Meta 11 - Aumentar para 82% os municípios atendidos com estrutura física e Comarca efetivamente instalada.

De um total de 22 municípios, há hoje 16 comarcas instaladas, o que resulta num índice de 72% de municípios atendidos com serviços jurisdicionais.

Resultado:

A despeito da não construção dos fóruns das comarcas de Rodrigues Alves e de Porto Acre, convênios já foram pactuados com o Executivo para construção de ambas as edificações em 2013. Tendo havido o lançamento da pedra fundamental do Fórum de Rodrigues Alves em 31 de janeiro de 2013. O indicador permaneceu quase que inalterado, ou seja, 89,02%. Meta não cumprida.

Ações que colaboraram indiretamente com a meta.

1. Projeto Cidadão realiza 864 atendimentos no Município de Xapuri

O Tribunal de Justiça do Acre, através do Projeto Cidadão, realizou, no último fim de semana 864 atendimentos no Município de Xapuri, por ocasião das comemorações dos 25 anos do bairro “Sibéria”.

Foto 60: Projeto cidadão – Xapuri



Fonte: Intranet TJAC

Os serviços foram disponibilizados aos cidadãos xapurienses durante os dias 15 e 16 de junho, na sede da Escola Madre Gabriela Nardi. No total, 43 casais da comunidade aproveitaram as facilidades oferecidas pelo Projeto Cidadão para oficializar a união. Além disso, foram expedidas 3 certidões de nascimento e realizadas 756 fotocópias e 62 fotografias 3×4 para a emissão de documentos.

Um posto avançado da Organização de Centrais de Atendimento (OCA) de Xapuri também foi montado no local, com a presença da equipe de identificação da Polícia Civil, que também realizou a expedição de 43 carteiras de identidade e 14 carteiras de trabalho, além de disponibilizar informações sobre os serviços disponíveis aos cidadãos.

2. Projeto Cidadão: Realizados mais de 4,9 mil atendimentos em Assis Brasil e Brasiléia

O Projeto Cidadão, do Tribunal de Justiça do Acre, realizou na primeira quinzena deste mês de julho uma série de atendimentos na região do Alto Acre, nos municípios de Assis Brasil e Brasiléia.

No dia 6, os atendimentos aconteceram na Escola Baixa Verde, localizada na Comunidade Divisão, a aproximadamente 30 quilômetros da zona urbana do município. Já nos dias 7 e 8, os serviços do projeto foram disponibilizados aos cidadãos no Centro Comunitário Paz e Bem, ao lado do Fórum de Assis Brasil.

Foto 61: Projeto cidadão – Brasiléia e Assis Brasil



Fonte: Intranet TJAC

No total, foram realizados 3.306 atendimentos, entre casamentos, expedições de certidão de nascimento, carteira de trabalho, CPF, carteira de identidade e aposentadorias, além dos serviços de fotografia para identificação e fotocópias.

3. Projeto Cidadão realiza atendimentos na Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema

O Projeto Cidadão, do Tribunal de Justiça do Acre, realizou no mês de setembro passado uma série de atendimentos na Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, localizada no município de Sena Madureira.

A ação aconteceu nos dias 22 e 23, como parte das comemorações dos 10 anos de existência da unidade de conservação, organizada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão ambiental do Governo Federal.

A Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema foi criada por meio de Decreto Presidencial em 19 de setembro de 2002, em uma área de 750.794 hectares. A unidade de conservação abriga cerca de

330 famílias que vivem do extrativismo da castanha do Brasil, da pesca, do artesanato de borrachas e sementes, da agricultura e da pecuária de subsistência.

Foto 62: Projeto cidadão - Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema



Fonte: Intranet TJAC

4. Projeto Cidadão realiza mais de 800 atendimentos em Acrelândia

O Projeto Cidadão realizou nos dias 26 e 27 deste mês de outubro uma série de atendimentos no, no município de Acrelândia.

A ação do Tribunal de Justiça do Acre aconteceu na Escola Família Agrícola Jean Pierre Mingan, que atende, principalmente, filhos de produtores do Projeto RECA e de outros assentamentos rurais da região.

Divulgados pela coordenação do Projeto, os números revelam realizados 839 atendimentos (veja abaixo) em apenas dois dias.

Foram oferecidos à comunidade local diversos serviços, como a emissão de RG, CPF, Carteira de Trabalho, além de orientação sobre aposentadoria e seguridade Social.

Mas a grande novidade é que pela primeira vez foi promovida uma palestra com a participação da Serventia Extrajudicial da Comarca de Acrelândia. Com o tema “A importância do Cartório para a Comunidade”, a atividade foi coordenada pela delegatária Valéria de Almeida Silva.

5. Projeto Cidadão realizou atendimentos na Comunidade Prata, em Eptaciolândia

O Projeto Cidadão, do Tribunal de Justiça do Acre, realizou uma série de atendimentos na comunidade do Prata, distante cerca de 20 km do município de Eptaciolândia.

Foram oferecidos à população local diversos serviços, como a emissão de RG, CPF, Carteira de Trabalho, além de orientação sobre aposentadoria e seguridade Social.

6. Casamento Coletivo – Edição Especial de Natal 2012: TJ e Projeto Cidadão celebram a união civil de 1.100 casais

Para celebrar a união civil de 1.100 casais, o Tribunal de Justiça do Acre e o Projeto Cidadão promoveram uma grande festa no dia 21 de dezembro no estádio Arena da Floresta. Mais de 3,5 mil pessoas acompanharam o evento, que reuniu, além dos 2.200 noivos, seus familiares e convidados.

Foto 63: Projeto cidadão - casamento de 1.100 casais



Fonte: Intranet TJAC

Os noivos foram saudados e cumprimentados pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Adair Longuini, pelo coordenador do Projeto Cidadão, desembargador Arquilau Melo, pela primeira-dama do estado, Marlúcia Cândida, e pelo prefeito diplomado de Rio Branco, Marcus Alexandre.

Foto 64: Projeto cidadão - casamento de 1.100 casais



Fonte: Intranet TJAC

“A família é uma instituição fundamental em nossas vidas, por isso destaco a valorização desse momento especial e a importância da oficialização do casamento. É uma honra para o Tribunal de Justiça se fazer presente e proporcionar esse dia para os senhores. Mais uma vez, reconheço e parabeno o trabalho da equipe do Projeto Cidadão, que tornam o sonho de tantas pessoas uma realidade, oferecendo um serviço ao público com qualidade e dedicação, enaltecendo a marca do Poder Judiciário do Acre”, disse o presidente Adair Longuini.

A benção religiosa da noite, em atenção aos noivos evangélicos e católicos, foi feita pelo pastor Manoel Ferreira, seguida pela entoação da canção Ave Maria. Após a benção aos casais, a cerimônia foi conduzida pelo juiz de Direito Fernando Nóbrega, titular da 2ª Vara da Família de Rio Branco.

Os 2.200 noivos presentes foram representados diante do juiz pelo casal mais jovem, formado por Maria Elisabeth (16) e Gustavo Silva (16), e pelo casal mais maduro, formado por José Pereira da Silva (100) e Maria da Conceição da Silva (52).

O grande momento da cerimônia foi o “sim” simultâneo dos noivos e noivas. Após a troca de alianças, a cerimônia de Casamento Coletivo foi encerrada com uma queima de fogos.

Foto 65: Projeto cidadão - casamento de 1.100 casais



Fonte: Intranet TJAC

Importância social

A lei brasileira assegura a gratuidade do serviço para noivos carentes, no entanto, as pessoas que desejam formalizar sua união civil encontram dificuldades no trâmite da documentação, além dos custos da cerimônia.

Desse modo, ao disponibilizar esse serviço, o objetivo do TJAC e do Projeto Cidadão é promover a união matrimonial de modo gratuito, rápido e fácil, contribuindo para estruturar os casais, fortalecendo os laços de união e responsabilidades, principalmente para aqueles que já possuem filhos.

Este ano, a distribuição de senhas e as habilitações dos casais aconteceram no período de 26 de novembro a 14 de dezembro, no Posto de Atendimento do Projeto Cidadão, instalado no Fórum Barão do Rio Branco, no Centro da Capital.

7. Projeto Cidadão realiza mais de 9 mil atendimentos no Vale do Juruá

O Projeto Cidadão, do Tribunal de Justiça do Acre, realizou no mês de dezembro uma série de atendimentos nos municípios de Marechal Thaumaturgo e Porto Walter, na região do Vale do Juruá.

Foto 66: Projeto cidadão Vale do Juruá



Fonte: Intranet TJAC

As atividades tiveram início em Marechal Thaumaturgo, com atendimentos na Escola Justiniano de Serpa, durante os dias 8 e 9. Em seguida, as equipes parceiras do Projeto Cidadão realizaram uma segunda série de atendimentos, na Escola Borges de Aquino, no município de Porto Walter, nos dias 12 e 13.

Ambos os municípios são de difícil acesso e as equipes tiveram que se valer de transporte aéreo e fluvial para poder disponibilizar os serviços do projeto à população.

Mais de 9 mil atendimentos

Por meio de parceria com o Ministério Público Estadual (MPE), foram realizados 59 casamentos na região. Além disso, foram expedidas 20 certidões originais e 125 segundas vias de certidões de nascimento.

O Governo do Acre também esteve presente e registrou a expedição, por meio da Secretaria de Polícia Civil, de 1.101 carteiras de identidade. A presença do Projeto Cidadão na região também viabilizou a realização da palestra “A importância do Instituto de Identificação para o estado do Acre”, ministrada para um público de quase 1.200 pessoas, nos dois municípios.

O Governo Federal, por sua vez, realizou, através do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), executado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com o apoio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), uma série de atendimentos voltados para as mulheres que trabalham no campo. Foram expedidas 715 carteiras de trabalho, 715 adastros de pessoa física (CPF), 182 títulos eleitorais, além de realizadas 89 orientações sobre pedidos de aposentadoria e seguridade social.

Também o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIOS) esteve presente nos dias de atendimentos e prestou 94 orientações envolvendo questões ambientais, além de entregar certidões de atividade rural para 97 pessoas que vivem dentro dos limites da Reserva Extrativista Chico Mendes (Resex). O documento tem especial importância, pois permite que as famílias possam comprovar sua condição e, assim, ter acesso a importantes benefícios sociais, como o Bolsa Família.

Além de todos os serviços prestados pelas equipes dos órgãos parceiros, o Projeto Cidadão também disponibilizou serviços de apoio para a expedição de documentos, como fotocópias e fotografias de identificação. No caso dos atendimentos em Marechal Thaumaturgo e Porto Walter, foram realizadas 3.200 fotocópias e 1.796 fotografias.

No total, foram realizados, nos dois municípios, 9.805 atendimentos.

Mutirão de audiências

Como parte das ações do Projeto Cidadão nessa edição de final de ano, os atendimentos em Porto Walter também foram marcados pela realização de 349 audiências, realizadas por uma equipe de servidores da Comarca de Cruzeiro do Sul, sob coordenação do juiz de Direito Clóvis Lodi, titular da 2ª Vara Cível de Cruzeiro do Sul e diretor do Foro.

Na oportunidade foram realizadas 90 audiências referentes a ações de alimentos, 60 reclamações cíveis, 50 ações de investigação de paternidade, além de 21 ações trabalhistas e um número menor de divórcios, adoções e registros tardios.

2

Responsabilidade Social e Ambiental

**Resultado do cumprimento
desse tema estratégico:**

91,67%

2.1. Potencializar Ações na área de responsabilidade social e ambiental, promovendo o uso sustentável de recursos.

O grande trabalho do setor público está vinculado prioritariamente ao cenário social e ambiental. Cada processo, procedimento e deliberação tem que ter como diretiva básica a responsabilidade social e ambiental como fator preponderante de resultados.

Resultado do cumprimento desse objetivo estratégico: 91,67%

As metas 13, 14 e 15, estabelecidas no planejamento estratégico, orientaram as ações das unidades para cumprimento desse objetivo estratégico. Seguem abaixo as ações desenvolvidas, bem como os resultados obtidos com as metas.

2.1.1. Meta 13 - Reduzir em 40% o consumo de papel (resma)

A meta estabelecida para o ano de 2012 foi um total do consumo de 11.947 resmas no ano.

Resultado:

O resultado apurado foi de 16.420 resmas consumidas. Comparando o valor apurado em relação ao valor de referência que é de 19.913 resmas, observa-se uma queda no consumo, mas não sendo suficiente para o alcance da meta perfazendo um resultado de 72,76% . Meta não cumprida.

Ações desenvolvidas:

1. Projeto de virtualização das unidades judiciais da comarca de Rio Branco, conforme apresentado no item 25.1.

2.1.2. Meta 14 - Reduzir em 4% o consumo de água (m³)

O consumo de água é uma das variáveis trabalhadas no projeto de responsabilidade ambiental do TJAC, pois trata do consumo sustentável dos recursos.

Resultado:

Em 2012 o resultado apurado foi de 27.217m³ de água consumida, enquanto que a meta estabelecia um consumo de 29.124m³, representando uma redução de 7,01% em relação à meta, alcançando um resultado de 107,01%. Meta cumprida.

Ações desenvolvidas:

Nenhuma ação específica apenas dando continuidade as rotinas de controle já implantadas na área.

2.1.3. Meta 15 - Reduzir o consumo de energia em 7,5%.

O desafio desta meta era o de reduzir o consumo anual de energia elétrica em Kw.

Resultado:

Mediante os projetos de virtualização e digitação dos históricos dos servidores as unidades envolvidas nos projetos tiveram aumento nos turnos de trabalho, consequentemente o consumo de energia foi acrescido contribuindo assim com o não cumprimento da meta, chegando a um resultado de 95,25%: Meta não cumprida.

Tabela 9: Resultados apurados dos consumos de energia elétrica, combustível e telefonia

Item	Meta	Resultado	% Atingimento
Energia elétrica	3.902.911 kw	4.097.494 kw	95,25%

Fonte: DAD

Ações desenvolvidas:

As ações abaixo relacionadas foram planejadas e executadas pela Diretoria Administrativa.

1. Implementação de rotinas de controle da iluminação dos espaços comuns.

No tocante à redução de energia, foram implementadas rotinas de controle da iluminação dos espaços comuns, como instalação de sensores de presença no prédio sede para desligamento de luminárias e do equipamento de ar condicionado em horários pré-determinados.

3

Eficiência

Operacional

**Resultado do cumprimento
desse tema estratégico:**

91,82%

3.1. Reestruturar a Instituição, com vistas na otimização de recursos e processos do Poder Judiciário do Estado do Acre.

Este objetivo tem como finalidade criar uma cultura de otimização institucional efetiva, gerando valor e definindo economicidade conceitual no TJAC.

Resultado do cumprimento desse objetivo estratégico: 86,3%

As metas 16 a 22, estabelecidas no planejamento estratégico, orientaram as ações das unidades para cumprimento desse objetivo estratégico. Segue abaixo as ações desenvolvidas, bem como os resultados obtidos com as metas.

3.1.1. Meta 16 - Reduzir p/ 45% a taxa de congestionamento na fase de conhecimento

A meta apresenta a efetividade da unidade judicial na prestação jurisdicional.

Resultado:

Divide-se a meta em três partes, 1º grau, 2º grau e Juizados Especiais por se tratar de unidades jurisdicionais diferenciadas e os cálculos da taxa de congestionamento devem ser em separados.

ÁREA	META	RESULTADO	CUMPRIMENTO DA META
1º Grau	45%	71,55%	Não cumprida
2º Grau	45%	150%	Cumprida
Juizados Especiais	10%	29,15%	Não cumprida
Turmas recursais	45%	-	Não mensurada

OBS: Com a elaboração do Planejamento Estratégico dos Juizados Especiais ficou definido a mudança nos valores desta meta para os Juizados Especiais.

Ações desenvolvidas:

1. Reunião da equipe do NEGEST nas unidades judiciais.

O Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica realizou durante o ano de 2012 visitas técnicas às comarcas do interior, demonstrando a situação da unidade, bem como apresentando sugestões para a redução da taxa de congestionamento.

Seguem as cidades visitadas:

- Assis Brasil;
- Brasília;
- Bujari;
- Cruzeiro do Sul;

- Epitaciolândia;
- Feijó;
- Mâncio Lima;
- Manoel Urbano;
- Sena Madureira;
- Senador Guiomard;
- Tarauacá;
- Xapuri;
- Capixaba.

3.1.2. Meta 17: Aumentar para 66,48% o percentual de processos finalizados em um ano – 1º e 2º graus

Essa meta tem como objetivo a finalização dos novos processos no mesmo ano de sua entrada.

Resultado:

A meta previa um índice de 66,48% dos processos sendo finalizados em um ano para 1º e 2º graus, mas em decorrência de não haver mecanismo suficiente para cálculo do indicador no 2º grau, apresenta-se apenas o resultado do 1º grau, que ficou em 74,99%, correspondendo a 112,80% de cumprimento da meta. **Meta cumprida parcialmente.**

Ações desenvolvidas:

1. Projeto de virtualização das unidades judiciais da comarca de Rio Branco, conforme apresentado no item 25.1.
2. Instalação das novas unidades judiciárias, bem como posse de novos desembargadores descritos na meta 12.

3.1.3. Meta 18 - Baixar para 30% o índice de processos antigos.

Esta meta avalia se os processos estão sendo finalizados dentro do prazo razoável (dois anos).

Resultado:

Previo-se que 30% dos processos fossem finalizados no prazo estabelecido pela meta, no entanto, o resultado apontou para 40,94% tendo como resultado da meta um percentual de cumprimento de 73,28%. Meta não cumprida.

Ações desenvolvidas:

1. Correições virtuais otimizam os serviços do Judiciário Acreano

Por meio do SAJ foram realizadas correições virtuais em todas as unidades judiciais do primeiro grau, resultando nos seguintes resultados:

Tabela 10: Tabela das correições realizadas pela COGER

RIO BRANCO	
Unidade	Quantidade de Correições
1ª Vara Cível	2
2ª Vara Cível	2
3ª Vara Cível	1
4ª Vara Cível	2
5ª Vara Cível	Recém instalada
1ª Vara de Família	3
2ª Vara de Família	2
3ª Vara de Família	4
1ª Vara da Fazenda Pública	2
2ª Vara da Fazenda Pública	1
Vara de Execução Fiscal	Recém instalada
Vara Única de Órfãos e Sucessões	2
Vara Única de Registros Públicos	1
1ª Vara da Infância e da Juventude	2
2ª Vara da Infância e da Juventude	2
1º Juizado Especial Cível Núcleos do Juizado de Trânsito e Faculdades ficam vinculados ao 1º Juizado Esp. Cível (Resolução 20/2011, do Conselho de Administração)	1
Núcleo do Juizado de Trânsito	1
2º Juizado Especial Cível	1
3º Juizado Especial Cível (Justiça Comunitária Itinerante – Portaria n. 06/03)	1

1º Juizado Especial da Fazenda Pública	1
1º Juizado Especial Criminal	1
2º Juizado Especial Criminal	2
1ª Vara Criminal	1
2ª Vara Criminal	1
3ª Vara Criminal	2
4ª Vara Criminal	2
1ª Vara do Tribunal do Júri	2
2ª Vara do Tribunal do Júri e Auditoria Militar	1
Vara Única de Execuções Penais	2
Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas	1
Vara Única de Delitos de Tóxico e Acidentes de Trânsito	1
Vara da Violência Domestica e Familiar contra a Mulher	1

Fonte: COGER

Processos seletivos simplificados para estágio de estudantes de nível superior em 2012.

Tabela 11: Processos de seleção elaborados e executados pelo CECAP

ITEM	NÚMERO DO PROCESSO	COMARCA	INÍCIO	OBSERVAÇÃO
1	0000609-62.2012.8.01.0000	BUJARI	26/04/12	EM ANDAMENTO COM ACOMPANHAMENTO DO CECAP
2	0000561-06.2012.8.01.0000	TARAUACÁ	07/05/12	EM ANDAMENTO COM ACOMPANHAMENTO DO CECAP
3	0000825-23.2012.8.01.0000	XAPURI	06/06/12	EM ANDAMENTO COM ACOMPANHAMENTO DO CECAP
4	0001108-46.2012.8.01.0000	PLÁCIDO DE CASTRO	23/07/12	EM ANDAMENTO COM ACOMPANHAMENTO DO CECAP
5	0001389-02.2012.8.01.0000	RIO BRANCO	10/09/12	EM ANDAMENTO COM ACOMPANHAMENTO DO CECAP
6	0001184-70.2012.8.01.0000	CAPIXAVA	05/11/12	EM ANDAMENTO COM ACOMPANHAMENTO DO CECAP
7	0002159-92.2012.8.01.0000	EPITACIOLÂNDIA	11/11/12	EM ANDAMENTO COM ACOMPANHAMENTO DO CECAP
8	0001550-12.2012.8.01.0000	ASSIS BRASIL	22/11/12	EM ANDAMENTO COM ACOMPANHAMENTO DO CECAP

Fonte: CECAP

Processos seletivos simplificados para estágio de estudantes de nível superior - prorrogados

Tabela 12: Processos de seleção realizados pelo CECAP

ITEM	NÚMERO DO PROCESSO	COMARCA	INÍCIO	OBSERVAÇÃO
1	EDITAL Nº 04/2011	FEIJÓ	05/04/11	PRORROGADO POR + UM ANO REALIZADO PELA COMARCA COM ACOMPANHAMENTO DO CECAP
2	0500005-72.2011.8.01.0002	CRUZEIRO DO SUL	17/05/11	PRORROGADO POR + UM ANO REALIZADO PELA COMARCA COM ACOMPANHAMENTO DO CECAP
3	0001667-37.2011.8.01.0000	BRASILÉIA	22/08/11	PRORROGADO POR + UM ANO ACOMPANHAMENTO PELO CECAP
4	0001640-54.2011.8.01.0000	SENADOR GUIOMARD	22/08/11	PRORROGADO POR + UM ANO ACOMPANHAMENTO DO CECAP
5	0002597-55.2011.8.01.0000	ACRELÂNDIA	22/12/11	PRORROGADO POR + UM ANO ACOMPANHAMENTO DO CECAP

Fonte: CECAP

Tabela 13: Processos de seleção realizados pelo CECAP em andamento

ITEM	NÚMERO DO PROCESSO	COMARCA	INÍCIO	OBSERVAÇÃO
1	0002250-85.2012.8.01.0000	MÂNCIO LIMA	14/12/12	AGUARDANDO APLICAÇÃO DAS PROVAS 20/01/2013

Fonte: CECAP

Processo seletivo simplificado para contratação temporária de profissionais para o desempenho das funções de juízes leigos e de conciliadores.

Tabela 14: Processos de seleção para juízes leigos e conciliadores elaborados e executados pelo CECAP

ITEM	NÚMERO DO PROCESSO	COMARCA	INÍCIO	OBSERVAÇÃO
1	0002855-70.2008.8.01.0000	RIO BRANCO	11/09/2009	PRORROGADO POR + DOIS ANOS ACOMPANHAMENTO DO CECAP
2	0501035-85.2010.8.01.0000	RIO BRANCO	23/02/2011	PRORROGÁVEL POR + DOIS ANOS ACOMPANHAMENTO DO CECAP
3	0000572-35.2012.8.01.0000	RIO BRANCO	25/04/2012	EM ANDAMENTO

Fonte: CECAP

Processo seletivo simplificado para contratação temporária de assistentes sociais, psicólogos, estagiários de direito e agentes comunitários – Convênio MJ N° 66/2011.

Tabela 15: Processos de seleção para assistentes sociais, estagiários de direito e agentes comunitários

ITEM	NÚMERO DO PROCESSO	COMARCAS	INÍCIO/	OBSERVAÇÃO
1	0000275-28.2012.8.01.0000	RIO BRANCO, BUJARI, PLÁCIDO DE CASTRO E ACRELÂNDIA	23/07/2012 30/05/2013	PROCESSO ENCAMINHADO A DIRETORIA GERAL PARA PROVIDÊNCIAS PERTINENTES A CONVOCAÇÕES E CONTRATAÇÕES
2	0001517-22.2012.8.01.0000	ACRELÂNDIA	21/12/2012	PROCESSO AGUARDANDO ENCAMINHAMENTO A DIRETORIA GERAL PARA PROVIDÊNCIAS PERTINENTES A CONVOCAÇÕES E CONTRATAÇÕES

Fonte: CECAP

Processo seletivo simplificado para contratação temporária de assistentes de coordenação e agentes comunitários da Justiça e Cidadania – Convênio N° 12/2011 PMRB/SEMCAS/TJ-AC

Tabela 16: Processos de seleção para assistente de coordenação e agentes comunitários

ITEM	NÚMERO DO PROCESSO	COMARCA	INÍCIO/ TÉRMINO	OBSERVAÇÃO
1	0001307-68.2012.8.01.0000	RIO BRANCO	28/11/2012 28/10/2013	PROCESSO AGUARDANDO ENCAMINHAMENTO A DIRETORIA GERAL PARA PROVIDÊNCIAS PERTINENTES A CONVOCAÇÕES E CONTRATAÇÕES

Fonte: CECAP

3.1.4. Meta 19 - Obter um índice de 80% dos processos de compra dentro do prazo

Esta meta visa melhorar o tempo de duração dos processos de compra (bens e serviços) de acordo com os prazos fixados na Lei 8666.

Resultado:

Em 2012, houve uma melhora sensível nesse indicador, apontando para um resultado de 73,15%, correspondendo a um cumprimento de 91,44% da meta. **Meta não foi cumprida.**

Ações desenvolvidas:

1. Projeto de Reestruturação e Plano de Cargos e Remuneração do Judiciário finalizado.

O Projeto de Reestruturação e Modernização Organizacional e Administrativa do Poder Judiciário do Acre, conjuntamente com o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) dos servidores, desenvolvidos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), foi devidamente finalizado, com publicação de ambas as Leis.

Foto 67 Des. Adair Longuini presidente do TJAC



Fonte: Intranet TJAC

“A Direção do Tribunal de Justiça está empenhada na execução de ações, cujo objetivo é alcançar uma melhor gestão do Judiciário, como é o caso do estudo em andamento para proporcionar aos servidores da Casa uma carreira mais segura e atrativa, assim como os investimentos em infraestrutura, visando a melhoria das condições de trabalho dos seus servidores”, ressaltou o presidente Adair Longuini.

A proposta reúne diversas questões importantes para o servidor, como mudanças de nomenclatura, estímulo ao treinamento e capacitação, além de uma nova estrutura remuneratória. Antiga reivindicação da categoria, o PCCR tem o propósito de encerrar as distorções na estrutura de cargos e vencimentos atualmente vigente, apresentando novas nomenclaturas e possibilidades de promoção na carreira.

Todos esses temas foram discutidos pela Direção do TJAC com o Sindicato de Servidores do Poder Judiciário (SINSPJAC), na reunião realizada no dia 31 de maio. “A Presidência explicou detalhadamente o andamento dos trabalhos do projeto de reestruturação e modernização administrativa, que já está sendo analisado pela Comissão de Organização, e reafirmou que o PCCR está sendo elaborado em conjunto com a FGV, e que, uma vez concluídas as linhas gerais das duas propostas, elas serão repassadas ao Sindicato para compartilhamento de ideias”, afirmou Longuini.

A Direção do TJAC também informou que no próximo mês de julho estaria liberando o adiantamento de 50% do décimo terceiro salário, e confirmou o compromisso de, em agosto, apresentar uma proposta para restituição da gratificação suspensa e revertida, em favor do Sindicato, por intermédio de Mandado de Segurança.

O Projeto de Reestruturação e o PCCR integram as diretrizes da atual Administração do TJAC, também empenhada no cumprimento de ações que vão desde a realização de concursos públicos para magistratura, servidores e delegatários, investimento em ampliação e modernização das infraestruturas de trabalho, até o processo de virtualização atualmente em curso em todo o Estado.

Com uma atuação articulada nessas diferentes frentes de trabalho, a o objetivo do TJAC é a garantia de uma prestação jurisdicional qualificada e eficiente, atenta à importância do capital humano do Judiciário e à necessidade de proporcionar um serviço público de excelência. “A Direção do Sindicato não está alheia a esses avanços e deve ser partícipe, como sempre foi, das conquistas de nossa Instituição”, disse Longuini sobre a importante parceria do Sindicato e dos servidores nesse processo.

3.1.5. Meta 20 - Diminuir para R\$ 1.300 o valor da despesa por processo até 2014.

A meta tem como objetivo manter o custo do processo judicial em valores a baixo de R\$ 1.300,00.

Resultado:

Comparativamente ao resultado do ano de 2011 (R\$ 1.253,63), o resultado em 2012 foi de R\$ 1.635,09 indicando um aumento na relação despesa total da justiça com o número de processos baixados fazendo com que o indicador tivesse um resultado de 79,51% da meta. Meta não cumprida.

Ações desenvolvidas:

1. Adair Longuini apresenta a advogados sistema de emissão de taxas e custas judiciais online

O presidente do Tribunal de Justiça do Acre, desembargador Adair Loguini, visitou na no dia 14 de março a Sala do Advogado, localizada no Fórum Barão do Rio Branco, o maior do Estado.

Ele foi recebido pelo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Acre, Florindo Poersch, e apresentou aos advogados presentes a ferramenta que possibilita, por meio da Internet, a consulta e a emissão de boleto para pagamento de taxas e custas processuais. O juiz-auxiliar da Presidência, Laudivon Nogueira, também acompanhou a visita.

“Investimos nesta tecnologia de informática que irá trazer mais benefícios, como praticidade e agilidade, ao dia-a-dia dos senhores. Isso vai facilitar muito o trabalho de todos os profissionais que atuam na Justiça”, disse Adair Longuini.

Foto 68: Apresentação aos advogados sistema de emissão de taxas e custas



Fonte: Intranet

Foto 69: Apresentação aos advogados sistema de emissão de taxas e custas



Fonte: Intranet

O desembargador-presidente também ressaltou a importância da virtualização, que deverá ser concluída em todas as unidades judiciárias até o início de 2013. Adair Longuini disse que outras novidades nas áreas tecnológicas virão, como um sistema de gravação das audiências mais moderno – que permitirá o acesso aos depoimentos diretamente no processo eletrônico, via Internet. Assim, não será preciso realizar a cópia da gravação em um cd, para disponibilizá-la a promotores, defensores e advogados.

Em seguida, ele fez questão de demonstrar o funcionamento do sistema que permite a emissão de boleto bancário, por meio eletrônico, para o recolhimento das custas processuais previstas na Lei Estadual nº 1422/2001. Entusiasmados com a nova ferramenta, os advogados parabenizaram o Tribunal pela iniciativa.

Uma grande vantagem do sistema é que antes, se um advogado de outro estado necessitasse peticionar uma ação no Acre, teria de vir ao Estado ou então ser representado por um profissional

local. Agora, ele mesmo poderá emitir o boleto de seu escritório, de qualquer lugar do País, e peticionar eletronicamente a sua ação.

Além de gerenciar de modo organizado as custas, outra grande vantagem do novo sistema é que a ferramenta disponibilizada pelo Tribunal de Justiça possibilita que o boleto seja pago em qualquer banco ou correspondente bancário (caixas eletrônicos e bancos online).

2. TJAC cria Sistema Normativo para estruturar e padronizar as atividades administrativas e jurisdicionais

Com o propósito de definir diretrizes de gestão estratégica e operacional, por meio da estruturação e padronização dos processos de trabalho administrativo e jurisdicionais, o Tribunal Pleno Administrativo aprovou a Resolução nº 166/2012 (processo administrativo nº 0000062-22.2012.8.01.0000), que dispõe sobre a criação do Sistema Normativo do Poder Judiciário do Acre (SN-PJAC) (Diário da Justiça Eletrônico nº 4.636, fls. 1 a 5).

Aprovada em sessão realizada no dia 29 de fevereiro deste ano, a edição da resolução levou em consideração que um sistema de normas é o instrumento ideal capaz de promover o ciclo de melhorias contínuas nos processos de trabalho e possibilitar a adoção de melhores práticas, de modo a promover a integração de esforços e a harmonia dos processos de trabalho, em consonância com as expectativas da sociedade e do cidadão.

O Sistema Normativo tem como objetivo, dentre outros, registrar, formalizar e disseminar de forma padronizada os diversos processos de trabalho existentes nas unidades organizacionais do Poder Judiciário, de maneira que a sua implementação, acompanhamento e controle serão instrumentos para a modernização e o fortalecimento da gestão do Judiciário Acreano.

O SN-PJAC deve resultar na definição pormenorizada do funcionamento de cada processo de trabalho, de forma clara, simples, abrangente e segura, fornecendo referências sólidas aos executores desses processos em cada unidade organizacional. Assim, ele irá contribuir para o alcance das metas estratégicas do Judiciário Estadual, especialmente quanto à implantação de métodos de gerenciamento de rotinas.

O Sistema Normativo é constituído por uma série de documentos que regulamentam as atividades realizadas nas unidades organizacionais administrativas e jurisdicionais, englobando:

I – Conjunto de documentos que estabeleçam as políticas de gestão institucional do Poder Judiciário do Estado do Acre;

II – Conjunto de documentos que estabeleçam a forma de operacionalização dos processos de trabalho desenvolvidos nas diversas unidades organizacionais;

III – Conjunto de formulários e modelos que estruturam, padronizam as informações necessárias à execução dos processos de trabalho.

Política de Gestão Institucional

De acordo com a resolução, também fica aprovado o documento “Política de Gestão Institucional do Sistema Normativo”, que estabelece os critérios para a organização, a apresentação, a autorização e o ciclo de vida dos documentos normativos do TJAC.

Os documentos normativos administrativos do SN-PJAC estão divididos em cinco tipos:

- 1) Política de Gestão Institucional;
- 2) Manual de Procedimentos;
- 3) Formulários;
- 4) Modelos;
- 5) Siglário.

Todos eles entram em vigor com a publicação no portal do TJAC e podem ser consultados a partir do link http://www.tjac.jus.br/downloads/pdf/resolucoes/2012/Resolucao_TP_166_2012.pdf.

A Política de Gestão Institucional visa estabelecer as intenções e diretrizes de gestão institucional, associadas ao cumprimento da missão do Judiciário Acreano.

Os Manuais de Procedimentos têm a finalidade de fornecer informações sobre como executar as diversas atividades realizadas no âmbito do Poder Judiciário. Esses manuais fornecem orientações gerais e descrevem o passo a passo, os indicadores e os registros das atividades realizadas.

Já os Formulários buscam estruturar as informações que necessitam ser registradas ou tramitadas durante a realização de uma atividade. Eles complementam as atividades descritas nos Manuais e sua elaboração deve observar a necessidade de controle e organização da informação no ambiente de trabalho de forma a facilitar a realização das atividades.

Por sua vez, os Modelos buscam servir de referência para a preparação de documentos, por meio da utilização de texto-base. Com o uso deles, o objetivo é facilitar a preparação dos documentos e padronizar a sua forma, sendo recomendado o seu uso.

E, por fim, o Siglário tem o objetivo de instituir as siglas das unidades organizacionais do Poder Judiciário e estabelecer os seus significados. Essas siglas devem ser utilizadas em sistemas informatizados, na identificação física de locais, endereços de correio eletrônico e agenda de ramais telefônicos.

3. Correições virtuais otimizam os serviços do Judiciário Acreano

Pela primeira vez, a Corregedoria Geral da Justiça utiliza mecanismo eletrônico para supervisionar os serviços jurisdicionais.

A Corregedoria-Geral da Justiça Acreana, sob comando do desembargador Arquilau Melo, desenvolveu no último ano a prática do monitoramento e da correição virtual das unidades judiciárias, com obtenção de resultados significativos em termos de aperfeiçoamento dos serviços jurisdicionais.

Encarregada de supervisionar e disciplinar os serviços forenses, a Corregedoria vem realizando o monitoramento, por meio do Sistema de Automação da Justiça (SAJ), em todas as 56 unidades jurisdicionais do Estado, desde o segundo semestre de 2011.

O acompanhamento objetiva a otimização do serviço prestado ao cidadão, com a padronização das movimentações processuais no sistema. Para tanto, a equipe da Corregedoria identifica os problemas recorrentes das unidades e busca saná-los por meio de correições à distância.

Em 2011, foram correicionadas à distância 22 unidades jurisdicionais do Acre:

Na Comarca de Rio Branco: 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Varas Cíveis; 1ª, 2ª e 3ª Varas de Família; 1ª e 2ª Varas da Fazenda Pública; 1ª Vara da Infância e Juventude; Vara de Órfãos e Sucessões; 2ª e 3ª Varas Criminais;

Na Comarca de Cruzeiro do Sul: 1ª e 2ª Varas Cíveis; 1ª e 2ª Varas Criminais;

Comarca de Sena Madureira: Vara Cível e Vara Criminal;

Comarca de Brasília: Vara Cível e Vara Criminal;

Comarca de Acrelândia: Vara Única.

O extrato do trabalho pode ser conferido na seção da Corregedoria no portal eletrônico do TJAC – http://www.tjac.jus.br/coger/correicoes_gerais.

Na correição virtual, a Corregedoria identifica problemas e orienta a forma de corrigi-los, seja por meio de indicação dos mecanismos adequados para alimentação do sistema, a fim de padronizadas as nomenclaturas processuais, seja através da sugestão de novas rotinas de trabalho para melhorar o gerenciamento da unidade.

Rapidez

Numa correição tradicional, a equipe da Corregedoria se desloca até as varas e juizados do Estado e aprecia cada um dos processos em papel dispostos em prateleiras. Já com a nova modalidade, o trabalho se torna mais rápido, seguro, eficaz e eficiente.

Com a comunicação de dados e integração promovidas pelo sistema, o acompanhamento dos prazos processuais e a fiscalização do seu cumprimento são automáticos.

Elimina-se, nesse caso, a utilização de diversos procedimentos burocráticos e a produtividade da unidade pode ser, por exemplo, fiscalizada diariamente.

Assim, ao mesmo tempo que o Judiciário economiza com recursos, a sociedade tem uma resposta mais rápida da Justiça.

4. Poder Judiciário adota novas nomenclaturas para logins e e-mails

O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) do Tribunal de Justiça, visando à padronização e melhor gerenciamento das contas de usuários do Poder Judiciário, resolveu adotar novas nomenclaturas para logins e e-mails. A senha dos usuários, porém, permanecerá inalterada.

A partir do dia 2 de fevereiro, o login e o e-mail de magistrados, servidores, estagiários e demais colaboradores será composto obrigatoriamente pelos seguintes itens:

- 1) Primeiro nome do usuário;
- 2) Ponto;
- 3) Primeiro, segundo ou terceiro sobrenome, a serem utilizados para evitar homônimos.

Só serão alterados os logins e e-mails que não estejam no novo padrão. Assim, em virtude da mudança, que já está em vigor, a Diretoria de Tecnologia da Informação, em parceria com a Assessoria de Comunicação Social (ASCOM), fará contato com todos os usuários cujos endereços sofrerão alteração. Todos serão contatados por e-mail.

A orientação é para que as novas nomenclaturas já possam ser usadas. A partir da data de 1º de junho deste ano, o login e o uso da conta de e-mail institucional só poderá ser feito nos novos moldes. A alteração vale também para atualização dos contatos e contas do Pandion e Malote Digital.

Os endereços antigos de e-mail permanecerão ativos para recebimento de correspondências pelo prazo de seis meses. Nesse período, as correspondências recebidas serão automaticamente enviadas para os novos endereços. Após esse período de transição, os endereços antigos serão desativados.

A decisão foi definida por meio da Resolução nº 40/2013, publicada na edição 4.849 do Diário da Justiça Eletrônico, do dia 4.

5. Tribunal de Justiça do Acre cumpre 3 das 4 Metas de 2011

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgou no dia 11 de abril o resultado das Metas Nacionais do Poder Judiciário, definidas no 4º Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado no Rio de Janeiro, em dezembro de 2010. Das quatro metas nacionais, para serem cumpridas em 2011 pelos tribunais estaduais, o Tribunal de Justiça do Acre cumpriu 100% das Metas 1, 2 e 4, e 50,35% da Meta 3.

As metas gerais relativas a 2011 foram:

Meta 1
Criação de unidade de gerenciamento de projetos para auxiliar a implantação da gestão estratégica.

Desde o ano de 2010, o TJAC já havia criado o Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica (NEGEST), com o objetivo de garantir um acompanhamento mais eficiente da execução dos projetos estratégicos, definidos no Planejamento Estratégico do Judiciário Acreano.

Meta 2
Implantação de sistema de registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária de primeiro grau em cada tribunal.

O Tribunal de Justiça possui diversas unidades cujas audiências já são gravadas, a exemplo da 4ª Vara Criminal e da Vara de Delitos de Drogas e Acidentes de Trânsito. O uso das tecnologias da informação e comunicação tem sido uma constante no Judiciário acreano, especialmente porque elas vêm garantindo à população eficiência e agilidade processual.

Meta 3
Julgamento, em 2011, de quantidade de processos igual à dos processos distribuídos no mesmo ano, além de julgamento de parcela do estoque, com acompanhamento mensal.

O TJAC cumpriu 50,35% da Meta 3 de 2011. Conforme a análise técnica do próprio CNJ, os Tribunais de Justiça estaduais, entre todas as cortes do Judiciário, são os que encontram mais dificuldades para reduzir os estoques de processos, pois tentam administrar, ao mesmo tempo, o recebimento do maior volume de ações e as maiores limitações orçamentárias.

Meta 4
Implantação de pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário, em escolas ou quaisquer outros espaços.

Nesse caso, o Tribunal Acreano instalou em julho de 2011 a Ouvidoria de Justiça. O propósito da criação do órgão foi o de atender às demandas dos cidadãos, tornar mais transparente e aperfeiçoar a prestação jurisdicional. Por meio da Ouvidoria de Justiça do Acre, os cidadãos podem reclamar, denunciar, criticar, elogiar, esclarecer suas dúvidas e apresentar sugestões sobre os serviços e atividades do Judiciário. As manifestações são encaminhadas aos setores administrativos competentes e o interessado é informado sobre as providências adotadas.

Avaliação do Relatório 2011

A Administração do TJAC, ao analisar o relatório divulgado pelo CNJ, considerou que as restrições orçamentárias enfrentadas no ano passado, motivo de ampla discussão com o Executivo estadual, contribuíram essencialmente para que o Tribunal acreano não cumprisse integralmente as metas estabelecidas.

De acordo com o presidente do TJAC, desembargador Adair Longuini, também é preciso ressaltar que o processo de virtualização da Justiça acreana tem exigido a suspensão provisória das atividades forenses, vez que os servidores das próprias unidades têm trabalhado na força tarefa de digitalização do acervo processual.

“Ao priorizar o processo de virtualização de todas as suas unidades judiciárias, o Tribunal precisou administrar a atividade forense de modo diferenciado, mas tendo consciência do ganho futuro com o incremento dessa tecnologia à nossa rotina de trabalho”, declarou Longuini.

O presidente também lembrou que a aposentadoria de dois membros da Corte no ano de 2011 – desembargadoras Izaura Maia e Miracele Lopes – fez com que juízes de 1º Grau precisassem ser afastados de suas funções para atuar no 2º Grau, razão pela qual o julgamento de processos na primeira instância ficou prejudicado.

Sobre o aumento da demanda de processos na Justiça estadual, dados do Sistema de Automação da Justiça (SAJ) informam que o percentual de sentenças proferidas pelos juízes no ano passado aumentou 8,72% em relação ao ano de 2010, no entanto, a demanda recebida pela Justiça acreana mantém ritmo de crescimento ainda maior. Em comparação ao ano de 2010, por exemplo, o 1º Grau da Justiça acreana recebeu 19,45% a mais de processos.

Assim, diante do crescente número de novos processos na Justiça estadual, e visando assegurar ritmo adequado de julgamento dessas demandas, a Administração do TJAC já vem adotando medidas essenciais.

Uma delas é a abertura de concurso público para juízes de Direito, com oferecimento de 20 vagas e cadastro de reserva, e cujas provas objetivas serão aplicadas no próximo domingo (15). Nos próximos meses também será deflagrado concurso público para servidores, com vagas para todo o Estado.

Definição das metas

As metas de nivelamento do Poder Judiciário foram definidas pela primeira vez no 2º Encontro Nacional do Judiciário, que aconteceu em Belo Horizonte (MG), em 2009, com o objetivo principal de acabar com o estoque de processos e reduzir as altas taxas de congestionamento nos tribunais. A partir de então o Judiciário, sob coordenação do CNJ, fixa anualmente as metas a serem perseguidas pelos tribunais.

6. Com gestão de serviços postais, TJ economiza mais de R\$ 115 mil em gastos com Correios

O Tribunal de Justiça do Acre economizou em 2012 a quantia de R\$ 115.280,51 mil em gastos com os Correios.

A redução corresponde a aproximadamente 25% do valor total em relação ao ano de 2011, quando o número ultrapassou os R\$ 479 mil.

Em 2012 a instituição cresceu, com a criação e instalação de novas unidades judiciárias e o aumento do número de desembargadores e gabinetes. Apesar disso, o gasto nesse ano foi de R\$ 363.959,96 mil.

Os dados foram compilados pelo Setor de Protocolo do Tribunal, que executou um novo gerenciamento para que os resultados fossem alcançados. “Antes não tínhamos o controle geral dos nossos custos. Por isso, passamos a cobrar relatórios mensais de postagens, fazendo com que as comarcas e demais protocolos fizessem melhor uso dos serviços prestados pelos Correios”, explicou Carlos Vasconcelos, chefe do setor.

Ele assinalou que o objetivo da fiscalização do recebimento de correspondências e documentos é evitar postagens desnecessárias. “Muitas vezes se usava o Sedex em situações nas quais não havia urgência, quando se poderia usar o PAC”, explicou.

Carlos Vasconcelos realizou em 2012 diversas viagens às Comarcas do interior do Estado, por meio das quais dialogou com os servidores, diretores e responsáveis pelas unidades de protocolo. Dessa maneira, foi possível discutir com os colegas sobre o uso de novas ferramentas, que garantissem um melhor fluxo e maior controle das postagens.

“Alcançar essa redução, que nos surpreendeu, exigiu também uma conscientização de todos nós e em todas as unidades judiciárias do Judiciário Acreano”, finalizou o chefe do setor do TJAC.

Virtualização e Malote Digital

O TJAC passou a fazer investimentos tecnológicos que também contribuíram para assegurar essa economia com serviço dos Correios.

Um deles é o Projeto de Virtualização das unidades judiciárias, já concluído nas Comarcas do interior do Estado e já em fase de conclusão na Comarca da Capital. A iniciativa permite que os processos sejam digitalizados e, conseqüentemente, dispensa muitas vezes o envio de correspondências e documentos, sobretudo para o interior do Estado. Valendo ressaltar que a Justiça Acreana já está integralmente contemplada com o peticionamento eletrônico.

Outro investimento é o Malote Digital, um sistema desenvolvido com a finalidade de possibilitar comunicações recíprocas, oficiais e de mero expediente. Originalmente chamado “Hermes”, foi desenvolvido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN) para uso interno.

Posteriormente, por meio de convênio, esse sistema foi cedido ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que fez adaptações para permitir a troca eletrônica de correspondências com diversos órgãos do Poder Judiciário, passando a ser conhecido como Malote Digital.

Desde então, o Malote Digital é utilizado para o envio e recebimento de correspondências entre órgãos do Poder Judiciário e instituições cooperadas.

3.1.6. Meta 21- Aumentar em 25% a produtividade do magistrado na fase de conhecimento

A meta tem como objetivo fomentar o aumento da produtividade do magistrado.

Resultado:

Mediante as ações adotadas pela instituição e pelos magistrados em suas unidades a meta teve como média 114,25% de cumprimento. **Meta cumprida.**

Área	Meta	Resultado	Cumprimento
1º grau	967	957,86	99,05%
2º grau	430	403	93,72
Juizados	560	3060,40	150%

Ações desenvolvidas:

1. Fórum Estadual do Judiciário para a Saúde: Aberto o debate sobre a prestação de serviços de saúde no Acre

O Fórum Estadual do Judiciário para a Saúde, que foi aberto no dia 29 de fevereiro, no Palácio da Justiça, em Rio Branco, reuniu dezenas de autoridades do Judiciário, Ministério Público, Executivo Estadual e Municipal, e estudantes da área de saúde para debater a importância de se garantir o acesso digno à prestação de serviços ligados à saúde.

O presidente do Tribunal de Justiça do Acre, desembargador Adair Longuini, e a Diretora da Escola Superior da Magistratura do Acre, desembargadora Eva Evangelista, conduziram a abertura do evento, que contou com a participação do governador Tião Viana como conferencista.

Foto 70: Fórum Estadual do Judiciário para a Saúde no Acre



Fonte: intranet TJAC

“Muito temos a refletir sobre o tema e a sociedade carece de debates como este, que irão promover uma integração dos diversos profissionais que atuam na área e proporcionar a qualificação do serviço de saúde oferecido ao cidadão”, declarou o desembargador-presidente Adair Longuini aos participantes.

O evento, voltado para os profissionais da área jurídica e de saúde, tem o objetivo de contribuir para a construção de um elo entre os sistemas de Justiça e Saúde do Estado. Pela primeira vez, esses profissionais discutem o aumento das ações judiciais na área de saúde, por exemplo, obrigatoriedade de

fornecimento de medicamentos, tratamentos e disponibilização de leitos hospitalares, deslocamento aéreo de pacientes, tanto no setor público quanto no privado.

A promoção do fórum pelo TJAC e ESMAC segue uma recomendação do Conselho Nacional de Justiça (Recomendação CNJ Nº 31, de 30.3.2010), que orienta os tribunais a adotarem medidas para subsidiar o trabalho dos magistrados, a fim de assegurar-lhes mais eficiência na solução das demandas judiciais envolvendo a assistência à saúde, por exemplo, apoio técnico de médicos e farmacêuticos às suas decisões.

A coordenação geral do Fórum Estadual do Judiciário para a Saúde é da Desembargadora Eva Evangelista, diretora da ESMAC. O juiz Giordane Dourado é o responsável pela coordenação científica do evento. Ministério Público Estadual, Secretarias Estadual e Municipal de Saúde, e Unimed-Acre são entidades parceiras na execução da atividade.

Foto 71: Fórum Estadual do Judiciário para a Saúde no Acre



Fonte: intranet TJAC

Importância social

Em seu pronunciamento, a desembargadora Eva Evangelista ressaltou a importância social da atividade. “O compromisso e a responsabilidade social constituem a marca do Judiciário Acreano, que hoje se abre para uma discussão sobre a saúde, uma das áreas mais básicas do serviço público”.

Segundo a desembargadora, durante o fórum será discutida a proposição de medidas e normas para o aperfeiçoamento de procedimentos e a prevenção de novos conflitos judiciais na área da saúde.

Conferência de abertura

O médico governador Tião Viana realizou a conferência de abertura do evento, intitulada “Emenda nº 29 e sua regulamentação no Congresso Nacional”.

Durante sua atuação parlamentar no Senado Federal, Tião Viana foi autor da Emenda Constitucional nº 219/2007, que altera a Lei n.º 8.080, de 19.7.1990, regulamentando o acesso a procedimentos terapêuticos e a dispensação de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Foto 72: Fórum Estadual do Judiciário para a Saúde no Acre



Fonte: intranet TJAC

Tião Viana também foi autor do Projeto de Lei 121/2007, que dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente por Estados, Distrito Federal, Municípios e União em ações e serviços públicos de saúde, os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas de governo.

Em sua conferência, o médico apresentou propostas para otimizar o julgamento de ações que envolvem questões de saúde, como, por exemplo, a criação de uma câmara formada por médicos e demais profissionais de saúde, que poderá servir de instância consultiva para auxiliar no embasamento de decisões judiciais e assegurar melhor atendimento do cidadão-paciente.

Ao longo da programação do fórum contou com painéis e debates sobre os mais diversos temas.

2. I Jornada de Estudos da ESMAC: Magistrados discutem a responsabilidade civil do transporte aéreo

O Tribunal de Justiça e a Escola Superior da Magistratura do Acre promoveram a I Jornada de Estudos da ESMAC em 2012 com a realização do curso “Transporte Aéreo – Responsabilidade Civil”, ministrado pelo juiz e professor doutor Fábio Morsello, da Universidade de São Paulo (USP).

Foto 73: I Jornada de Estudos da ESMAC: Magistrados discutem a responsabilidade civil do transporte aéreo.



Fonte: Intranet TJAC

A atividade reuniu magistrados e promotores de Justiça com atuação em diversas comarcas do Estado, durante os dias 2 e 3 de março, em Rio Branco. Durante o curso, os participantes debateram a dinâmica do transporte aéreo nacional e internacional.

Diversos temas foram abordados pelo professor Fábio Morsello, dentre os quais a evolução do transporte aéreo e as convenções que regulam o transporte aéreo cível, especialmente o internacional.

Foto 74: I Jornada de Estudos da ESMAC: Magistrados discutem a responsabilidade civil do transporte aéreo.



Fonte: Intranet TJAC

O juiz pontuou exemplos de passageiros que tiveram problemas durante suas viagens para ressaltar a responsabilidade do transportador e a medida da indenização dos danos.

Ele também discorreu sobre aspectos da relação de consumo, aplicáveis a transportes de passageiros e bagagens, tratando o Direito do Consumidor como Direito Fundamental.

O magistrado lembrou ainda os acidentes internacionais e os ocorridos no Brasil, do caos aéreo dos últimos anos, além de manifestar preocupação com a proximidade de eventos de grande porte, previstos para acontecer no país, que irão demandar uma estrutura mais eficiente do setor e, por conseguinte, também do Judiciário.

Para tentar enfrentar os problemas vivenciados pelos usuários, Fábio Morsello recomenda o fortalecimento dos Juizados Especiais Cíveis, instâncias ideais para tratamento de problemas como overbooking, atrasos e cancelamentos de voos, extravios, furtos ou violação de bagagens e falta de informações.

3. II Jornada de Estudos de 2012: Tribunal e Escola da Magistratura realizam evento na próxima semana

O Tribunal de Justiça do Acre e a Escola Superior da Magistratura (Esmac) realizaram a II Jornada de Estudos de 2012. A atividade aconteceu a partir do dia 16 e se estendeu até o dia 19 de maio, sob a coordenação científica da juíza de Direito Olívia Ribeiro, titular da Vara de Violência Doméstica.

No dia 16 de maio, a partir das 15h houve a atividade introdutória sobre “Padronização de Procedimentos de Execução Penal”, cujo facilitador foi o desembargador Arquilau Melo, Corregedor-Geral da Justiça.

Já a abertura oficial aconteceu no dia 17, às 8h30min, no Plenário da Sede do Tribunal de Justiça, com as presenças do desembargador-presidente Adair Longuini e da Diretora da Esmac, desembargadora Eva Evangelista.

Em seguida foi lançado o Projeto Cidadania e Justiça na Escola, promovido pelo próprio Tribunal de Justiça – por meio da Esmac –, em parceria com a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), a Associação dos Magistrados do Acre (Asmac) e Prefeitura Municipal de Rio Branco.

Na programação da Jornada de Estudos estavam incluídas mesas redondas, palestras e painéis sobre os mais diversos temas, entre eles a palestra de apresentação do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita), que foi ministrada pela Coordenadora do Programa, Jaicelene Brasil.

A Jornada de Estudos é uma oportunidade para o encontro dos magistrados de todo o Estado em Rio Branco, momento em que há troca de experiências e ideias para o aperfeiçoamento na prestação jurisdicional.

4. TJAC e ESMAC promovem a III Jornada de Estudos 2012

O Tribunal de Justiça do Acre e a Escola Superior da Magistratura (Esmac) promoveram de 16 a 18 de agosto a III Jornada de Estudos de 2012. O evento aconteceu sob coordenação científica da juíza de Direito Mirla Cutrim, na sede da Esmac.

O presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Adair Longuini, e a diretora da Escola, desembargadora Eva Evangelista, abriram o evento, cuja programação incluía palestra, curso, mesas redondas e atividades de multiplicação.

Foto 75: III Jornada de Estudos da ESMAC



Fonte: Intranet TJAC

No dia 16 (quinta-feira), primeiro dia de atividades, após a abertura, o delegado de Polícia Federal Agnaldo Mendonça Alves apresentou a palestra “Lavagem de Dinheiro – Inquérito e Interceptação Telefônica”, abordando legislação, modos de operação e estudos de caso.

Foto 76: III Jornada de Estudos da ESMAC



Fonte: Intranet TJAC

Na sequência foi realizada uma mesa redonda sobre “Reforma do Código Penal”, com o juiz Leandro Gross e o promotor de Justiça Gláucio Oshiro.

Ainda no primeiro dia, na parte da tarde, aconteceu a mesa redonda sobre o tema “Improbidade administrativa no descumprimento de decisões judiciais”, com mediação da juíza Luana Campos e participação dos juízes Anastácio Meneses e Giordane Dourado.

A programação de sexta-feira foi encerrada com uma reunião dos magistrados com a Corregedoria Geral da Justiça do Acre.

Já no dia 17 (sexta-feira), as juízas de Direito Mirla Cutrim e Regina Longuini comandaram a multiplicação do “Curso Políticas Públicas em Conciliação e Mediação”, do Conselho Nacional de Justiça.

Foto 77: III Jornada de Estudos da ESMAC



Fonte: Intranet TJAC

Na parte da tarde, às 16h45, o juiz auxiliar da Presidência do TJAC, Laudivon Nogueira, discutiu com os magistrados a proposta de reforma administrativa do Poder Judiciário, elaborada a partir de consultoria da Fundação Getúlio Vargas.

Por fim, no dia 18 (sábado), o juiz de Direito Giordane Dourado multiplicou o “Programa de Capacitação em Poder Judiciário”, da Fundação Getúlio Vargas.

Foto 78: III Jornada de Estudos da ESMAC



Fonte: Intranet TJAC

A Jornada de Estudos, além de contribuir para o aperfeiçoamento e desempenho na prestação dos serviços jurisdicionais, é uma oportunidade para troca de ideias e experiências entre os magistrados estaduais.

5. IV Jornada de Estudos da ESMAC: TJAC e ESMAC promovem Fórum Estadual do Judiciário para a Família

O Tribunal de Justiça e a Escola Superior da Magistratura do Acre (ESMAC) promoveram, entre os dias 25, 26 e 27 de outubro, o Fórum Estadual do Judiciário para a Família. O evento fez parte da IV Jornada de Estudos promovida pelo TJAC e o Órgão de Ensino no ano de 2012.

Foto 79: IV Jornada de Estudos da ESMAC



Fonte: ESMAC

No dia 25, as atividades começaram a partir das 15h, na sala de aula do Centro de Capacitação do Poder Judiciário (CECAP). O painelista foi o juiz de Direito Gildo Alves de Carvalho Filho, do Tribunal de Justiça do Amazonas, que abordou a experiência da conciliação na área de família.

Foto 80: IV Jornada de Estudos da ESMAC



Fonte: ESMAC

No segundo dia de evento foram realizados painéis e mesas redondas sobre a evolução social do conceito de família. O desembargador Raduan Miguel Filho, do Tribunal de Justiça de Rondônia, discutiu a questão do direito das famílias na visão contemporânea.

O encerramento das atividades aconteceu no sábado, 27, com o curso de Capacitação em Mediação Familiar, ministrado pelo Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família do Rio Grande do Sul, advogado Conrado Paulino Rosa.

Foto 81: IV Jornada de Estudos da ESMAC



Fonte: ESMAC

6. IV Jornada de Estudo da ESMAC: Corregedoria discute com magistrados o alinhamento de procedimentos jurisdicionais

Durante a programação da IV Jornada de Estudos da Escola Superior da Magistratura do Acre e Fórum Estadual do Judiciário para a Família, de 25 a 27 de outubro, a Corregedoria-Geral da Justiça aproveitou a presença de todos os juízes do Estado para discutir o alinhamento de procedimentos jurisdicionais.

Conduzida pelo desembargador-corregedor Arquilau Melo, a atividade consistiu na divisão dos magistrados por área de atuação, com a constituição de três grandes grupos de trabalho: 1) grupo de juízes da área cível; 2) grupo dos juízes da área criminal; 3) grupo de juízes da área de execução penal.

Foto 82: IV Jornada de Estudos da ESMAC.



Fonte: Intranet TJAC

Os juízes cíveis discutiram entre si a questão da gratuidade da justiça, que é um benefício assegurado às pessoas de baixa renda impossibilitadas de arcar com os custos de um processo judicial. Segundo o corregedor, a intenção da discussão era traçar parâmetros objetivos e definir um entendimento comum para a concessão desse benefício, vez que ela fica a critério de cada magistrado.

Foto 83: IV Jornada de Estudos da ESMAC.



Fonte: Intranet TJAC

Por sua vez, os juízes criminais se dedicaram à elaboração de um ato normativo para orientar na Justiça Estadual o cumprimento da Resolução 154, do Conselho Nacional de Justiça. A norma, editada em julho deste ano, definiu a política institucional do Poder Judiciário para utilização dos recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária.

Foto 84: IV Jornada de Estudos da ESMAC.



Fonte: Intranet TJAC

Já os juízes de execução penal concluíram a elaboração do Manual de Procedimentos da Vara de Execuções Penais, que deverá ser editado em breve e servirá de orientação para a rotina de trabalho nessas unidades em todo o Estado.

Foto 85: IV Jornada de Estudos da ESMAC.



Fonte: Intranet TJAC

As discussões de cada grupo resultaram em relatórios encaminhados à Corregedoria, que agora viabilizará a análise do material para, posteriormente, organizar a sua publicação oficial.

4. ESMAC desenvolve projeto de Grupo de Estudos Voluntário em Filosofia Política e do Direito.

Objetivo é aprofundar os conhecimentos na área da teoria filosófica e contribuir na análise dos casos concretos trazidos para apreciação do Poder Judiciário.

Possibilitar o aprofundamento dos conhecimentos na área da teoria filosófica, em seu eixo político e jurídico, como forma de subsidiar a análise dos casos concretos trazidos para apreciação do Poder Judiciário do Acre. É com esse objetivo que a Escola Superior da Magistratura do Acre (ESMAC) irá desenvolver o projeto de Grupo de Estudos Voluntário em Filosofia Política e do Direito.

Destinado aos magistrados, o projeto será dirigido pela Desembargadora Eva Evangelista, Diretora da ESMAC, auxiliada por três coordenadores: os Juízes Regina Longuini, Anastácio Menezes e Giordane Dourado.

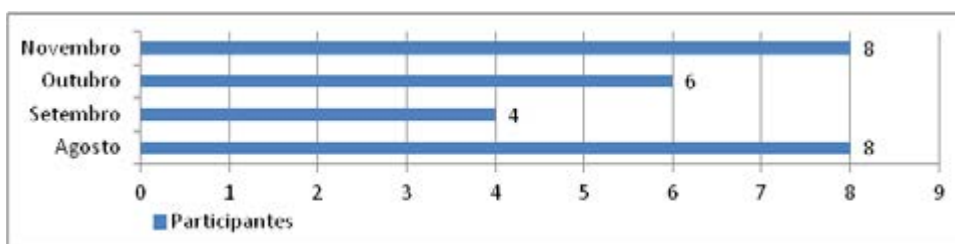
Com uma carga horária de 48 horas-aula, o escopo da iniciativa é fomentar o estudo e a pesquisa sobre a evolução do pensamento filosófico, político e jurídico, desde os primeiros pensadores gregos até a pós-modernidade, visando à convergência do debate dialético com a resolução de casos concretos vivenciados no cotidiano da magistratura.

O projeto ocorrerá sempre na sede da Escola, sem ônus de diárias e passagens aéreas para os eventuais magistrados interessados, já que o programa de estudo se desenvolverá na modalidade de trabalho e frequência voluntárias, não havendo qualquer obrigatoriedade de participação.

Os principais objetivos do projeto são:

- Possibilitar o intercâmbio de experiências e do saber jurídico-político entre os aplicadores do Direito;
- Desenvolver ambiente acadêmico de atividades no sentido de compreender a teoria e a práxis, a partir da integração de todos os atores do Direito;
- Fomentar e divulgar a produção intelectual dos integrantes do grupo.

Gráfico 7: Gráfico do número de participantes no grupo de estudo voluntário



Fonte: ESMAC

3.1.7. Meta 22 – Publicar 90% dos acórdãos dentro do prazo padrão

O CNJ estabeleceu em seu planejamento nacional que os acórdãos dos Tribunais deverão ser publicados no prazo máximo de 10 dias.

Resultado:

Meta alcançada. 100% dos acórdãos foram publicados dentro do prazo de 10 dias, portanto o cumprimento ficou em 111,11%. Meta cumprida.

Outras ações que corroboraram com o objetivo estratégico.

1. Atividades desenvolvidas pela Comissão de Organização Judiciária, Regimentos, Assuntos Administrativos e Legislativos.

Processos movimentados pela Comissão:

Tabela 17: Processos movimentados pela Comissão de Organização Judiciária, Regimentos, Assuntos Administrativos e Legislativos que contribuíram com o objetivo estratégico do item 17.

0002081-35.2011.8.01.0000	Implantação do pagamento de Auxílio-Alimentação para os Magistrados de 1º e 2º Grau.	Julgado em 5.12.2011	Encaminhado à Presidência para, se for o caso, apresentar proposta de normatização da matéria.
0002216-47.2011	Proposta de Anteprojeto de Lei Complementar que dispõe sobre a criação de Cargos e Função de Confiança no Quadro de pessoal do Poder Judiciário.	Julgado em 5.12.2011	Anteprojeto de Lei aprovado no Pleno Administrativo em 7.12.2011.
0001263-59.2006	Proposta de Resolução para criação do Estatuto do Centro de Capacitação dos Servidores do Poder Judiciário.	Sobrestado	Aguardando a reformulação da atual estrutura do Poder Judiciário.
0500401-89.2010	PCCR.	Sobrestado	
0004536-41.2009	Regulamentação do pagamento de Gratificação Prêmio de Produtividade dos Oficiais de Justiça.	Encaminhado à Presidência, conforme solicitação feita pelo, OF. GAPRE nº 823, em 5.10.2011	
0000707-81.2011.8.01.0000	Compensação ou Renumeração dos Magistrados pelos dias trabalhados no Plantão Judiciário.	Julgado em 5.10.2011	Arquivado.
0000703-15.2009	Projeto de Revisão do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Acre	Concluso ao Relator	
0000643-71.2011.8.01.0000	Proposta de realização de leilão público de bens inservíveis.	Concluso à Relatora	

Fonte: Comissão de Organização Judiciária, Regimentos, Assuntos Administrativos e Legislativos.

3.2. Garantir o alinhamento das ações entre as áreas meio e fim do Poder Judiciário do Estado do Acre.

Na estrutura interna do TJAC as áreas meio e fim da instituição estão intimamente ligadas ao cerne de seu propósito maior, que é seu cliente, mas separadas pela ausência de alinhamento estratégico, não gerando efetivo resultado positivo à sociedade.

Resultado do cumprimento desse objetivo estratégico: 56,62%

As metas 23, 24 e 25, estabelecidas no planejamento estratégico, orientaram as ações das unidades para cumprimento desse objetivo estratégico. Seguem abaixo as ações desenvolvidas, bem como os resultados obtidos com as metas.

3.2.1. Meta 23 - Realizar 100% dos eventos de gestão programadas

A meta tem como objetivo avaliar se a programação da gestão estratégica está sendo posta em prática.

Resultado:

A meta previa a realização de três eventos de gestão participativa, porém foram realizados dois eventos. Meta cumprida parcialmente.

Ações desenvolvidas:

1. Ações desenvolvidas pela ESMAC que corroboraram com esta meta:

- I Jornada de Estudos da ESMAC: Magistrados discutem a responsabilidade civil do transporte aéreo;
- II Jornada de Estudos de 2012: Tribunal e Escola da Magistratura realizam evento;
- III Jornada de Estudos 2012: Magistrados discutem “Improbidade administrativa no descumprimento de decisões judiciais”;
- IV Jornada de Estudos da ESMAC: TJAC e ESMAC promovem Fórum Estadual do Judiciário para a Família.

2. Grupo de Estudos debate o tema “História das Ideias Políticas” no encontro desta semana

O Tribunal de Justiça e a Escola Superior da Magistratura do Acre (ESMAC) promoveram no dia 10 de fevereiro mais uma atividade do projeto “Grupo de Estudos Voluntário em Filosofia Política e do Direito”.

Trata-se do quinto encontro do Grupo de Estudos, cuja abertura contará com a participação da Desembargadora Eva Evangelista, Diretora da Escola.

Com o tema “História das Ideias Políticas”, o evento acontecerá na própria sede da ESMAC, a partir das 15h30min, e tem como público-alvo magistrados, juízes leigos e conciliadores. Autores como Marx, Tocqueville, Hobbes e Montesquieu lançarão luzes sobre o debate.

O projeto

A iniciativa do Órgão de Ensino tem como propósito possibilitar o aprofundamento dos conhecimentos na área da teoria filosófica, em seu eixo político e jurídico, como forma de subsidiar a análise dos casos concretos trazidos para apreciação do Poder Judiciário do Acre.

Com uma carga horária de 45 horas-aula, o projeto fomenta o estudo e a pesquisa sobre a evolução do pensamento filosófico, político e jurídico, desde os primeiros pensadores gregos até a pós-modernidade, visando à convergência do debate dialético com a resolução de casos concretos vivenciados no cotidiano da magistratura.

O projeto é dirigido pela Desembargadora Eva Evangelista, auxiliada por três coordenadores: os Juízes Regina Longuini, Anastácio Menezes e Giordane Dourado. As reuniões do projeto se desenvolvem sempre na sede da Escola, sem ônus de diárias e passagens aéreas para magistrados, já que a atividade acontece na modalidade de trabalho e frequência voluntárias, não havendo qualquer obrigatoriedade de participação.

3. Grupo de Estudos debate o tema “O debate sobre o poder e o espaço democrático”

O Tribunal de Justiça e a Escola Superior da Magistratura do Acre (ESMAC) promoveram no dia 20 de abril mais uma atividade do projeto “Grupo de Estudos Voluntário em Filosofia Política e do Direito”.

Trata-se do quinto encontro do Grupo de Estudos, cuja abertura contou com a participação da Desembargadora Eva Evangelista, Diretora da Escola.

Com o tema “O debate sobre o poder e o espaço democrático”, o evento aconteceu na própria sede da ESMAC, e teve como público-alvo magistrados, juízes leigos e conciliadores.

4. Grupo de Estudos debate “Crise de eficácia e pós-modernidade jurídica”

Realizado no dia 25 de maio mais um grupo de Estudo, cujo tema debatido foi “Crise de eficácia e pós-modernidade jurídica”.

A atividade foi promovida pelo Tribunal de Justiça e pela Escola Superior da Magistratura do Acre (Esmac). Ela aconteceu na sede da Esmac tendo como público-alvo magistrados, juízes leigos e conciliadores.

5. Grupo de Estudos debate o tema “Decisões Judiciais e Racionalidade Argumentativa”

“Decisões Judiciais e Racionalidade Argumentativa”, os limites da atuação da justiça constitucional e de como não se pode confundir a necessária intervenção judicial com discricionariedade

e decionismos é o tema do debate deste quinto encontro do Grupo de Estudos Voluntário em Filosofia Política e do Direito no ano de 2012.

A atividade, promovida pelo Tribunal de Justiça e pela Escola Superior da Magistratura do Acre, foi realizada no dia 6 de junho na sede da escola, tendo como público-alvo magistrados, servidores e interessados.

A iniciativa do Órgão de Ensino teve como objetivo possibilitar o aprofundamento dos conhecimentos na área da teoria filosófica, em seu eixo político e jurídico, como forma de subsidiar a análise dos casos concretos trazidos para apreciação do Poder Judiciário do Acre.

6. Escola Superior da Magistratura: Grupo de Estudos debate o tema “Direito e Pós-Modernidade na Realidade Brasileira”

A realidade brasileira e o ordenamento jurídico brasileiro são temas do debate deste sexto encontro do Grupo de Estudos em Filosofia Política e do Direito. A discussão foi em torno da afirmação de uma história de ambivalências entre autoritarismos e fluxos democráticos.

A atividade promovida pelo Tribunal de Justiça e pela Escola Superior da Magistratura do Acre aconteceu no dia 3 de agosto, na sede da Esmac, tendo como público-alvo magistrados, servidores e interessados.

7. Grupo de Estudos debate tema “Questões contemporâneas sobre educação, filosofia e política”

Questões contemporâneas sobre educação, filosofia e política” é o tema do debate do encontro do Grupo de Estudos Voluntário em Filosofia Política e do Direito.

A discussão foi a partir da exibição do filme “A onda”, que trata da conscientização sobre o poder doutrinário dos movimentos ideológicos.

A atividade promovida pelo Tribunal de Justiça e pela Escola Superior da Magistratura do Acre (Esmac) foi realizada no dia 10 de outubro na sede da escola, tendo como público-alvo magistrados e servidores interessados.

A iniciativa teve como objetivo possibilitar o aprofundamento dos conhecimentos na área da teoria filosófica, em seu eixo político e jurídico, como forma de subsidiar a análise dos casos concretos trazidos para apreciação do Poder Judiciário do Acre.

8. Grupo de Estudos debate o tema “Pós-modernidade, educação e diálogo”

“Pós-modernidade, educação e diálogo” foi o tema do debate do encontro do Grupo de Estudos Voluntário em Filosofia Política e do Direito.

A discussão ocorreu a partir da exibição do filme “Em um mundo melhor”, que trata sobre o preconceito, a intolerância e a falta de diálogo como motivadores das mais imprevisíveis tragédias.

O filme compõe um painel interligado e globalizado que mostra os diversos caminhos da violência no mundo atual, mostrando a necessidade de disseminar a cultura da mediação, inclusive no seio escolar e familiar desde a mais tenra idade.

Nesse caso, a tarefa da educação para democracia no espaço de compreensão dialogal, num estado democrático de direito, deve ser sustentado também pelo Poder Judiciário.

A atividade promovida pelo Tribunal de Justiça e pela Escola Superior da Magistratura do Acre aconteceu no dia 14 de novembro na sede da escola, tendo como público-alvo magistrados, professores/coordenadores de cada escola do Projeto Cidadania e Justiça na Escola, psicólogos e assistentes sociais das varas da Infância e Juventude e varas de Família.

A iniciativa do Órgão de Ensino tem como objetivo possibilitar o aprofundamento dos conhecimentos na área da teoria filosófica, em seu eixo político e jurídico, como forma de subsidiar a análise dos casos concretos trazidos para apreciação do Poder Judiciário do Acre.

3.2.2. Meta 24 - Obter 80% de sucesso na execução de projetos estratégicos

A meta tem como objetivo acompanhar a relação entre projetos estratégicos concluídos com as metas internas alcançadas e o total de projetos estratégicos previstos no plano para o período

Resultado:

Dos projetos iniciados durante o ano 33% deles foram finalizados. Os demais encontram-se em execução. Meta não cumprida

Ações desenvolvidas: Painel de acompanhamento da Gestão Estratégica – 2012

1. Painel de acompanhamento da Gestão Estratégica – 2012

O painel está disponibilizado no apêndice deste documento.

2. Portfólio de projetos estratégicos



Portfólio de Projetos Estratégicos do Poder Judiciário do Estado do Acre

2010 — 2014

Missão: Garantir os Direitos do Jurisdicionado no Estado do Acre, com justiça, agilidade e ética, promovendo o bem de toda a Sociedade.

Visão: Ser reconhecido, até 2015, pelo Jurisdicionado no Estado do Acre, pela excelência na prestação de serviços judiciais e sociais, por meio de Magistrados e Servidores motivados, capacitados e valorizados.

Valores

- Justiça
- Respeito
- Celeridade
- Transparência
- Honestidade
- Ética
- Moralidade
- Independência
- Responsabilidade Social e Ambiental
- Eficiência e efetividade

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO ACRE



Legenda:

- Em Espera
- Em Fase de Termo de Abertura
- Em Execução
- Finalizado

3. Relações Públicas e Cerimonial

A Chefia de Relações Públicas e Cerimonial do TJAC tem em sua competência a preparação, supervisão e coordenação dos eventos para o público interno e externo do Poder Judiciário. A unidade coordena o Cerimonial, com acompanhamento das mais variadas atividades realizadas pelo Poder, sob a responsabilidade da Presidência do TJAC.

No ano de 2012 foram 48 eventos planejados e executados pelo setor. No biênio 2011-2013, a Chefia de Relações Públicas e Cerimonial também acompanhou 35 assinaturas de termos e convênios e 50 visitas institucionais recebidas pela Presidência do TJAC.

A seguir, estão relacionados os principais eventos que contaram com a coordenação e participação da Assessoria de Comunicação Social e sua Chefia de Relações Públicas e Cerimonial nos anos de 2011 e 2012.

Tabela 18: Eventos apoiados pelo Cerimonial

ANO 2012	EVENTO
JANEIRO	
11.01.2012	Ato de Assinatura da Escritura Pública da Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul A solenidade de assinatura da Escritura Pública foi realizada no Hall de Entrada do Plenário da Sede do TJAC (Galeria de Presidentes), e contou com a presença do Governador do Estado Tião Viana, da Procuradora Geral de Justiça Patrícia Rêgo, do Diretor do Foro da Justiça Federal no Acre Régis Araújo, além de toda a Corte de Justiça e dos representantes da faculdade IEVAL, que assinaram o documento.
13.01.2012	Sessão Solene de Posse da Desembargadora Cezarinete Angelim A Corte de Justiça do Acre deu posse à Juíza de Direito Maria Cezarinete de Souza Augusto Angelim como desembargadora em sessão solene realizada no plenário da sede do Tribunal de Justiça. Cezarinete Angelim foi escolhida pelo critério de antiguidade em substituição à Desembargadora Miracele Borges, aposentada em 17.07.2011. Estiveram presentes o Governador do Acre em exercício, César Messias; o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado (Aleac), Elson Santiago; o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Acre (OAB-AC), em exercício, Marcos Vinícius; e o Presidente da Associação dos Magistrados do Acre (Asmac), em exercício, juiz Giordane Dourado e a Procuradora Geral de Justiça Patrícia Rêgo.
19.01.2012	Assinatura do convênio para ressociação de presos O Convênio nº 001/2012, que visa a prestação de serviços relacionados à contratação de mão de obra de presos e egressos das unidades penitenciárias estaduais foi assinado na Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas de Rio Branco (VEPMA), pelo Desembargador-Presidente do TJAC, Adair Longuini, e pelo Diretor-Presidente do IAPEN, Dirceu Silva. Estiveram presentes ainda a Juíza Maha Manasfi, Titular da VEPMA, a Desembargadora Cezarinete Angelim, o Procurador Geral do Estado Rodrigo das Neves e o Juiz Giordane Dourado, representando a ASMAC.
FEVEREIRO	
Fevereiro/2012	Campanha de arrecadação de doativos para famílias atingidas pela enchente do Rio Acre Para reforçar a campanha de mobilização e arrecadação de doativos destinados às famílias atingidas pela enchente do Rio Acre, o Tribunal de Justiça decidiu promover uma campanha interna, visando integrar magistrados, servidores, delegatários e a comunidade jurídica na ajuda humanitária.

29.02.2012	Fórum Estadual do Judiciário para a Saúde O Fórum foi realizado nos dias 29 de fevereiro de 1º de março no Palácio da Justiça como parte da programação da I Jornada de Estudos da ESMAC em 2012. Os Desembargadores Adair Longuini e Eva Evangelista conduziram a abertura do evento, que contou com a participação do governador Tião Viana como conferencista, e reuniu cerca de 120 pessoas entre autoridades do Judiciário, Ministério Público, Executivo Estadual e Municipal, e estudantes da área de saúde
MARÇO	
02.03.2012	I Jornada de Estudos da ESMAC 2012 O evento marcou a abertura das atividades da ESMAC em 2012. Além do Fórum Estadual do Judiciário para a Saúde, ocorrida no Palácio da Justiça, a programação aconteceu na sede do Tribunal de Justiça (sala de aula da ESMAC), onde foi ministrado o curso “Transporte aéreo - responsabilidade civil”, com a condução do professor Dr. Fábio Morsello, da Universidade de São Paulo (USP). Essa atividade foi destinada não apenas aos magistrados, bem como aos promotores, defensores e demais operadores do Direito.
08.03.2012	Pedra fundamental da Cidade da Justiça A solenidade aconteceu no local onde será erguida a Cidade da Justiça de Rio Branco e contou com a presença do Governador Tião Viana, da Corte de Justiça, além de muitas autoridades federais, estaduais e municipais. Na ocasião também foi assinada a ordem de serviço da obra.
13.03.2012	Posse de mais 65 servidores concursados Em cerimônia realizada no auditório do Centro de Capacitação dos Servidores do Judiciário, o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, Desembargador Adair Longuini, deu posse a mais 65 servidores aprovados em concurso público. Estiveram presentes o Desembargador Arquilau Melo e o Juiz Edinaldo Muniz.
ABRIL	
04.04.2012	Cantata de Páscoa O evento aconteceu nas escadarias do Palácio da Justiça, com a presença de mais de vinte reeducandos do Coral Redenção, projeto idealizado e executado pela Vara de Penas e Medidas Alternativas (VEPMA) de Rio Branco. Foi prestigiado por representantes de várias instituições.
MAIO	
11.05.2012	Cicleata contra a Violência Doméstica Dezenas de pessoas participaram da Cicleata Contra a Violência Doméstica. Juízes, servidores do Poder Judiciário e estudantes de escolas estaduais deram “a volta na violência”, em alusão ao slogan da campanha. Também prestigiaram o evento o Desembargador-presidente Adair Longuini e a primeira-dama do Estado Marlúcia Cândida.
14.05.2012	Visita da Ministra Eliana Calmon A corregedora nacional de Justiça foi recebida pelos membros do TJAC no início da tarde. Ainda no aeroporto, Eliana Calmon foi recebida pelos desembargadores Adair Longuini e Samoel Evangelista, presidente e vice-presidente, respectivamente. Em seguida, eles se deslocaram até a sede do Tribunal, onde os demais membros da Corte de Justiça Acreana aguardavam a ministra. A ministra participou ainda, por meio de videoconferência, da abertura oficial do trabalho de inspeção nas Justiças comum e militar de Minas Gerais.
15.05.2012	Lançamento da Cartilha sobre Violência Sexual contra Menores O evento aconteceu no Palácio da Justiça, no Centro de Rio Branco, como parte das ações da Agenda 18 de Maio, data em que se comemora o Dia Nacional do Combate à Exploração e Violência Sexual de Criança e Adolescentes. Estiveram presentes o Juiz Romário Divino, o Procurador de Justiça Carlos Maia e os Secretários de Estado Nilson Mourão e Tiago Higino. Também foram premiados os vencedores do Concurso de Frases.

17.05.2012	Lançamento do Projeto Cidadania e Justiça na Escola O evento conduzido pelos desembargadores Adair Longuini e Eva Evangelista aconteceu no plenário do TJAC, com a presença de alunos das dez escolas da Capital que participam da primeira etapa do projeto. Além da comunidade escolar, prestigiaram o evento o presidente em exercício do Tribunal Regional Eleitoral do Acre, desembargador Roberto Barros, o presidente da Assembleia Legislativa do Estado, deputado Élon Santiago, a deputada federal Antônia Lúcia, o comandante da Polícia Militar, coronel José Anastácio, entre outras autoridades locais. A Associação dos Magistrados do Acre (Asmac) foi representada pelo juiz Raimundo Nonato Maia. A desembargadora Cezarinete Angelim e juizes de todo o Estado também acompanharam o ato.
18 a 19.05.2012	II Jornada de Estudos da ESMAC 2012 O evento aconteceu na sede da ESMAC sob a coordenação científica da juíza de Direito Olívia Ribeiro. Na abertura ocorreu o Lançamento do Projeto Cidadania e Justiça na Escola.
14 a 18.05.2012	10ª Semana de Museus A Semana Nacional de Museus acontece anualmente, com uma programação composta por seminários, exposições, oficinas, espetáculos musicais, de teatro e de dança, mesas redondas, visitas guiadas, exibições de filmes e um diversificado conjunto de atividades. No Acre, o Palácio da Justiça – Centro Cultural do TJAC é um dos espaços culturais onde a programação se realiza.
JUNHO	
11.06.2012	Visita às Comarcas do Alto Acre Visita institucional do Presidente às Comarcas de Senador Guiomard, Capixaba, Xapuri, Epitaciolândia e Brasiléia, objetivando reunir-se com servidores e magistrados para acompanhar de perto os trabalhos da Justiça. Na ocasião também foi entregue aos servidores a obra de reforma do Fórum de Brasiléia.
14.06.2012	Posse de 26 novos servidores Em cerimônia realizada no auditório do Centro de Capacitação dos Servidores do Judiciário, o Tribunal de Justiça do Estado do Acre deu posse a mais 26 servidores aprovados em concurso público. O Juiz Auxiliar da Presidência Laudivon Nogueira conduziu o ato.
14.06.2012	Lançamento do livro Memórias e Imagens da Revolução Acreana A terceira edição da obra foi impressa pelo Parque Gráfico do Tribunal de Justiça e o seu lançamento aconteceu no Palácio da Justiça – Centro Cultural do TJAC, no 14 de junho.
21.06.2012	Fórum Estadual dos Juizados Especiais Magistrados de todo o Estado que atuam no âmbito dos Juizados Especiais estiveram reunidos durante todo o dia, na ESMAC. A abertura da atividade foi prestigiada pelos Desembargadores Adair Longuini e Roberto Barros, e o Diretor do Foro da Justiça Federal no Acre Régis Araújo.
22.06.2012	Reunião de Trabalho sobre o SINASE O evento realizado em parceria com o Instituto Socioeducativo do Acre, foi prestigiado por procuradores, juizes (da Capital e do interior), promotores, defensores públicos, advogados, psicólogos, assistentes sociais e pedagogos. O diretor do Instituto Socioeducativo, Henrique Corinto, também compareceu à atividade.
29.06.2012	Instalação da 5ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco O ato aconteceu no Fórum Barão do Rio Branco e foi conduzido pelo desembargador-presidente Adair Longuini. Também prestigiaram o evento e assinaram a ata de instalação a Desembargadora Eva Evangelista, o Presidente da ASMAC Marcelo Carvalho, o Procurador de Justiça Carlos Maia, o Procurador Geral do Estado Rodrigo das Neves, o Defensor Público Geral Díon Leal e os magistrados Anastácio Menezes e Edinaldo Muniz.

JULHO	
09.07.2012	Instalação da Vara Criminal da Comarca de Tarauacá A solenidade aconteceu no auditório do Tribunal do Júri do Fórum Desembargador Mário Strano e movimentou a cidade. O presidente Adair Longuini e a Juíza Joelma Nogueira conduziram a atividade que contou com a presença de magistrados das comarcas vizinhas e da capital, autoridades estaduais, municipais e militares de Tarauacá.
11 e 12.07.2012	Audiência Pública sobre Educação Indígena O Cerimonial foi requisitado e cedido à Procuradoria da República no Acre para organizar a Audiência Pública sobre Educação Escolar Indígena. A atividade ocorreu no auditório da Justiça Federal e estiveram presentes representantes do MPF, dos líderes indígenas, da Secretaria Estadual de Educação, da Fundação Nacional do Índio (Funai), do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), da Universidade Federal do Acre (Ufac), do Ministério da Educação e da Controladoria Geral da União (CGU).
27.07.2012	Sessão Solene de Posse da Desembargadora Denise Bonfim A Corte de Justiça do Acre deu posse à Juíza de Direito Denise Castelo Bonfim como desembargadora em sessão solene realizada no plenário da sede do Tribunal de Justiça. Denise Bonfim foi escolhida pelo critério de merecimento na 10ª vaga criada. Estiveram presentes o Governador do Acre em exercício, César Messias; o representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Acre (OAB-AC), Fernando Pierro; o Presidente da Associação dos Magistrados do Acre (Asmac), Marcelo Carvalho e a Procuradora Geral de Justiça Patrícia Rêgo.
AGOSTO	
04.08.2012	Casamento Coletivo – Edição Agosto 2012 O Tribunal de Justiça do Acre, por meio do Projeto Cidadão, realizou mais uma edição do tradicional Casamento Coletivo. No Ginásio do SESI, em Rio Branco, 1.125 casais oficializaram sua união civil.
08.08.2012	Abertura da Inspeção do CNJ A abertura oficial dos trabalhos de inspeção na Justiça Comum do Acre aconteceu no Plenário do TJAC com a fala da Corregedora Nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, por videoconferência. Os desembargadores que integram a Corte Acreana prestigiaram o ato, ao qual compareceram em grande número membros do Judiciário, Executivo e Legislativo.
08.08.2012	Formatura dos alunos do Projeto Começar de Novo O evento ocorreu no Teatro Plácido de Castro e foram conferidos ao TJAC e aos seus principais parceiros na execução de ações voltadas à ressocialização, o selo do Programa Começar de Novo. Também aconteceu a formatura de 28 reeducandos que participaram no primeiro semestre deste ano de cursos profissionalizantes de cabeleireiro e de garçom. O desembargador Silvio Marques, assessor da Corregedoria Nacional de Justiça, os desembargadores do TJAC, Adair Longuini, Eva Evangelista e Cezarinete Angelim, os juízes de Direito Regina Longuini, Maha Manasfi, Edinaldo Muniz e Gilberto Matos, o promotor de Justiça Abelardo Townes, o diretor-presidente do IAPEN, Dirceu Silva, e o secretário de Pequenos Negócios do Acre, José Carlos Reis, participaram do evento.
10.08.2012	Encerramento da Capacitação de profissionais para atuarem no Programa Justiça Comunitária A cerimônia de encerramento das atividades de capacitação dos profissionais que irão atuar no Programa Justiça Comunitária aconteceu na sala de aula da ESMAC. O desembargador-presidente Adair Longuini e a coordenadora do Programa, desembargadora Eva Evangelista, conduziram o ato que foi prestigiado ainda pelos juízes Olívia Ribeiro e Edinaldo Muniz; o procurador geral do Estado, Rodrigo das Neves, representando o governador do Acre; Valdecir Nicácio, representando o secretário de Direitos Humanos, Nilson Mourão, e a servidora Iris Acácio, representando o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário (Sinspjac).

16 a 18.08.2012	III Jornada de Estudos da ESMAC 2012 O evento aconteceu na sede da ESMAC sob a coordenação científica da juíza de Direito Mirla Cutrim. O presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Adair Longuini, e a diretora da Escola, desembargadora Eva Evangelista, prestigiaram a abertura das atividades, que também contou com a presença do delegado de Polícia Federal Agnaldo Mendonça Alves apresentando a palestra “Lavagem de Dinheiro – Inquérito e Interceptação Telefônica”.
17.08.2012	Inauguração do Escritório Corporativo dos Juizados Especiais Cíveis O ato de instalação do Escritório Corporativo da OAB aconteceu na sede dos Juizados Especiais Cíveis com a presença dos desembargadores Adair Longuini e Roberto Barros, do Presidente da OAB-AC, Florindo Poersch, e advogados.
SETEMBRO	
11.09.2012	Posse de 13 novos servidores Em cerimônia realizada no auditório do Centro de Capacitação dos Servidores do Judiciário, o Desembargador-presidente Adair Longuini deu posse a mais 13 servidores aprovados em concurso público.
29.09.2011	Apresentação da Orquestra Filarmônica do Acre A Orquestra Filarmônica do Acre, se apresentou no sábado, no Palácio da Justiça – Centro Cultural do Tribunal de Justiça do Acre.
OUTUBRO	
02.10.2011	Instalação da Vara Criminal da Comarca de Feijó A solenidade aconteceu no auditório do Tribunal do Júri do Fórum Dr. Quirino Lucas de Moraes. O presidente Adair Longuini e o Juiz Gustavo Sirena conduziram a atividade que contou com a presença de magistrados das comarcas vizinhas e da capital, autoridades estaduais, municipais e militares de Feijó.
05.10.2012	Sessão Solene de Posse do Desembargador Francisco Djalma A Corte de Justiça do Acre deu posse ao Juiz de Direito Francisco Djalma da Silva como desembargadora em sessão solene realizada no plenário da sede do Tribunal de Justiça. Francisco Djalma foi escolhido pelo critério de antiguidade para a 12ª vaga criada. Estiveram presentes a Secretária Márcia Régina, representando o Governador do Acre; o Presidente da ALEAC, Elson Santiago; o representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Acre (OAB-AC), Luís Saraiva; o Presidente da Associação dos Magistrados do Acre (Asmac), Marcelo Carvalho e a Procuradora Geral de Justiça Patrícia Rêgo.
25 a 27.10.2012	IV Jornada de Estudos da ESMAC 2012 Fórum Estadual do Judiciário para a Família O evento aconteceu na sede da ESMAC sob a coordenação científica da juíza de Direito Dannel Bonfim. O presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Adair Longuini, e a diretora da Escola, desembargadora Eva Evangelista, prestigiaram a abertura das atividades, que também contou com a presença do Desembargador Pedro Ranzi, do palestrante Gildo Alves de Carvalho Filho, magistrado do Tribunal de Justiça do Amazonas, do desembargador Raduan Miguel Filho, do Tribunal de Justiça de Rondônia, e do Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família do Rio Grande do Sul, advogado Conrado Paulino Rosa.
NOVEMBRO	

05.11.2012	Inauguração do Teatro Universitário O Cerimonial do TJAC foi requisitado e cedido à Universidade Federal do Acre, para a inauguração do Teatro Universitário no campus da Universidade Federal do Acre em Rio Branco. Após o descerramento da placa inaugural o Conselho Universitário reuniu-se em sessão solene para outorga do título de Doutor Honoris ao médico William John Woods como reconhecimento acadêmico dos seus trabalhos no combate a hanseníase no Acre e no Brasil. A solenidade foi presidida pela reitora, Profa.Dra. Olinda Batista Assmar e na mesa também estavam presentes os representantes do Governador do Estado e do Prefeito Municipal, professores e médicos Amsterdm Sanders Sobrinho e Oswaldo Leal, respectivamente, o Presidente do Tribunal de Justiça, professor doutor Adair Longuini, o representante do reitor da Universidade Federal Fluminense, professor doutor Celso Costa, a Vice-reitora Profa.Dra. Socorro Neri, os Pró-reitores de Planejamento, Graduação e Pós-graduação, professores doutores Francisco Eulálio, Renildo Cunha e Rusleyd Abreu e Pró-reitor de administração, administrador Francisco Brilhante.
06.11.2012	Entrega de Kits de Cabeleireiros a reeducandos A solenidade de entrega aconteceu na Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas, no Fórum da Avenida Ceará. O Desembargador-presidente Adair Longuini e a Juíza Maha Manasfi, conduziram a entrega que foi prestigiada por familiares dos reeducandos, pelo Secretário de Pequenos Negócios José Reis e pelo Diretor do IAPEN Dirceu Silva.
27.11.2011	Encerramento das atividades do Projeto Cidadania e Justiça na Escola em 2012 O evento aconteceu no Plenário do Palácio da Justiça e reuniu estudantes, professores e diretores de escolas, magistrados e convidados. Na oportunidade também foram homenageados os parceiros e colaboradores na execução do projeto, assim como foi realizada a premiação dos alunos cujos trabalhos foram selecionados pelo concurso de redação promovida como última ação do projeto no ano. Da solenidade participaram os desembargadores Adair Longuini, presidente do TJAC, Eva Evangelista, diretora da Esmac, e Francisco Djalma, futuro diretor do órgão de ensino. A Prefeitura de Rio Branco e a Secretaria Municipal de Educação, parceiras do projeto, foram representadas pelo secretário de planejamento, Antonio de Souza, e pelo professor Jairo Nogueira, respectivamente. A Associação dos Magistrados do Acre (Asmac), outra importante parceira, foi representada por seu presidente, o juiz de Direito Marcelo Carvalho.
DEZEMBRO	
07.12.2012	Sessão da Câmara Criminal em Cruzeiro do Sul A sessão foi realizada no auditório da Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul, com a presença de magistrados, advogados e servidores. Participaram os Desembargadores Pedro Ranzi (presidente), Denise Bonfim e Francisco Djalma. O Procurador de Justiça Álvaro Pereira representou o MP. Também foi feita uma homenagem do Desembargador aposentado Lourival Marques.
08.12.2012	Solenidade de entrega das instalações da Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul Conduzida pelo desembargador-presidente Adair Longuini, a solenidade marcou a data em que é celebrada nacionalmente o Dia da Justiça, e foi prestigiada por membros da Corte de Justiça Acreana, magistrados e servidores do Poder Judiciário, pelo governador Tião Viana, como também por convidados civis, militares e religiosos de todo o Estado. Também estiveram presentes à solenidade o presidente da Associação dos Magistrados do Acre (Asmac), juiz Marcelo Carvalho; o diretor do Foro da Comarca de Cruzeiro do Sul, juiz Clovis Lodi; o diretor do Foro da Justiça Federal no Acre, Régis Araújo; o procurador geral da República no Estado, Paulo Henrique; a procuradora de Justiça, Kátia Rejane, representando o Ministério Público Estadual, e o vice-prefeito do município, Mazinho Santiago. Na ocasião também foi entregue o Colar do Mérito Judiciário ao Governador do Estado Tião Viana, e foram assinados os termos de cessão de espaço ao MPF e ao Banco do Brasil, além da Ata de Instalação por todos presentes.

10.12.2012	Encerramento da Campanha de Conscientização e Prevenção da Violência Doméstica A solenidade ocorreu no Palácio da Justiça, e teve as presenças do vice-presidente do Tribunal de Justiça do Acre, Samoel Evangelista; da juíza Olívia Ribeiro, titular da unidade judiciária; do presidente da Associação dos Magistrados do Acre (Asmac), juiz Marcelo Carvalho; do promotor de Justiça Luíz Rolim, que atua na Vara de Violência e da promotora de Justiça do Mato Grosso do Sul, Lindinalva Costa e proferiu palestra.
11.12.2012	Lançamento da Feira de Artesanato da VEP A solenidade marcou a abertura da exposição, e teve a presença do desembargador-presidente Adair Longuini. Idealizadora do projeto “Passaporte”, a juíza Luana Campos também acompanhou o evento, ao qual também compareceram o presidente da Associação dos Magistrados do Acre (Asmac), juiz Marcelo Carvalho e o diretor do Instituto de Administração Penitenciária do Estado do Acre (Iapen/AC), Dirceu Augusto.
13.12.2012	Sessão Solene de Posse da Desembargadora Waldirene Cordeiro A Corte de Justiça do Acre deu posse à Promotora de Justiça Waldirene Oliveira da Cruz – Lima Cordeiro como desembargadora em sessão solene realizada no plenário da sede do Tribunal de Justiça. Waldirene Cordeiro foi indicada por conta do quinto constitucional representando o MPE para a 11ª vaga criada. Estiveram presentes o Governador do Estado Tião Viana; o representante da ALEAC, Jonas Lima; o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Acre (OAB-AC), Florindo Poersch; o Vice-presidente da Associação dos Magistrados do Acre (Asmac), Raimundo Nonato e a Procuradora Geral de Justiça Patrícia Rêgo.
14.12.2012	Instalação da 2ª Câmara Cível O ato aconteceu na secretaria da 2ª Câmara Cível e foi conduzido pelo desembargador-presidente Adair Longuini e foi acompanhado pelos demais membros da Corte de Justiça Acreana, pelo vice-presidente da Associação dos Magistrados do Acre (Asmac), juiz Raimundo Nonato e servidores do Judiciário.
14.12.2012	Solenidade de encerramento das atividades do Programa Começar de Novo em 2012 A solenidade ocorreu no Palácio da Justiça e reuniu todos os participantes, instituições, empresas e profissionais envolvidos na execução do programa na Capital. Também foi ministrada palestra “A História do Acre – Os Ciclos da Borracha”, pelo desembargador Arquilau Melo, corregedor-geral da Justiça, que também representou o presidente.
19.12.2012	Sessão Solene de Posse da Desembargadora Regina Ferrari A Corte de Justiça do Acre deu posse à Juíza de Direito Regina Célia Ferrari Longuini como desembargadora em sessão solene realizada no plenário da sede do Tribunal de Justiça. Regina Ferrari foi escolhida pelo critério de antiguidade em substituição ao Desembargador Francisco Praça, aposentado em 29.09.2011. Estiveram presentes o Governador do Estado Tião Viana; o representante da ALEAC, Geraldo Pereira; o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Acre (OAB-AC), Florindo Poersch; o Presidente da Associação dos Magistrados do Acre (Asmac), Marcelo Carvah, o Prefeito Municipal de Rio Branco, Raimundo Angelim e a Procuradora Geral de Justiça Patrícia Rêgo. A sessão foi presidida pelo Desembargador Samoel Evangelista.
21.12.2012	Encerramento de Curso do Programa Justiça Comunitária A solenidade aconteceu na ESMAC para marcar o encerramento da capacitação dos novos Agentes de Justiça Comunitária e o início da execução do Convênio nº 013/2012/PMRB/SEMCAS/TJAC. Durante o evento também foi feita uma homenagem ao Prefeito Raimundo Angelim. Conduziram o evento os Desembargadores Adair Longuini e Eva Evangelista.

21.12.2012	Casamento Coletivo – Edição de Natal 2012 O Tribunal de Justiça do Acre, por meio do Projeto Cidadão, realizou mais uma edição do tradicional Casamento Coletivo. Na Arena da Floresta em Rio Branco, 1.100 casais oficializaram sua união civil. A solenidade contou com a presença dos desembargadores Adair Longuini, Eva Evangelista, Arquilau Melo e Regina Ferrari, do vice-governador Cesar Messias e da primeira dama do Estado Marlúcia Cândida.
------------	---

Fonte: ASCOM

3.2.3. Meta 25 - Alcançar 80% das metas

Essa meta mede o desempenho da estratégia, ou seja, tem como objetivo demonstrar o grau de comprometimento das pessoas com a melhoria do desempenho.

Resultado:

O resultado foi 91,92% de metas alcançadas significando um alcance de 114,90% da meta. Meta cumprida.

Ações desenvolvidas:

1. Tribunal Acreano ocupa o 1º lugar da Região Norte e o 5º do Brasil em eficiência

O Tribunal de Justiça do Acre é o 1º mais eficiente da Região Norte e o 5º do Brasil, de acordo com o Índice de Desempenho da Justiça (IDJus).

Lançado pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) nesta quarta-feira (10), o sistema é o primeiro indicador sistemático sobre a gestão dos tribunais brasileiros.

No âmbito nacional, o Tribunal Acreano só perde respectivamente para os tribunais estaduais do Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Sergipe e Rio de Janeiro.

Justiça Estadual

Tabela 19: Ranking dos Tribunais Estaduais

Posição	Tribunal	Dimensão			IDJus
		Gestão Orçamentária	Gestão de Recursos	Gestão de Processos	
1	TJ - Rio Grande do Sul	69,9%	50,9%	77,6%	69,0
2	TJ - Mato Grosso do Sul	72,1%	45,9%	69,3%	64,2
3	TJ - Sergipe	41,9%	59,3%	58,8%	54,7
4	TJ - Rio de Janeiro	68,3%	53,1%	47,7%	54,2
5	TJ - Acre	52,0%	42,0%	57,0%	52,0
6	TJ - Santa Catarina	74,4%	59,0%	35,1%	50,9
7	TJ - Rondônia	53,3%	49,2%	48,1%	49,7
8	TJ - Minas Gerais	49,5%	49,2%	49,3%	49,1
9	TJ - Pará	56,1%	37,9%	48,3%	47,6
10	TJ - Paraná	49,8%	51,9%	42,9%	46,9
11	TJ - São Paulo	62,5%	44,2%	37,3%	45,3
12	TJ - Bahia	48,9%	53,4%	38,3%	44,7
13	TJ - Rio Grande do Norte	46,8%	48,3%	38,4%	43,0
14	TJ - Mato Grosso	57,2%	40,5%	31,0%	41,9
15	TJ - Alagoas	46,3%	40,6%	35,6%	39,5
16	TJ - Goiás	31,7%	49,6%	38,3%	39,5
17	TJ - Pernambuco	44,1%	52,1%	30,1%	39,1
18	TJ - Ceará	40,5%	48,5%	33,0%	38,7
19	TJ - Roraima	39,6%	31,7%	37,9%	36,8
20	TJ - Amazonas	41,3%	40,3%	30,6%	35,6
21	TJ - Amapá	30,5%	42,7%	34,2%	35,4
22	TJ - Paraíba	42,0%	44,0%	26,3%	34,6
23	TJ - Distrito Federal*	35,6%	50,8%	25,3%	34,3
24	TJ - Maranhão	39,4%	43,1%	26,2%	33,5
25	TJ - Espírito Santo	43,2%	38,3%	25,7%	33,3
26	TJ - Tocantins	47,6%	30,8%	18,6%	28,9
27	TJ - Piauí	43,0%	44,7%	13,5%	28,7

* - Tendo em vista as peculiaridades relativas ao custo, pela União Federal, do Poder Judiciário no Distrito Federal, há que se ponderar eventuais especificidades do TJDF quando colocado em comparação com os demais tribunais de justiça dos Estados, principalmente no que se refere aos temas referentes a despesas com recursos humanos.

Fonte: Intranet TJAC

O objetivo do IDJus é permitir a mensuração das diferenças de produtividade entre os segmentos do Judiciário para auxiliar na melhor utilização dos recursos.

No lançamento do sistema, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, ressaltou que o índice pretende englobar também em breve o Ministério Público, a Defensoria e a Justiça Eleitoral.

Participaram do lançamento do IDJus o corregedor nacional de Justiça, Francisco Falcão; o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Ricardo Cueva; o ministro aposentado do STJ, Ruy Rosado; o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Ophir Cavalcante.

Metodologia

O levantamento desenvolvido pelo Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça brasileiro (CPJus) foi construído a partir de diversas fontes de informação — IBGE, IPEA e DPJ/CNJ, por exemplo —, e seguirá metodologia semelhante à aplicada no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), cuja medida é resultado de múltiplas medições.

O ranking foi elaborado a partir da análise de dados referentes às gestões orçamentária, de recursos e de processos dos tribunais brasileiros, levando em conta os dados do programa Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Foram considerados temas como despesas, receitas, transferências, recursos humanos, tecnologia, litigiosidade e produtividade. Além dos números referentes aos tribunais, foram usados também os da primeira instância.

O índice foi dividido em três grupos, avaliando a eficiência não apenas dos tribunais estaduais, mas também dos tribunais regionais federais e dos tribunais do trabalho.

2. Justiça em Números: TJAC é um dos mais eficientes do Brasil

A pesquisa Justiça em Números coloca o Tribunal de Justiça do Acre em posição de destaque quando comparado a outros tribunais estaduais do País.

O documento foi divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no dia 29 de outubro, durante o V Seminário Justiça em Números.

O evento foi realizado em Brasília, e teve a participação especial do presidente do CNJ e também do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ayres Britto.

Dentre outros dados relevantes, o Justiça em Números ressalta que entre os tribunais de pequeno porte, o TJAC está em destaque por se manter na linha de eficiência durante os últimos três anos.

Os dados apontam que a taxa total de congestionamento no âmbito do Judiciário Acreano é de 31%, equivalente portanto à posição de 2º lugar no ranking nacional. Nesse caso, o TJAC só está atrás do Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP).

No 1º Grau a taxa de congestionamento é de 40,1%, o que também garante o segundo lugar nacional. O mesmo acontece nos Juizados Especiais, cujo dado chega a 8,6%, ou seja, o segundo lugar no ranking.

Na relação quantidade de julgamentos por magistrados, com uma média 1.392, o Tribunal de Justiça Acreano aparece em 5º lugar. Já no quesito quantidade de processos baixados por magistrado, o TJAC ocupa a posição nº 7 no ranking.

Outro dado significativo do Justiça em Números considera a análise da correlação entre sentença por magistrado e a despesa por pessoal ativo no gráfico fronteira. Nesse caso, os tribunais estaduais de Roraima, do Acre, do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro são apontados como os mais eficientes, visto que se encontram na linha de fronteira.

O documento assinala também que os tribunais de Justiça do Amapá, do Acre, do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro possuem as produções de sentenças mais condizentes com sua taxa de congestionamento, entre os tribunais observados.

O relatório destaca ainda que, embora os tribunais de Justiça de Acre, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal e Territórios e Espírito Santo possuam um total de magistrados abaixo da média da Justiça Estadual, eles alcançam uma produção de sentença por magistrado acima da média deste ramo do Poder Judiciário.

imagem 11: Justiça em números 2012



Fonte: Intranet TJAC

3. I Jornada de Estudos da ESMAC: Direção do TJAC apresenta as metas prioritárias de 2012 aos magistrados

Os desembargadores Adair Longuini (Presidente), Samoel Evangelista (Vice-Presidente) e Arquilau Melo (Corregedor-Geral da Justiça) realizaram na manhã do dia 2 de março a abertura da I Jornada de Estudos da Escola Superior da Magistratura do Acre em 2012.

A Direção do Tribunal de Justiça recepcionou os participantes do evento para apresentar as metas prioritárias da gestão neste ano:

1. Início das obras da Cidade da Justiça de Rio Branco;
2. Inauguração da Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul;
3. Implantação do Projeto de Modernização Institucional, com a execução da reestruturação administrativa e do Plano de Cargos e Remuneração (PCR);
4. Desenvolvimento do projeto de virtualização de processos, tanto na capital como no interior do Estado;
5. Construção dos fóruns das comarcas de Rodrigues Alves, Porto Acre, Santa Rosa, assim como a conclusão da obra de Feijó;
6. Ampliação do número de vagas de desembargador;
7. Realização de concurso público para juízes, delegatários e servidores.

“Nossa intenção é compartilhar com os colegas magistrados nossos focos de atuação este ano, esperando contar com a colaboração e participação de todos na concretização de projetos que irão, sem dúvida, engrandecer a Justiça acreana”, disse o desembargador-presidente Adair Longuini, em nome da Direção do Tribunal, aos presentes na abertura da Jornada de Estudos.

Foto 86: I Jornada de Estudos da ESMAC



Fonte: Intranet TJAC

Momento da Corregedoria

A primeira atividade da programação da Jornada da ESMAC foi conduzida pelo Corregedor-Geral da Justiça, desembargador Arquilau Melo. Ele discutiu com os magistrados e os diretores de secretaria das unidades judiciárias o cumprimento das Metas Prioritárias do Conselho Nacional de Justiça de 2012.

De acordo com o desembargador, os magistrados devem aproveitar a oportunidade de reunião com todos os colegas do Estado para “intercambiar experiências e, assim, analisar o trabalho que vem sendo desenvolvido em sua unidade para cumprimento dos desafios propostos pelo CNJ”.

Foto 87: I Jornada de Estudos da ESMAC.



Fonte: Intranet TJAC

Após a exposição de um relatório estatístico com a indicação da situação individual de cada uma das unidades da capital e do interior, os magistrados foram reunidos em subgrupos de trabalho – cível, criminal, juizados e execução criminal – para debaterem os dados e elaborarem uma análise conjunta, com vistas a propor encaminhamentos que garantam mais celeridade no julgamento de processos.

Foto 88: I Jornada de Estudos da ESMAC.



Fonte: Intranet TJAC

3.3. Compartilhar as boas práticas com o Poder Judiciário Nacional.

Trata-se de benchmarking feito em prol da modernização efetiva de todos os procedimentos do TJAC.

Resultado do cumprimento desse objetivo estratégico: 100%

As metas 26 e 27, estabelecidas no planejamento estratégico, orientaram as ações das unidades para cumprimento desse objetivo estratégico. Seguem abaixo as ações desenvolvidas, bem como os resultados obtidos com as metas.

3.3.1. Meta 26 - Implantar duas práticas de outro tribunal publicada no Banco de Boas Práticas de Gestão do Judiciário – CNJ.

Essa meta tem como objetivo garantir a difusão de boas práticas de gestão no Poder Judiciário, compartilhando soluções e evitando retrabalho.

Resultado:

Foi implantado uma prática, portanto o resultado alcançado da meta foi de 50%. Meta não cumprida.

Ações desenvolvidas:

Foi desenvolvida uma ação para inclusão social de pessoas com deficiência, incluindo servidores e usuários da Justiça.

3.3.2. Meta 27 - Aumentar para seis a quantidade de parceiras estratégicas internas ao Judiciário nacional.

Esse meta tem como objetivo avaliar e aumentar a sinergia entre os Segmentos de Justiça.

Resultado:

Com o incremento das parcerias estratégicas o TJAC chega ao final do exercício com um total de 31 parcerias estratégicas firmadas entre os órgãos do Judiciário gerando um resultado de 150% de cumprimento. Meta cumprida.

Ações desenvolvidas:

O TJAC procurou efetivar parcerias que realmente fossem estratégicas, como demonstrado nas ações descritas das metas 6 e 7.

3.4. Promover a incorporação de valores éticos e morais nos atores integrantes do Sistema de Justiça.

A posição ética de todos os atores do Poder Judiciário do Acre reflete-se nas atitudes e decisões tomadas em favor do jurisdicionado. Os valores éticos permearão as decisões dos magistrados, que tomarão como conceitos pessoais o sistema de justiça, baseado na ética.

Resultado do cumprimento desse objetivo estratégico: 150%

A meta 28, estabelecida no planejamento estratégico, orientou as ações das unidades para cumprimento desse objetivo estratégico. Seguem abaixo as ações desenvolvidas, bem como os resultados obtidos com a meta.

3.4.1. Meta 28: Aumentar para cinco o número de ações relacionadas à disseminação de valores éticos e morais.

Essa meta tem como objetivo avaliar o comprometimento do TJAC na disseminação de valores éticos e morais.

Resultado:

Foram realizadas onze ações durante o ano para disseminação de valores éticos e morais. Meta cumprida.

Ações desenvolvidas:

1. Capacitação dos servidores:

No 1º Semestre de 2012 o CECAP incluiu em sua programação disciplinas que tratavam de assunto como: “Ética Profissional”, “Ética Profissional e Relações Humanas” e “Ética e Relações Interpessoais”.

Já no 2º semestre de 2012 o CECAP incluiu em sua programação de capacitação disciplinas relacionadas com a Ética Profissional.

3.5. Garantir a qualidade dos serviços prestados nas unidades administrativas e judiciárias.

O trabalho efetivado deverá estar de acordo com as diretrizes de qualidade definidas pelo jurisdicionado e qualificadas pelos magistrados e servidores.

Resultado do cumprimento desse objetivo estratégico: 66,17%

A meta 12, estabelecida no planejamento estratégico, orientou as ações das unidades para cumprimento desse objetivo estratégico. Seguem abaixo as ações desenvolvidas, bem como os resultados obtidos com a meta.

3.5.1. Meta 12 - Aumentar para 100% o índice de atendimento à demanda

Para avaliar a necessidade de ampliação da capacidade de atendimento às demandas.

Resultado:

O resultado desta meta revela a necessidade ou não de se aumentar a capacidade produtiva das Unidades Judiciárias. O resultado ficou em 87,80% da meta. Meta não cumprida.

O gráfico abaixo apresenta um comparativo da evolução da litigiosidade do 1º grau entre os anos de 2010 a 2012.

Observa-se que em 2012 a quantidade de processos entrados foram 9.357 a mais que no ano de 2011; O número de processos sentenciados em 2012 foi 611 acima do que em 2011; E o número de processos arquivados em 2012 ficou abaixo 18.968 em relação ao ano de 2011.

Mediante tais informações, entende-se que a Justiça Acreana apesar de seus esforços não está conseguindo baixar seus estoques.

Gráfico 8: Evolução da litigiosidade do 1º grau período de 2010 a 2012



Fonte: NEGEST

Gráfico 9: Evolução da quantidade de processos em andamentos no 1º grau nos últimos 6 anos



Fonte: NEGEST

Ações desenvolvidas:

1. Provimento conjunto otimiza a tramitação de inquéritos policiais sobre casos de violência doméstica na Capital

Com o objetivo de simplificar, agilizar e racionalizar a tramitação dos inquéritos policiais relativos aos delitos da competência da Vara de Violência Doméstica e Familiar de Rio Branco, as Corregedorias da Justiça, do Ministério Público e da Polícia Civil do Estado editaram no dia 17 deste mês o Provimento nº 01/2012 (Diário da Justiça Eletrônico nº 4.720, de 18.07.2012, fl. 6).

Com a edição desse provimento, os autos dos inquéritos referentes aos casos de violência doméstica e familiar, tratados pela Lei nº 11.240/2006 (Lei Maria da Penha), no âmbito da Comarca de Rio Branco, devem tramitar exclusivamente entre a Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM) e o Ministério Público Estadual (MP/AC).

Desse modo, os inquéritos policiais sobre a matéria somente serão encaminhados à Vara de Violência Doméstica e Familiar, por meio da Serventia Única de Registro de Distribuição (SEDIS), quando instruírem o oferecimento da denúncia ou o pedido de arquivamento, formulados pelo MP/AC.

No caso dos bens e armas apreendidos, estes serão armazenados pela Delegacia da Mulher e ficarão à disposição da Vara de Violência Doméstica até o final da ação penal ou o arquivamento do inquérito, ocasião em que o magistrado lhes dará destinação definitiva.

A edição do provimento considerou a necessidade de adequar a tramitação dos inquéritos policiais às diretrizes e princípios da Constituição Federal, especialmente aos que dizem respeito às funções institucionais do Ministério Público, que é o destinatário final das investigações executadas por intermédio do inquérito policial e presidido pela autoridade policial.

Assinam o Provimento nº 01/2012 o desembargador Arquilau Melo, corregedor-geral da Justiça do Tribunal de Justiça, procurador de Justiça Ubirajara Albuquerque, corregedor-geral do Ministério Público Estadual, e Carlos Richard, corregedor-geral da Polícia Civil do Acre.

2. TJAC investe na capacitação de seus conciliadores para a prática da mediação

O Tribunal de Justiça do Acre, por meio da Diretoria de Recursos Humanos, Centro de Capacitação de Servidores e do Centro de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus), promove durante esta semana o curso “Treinamento Básico em Mediação”, que reúne na Comarca de Rio Branco 28 conciliadores de todo o Estado.

Pela primeira vez, os conciliadores do quadro próprio do Judiciário estão tendo a oportunidade de conhecer a fundo a técnica da mediação, sua tradição e aplicabilidade na resolução de conflitos e pacificação social. Com essa formação, cuja carga horária é de 45 horas, o TJAC espera intensificar a disseminação e padronização dessa técnica nas unidades do Judiciário estadual.

Foto 89: Capacitação dos conciliadores para a prática de mediação.



Fonte: Intranet TJAC

O curso está sendo ministrado por uma equipe do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, composta pelos servidores Enéas Cesconetto, Sarajane Candeia e Simone Medeiros. Eles foram recentemente formados pelo Conselho Nacional de Justiça como instrutores nacionais de conciliação e mediação.

Ao dar início às atividades do curso na última segunda-feira (23), o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Adair Longuini, reconheceu a importância da iniciativa inovadora de reunir todos os profissionais do Estado que atuam na área para uma semana dedicada ao estudo da mediação e falou da importância assumida por essa técnica na Justiça.

“A mediação é uma técnica revolucionária porque assegura a efetividade na prestação jurisdicional, ou seja, a resolução do problema, com a construção de uma solução com benefícios mútuos entre as partes, e em curto prazo”, disse Adair Longuini.

Foto 90: Capacitação dos conciliadores para a prática de mediação.



Fonte: Intranet TJAC

Segundo o presidente do TJAC, muito embora a mediação não possa ser aplicada em todos os tipos de processos judiciais, em significativa parte das situações ela pode ser adotada. “Muita coisa é possível de ser resolvida no circuito do acordo, aproximando as partes e fazendo-as conversarem, tentando fazer com que elas próprias construam a solução do seu conflito. Por essa dinâmica da mediação, as partes saem da audiência realmente apaziguadas”, pontuou Longuini.

A juíza Mirla Cutrim, coordenadora do Cejus, também ressaltou aos participantes do curso a importância do treinamento para o trabalho da Justiça. “Sou juíza há 16 anos e há 10 trabalho com conciliação e mediação e asseguro a vocês que estamos em um momento único de renovação do Poder Judiciário. A conciliação e mediação são importantes caminhos assumidos pelo Judiciário e isso vai ser intensificado cada vez mais”, afirmou a magistrada.

Mirla Curtrim ainda destacou o papel de multiplicadores que os servidores, após o curso de capacitação, irão desempenhar em suas respectivas comarcas. “É importante observar e gravar tudo o que vão aprender aqui, porque os senhores vão levar isso para o interior, vão multiplicar para os conciliadores de lá e assegurar continuidade a esse trabalho de formação que não para por aqui. Isso aqui é apenas a semente, o momento inicial, e daqui em diante formaremos uma grande equipe”, declarou a juíza.

A abertura do curso também contou com a participação do juiz Edinaldo Muniz, titular do 2º Juizado Especial Criminal de Rio Branco, que também fez questão de incentivar os participantes. “Parablenizo a Administração do Tribunal pela decisão de investir em algo que vem apresentando resultados incríveis, como é o caso da conciliação e mediação. Essas técnicas asseguram uma solução definitiva para os conflitos. Portanto, que todos aproveitem o curso e extraiam dele o melhor aprendizado possível”, concluiu Muniz.

3. Atividades jurisdicionais desenvolvidas pela Câmara Cível no ano de 2012.

a - Quadro demonstrativo por Relator

Tabela 20: Quadro demonstrativo das atividades desenvolvidas pela Câmara Cível por Relator

DESEMBARGADORES E JUIZES CONVOCADOS	PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO DEZEMBRO /2011	ENTRADA				SAÍDA			ACÓRDÃOS		VOTOS	PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO PARA JANEIRO/2013	
		DIST.		REDIST.	REATIVADOS E RECONS. DE DECISÃO MONOCRÁTICA	REDISTRIBUÍDOS POR IMP. E OUTROS	JULGADOS		REGISTRADOS E PUBLICADOS	POR DESIGNAÇÃO			
		S	P				S	P					COLEGIADO
EVA EVANGELISTA	263	498	192	53	19	10	32	406	421	416	31	1.980	176
ROBERTO BARROS	835	611	40	103	15	6	44	423	720	422	1	2.216	423
CEZARINETE ANGELIM	-	1.460	53	19	5	3	119	499	492	416	1	1.826	430
MIRACELE LOPES	3	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-
FRANCISCO PRAÇA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14	-
SAMOEL EVANGELISTA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	1.103	-
PEDRO RANZI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	103	-
FRANCISCO DIALMA	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	8	1
DENISE BONFIM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	34	-
WALDIRENE CORDEIRO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	-
MARIA PENHA*	6	-	-	-	-	-	6	-	-	-	-	-	-
ANASTÁCIO MENEZES*	350	-	-	-	-	-	349	1	-	-	-	-	-
TOTAL	1.457	2.569	285	176	39	19	553	1.329	1.633	1.254	36	7.314	1.030

Resíduo anterior + (Dist.) + (Redist.) + (Reconsideração de Decisão Monocrática) - (Redist. por impedimento e outros) - (Decisões Colegiadas e Monocráticas) = Resíduo Atual
 * Juizes de Direito de Entrância Final, convocados, nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 72, de 31/03/2009.

Fonte: Câmara Cível

b - Quadro demonstrativo por Revisor *

Tabela 21: Quadro demonstrativo das atividades desenvolvidas pela Câmara Cível por Revisor

DESEMBARGADORES E JUIZ CONVOCADO	PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO DEZEMBRO /2011	ENTRADA				SAÍDA				PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO PARA JANEIRO/2013	
		DIST.	REDIST.		INCLUSÃO DE REVISOR	EXCLUSÃO DE REVISOR	REDISTRIBUÍDOS POR IMP. E OUTROS	JULGADOS			
			S	P				S	P		COLEGIADO
EVA EVANGELISTA	669	753	29	62	7	164	225	34	339	552	534
ROBERTO BARROS	269	250	150	26	12	106	116	9	290	229	169
CEZARINETE ANGELIM	-	178	17	8	3	15	9	13	6	61	132
MIRACELE LOPES	3	-	-	-	-	-	2	-	-	1	-
IZAURA MAIA	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
FRANCISCO PRAÇA	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
SAMOEL EVANGELISTA	9	3	-	5	-	4	8	1	6	2	4
DENISE BONFIM	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
MARIA PENHA*	3	-	-	-	-	1	3	-	1	-	-
ANASTÁCIO MENEZES*	14	-	1	-	-	-	13	-	-	2	-
TOTAL	969	1.184	197	102	22	290	378	57	642	847	840

Resíduo anterior + (Dist.) + (Redist.) + (Reconsideração de Decisão Monocrática) – (Redist. por impedimento e outros) – (Decisões Colegiadas e Monocráticas) = Resíduo Atual

* Juizes de Direito de Entrância Final, convocados, nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 72, de 31/03/2009.

* VIDE QUADRO DE LOCALIZAÇÃO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS AO REVISOR.

Fonte: Câmara Cível

c - Quadro demonstrativo por Incidentes

Tabela 22: Quadro demonstrativo das atividades desenvolvidas pela Câmara Cível por incidentes

DESEMBARGADORES	PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO DEZEMBRO/2011	ENTRADA		SAÍDA			ACÓRDÃOS		PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO PARA JANEIRO/2013
		DIST.	REDIST.	REDIST. POR IMPEDIMENTO E OUTROS	COLEGIADO	MONOCRÁTICAS	REGISTRADOS E PUBLICADOS	POR DESIGNAÇÃO	
EVA EVANGELISTA	15	248	14	2	229	28	229	-	18

ROBERTO BARROS	100	300	7	5	294	83	283	-	25
CEZARINETE ANGELIM	-	344	2	26	279	11	267	-	30
SAMOEL EVANGELISTA	-	2	-	-	1	1	1	1	-
MARIA PENHA*	1	-	-	1	-	-	-	-	-
ANASTÁCIO MENEZES*	26	-	-	26	-	-	-	-	-
TOTAL	142	894	23	60	803	123	780	1	73

Resíduo anterior + (Dist.) - (Decisões Colegiadas e Monocráticas) = Resíduo Atual

* Juizes de Direito de Entrância Final, convocados, nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 72, de 31/03/2009.

Fonte: Câmara Cível

4. Atividades jurisdicionais desenvolvidas pela Câmara Criminal.

a - Quadro demonstrativo por relator

Tabela 23: Quadro demonstrativo das atividades desenvolvidas pela Câmara Criminal por relator

Desembargadores	Pendentes de Julgamento Dez / 2011	Distribuídos	Redistribuídos	Decisões		Acórdão		Votos proferidos	Pendentes de julgamento em Janeiro de 2012
				Colegiado	Monocrática	Publicados	Rel. Designado		
PEDRO RANZI	150	592	0	648	*	627	7	1001	94
DENISE CASTELO BONFIM	0	363	212	219	*	217	5	596	356
FRANCISCO DJALMA	0	215	203	98	*	78	3	277	320
FRANCISCO PRAÇA	195	379	0	346	*	364	16	1238	20
FELICIANO VASCONCELOS	293	240	0	315	*	297	14	916	11
SAMOEL EVANGELISTA	0	0	0	0	*	9	9	357	0
Total	638	1.789	415	1.626	*	1.592	54	4.385	801

Fonte: Câmara Criminal

b - Quadro demonstrativo por revisor

Tabela 24: Quadro demonstrativo das atividades desenvolvidas pela Câmara Criminal por revisor

Desembargadores	Pendentes de Julgamento Dez / 2011	Distribuídos	Redistribuídos	Decisões		Pendentes de julgamento em Janeiro de 2012
				Colegiado	Monocrática	
PEDRO RANZI	169	453	67	211	-	478
DENISE CASTELO BONFIM	0	58	41	97	-	2
FRANCISCO DJALMA	0	11	5	2	-	14
FRANCISCO PRAÇA	93	159	0	249	-	3
FELICIANO VASCONCELOS	115	137	0	234	-	18
SAMOEL EVANGELISTA	1	4	0	3	-	2
Total	378	822	113	796	-	517

Fonte: Câmara Criminal

c - Quadro demonstrativo por incidentes

Tabela 25: Quadro demonstrativo das atividades desenvolvidas pela Câmara Criminal por incidentes

Desembargadores	Pendentes de Julgamento Dez / 2011	Distribuídos	Redistribuídos	Decisões		Pendentes de julgamento em Janeiro de 2012
				Colegiado	Monocrática	
PEDRO RANZI	0	24	0	23	0	1
DENISE CASTELO BONFIM	0	1	0	1	0	0
FRANCISCO DJALMA	0	0	0	0	0	0
FRANCISCO PRAÇA	0	13	0	13	0	0
FELICIANO VASCONCELOS	2	7	0	9	0	0
Total	2	45	0	46	0	1

Fonte: Câmara Criminal

5. Atividades desenvolvidas pelo Conselho da Magistratura

a - Expedientes

Tabela 26: Tabela do COMAG sobre os expedientes

Item	Quantidade
Atas de Audiência de Distribuição	10
Atas de Audiência de Redistribuição	1
Processos Administrativos Registrados	19
Processos Administrativos Redistribuídos	-
Processos Administrativos Arquivados	27
Provimentos	3
Sessão Ordinária	-
Sessões Extraordinárias	8

Fonte: COMAG

b - Movimento processual presidência

Tabela 27: Movimento processual no da presidência

Discriminação	Quantidade
Recebidos	19
Decisões por Despacho	27
Resíduo	36

Fonte: COMAG

c - Movimento processual COMAG

Tabela 28: Movimento processual no do COMAG

Discriminação	Quantidade
Recebidos	15
Julgados	15
Conclusos	2
Resíduo	3
Votos Proferidos	39
Acórdãos Lavrados	18

Fonte: COMAG

d - Quadro de Magistrados

O Poder Judiciário Acriano encerrou o ano de 2012 com um quadro de 61 Magistrados, sendo 11 Desembargadores, 28 Juízes de Direito de Entrância Final, 19 Juízes de Direito de Entrância Inicial e 3 Substitutos.

e - Aposentadoria compulsória por idade de desembargadores

Tabela 28: Aposentadoria compulsória de magistrados

Desembargador	Documento
Feliciano Vasconcelos de Oliveira	Portaria nº 1338/2012, de 19.7.2012, publicado no D. J. E. nº 4.722, pág. 2, de 23.7.2012.
Francisco das Chagas Praça	Portaria nº 1922/2012, de 3.10.2012, publicado no D. J. E. 4.772, pág. 1, de 4.10.2012.

Fonte: COMAG

f - Promoção de juízes de direito de entrância final ao cargo de desembargador

Tabela 29: Promoção de juízes a entrância final

Juízes de Direito	Critério de Promoção	Documento
Denise Castelo Bonfim	Merecimento	Portaria nº 1367/2012, de 24.7.2012, publicado no D. J. E. nº 4.725, pág. 1, de 26.7.2012
Francisco Djalma da Silva	Antiguidade	Portaria nº 1895/2012, de 1.10.2012, publicado no D. J. E. nº 4770, pág. 2, de 2.10.2012.
Regina Célia Ferraria Longuini	Antiguidade	Portaria nº 2354/2012, de 12.12.2012, publicado no D. J. E. nº 4818, pág. 7, de 13.12.2012.

Fonte: COMAG

g - Remoção de juiz de direito de entrância final

Tabela 30: Remoção de juízes a entrância final

Juízes de Direito	Unidade Judiciária	Documento
Olívia Maria Alves Ribeiro	5ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco	Portaria nº 2331/2012, de 7.12.2012, publicado no D. J. E. nº 4.815, pá. 3, de 10.12.2012.

Fonte: COMAG

h - Promoção de juízes de direito

Tabela 31: Promoção de juízes de direito

Juízes de Direito	Unidade Judiciária/Critério	Documento
Giordane de Souza Dourado	3º Juizado Especial Cível da Comarca de Rio Branco - Antiguidade	Portaria nº 1130, de 25.1.2012, publicado no D. J. E. nº 4.604, pá. 6, de 26.1.2012.
Thaís Queiroz Borges de Oliveira Abou Khalil	2º Juizado Especial Criminal da Comarca de Rio Branco - Merecimento	Portaria nº 400/2012, de 5.3.2012, publicado no D. J. E. nº 4.630, págs. 1 e 2, de 7.3.2012.
Edinaldo Muniz dos Santos	2ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco - Antiguidade	Portaria nº 401/2012, de 5.3.2012, publicado no D. J. E. nº 4.630, pág. 2, de 7.3.2012.

Fonte: COMAG

i - Remoção de juízes de direito por permuta

Tabela 32: Remoção de juízes de direito por permuta

Juízes de Direito	Unidade Judiciária	Documento
Thaís Queiroz Borges de Oliveira Abou Khalil	2ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco	Portaria nº 552/2012, de 23.3.2012, publicado no D. J. E. nº 4.643, pág. 4, de 27.3.2012.
Edinaldo Muniz dos Santos	2º Juizado Especial Criminal da Comarca de Rio Branco	Portaria nº 553/2012, de 23.3.2012, publicado no D. J. E. nº 4.643, pág. 4, de 27.3.2012.

Fonte: COMAG

j - Designação de juízes de direito para as Turmas Recursais

O Presidente do Tribunal, no uso de suas atribuições, designou os juízes de direito, abaixo relacionados, para atuarem nas Turmas Recursais no biênio 2012-2014.

Tabela 33: Designação de juízes de direito para as Turmas Recursais

Juízes de Direito	Turma Recursal	Documento
Giordane de Souza Dourado	1ª Turma Recursal	Portaria nº 457/2012, de 14.3.2012
Romário Divino Faria	1ª Turma Recursal	Portaria nº 841/2012, de 14.5.2012
Luana Claudia de Albuquerque Campos	1ª Turma Recursal	Portaria nº 1.249/2012, de 6.7.2012
Leandro Leri Gross	2ª Turma Recursal	Portaria nº 458/2012, de 14.3.2012
Zenair Ferreira Bueno	2ª Turma Recursal	Portaria nº 1.250/2012, de 6.7.2012

Fonte: COMAG

6. Movimento forense do ano de 2012

Tabela 34: Designação de juizes de direito para as Turmas Recursais

RELATOR	RESÍDUO DE 2011	PROCESSO			IMPEDIMENTOS SUSPEITOS E OUTROS	RESÍDUO	PROCESSO		PROCESSOS ADMINISTRATIVOS			
		DISTRIB.	REDISTRIB.	JULGADOS			ACÓRDÃOS PROFERIDOS	VOTOS PROFERIDOS	RESÍDUO	REG.	ARQ.	RESÍDUO
Des. Adair Longuini	3	5	-	5	1	2	6	13	36	19	27	28
Des. Samoel Evangelista	1	5	-	4	2	-	8	13	-	-	-	-
Des. Arquilau Melo	2	5	-	6	-	1	4	13	-	-	-	-
TOTAL	6	15	-	15	3	3	18	39	36	19	27	28

Fonte: COMAG

7. Balanço do movimento forense do Pleno Jurisdicional do TJAC

Pleno Jurisdicional do Tribunal de Justiça do Acre julgou um total de 179 processos em 2012. Os dados do movimento forense relativo ao período de janeiro a dezembro do ano passado foram publicados nesta quarta-feira (9), na edição 4.832 (fl. 3) do Diário da Justiça Eletrônico.

O balanço aponta também que houve um montante de 128 acórdãos (quando há mais de um julgador) publicados no ano passado. Ao todo, 110 processos julgados com decisões colegiadas, e mais 69 em caráter monocrático.

8. Outras ações que indiretamente vieram a contribuir com o objetivo estratégico.

a - Cezarinete Angelim é empossada desembargadora do Tribunal de Justiça Acreano

A Corte de Justiça Acreana oficialmente já tem o seu mais novo membro: Maria Cezarinete de Souza Augusto Angelim. A sessão solene posse ocorreu no dia 13 de janeiro e foi presidida pelo Desembargador Adair Longuini.

À mesa de honra esteve presente a Corte de Justiça, composta pelos desembargadores Eva Evangelista, Francisco Praça, Arquilau Melo, Feliciano Vasconcelos, Pedro Ranzi e Roberto Barros – acompanhados pela Procuradora Geral de Justiça, Patrícia Rêgo.

Foto 91: Posse da Desa. Maria Cezarinete de Souza Augusto Angelim



Fonte: Intranet TJAC

Também estiveram presentes o Governador do Acre em exercício, César Messias; o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado (Aleac), Elson Santiago; o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Acre (OAB-AC), em exercício, Marcos Vinícius; e o Presidente da Associação dos Magistrados do Acre (Asmac), em exercício, juiz Giordane Dourado.

O ato de posse foi prestigiado por grande número de autoridades do Executivo Estadual e Municipal, do Legislativo, assim como os presidentes das entidades de classe. Também compareceram membros da Magistratura acreana, advogados, autoridades da área jurídica, servidores do Poder Judiciário, amigos e familiares da empossada.

Foto 92: Posse da Desa. Maria Cezarinete de Souza Augusto Angelim



Fonte: Intranet TJAC

Discursos

Ao proceder com a abertura da sessão solene, o Desembargador-Presidente Adair Longuini desejou boas vindas à empossada, a quem ofereceu todo apoio necessário.

“Esta é uma noite memorável em que recebemos com alegria a empossanda, Cezarinete Angelim, para renovar seu compromisso com a Justiça e ascender a este cargo tão honroso de desembargadora desta Corte”.

O Desembargador-Presidente “convocou” a magistrada “para uma nova e grande missão”. Em nome da Corte, ele afirmou: “estamos aqui para ajudá-la a enfrentar os desafios iniciais e a cumprir sua caminhada nesta Corte de Justiça. Desejamos-lhe felicidades e pleno êxito em sua nova trajetória”.

Após ser investida em sua nova função jurisdicional, Maria Cezarinete foi saudada pelo Desembargador Pedro Ranzi. Ele lembrou a trajetória de parceria entre os dois, desde os tempos em que ingressaram na mesma turma de juízes substitutos do Tribunal Acreano.

“Atuamos juntos e desenvolvemos trabalhos que certamente acumularam experiências em nossas vidas, como em Cruzeiro do Sul, no Juizado de Trânsito, na Turma Recursal, no Tribunal Eleitoral do Acre. Mais uma vez, seja muito bem-vinda e acolhida com satisfação nesse novo desafio de sua carreira que, tenho certeza, Vossa Excelência tomará como mais uma vitória em sua vida”, declarou Pedro Ranzi.

A Procuradora-Geral de Justiça, Patrícia Rêgo, se inspirou em Nelson Mandela para saudar a nova desembargadora do TJAC. “Como disse Mandela, devemos promover a coragem onde há medo, promover o acordo onde existe o conflito, e inspirar esperança onde há desprezo. Receba em meu nome e dos membros do Ministério Público Acreano, os cumprimentos pela ascensão de Vossa Excelência e os sinceros votos de uma atuação feliz e profícua”, desejou.

Representando a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Acre, o advogado Marcos Vinícius felicitou a desembargadora Cezarinete Angelim na qualidade de seu “aprendiz”, ressaltando que foi com a magistrada que ele teve sua primeira oportunidade profissional, na função de assessor jurídico.

O advogado relembrou os anos de trabalho ao lado da magistrada para declarar que “foi com a senhora que aprendi que o Direito deve, sim, ser concretizado através de uma atuação elegante, técnica, independente e serena, mas principalmente com ênfase em uma ideologia humanista e principiológica”. O advogado concluiu afirmando que “o Tribunal de Justiça se engrandece com a sua chegada”.

Ao proferir seu discurso, Cezarinete Angelim fez diversos agradecimentos, especialmente a sua família, mãe, irmãos e filhos, aos seus colegas de trajetória e à Corte de Justiça Acreana.

“Enalteço o nome da Corte de Justiça Acreana, diante de quem me curvo e a quem devo desde já lealdade, compromisso e dedicação. Inclino-me, humildemente, à soberana vontade de vossas excelências e assumo, com determinação, confiança e ânimo forte, o cargo de Desembargadora deste Augusto Tribunal e o de solenemente reafirmar o compromisso de tudo fazer para honrar, sempre mais, a Constituição Federal e as leis do meu País, defesa do direito e da justiça”, declarou a empossada.

Ao final da Sessão de Posse, os convidados foram recepcionados no átrio da sede do Tribunal de Justiça, onde a nova desembargadora recebeu os tradicionais cumprimentos.

b - Tribunal Pleno Administrativo: Aprovada instalação da Comarca de Rodrigues Alves e de nova unidade em Cruzeiro do Sul

A Corte de Justiça Acreana aprovou uma série de medidas administrativas que irão melhorar a prestação jurisdicional do Judiciário no Estado.

As decisões foram sancionadas na sessão do Tribunal Pleno Administrativo, realizada no dia 01 de fevereiro de 2012.

Foto 93: Sessão de aprovação da instalação da comarca de Rodrigues Alves



Fonte: Intranet TJAC

Ao julgarem o processo administrativo nº 0000204-60.2011.8.01.0000, os desembargadores decidiram pela instalação da 5ª Vara Ordinária da Comarca de Cruzeiro do Sul, que será denominada Juizado da Infância e da Juventude.

Com a criação dessa unidade, o Tribunal vai garantir à região do Vale do Juruá atendimento especializado em processos relacionados ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Também será uma forma de desafogar as varas genéricas de Cruzeiro do Sul, que atualmente recebem os inquéritos e ações penais sobre o tema.

O Juizado da Infância e da Juventude terá competência para processar e julgar os feitos relativos à prática de atos infracionais por adolescentes; executar as medidas sócio-educativas e de proteção aplicadas em procedimento de apuração de ato infracional e fiscalizar os estabelecimentos destinados à privação de liberdade – internação e semi-liberdade – de adolescentes.

Durante a sessão de quarta, a Corte também apreciou o processo administrativo nº 0003190-55.2009.8.01.0000, sendo deliberada a instalação da Comarca de Rodrigues Alves, onde atualmente há apenas um Centro Integrado da Cidadania (CIC).

A iniciativa irá beneficiar todos os cidadãos do Município, já que não precisarão mais acorrer a Cruzeiro do Sul e Mâncio Lima para ingressar com processos ou resolver suas questões judiciais.

d - TJAC decide instalar mais um cartório de registro de imóveis em Rio Branco

O Tribunal de Justiça do Acre vai instalar o 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Rio Branco. A medida atende a Resolução nº 34/2012, publicada na edição 4.656 (fls. 1, 2 e 3), do Diário da Justiça Eletrônico do dia 17 de abril de 2012.

A decisão do Conselho de Administração do Tribunal considera o artigo 111, parágrafo 1º, da Lei Complementar do Estado do Acre nº 221/2010, que prevê a possibilidade de instalação gradual dos serviços notariais e de registro no Estado.

O anexo V dessa Lei preconiza a existência de até quatro Ofícios de Registro de Imóveis na Comarca de Rio Branco – desde que sejam observados critérios objetivos que identifiquem a necessidade, viabilidade e sustentação da serventia.

Além disso, o Conselho considera que uma única serventia de Registros de Imóveis é insuficiente para receber a atual demanda desse tipo de serviço na Capital. Nesse sentido, informações levantadas pela Corregedoria-Geral de Justiça apontam para o aumento no volume de serviços prestados pelo 1º Ofício de Registro de Imóveis de Rio Branco.

A Resolução leva em conta, ainda, a necessidade de atender melhor os cidadãos que procuram os serviços cartorários, já que o Município de Rio Branco está dividido em Regionais.

Dessa forma, o 1º Ofício do Registro de Imóveis abrangerá a circunscrição que compreende as Regionais Urbanas II, III e VI e Rural III do Decreto Municipal 2102/2001.

Já o 2º Ofício do Registro de Imóveis abrangerá as Regionais Urbanas IV e V, e Rural I e II do Decreto Municipal 2102/2001.

Visita institucional

Neste mês de abril, o Corregedor-Geral da Justiça, desembargador Arquilau Melo, recebeu a visita institucional do Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Acre (FIEAC), Carlos Sasai; e do Vice Presidente do Sindicato da Construção Civil, José Ribeiro.

Foto 94: Visita institucional do presidente da Federação das Indústrias no Acre



Fonte: Intranet TJAC

Foto 95: Visita institucional do presidente da Federação das Indústrias no Acre



Fonte: Intranet TJAC

No encontro eles discutiram com o Corregedor a necessidade de que seja criada mais uma serventia de registro de imóveis, em virtude do crescimento do setor imobiliário na Capital acreana.

Na ocasião, o desembargador ressaltou que a solicitação era pertinente, e que o Tribunal iria incluí-la no próximo concurso para notários – já em fase de execução.

O Conselho de Administração do TJAC é composto pelos desembargadores Adair Longuini, Samoel Evangelista e Arquilau Melo.

d - TJAC constitui comissão para contratação de juízes leigos e conciliadores

Para garantir a continuidade dos serviços públicos e a eficiência administrativa dos Juizados Especiais, o Tribunal de Justiça do Acre realizou mais um processo seletivo simplificado voltado à contratação de juízes leigos e de conciliadores.

Para isso, o TJAC publicou no Diário da Justiça Eletrônico do dia 30 abril – edição nº 4.665, fl. 01 – a Portaria n.º 729, que Constitui a comissão responsável pelo concurso.

A medida leva em consideração a existência de vagas e a necessidade de se manter um quadro permanente de candidatos aprovados em processo seletivo.

A comissão foi presidida pelo desembargador Roberto Barros, Coordenador dos Juizados Especiais do Estado. Os demais membros são os juízes de Direito Maria Penha, José Augusto, Marcos Thadeu, Lilian Deise, Giordane Dourado e Edinaldo Muniz.

Os demais juízes que exercem a função de Diretor do Foro das Comarcas ficarão encarregados de acompanhar a fase de inscrição e aplicação das provas do processo seletivo.

Servidores do Tribunal também foram designados para integrar a comissão, que terá um prazo de sessenta dias – prorrogável por igual período -, para proceder com a realização do certame.

e - TJAC instala 5ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco

Nova unidade jurisdicional terá competência para o processo e julgamento das ações cíveis e irá atender a crescente demanda de processos da Capital

O Tribunal de Justiça do Acre instalou dia 29 de junho a 5ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco. Prestigiado por membros das principais instituições do Estado, o ato aconteceu no Fórum Barão do Rio Branco e foi conduzido pelo desembargador-presidente Adair Longuini.

Foto 96: Instalação da 5ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco.



Fonte: Intranet TJAC

A nova unidade jurisdicional foi instalada por meio da Resolução nº 169/2012, em consideração aos parágrafos 1º e 2º do artigo 27 da Lei Complementar do Estado do Acre nº 221/10.

“Uma das grandes alegrias da Administração do Tribunal é quando a gente investe na infraestrutura, bem como em concursos públicos para servidores, juízes e, agora, delegatários. Este é um sonho que tem que ser sempre buscado por todos nós: a prestação jurisdicional célere e a eficiência do nosso trabalho. Com isso penso que nós estaremos cumprindo a nossa parte dentro da magistratura, dentro do Poder Judiciário”, destacou o desembargador Adair Longuini.

A instalação da 5ª Vara Cível se dá em virtude do elevado número de feitos em trâmite nas Varas Cíveis Genéricas da Comarca de Rio Branco, cujo movimento forense conta com mais de 3.500 tramitando em cada unidade judiciária.

Foto 97: Instalação da 5ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco.



Fonte: Intranet TJAC

Decana da Corte de Justiça Acreana, a desembargadora Eva Evangelista ressaltou qual deve ser o principal foco da instituição. “Nós temos que ter uma profissionalização do nosso Judiciário. Esse compromisso com a eficiência que estamos demonstrando aqui deve ser o nosso compromisso maior. Eficiência envolve prestação jurisdicional com rapidez, mas também com a qualidade das decisões. Por isso, eu só quero louvar essa iniciativa da presidência do Tribunal. Quando se instala mais uma unidade judiciária, se pensa, fundamentalmente, em proporcionar maior acesso à Justiça para os cidadãos. É isso que todos nós, irmanados, buscamos”, declarou.

Foto 98: Instalação da 5ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco.



Fonte: Intranet TJAC

A instalação dessa 5ª Vara Ordinária da Comarca Capital também considera as diretrizes estabelecidas pela Lei nº11.419, de 19 de dezembro de 2006, que alterou o Código de Processo Civil e dispõe sobre a informatização do processo judicial.

O juiz Edinaldo Muniz responderá pela nova Vara, até que o Tribunal proceda com escolha do titular. Ele disse que se sentiu honrado com o convite e que envidará todos os esforços para ajudar na condução dos trabalhos frente a esse desafio em sua carreira.

Dessa forma, a prática e a comunicação dos atos processuais pela 5ª Vara Cível se darão exclusivamente por meios eletrônicos, atendidos os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP – Brasil).

O presidente da Associação dos Magistrados do Acre (Asmac), juiz Marcelo Carvalho, considerou que a nova Vara vai ao encontro de um anseio já de há muito alimentado pelo órgão e também à demanda crescente de processos cíveis.

O Defensor Público-Geral do Estado, Dion Nóbrega, ratificou o compromisso em apoiar o TJAC, sobretudo para garantir às pessoas melhor distribuição da Justiça.

Já o procurador de Justiça Carlos Maia lembrou que as outras instituições precisam acompanhar o crescimento do Tribunal.

Juízes, advogados, o procurador geral do Estado do Acre, Rodrigo das Neves, e servidores do Tribunal também estiveram presentes na solenidade.

A 5ª Vara Cível terá competência para o processo e julgamento das ações cíveis, exceto aquelas de competência exclusiva ou privativa de vara especializada.

f - Denise Bonfim é empossada no cargo de desembargadora do Tribunal de Justiça do Acre

O décimo e mais novo membro da Corte de Justiça do Acre é a desembargadora Denise Castelo Bonfim, empossada em sessão solene do Tribunal de Justiça na noite do dia 27 de julho, prestigiada por grande número de autoridades do Executivo e do Legislativo, assim como militares e presidentes das entidades de classe. Também compareceram membros da magistratura acreana, advogados, autoridades da área jurídica, servidores do Poder Judiciário, amigos e familiares da empossada.

Foto 99: Posse da Desa. Denise Castelo Bonfim.



Fonte: Intranet TJAC

À mesa de honra, presidida pelo desembargador Adair Longuini, estiveram presentes os desembargadores Eva Evangelista, Francisco Praça, Arquilau Melo, Pedro Ranzi, Roberto Barros e Cezarinete Angelim; a procuradora-geral de Justiça, Patrícia Rêgo; o vice-governador do Acre, César Messias; o presidente, em exercício, da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Acre, advogado Fernando Pierro; e o Presidente da Associação dos Magistrados do Acre (Asmac), juiz Marcelo Carvalho.

Após ser investida em sua nova função jurisdicional, Denise Bonfim foi saudada pelo desembargador Roberto Barros, que se pronunciou em nome da Corte de Justiça, destacando a nova fase que se inicia no TJAC a partir da posse de Denise Bonfim.

“Sua posse inaugura uma nova fase do Tribunal, porque é a primeira pessoa a integrá-lo nesse processo de ampliação de nove para dez desembargadores, visando atender mais e melhor o jurisdicionado. Assim, a história deste Tribunal está sendo reescrita nesse dia, em que a décima vaga está sendo provida pela primeira vez, enaltecendo ainda mais esse momento de júbilo”, declarou Roberto Barros.

Ao desejar boas-vindas a Denise Bonfim, Roberto Barros fez uma breve síntese da trajetória profissional da nova desembargadora e afirmou “a senhora passa integrar essa Corte de Justiça, trazendo seus conhecimentos intelectuais, somada à sua experiência de vida, de profissional do Direito, de magistrada e acreana”.

O desembargador encerrou sua saudação à Desembargadora Denise Bonfim, desejando-lhe felicidade e sucesso no exercício do desembargo, “para que junto com nossos colegas magistrados, contando com a participação dos nossos servidores, atores do processo e demais órgãos, possamos então aperfeiçoar e prestar a jurisdição cada dia melhor”.

A procuradora-geral de Justiça, Patrícia Rêgo, também saudou a nova desembargadora. “Para todo o Ministério Público Acreano é uma honra saudá-la e prestigiar esse momento em que se consagra a sua ascensão funcional, que é, naturalmente, o reconhecimento do Poder Judiciário à sua dedicação, trabalho árduo e coragem em prol da nossa sociedade acreana”, disse a procuradora.

Ao desejar prosperidade na nova travessia de Denise Bonfim, Patrícia Rêgo concluiu seu discurso enaltecendo o ideal de Justiça compartilhado pela nova desembargadora: “Tenho certeza de que o ideal de Justiça que sempre inspirou Vossa Excelência, sua bravura e posição firme, também irá lhe guiar por essa Corte. Que a senhora seja iluminada na busca pela Justiça que sempre almejamos, qual seja, uma Justiça mais consentânea com os reclamos da sociedade, mais próxima do nosso povo, uma Justiça do nosso tempo”.

Ao discursar como nova desembargadora do Tribunal de Justiça do Acre, Denise Bonfim registrou inúmeros agradecimentos, especialmente a sua família, filhos, pais e irmãos, e também aos seus principais colegas com quem partilha sua caminhada profissional.

“Muitos sentimentos diferentes podem ser expressos em um momento como este, mas o primeiro certamente é o de agradecimento. Outro sentimento que emerge é o de prazer e satisfação, visível em minha face por ter alcançado um grande sonho. O desembargo é mais um sonho realizado, um alvo que todo magistrado anseia. Sinto-me feliz por ter alcançado esse objetivo e chego a essa Corte de espírito aberto e amistoso, solicitando o auxílio da experiência vivida por meus eminentes colegas”, ressaltou Bonfim.

Ao defender a necessidade de atualização da legislação face à dinâmica da sociedade e reconhecer os inúmeros desafios que se impõem hoje à magistratura e ao Poder Judiciário, Denise Bonfim finalizou seu discurso afirmando: “Venho para aprender e somar esforços na entrega da prestação jurisdicional e auxiliar este honroso Tribunal de Justiça a manter sua dignidade longamente reconhecida”.

Após a sessão de posse, os convidados foram recepcionados no átrio da sede do Tribunal de Justiça, onde a desembargadora Denise Bonfim, recebeu os tradicionais cumprimentos.

Foto 100: Posse da Desa. Denise Castelo Bonfim.



Fonte: Intranet TJAC

Escolha como desembargadora

A juíza foi escolhida como nova desembargadora, pelo critério de merecimento, em sessão do Tribunal Pleno Administrativo, realizada no dia 4 deste julho. A magistrada, que até então exercia a titularidade da 2ª Vara Criminal da Comarca de Rio Branco, assumiu a 10ª vaga de desembargador criada a partir da Lei Complementar Estadual nº 240.

Sancionada no final de 2011, essa lei alterou a estrutura do Poder Judiciário Estadual, assegurando a elevação do número de cargos de desembargadores: dos atuais 9 membros para 11 em 2012, e mais um a ser preenchido no ano de 2013, que irão totalizar o número de 12 membros na Corte Acreana.

g - Tribunal de Justiça instala Vara Criminal da Comarca de Tarauacá

O Tribunal de Justiça do Acre instalou no dia 9 de julho de 2012 a Vara Criminal da Comarca de Tarauacá. Conduzido pelo desembargador-presidente Adair Longuini e pela juíza Joelma Nogueira, titular da Comarca, o ato público e solene de instalação foi prestigiado por diversas autoridades de Rio Branco e do interior do Estado.

Aprovada pelo Tribunal Pleno em 17 de agosto de 2011, a Resolução nº 160 passou a prever a instalação de uma segunda unidade jurisdicional na Comarca. Dessa maneira, a 1ª unidade passa a ser denominada 1ª Vara Cível e, a segunda, 1ª Vara Criminal.

Foto 101: Posse da Des. Denise Castelo Bonfim.



Fonte: Intranet TJAC

Os juízes Edinaldo Muniz, Andréa Brito, Francisco Vilela, Adamácia Machado, Gustavo Sirena e Adimaura Cruz estiveram no evento. O juiz de paz Omar Bandeira, a promotora de Justiça Nicole Arnoldi, o defensor público Paulo Michel e o comandante do Corpo de Bombeiros do município, José Ferreira, também participaram da solenidade.

Foto 102: Instalação da Vara Criminal da Comarca de Tarauacá.



Fonte: Intranet TJAC

Adair Longuini destacou qual é o sentimento que a iniciativa traz para o TJAC. “Isso é motivo de grande alegria para o Tribunal de Justiça que está ampliando a sua infra-estrutura, proporcionando à Comarca de Tarauacá mais uma unidade. Isso será uma grande ajuda para a magistrada Joelma, que hoje está respondendo pela vara única. Ela passará a responder pelas duas varas até que o Tribunal possa concluir o concurso vigente e colocar na Comarca mais um magistrado para dar conta da vazão ao volume de processos que aqui existe”, disse o desembargador-presidente.

A juíza Joelma Nogueira assinalou o significado da Vara Criminal para o município. “Nós estávamos aguardando ansiosos por esse momento já há bastante tempo, desde que eu assumi a Comarca de Tarauacá, em maio do ano passado, há uma quantidade muito grande de processos. Agora é uma nova fase, com a instalação da Vara, teremos mais uma assessoria, mais alguns servidores no gabinete para nos ajudar, para nos auxiliar a oferecer um melhor serviço, de modo que os jurisdicionados tarauacaenses só têm a ganhar”, afirmou a magistrada.

A Comarca de Tarauacá conta atualmente com aproximadamente 3 mil processos em trâmite. Com a instalação da nova unidade judiciária, os cidadãos terão acesso a uma prestação jurisdicional mais célere e eficiente.

h - Tribunal de Justiça instala Vara Criminal na Comarca de Feijó

Em ato público e solene realizado no dia 2 de outubro, o Tribunal de Justiça instalou a Vara Criminal da Comarca de Feijó, autorizada pela Resolução nº 160/2011, do Tribunal Pleno Administrativo, que dispõe sobre as unidades jurisdicionais do Poder Judiciário Estadual, sua denominação e competência.

Foto 103: Instalação da Vara Criminal da Comarca de Tarauacá.



Fonte: Intranet TJAC

Na ocasião, o presidente do TJAC, desembargador Adair Longuini, e o diretor do Foro, juiz Gustavo Sirena, receberam os representantes das instituições parceiras, autoridades da cidade, magistrados e servidores para registrar a instalação de mais uma unidade judiciária na comarca.

Foto 104: Instalação da Vara Criminal da Comarca de Feijó.



Fonte: Intranet TJAC

Até então, Feijó possuía uma Vara Única, que gerenciava processos de matéria cível e criminal, além das causas específicas de Juizados Especiais. Em virtude do volume de processos que tramitavam na Comarca, a partir de agora, a Vara Única se especializou em Vara Cível e a nova unidade constituiu-se em Vara Criminal.

De acordo com o desembargador-presidente Adair Longuini, a conquista é fruto do “empenho da Administração do TJAC em assegurar a presença da Justiça em todos os municípios do Acre, propiciando mais condições de trabalho a magistrados e servidores”.

Adair Longuini também ressaltou que a instalação da nova unidade garante mais agilidade na prestação jurisdicional, vez que passará a contar com equipe e estrutura específica para tratar dos

feitos criminais. “Essa era uma antiga demanda da Comarca de Feijó, defendida por diversos setores da sociedade e da magistratura, que estamos honrados em poder concretizar”, declarou o presidente.

O juiz Gustavo Sirena também reconheceu a importância da instalação da nova unidade. “Em nome da comunidade forense de Feijó, agradeço a iniciativa da Administração do TJAC e assinalo que este é um marco para nossa comarca, que inclusive propiciará a indicação de mais um juiz, promotor e defensor público para servir melhor a comunidade local”, disse o juiz após assinar o ato de instalação da Vara Criminal.

Prestigiaram o ato os juízes Edinaldo Muniz, titular do 2º Juizado Especial Criminal de Rio Branco, e Joelma Nogueira, da Comarca de Tarauacá; o ex-juiz de Paz Francisco Adelino; o promotor de Justiça Bernardo Fitterman; o advogado José Dantas, representando a Ordem dos Advogados do Brasil-Seccional Acre; o delegado de Polícia Civil Alex Danny; o comandante do Batalhão da Polícia Militar de Feijó, Capitão PM Emílio Virgílio; e o prefeito Raimundo Pinheiro.

i - Francisco Djalma é empossado como novo desembargador do TJAC

Francisco Djalma da Silva é o mais novo membro da Corte de Justiça Acreana. Ele foi empossado no cargo em Sessão Solene realizada na noite do dia 05 de outubro, no Plenário do Tribunal de Justiça, em Rio Branco.

Autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, representantes das principais instituições acreanas, além de magistrados e servidores do Tribunal de Justiça, prestigiaram o ato de posse, conduzido pelo desembargador-presidente Adair Longuini.

Foto 105: Posse da Des. Denise Castelo Bonfim.



Fonte: Intranet TJAC

Após prestar o compromisso formal de investidura no cargo de desembargador, Francisco Djalma assinou o termo de posse.

Em seguida, a desembargadora Denise Bonfim saudou o empossado em nome da Corte de Justiça.

Ela lembrou na ocasião a origem e a trajetória do colega na magistratura do Estado. “Francisco Djalma é um homem respeitado, um nordestino convicto de suas responsabilidades, um juiz de ilibado

caráter, de invejáveis experiências jurisdicionais e de notável saber jurídico, um cidadão conhecido e respeitado por toda sociedade acreana”, disse ela em seu discurso.

A Procuradora-Geral de Justiça, Patrícia Rêgo, enalteceu a carreira no âmbito do 1º Grau do novo desembargador. “É uma honra para o Ministério Público Estadual participar deste momento de coroamento de sua carreira na magistratura, com quase 25 anos de bons serviços prestados como juiz. Sua vasta experiência lhe ajudará a engrandecer esta Corte e torná-la mais célere e próxima do povo. Desejo êxito em sua ascensão funcional”, afirmou.

Representando o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e também a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Acre, o advogado Luiz Saraiva saudou o novo desembargador: “votos de sucesso no momento em que ascende ao mais alto grau da magistratura acreana”.

Luiz Saraiva finalizou sua saudação com uma paráfrase de Rui Barbosa: “Faça do Direito e da Justiça um ideal de vida, e um caminho a seguir.”

Processo de escolha

No dia 19 de setembro deste ano, os desembargadores julgaram o processo administrativo nº 0001373-48.2012.8.01.0000, concernente à vaga na Corte de Justiça, reservada à magistratura, tendo como critério de escolha a antiguidade.

Na ocasião, a Corte decidiu, por unanimidade, escolher o nome do juiz Francisco Djalma da Silva como novo desembargador. Até então ele era titular da 1ª Vara Criminal da Comarca de Rio Branco.

Foto 106: Posse da Des. Denise Castelo Bonfim.



Fonte: Intranet TJAC

Agradecimentos

Francisco Djalma recobrou na noite que delineou o ápice de sua carreira jurídica o primeiro caso que julgou na Comarca de Feijó, onde começou as atividades jurisdicionais.

“Foi com essa decisão que percebi o papel do Poder Judiciário no processo de distribuição da Justiça, traduzido na expressão bíblica ‘Dai a César o que é de César’”.

E demonstrou humildade ao ser incumbido da nova missão: “Chego a este egrégio Tribunal e é grande a responsabilidade que bate à porta. Chego com consciência e convicção de que não poderei fazer nada sozinho. A união é fundamental para a concretização dos objetivos”, assinalou.

Ele agradeceu a Deus, aos pais pelos importantes ensinamentos, à esposa Célia Maria, “cúmplice de suas aspirações, aos filhos Caio e Ana Luiza, e a todos os colegas e amigos.

Francisco Djalma apontou ainda, em seu discurso, qual a certeza e o ideal que o movem: “Tenho uma só certeza: das minhas limitações. E tenho apenas um ideal: fazer Justiça.”

j - TJAC entrega instalações da Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul

O Tribunal de Justiça do Acre entregou oficialmente no dia 08 de dezembro as instalações da Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul, a segunda maior comarca do Estado em tamanho, estrutura e volume de processos.

Foto 107: Instalação da Cidade da Justiça em Cruzeiro do Sul.



Fonte: Intranet TJAC

Foto 108: Instalação da Cidade da Justiça em Cruzeiro do Sul.



Fonte: Intranet TJAC

Conduzida pelo desembargador-presidente Adair Longuini, a solenidade marcou a data em que é celebrada nacionalmente o Dia da Justiça, e foi prestigiada por membros da Corte de Justiça Acreana, magistrados e servidores do Poder Judiciário, pelo governador Tião Viana, como também por convidados civis, militares e religiosos de todo o Estado.

Foto 109: Instalação da Cidade da Justiça em Cruzeiro do Sul.



Fonte: Intranet TJAC

Foto 110: Instalação da Cidade da Justiça em Cruzeiro do Sul.



Fonte: Intranet TJAC

Lançado pelo TJAC em janeiro deste ano, o projeto da Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul tem o objetivo principal de agregar em um só local todos os serviços judiciários da comarca, garantindo economia de recursos com logística administrativa, conservação patrimonial e pagamento de aluguéis, além de assegurar maior acesso e comodidade aos cidadãos que buscam a Justiça e aos profissionais que trabalham no local.

A solenidade

Logo na abertura do evento, Adair Longuini salientou os diversos benefícios que o empreendimento trará aos cidadãos do município.

“Aqui nós temos maior integração dos nossos serviços judiciais à comunidade local, mas também maior economia administrativa, porque reunimos num só espaço todos os serviços da comarca. Isso garante economia de redes, de Internet, de tempo, gasolina, logística. Sem falar na comodidade para aqueles que buscam a Justiça”, afirmou.

O governador Tião Viana elogiou a arquitetura da obra e assinalou o que ela vai representar. “As pessoas vão encontrar aqui uma oportunidade de ver suas vidas tratadas com muito respeito ao procurar pelos serviços que aqui são prestados”, disse.

Também estiveram presentes à solenidade o presidente da Associação dos Magistrados do Acre (Asmac), juiz Marcelo Carvalho; o diretor do Foro da Comarca de Cruzeiro do Sul, juiz Clovis Lodi; o diretor do Foro da Justiça Federal no Acre, Régis Araújo; o procurador geral da República no Estado, Paulo Henrique; a procuradora de Justiça, Kátia Rejane, representando o Ministério Público Estadual, e o vice-prefeito do município, Mazinho Santiago.

Colar do Mérito Judiciário

Concedida aos que contribuem para o engrandecimento da Justiça e o fortalecimento da cultura jurídica no Estado, o Colar do Mérito Judiciário foi entregue ao governador Tião Viana. A mais alta honraria do Judiciário Acreano foi concedida em virtude do apoio recebido pelo Tribunal e parcerias estabelecidas, como essa que resultou na construção da Cidade da Justiça.

Adair Longuini também homenageou o desembargador aposentado Lourival Marques, a quem considerou como “o fundador da Justiça no Estado e um dos maiores mestres a quem já conheceu.”

Na mesma ocasião, foram homenageados os juízes Luís Camolez, Raimundo Nonato, Cloves Ferreira, Mirla Cutrim, Marcos Thadeu e Romário Divino. Eles foram lembrados em razão de terem atuado na comarca e pelos serviços prestados à população.

Ao finalizar seu discurso, o desembargador-presidente Adair Longuini citou o poeta libanês Kahlil Gibran. “A mancha do tempo estraga as obras dos homens, mas não apaga seus sonhos, nem enfraquece seus impulsos emotivos. Esses sonhos e impulsos sobrevivem porque pertencem ao espírito eterno, embora se escondam ou adormeçam de tempos em tempos, imitando o sol ao crepúsculo e lua ao amanhecer”.

Foto 111: Instalação da Cidade da Justiça em Cruzeiro do Sul.



Fonte: Intranet TJAC

Ele conclamou ainda os magistrados presentes: “se tiverem que decidir vidas as alheias neste lugar, façam Justiça nesta cidade.”

Em seguida, houve a assinatura da ata de instalação pelas autoridades, que foram convidadas a descerrar a placa alusiva à entrega da Cidade da Justiça e conhecer a estrutura do novo empreendimento.

O novo espaço

O projeto da Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul é uma construção conjunta dos Poderes Judiciário e Executivo. O Governo adquiriu e destinou o imóvel onde funcionava o antigo Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Vale do Juruá (Ileval) para a implantação concentrada dos serviços judiciários da comarca.

Foto 112: Instalação da Cidade da Justiça em Cruzeiro do Sul.



Fonte: Intranet TJAC

Para reforma, ampliação e estruturação do novo complexo de serviços judiciários, o TJAC realizou um investimento de aproximadamente R\$ 7 milhões. A área total possui 100 mil m², sendo que a área construída é de 5.299,68 m². Nela estão abrigadas as 1ª e 2ª Varas Cíveis, 1ª e 2ª Varas

Criminais, os Juizados Especiais, a Vara da Infância e da Juventude, o Tribunal do Júri e a Central de Execução de Penas Alternativas da Comarca de Cruzeiro do Sul.

O empreendimento ainda conta com guarita, celas, espaço para restaurante e para o setor de tecnologia da informação. A Justiça Federal, o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual, a Defensoria Pública Estadual e a Ordem dos Advogados do Brasil-Seccional Acre também terão espaço específico para atendimento da população no mesmo complexo.

k - Waldirene Cordeiro é empossada como nova desembargadora do TJAC

Em Sessão Solene realizada no dia 13 de dezembro, o Tribunal de Justiça do Acre empossou a promotora de Justiça Waldirene Oliveira da Cruz – Lima Cordeiro no cargo de desembargadora.

Foto 113: Posse da Desa. Waldirene Oliveira da Cruz Lima Cordeiro.



Fonte: Intranet TJAC

Conduzida pelo desembargador-presidente Adair Longuini, a solenidade foi prestigiada por autoridades dos Poderes Executivo, representados pelo governador do Estado, Tião Viana; Legislativo, representados pelo deputado estadual Jonas Lima; e do Judiciário. Representantes das principais instituições acreanas, procuradores e promotores de Justiça, defensores públicos, advogados, além de servidores do Ministério Público e Tribunal de Justiça.

Ao ser conduzida pelos desembargadores Eva Evangelista e Francisco Djalma para prestar juramento formal e compromisso público, Waldirene Cordeiro assinou o termo de investidura no cargo de desembargador.

Discursos

Em nome da Corte de Justiça Acreana, a desembargadora Denise Bonfim saudou a empossada. “Sua atuação profissional é ampla; construiu uma história exemplar dentro do Ministério Público Estadual, sendo um de seus membros mais aguerridos e atuantes. Essa Corte está imbuída de um sentimento de alegria, neste momento em que se renova com a chegada de outros desembargadores e a criação de mais uma Câmara Cível”, destacou Denise Bonfim.



Fonte: Intranet TJAC

A Procuradora Geral de Justiça, Patrícia Rêgo lembrou em seu pronunciamento a importância da regra do quinto constitucional. “O ingresso nos quadros da magistratura por esse mecanismo deve refletir e impactar necessariamente nesse novo caminhar da Justiça. Dessa forma, podemos democratizar o Judiciário e garantir a pluralidade de enfoques”, assinalou.

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Acre, Florindo Poersch, felicitou Waldirene Cordeiro. “Que vossa excelência seja muito feliz nessa nova fase de sua trajetória, pois quando estamos felizes tudo dá certo e conseguimos construir boas relações com os que nos rodeiam, com nossos colegas e pares, e com as demais instituições”, afirmou.

Em seu discurso como nova desembargadora do Tribunal de Justiça, Waldirene Cordeiro agradeceu o apoio da família, dos amigos, colegas procuradores, promotores, juízes e servidores com quem trabalhou ao longo de sua carreira. Ao falar sobre o novo desafio em sua vida pública, afirmou: “Estou disposta e com entusiasmo em dar o meu melhor, para que a almejada Justiça chegue aos jurisdicionados acreanos. Mas se recebi tanto, serei cobrada na mesma proporção. Tenho plena convicção de que o honroso papel que passo a desempenhar exigirá muito mais de mim do que o saber do Direito ou o saber jurídico”.

Waldirene Cordeiro também declarou que pretende julgar os processos “lembrando que eles são mais do que uma série de atos jurídicos concatenados. Carregam em primeiro lugar a esperança de cada pessoa que bate à porta do Judiciário em busca de uma efetiva justiça”, salientou.

Vaga

Waldirene Cordeiro ocupa a 11ª vaga de desembargador, destinada à carreira do Ministério Público Estadual (MPE), criada a partir da ampliação do número de membros no Tribunal de Justiça, com a edição da Lei Complementar Estadual nº 240, de 29 de dezembro de 2011.

A referida lei instituiu três novos cargos de desembargador, sendo um deles destinado ao MP, em observância à regra do quinto constitucional, conforme estabelece o artigo 94 da Constituição Brasileira.

Na data de 13 de fevereiro de 2012, de acordo com o artigo 264 do Regimento Interno do TJAC, o presidente Adair Longuini encaminhou ofício à procuradora-geral de Justiça Patrícia Rêgo,

solicitando o envio da lista sêxtupla dos membros do Ministério Público concorrentes à vaga do quinto constitucional no Tribunal.

Após o recebimento dessa lista sêxtupla, a Corte de Justiça do Acre, em sessão do Tribunal Plano Administrativo, realizada no dia 19 de setembro, apreciou o processo nº 0000227-69.2012.8.01.0000 e promoveu a formação da lista tríplice.

O relator do processo foi o próprio desembargador Adair Longuini, que fundamentou as escolhas com base no artigo 94 da Constituição Federal e no artigo 96 da Constituição Estadual. A partir dos critérios de “notório saber jurídico”, “reputação ilibada” e “tempo de mais de dez anos de atuação na carreira”, foram indicados ao cargo os seguintes nomes, pela ordem: procurador de Justiça Ubirajara Braga de Albuquerque, por maioria de votos; o procurador de Justiça Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto, por unanimidade; e a promotora de Justiça Waldirene Oliveira Cruz – Lima Cordeiro, por maioria.

Com a definição da lista tríplice, o TJAC a encaminhou ao governador do Estado, Tião Viana, que indicou na data de 13 de novembro passado, o nome da promotora Waldirene Cordeiro para ocupar o cargo na Corte de Justiça do Acre.

Nos 49 anos do Tribunal Acreano, Waldirene Cordeiro será o quarto membro do Ministério Público a integrar a Corte de Justiça Estadual. Antes dela, já integraram o Tribunal os desembargadores Mário Strano (promotor de Justiça, in memoriam) e Wanderley Nonato de Oliveira (procurador de Justiça, atualmente aposentado), além de Samoel Martins Evangelista (procurador de Justiça), que é o atual vice-presidente do TJAC.

i - Tribunal de Justiça do Acre empossa Regina Ferrari no cargo de desembargadora

Em sessão solene bastante prestigiada, a juíza de Direito Regina Célia Ferrari Longuini foi empossada no dia 19 de dezembro no cargo de desembargadora do Tribunal de Justiça do Acre.

A solenidade foi conduzida pelo vice-presidente do TJAC, desembargador Samoel Evangelista, e contou com a participação de todos os membros da Corte de Justiça; dos Poderes Executivo, representados pelo governador do Estado, Tião Viana e o prefeito de Rio Branco, Raimundo Angelim; do Legislativo, representados pelo deputado estadual Geraldo Pereira; e do Judiciário.

Foto 115: Posse da Des. Waldirene Regina Célia Ferrari Longuini



Fonte: Intranet TJAC

As principais instituições acreanas estiveram representadas na ocasião. Magistrados federais e estaduais, promotores e procuradores de Justiça, procuradores do Estado e do Município, defensores públicos, advogados, e muitos servidores do Poder Judiciário estiveram presentes.

Durante a sessão solene, Regina Ferrari foi conduzida pelas desembargadoras Eva Evangelista (membro mais antigo) e Waldirene Cordeiro (membro mais moderno) para prestar juramento formal e compromisso público. Em seguida, ela assinou o termo de investidura no cargo de desembargador, recebeu o diploma e a medalha do Mérito Judiciário, conferida a todo novo membro da Corte de Justiça no ato de sua posse.

Foto 116: Posse da Desa. Waldirene Regina Célia Ferrari Longuini



Fonte: Intranet TJAC

Discursos

Decana da Corte, coube à desembargadora Eva Evangelista saudar a empossada. Ela exaltou a trajetória profissional de Regina Ferrari, “a qual se notabilizou por sentenças adequadas ao ordenamento jurídico e pela condução de audiências de mediação e conciliação”, disse ela.

Eva Evangelista também destacou que o novo membro do TJAC “sempre fez prevalecer a verdadeira justiça e esteve preocupada com o impacto econômico-social de suas decisões na vida do Estado e dos cidadãos”.

A procuradora-geral de Justiça, Patrícia Rêgo, falou em nome do Ministério Público Estadual sobre a ascensão funcional da magistrada. “Representa o reconhecimento do Poder Judiciário Acreano ao seu comprometimento, sua coragem, entusiasmo e ao trabalho sério trabalho desenvolvido em prol deste Estado e da sociedade acreana, em quase 19 anos de magistratura no 1º Grau”, ressaltou.

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Acre, Florindo Poersch, cumprimentou Regina Ferrari, de quem disse “ter as melhores lembranças desde os tempos em que trabalharam juntos em uma instituição bancária”. Ele disse que essa era a última solenidade da qual fazia parte como presidente e que a empossada tinha o aval da Ordem para assumir o cargo. “Suas decisões sempre foram irretocáveis”, finalizou.

Em seu discurso, Regina Ferrari demonstrou humildade ao abraçar a nova etapa de sua trajetória. “Assim transpasso mais um degrau e entro nesta Casa, de pés descalços, lembrando-me do primeiro e mais significativo passo, quando realizei o sonho de ser magistrada (por vocação do coração) em nove de dezembro de 1993. Permaneci plena e fiel ao ideal de verdadeiramente servir à Justiça”, afirmou.

Ela também assinalou em discurso as dificuldades enfrentadas pelo homem em um tempo de pós-modernidade, como “a falta de tolerância”, “a massificação da estética”, “a competitividade escancarada nas instituições”, “o egoísmo” e “a falta de solidariedade”. Ao mencionar o filósofo alemão Immanuel Kant, enalteceu a necessidade de se colocar no lugar do outro. “Não faça aos outros o que você não quer que faça com você”, citou.

A empossada agradeceu aos familiares, amigos, colegas e a todos quantos contribuíram para sua formação e crescimento. “Não teria sido possível sem a ajuda incansável e preciosa de muitas mãos, tão necessárias”, disse.

O novo membro do Tribunal de Justiça Acreano renovou publicamente o seu compromisso de servidora: “Reafirmo meus compromissos humanistas de cidadã e magistrada. Espero ser uma companheira pela Justiça. Caminharemos juntos”.

Ao final da solenidade, o desembargador Samoel Evangelista felicitou a nova desembargadora. “Encerramos as atividades deste ano do Tribunal com esta posse. Quero dizer que será acolhida aqui com muita alegria e desejo muito sucesso nessa nova etapa de sua vida. O jurisdicionado espera de Vossa Excelência a mesma dedicação, firmeza e comprometimento demonstrados até aqui. Que tenhamos todos um bom Natal e um feliz 2013”, disse o vice-presidente ao encerrar a sessão.

m - TJAC realizou 8 processos de seleção simplificados para contratação de estagiários de nível superior

Dentre as competências do Centro de Capacitação do Tribunal de Justiça está a de planejar e executar processos seletivos internos e externos. Por conseguinte, também cabe à unidade a gestão desses processos, no tocante à convocação, contratação e indicação de profissionais para as mais diferentes áreas do Poder Judiciário Estadual.

Foto 117: Foto processo seletivo



Fonte: Intranet do TJAC

Assim, segundo o balanço divulgado, no ano de 2012 o Cecap realizou 8 processos seletivos simplificados para contratação de estagiários de nível superior, nas comarcas de Rio Branco, Bujari, Tarauacá, Xapuri, Plácido de Castro, Capixaba, Epitaciolândia, Assis Brasil e Mâncio Lima.

Foto 117: Foto processo seletivo



Fonte: Intranet do TJAC

Também no ano de 2012 foi realizado processo seletivo simplificado para contratação temporária de juízes leigos e conciliadores (processo nº 0000572-35.2012.8.01.0000), atualmente em fase de apresentação de recurso, sendo que continuam em andamento a gestão dos processos nº 0002855-70.2008.8.01.0000 (juiz leigo e conciliador) e nº 0501035-85.2010.8.01.0000 (juiz leigo), cuja validade se estende até este ano de 2013.

No âmbito do Programa Justiça Comunitária foram realizados processos seletivos simplificados para contratação temporária de agentes comunitários, assistentes sociais e psicólogos nas comarcas de Rio Branco, Bujari, Plácido de Castro e Acrelândia.

Já na área de convênios, Tribunal de Justiça possui parcerias firmadas com diversas Instituições de Ensino Superior (IES) – UFAC, FAAO, IEL, COC, IFAC, UNIP, Ieval, Uninorte, Aesacre e Unopar – e por meio do Cecap faz o recebimento, lotação e acompanhamento de estudantes em estágio supervisionado (não remunerado) nas comarcas de Rio Branco, Xapuri, Sena Madureira e Cruzeiro do Sul.

A DRH e o Cecap selecionam ainda estudantes de nível superior para estágio remunerado no âmbito dos programas sociais desenvolvidos pelo TJAC, a exemplo do Programa Começar de Novo, Projeto Cidadania e Justiça na Escola, Programa Audiência Pública, Projeto ECA na Comunidade, Campanha de Conscientização e Prevenção à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, entre outros.

No ano de 2012 foram supervisionados 103 estagiários (estágios curriculares obrigatório e não obrigatório). Além disso, existem hoje 204 estagiários remunerados na Comarca de Rio Branco e 90 nas comarcas do Interior, todos contratados a partir de processo seletivo.

n - Concurso Juiz de Direito: TJ divulga resultado final da prova escrita P3

Regido pelo Edital nº 1-TJAC – Juiz Substituto (DJE nº 4.567, de 01.12.2011, fls. 1 a 14), o concurso está sendo executado pela Comissão de Concursos do TJAC e, por delegação, pelo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (Cespe/UnB).

Do total de vagas oferecidas, 5% são reservadas aos candidatos portadores de deficiência. O subsídio oferecido é R\$ 20.677,84.

O concurso compreende seis etapas, todas a serem executadas na cidade de Rio Branco. A primeira consistiu na realização de prova objetiva seletiva (P1), na data de 15 de abril de 2012.

A etapa seguinte correspondeu à realização de duas provas escritas (P2 e P3), sendo que a primeira (P2) foi realizada em 15 de junho 2012, e a segunda (P3) foi aplicada nos dias 16 (elaboração de sentença cível) e 17 (elaboração de sentença criminal) do mesmo mês.

Já a terceira etapa, consiste na inscrição definitiva e engloba as fases de sindicância de vida pregressa e investigação social, exame de sanidade física e mental, e exame psicotécnico.

Posteriormente, os candidatos também serão avaliados por meio de prova oral (P4) e avaliação de títulos (P5).

A sexta e última etapa (P6) corresponde ao Curso de Formação para Ingresso na Carreira da Magistratura, de responsabilidade da Comissão do Concurso.

4

Gestão de Pessoas

**Resultado do cumprimento
desse tema estratégico**

103,76%

4.1. Estimular e comprometer os Magistrados e Servidores do Poder Judiciário do Estado do Acre no cumprimento das ações estratégicas.

Definir compromisso através de trabalho consistente de capacitação e estímulo ao conhecimento da estrutura da instituição e criação de cultura do conhecimento com vistas às ações estratégicas.

As metas 29,30 e 31, estabelecidas no planejamento estratégico, orientaram as ações das unidades para cumprimento desse objetivo estratégico. Seguem abaixo as ações desenvolvidas, bem como os resultados obtidos com as metas.

4.1.1. Meta 29 - Aumentar para 70% o índice de avaliações positivas de clima organizacional

Essa meta tem como objetivo subsidiar melhorias e ações corretivas levando em consideração a percepção do corpo funcional quanto aos fatores que causam impacto na motivação e produtividade no trabalho.

Resultado:

Os resultados da pesquisa servirão de balizamento para o desenvolvimento de ações estratégicas que objetivem a melhoria dos trabalhos desenvolvidos e do clima organizacional nas diversas unidades, de primeiro e segundo graus, que compõem o Judiciário Acreano. Porém o resultado da pesquisa teve um índice de 100,89%. **Meta cumprida.**

Ações desenvolvidas:

1. TJAC garante aumento na remuneração dos servidores

A partir de 1º de março de 2012 houve aumento nos salários dos servidores do Poder Judiciário do Acre.

O reajuste nos valores dos vencimentos abrangeu todos os serventuários da Justiça. Nos cargos de provimento efetivo o percentual foi de 10%, já nos cargos de provimento em comissão e funções de confiança, o acréscimo foi de 5%.

A medida foi aprovada por unanimidade no final de 2011 pelos membros do Tribunal Pleno Administrativo, que julgaram o Processo Administrativo nº 0002533-45.2011.8.01.0000, cujo relator foi o Desembargador Samoel Evangelista.

Os desembargadores decidiram pela aprovação da Proposta de Projeto de Lei Complementar, que havia sido analisada pela Comissão de Organização Judiciária, Regimento, Assuntos Administrativos e Legislativos do Tribunal de Justiça Acreano.

Em seu voto, Samoel Evangelista considerou que a proposta era pertinente. “As modificações na legislação devem ser aprovadas, tendo em vista que as mesmas se apresentam em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, bem como é compatível com a dotação orçamentária deste Poder”, argumentou.

Após ser aprovada pelo TJAC, a proposta foi encaminhada à Assembleia Legislativa do Estado do Acre (Aleac). Nesse sentido, o Governador do Acre, Tião Viana, sancionou a Lei Complementar nº 243 de 29 dezembro de 2011, com a alteração da Lei Complementar nº 105, de 17 de janeiro de 2002, a qual “Institui o Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Acre e dá outras providências.

2. Judiciário Acreano realiza pesquisa entre servidores para diagnosticar clima organizacional

De 24 de setembro a 19 de outubro, o Tribunal de Justiça do Acre, por meio da Diretoria de Recursos Humanos e do Centro de Capacitação dos Servidores do Poder Judiciário, com o apoio técnico do Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica, promove uma pesquisa de clima organizacional entre os seus servidores.

Os resultados servirão de balizamento para o desenvolvimento de ações estratégicas que objetivem a melhoria dos trabalhos desenvolvidos e do clima organizacional nas diversas unidades, de primeiro e segundo graus, que compõem o Judiciário Acreano.

A pesquisa de clima organizacional constitui um dos indicadores do Planejamento Estratégico do TJAC 2011-2014, e a sua realização está alinhada ao tema Gestão de Pessoas e ao objetivo estratégico “Estimular e comprometer os magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado do Acre no cumprimento das ações estratégicas”.

A partir do diagnóstico revelado pelas respostas, o TJAC pretende construir soluções capazes de potencializar a dinâmica e a qualidade dos ambientes de trabalho e dos serviços prestados à sociedade.

No ano de 2011, o Conselho Nacional de Justiça realizou a primeira pesquisa de clima organizacional do Judiciário Brasileiro. No entanto, em virtude da pesquisa ser realizada em âmbito nacional e ter tido um baixo número de participantes, os dados coletados não expressaram adequadamente a realidade local. Assim sendo, o TJAC optou por executar uma própria pesquisa, a fim de coletar dados mais reais sobre o seu contexto.

4.1.2. Meta 30 - Reduzir para 3% o índice de absenteísmo

Essa meta tem como objetivo avaliar o nível de comprometimento dos servidores, bem como eventuais problemas relativos à gestão de RH que possam estar ocorrendo.

Resultado:

Esta meta visa ao acompanhamento do número de faltas cometidas pelos servidores sem a devida justificativa. O resultado apresentado, pode não representar a realidade haja vista a falta de mecanismos eficazes de marcação de ponto ficando a meta em 90,36% de faltas. Meta não cumprida.

Ações desenvolvidas:

1. TJAC desenvolve projeto de ginástica laboral na Comarca de Rio Branco

Atento ao contexto funcional de seus magistrados e servidores e à importância de se investir na qualidade de vida do seu capital humano, o Tribunal de Justiça vem desenvolvendo há quase dois meses projeto de Ginástica Laboral nas unidades judiciárias da Comarca de Rio Branco.

O objetivo principal do projeto é atuar de maneira preventiva e promover a saúde do trabalhador no seu próprio ambiente laboral, considerando seus inúmeros benefícios ao proporcionar um melhor preparo para a rotina profissional, através de exercícios de alongamento e fortalecimento dos músculos.

Foto 118: Projeto Ginástica Laboral em Rio Branco



Fonte: Intranet TJAC

Semanalmente o fisioterapeuta Uriel Rodrigo Costa Borges, da equipe do Centro Médico do TJAC, visita as unidades da Capital para executar sessões de ginástica laboral. Conforme o planejamento do fisioterapeuta, para começar bem o dia, as atividades iniciam às 7h e seguem até às 9h, envolvendo magistrados e servidores de todas as unidades.

Foto 119: Projeto Ginástica Laboral em Rio Branco



Fonte: Intranet TJAC

Às segundas, a atividade acontece nos Juizados Especiais Cíveis; às terças, no Fórum Barão do Rio Branco; nas quintas, na Sede do TJAC; e, às sextas-feiras, no Juizado da Infância e Juventude e no Fórum Criminal. De acordo com o relatório de atividades do primeiro mês de execução do projeto, cerca de 150 pessoas, entre magistrados e servidores, estão participando da programação.

Apesar de a prática ser recente, o público das sessões aprovou a iniciativa e disse que o aumento da disposição e produtividade já é perceptível: “Essa é uma prática que já vem sendo adotada em grandes empresas e fico contente que tenha sido introduzida aqui também”, disse Fátima Soares, uma das participantes.

Ao final das sessões, o fisioterapeuta Uriel Borges expõe uma mensagem positiva para reflexão dos participantes, a fim de que os servidores harmonizem corpo e mente para iniciar bem o dia. Na avaliação do profissional, um dos principais fatores para o desconforto no ambiente de trabalho é a ansiedade.

“Nos últimos meses, doze pessoas foram atendidas no Centro Médico apresentando lesões, sendo a principal delas na cervical (cervicobranquialgia), que é uma tensão no pescoço e nos braços”, relatou o fisioterapeuta. Ele ainda explicou que “cerca de 90% desse tipo de lesão é causada, entre outros motivos, pela ansiedade”, o que demonstra a importância de se praticar exercícios físicos e aprender técnicas de respiração.

Assim, Uriel Borges considera que os “exercícios praticados durante as sessões de ginástica laboral, em sincronia com a respiração abdominal, aliviam as tensões e estimulam a pessoa a desenvolver com vitalidade a sua atividade”.

O projeto de Ginástica Laboral integra o Programa de Saúde Preventiva, desenvolvido pela Diretoria de Recursos Humanos, com apoio técnico do Centro de Médico do TJAC e o Escritório de Projetos do TJAC. Também fazem parte do programa os projetos Controle de Pressão Arterial e Diabetes, Prevenção ao Câncer de Colo Uterino, e Campanhas de Vacinação.

2. Atividades desenvolvidas pela Diretoria de Recursos Humanos

Tabela 35: Atividades desenvolvidas pela DRH para combater o absenteísmo

159 Consultas realizadas pelo psicólogo.	Drº raimundo alves de souza filho - psicólogo	Seção de saúde	Janeiro - outubro /2011
Elaboração de proposta de resolução e de manual estágio sobre o estágio probatório e implantação	Drh	Cecap	Fevereiro - junho de 2011

Fonte: DRH

4.1.3. Meta 31 - Alcançar 50% no índice de prevenção à saúde

Essa meta tem como objetivo avaliar e aumentar a prevenção aos problemas de saúde dos servidores e magistrados.

Resultado:

Com a implantação do projeto Saúde Preventiva o indicador da meta ficou com resultado de 63,08%. Meta não cumprida.

Ações desenvolvidas:

1. Centro Médico realiza exame de prevenção ao câncer de colo do uterino

A Diretoria de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça, por meio do Centro Médico (Cemed), a partir do dia 11 de junho, oferece o Preventivo de Câncer do Colo Uterino (PCCU).

Servidores e seus dependentes, incluindo estagiários do Poder Judiciário, poderão ter acesso a esse serviço de saúde prestado pelo Cemed.

Os atendimentos foram realizados com hora marcada e agendados pelo período da manhã.

No dia e horário da consulta, as interessadas tiveram que comparecer munidas dos documentos de Identidade, CPF e se tivessem, também, o cartão do Sistema Único de Saúde (SUS).

Para esclarecimento de dúvidas ou mais informações, os interessados tinham a opção de ligar ao Centro Médico para saneamento de dúvidas.

Foram atendidas 68 mulheres entre servidoras e dependentes. Na ocasião, também foram realizados os exames de mama.

A novidade é que, a partir de agora, as senhoras com cinquenta anos ou mais, poderão ter acesso ao exame de mamografia totalmente gratuito, por meio de uma parceria com o Centro de Controle Oncológico do Acre (Cecon).

2. Atividades desenvolvidas pelo Centro Médico

a - Atendimentos médicos no ano de 2012

Tabela 36: Quantidade de atendimentos médicos

MÊS	Nº DE ATENDIMENTO
JANEIRO	119
FEVEREIRO	195
MARÇO	133
ABRIL	130
MAIO	154
JUNHO	73
JULHO	188
Agosto	171
Setembro	168
Outubro	159
Novembro	173
Dezembro	Férias
TOTAL	1.663

Fonte: DRH/CEMED

b - atendimentos odontológicos no ano de 2012

Diariamente são oferecidas dez vagas para atendimento dentário, o critério para o atendimento é a de ordem de chegada. Dentre os serviços de odontologia oferecidos destacamos o serviço de prevenção, que são: Limpeza e aplicação de flúor. Estes serviços totalizaram 251 procedimentos.

Tabela 37: Quantidade de atendimentos odontológicos

MÊS	PROCEDIMENTOS	ATENDIMENTOS
JANEIRO	21	17
FEVEREIRO	109	86
MARÇO	103	95
ABRIL	109	75
MAIO	138	106
JUNHO	108	82
JULHO	44	42
AGOSTO	166	131
SETEMBRO	LICENÇA PRÊMIO	LICENÇA PRÊMIO
OUTUBRO	106	86
NOVEMBRO	LICENÇA PRÊMIO	LICENÇA PRÊMIO
DEZEMBRO	97	69
TOTAL	1.001	789

OBS: Diariamente são oferecidas dez vagas para atendimento dentário, o critério para o atendimento é a de ordem de chegada. Dentre os serviços de odontologia oferecidos destacamos o serviço de prevenção, que são: Limpeza e aplicação de flúor. Estes serviços totalizaram 251 procedimentos.

Fonte: DRH/CEMED

c - atendimentos de enfermagens no ano de 2012

Das vacinações realizadas 89% são servidores do Poder Judiciário, 5% são seus dependentes, 4% visitantes ou usuários (advogados e outros) e 2 % são das empresas terceirizadas pelo TJAC.

Quanto à prevenção do Câncer do Colo uterino e mama existe uma igualdade de procura 50% são servidoras e 50% são dependentes.

Tabela 38: Quantidade de atendimentos de enfermagens.

MÊS	MEDICAÇÃO IV – INTRA VENOSA. IM – INTRA MUSCULAR, ORAL e soroterapia	NEBULIZAÇÃO	CURATIVO	SINAIS VITAIS AFERIR PRESSÃO ARTERIAL/ TEMP. AXILAR E RESPIRAÇÃO	VISITA NO SETOR OU DOMICÍLIO	VACINAÇÃO	POCU PREVENÇÃO DO CÂNCER DE MAMA SOLITAÇÃO DE MAMOGRAFIA
JANEIRO	42	13	04	81	01	0	0
FEVEREIRO	58	07	02	74	01	0	0

MARÇO	61	09	01	84	0	0	0
ABRIL	59	08	02	49	0	0	0
MAIO	31	06	06	18	06	918+ 24 R.B.+S.M.	0
JUNHO	29	04	02	58	01	38	34
JULHO	73	16	02	49	02	21	83
AGOSTO	103	02	04	106	00	21	86
SETEMBRO	86	07	03	76	00	21	74
OUTUBRO	79	08	05	81	00	21	79
DEZEMBRO	34	02	01	07	00	00	04
TOTAL	655	82	32	683	11	1.064	360

Fonte: DRH/CEMED

d - atendimentos psicológicos

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOS	Set	Out	Nov	Dez	Total
HORÁRIOS DISPONÍVEIS	FÉRIAS	48	42	48	54	42	48	21	165	100	-	-	568
CONSULTAS MARCADAS	FÉRIAS	38	39	46	48	38	39	17	6	6	-	12	289
ATENDIMENTOS REALIZADOS	FÉRIAS	20	26	27	23	25	23	8	6	-	-	8	166

e - atendimentos fisioterápicos

Mês	Pessoas Atendidas	Atendimentos no Público Alvo		Número Total de Atendimentos
		Em Servidores	Em Dependentes	
Fevereiro	12	26	14	40
Março	16	36	05	41
Abril	33	39	02	41
Maio	47	45	13	58
Junho	32	26	06	32
Julho	37	34	15	49
Agosto	09*	08*	01*	09*
Setembro	16*	15*	06*	21*
Outubro	19	27	06	33
Novembro	13	20	05	25
Dezembro	19	17	02	38
TOTAL	253	293	71	387

4.2. Revitalizar os recursos internos para prestação de serviços do Poder Judiciário do Estado do Acre.

Retrabalho é custo assumido pelo mau uso de recursos. O objetivo visa revitalizar a utilização de recursos e criação de formas customizadas de prestação de serviço mais aprazível, célere e eficaz.

Resultado do cumprimento desse objetivo estratégico: 122,74%

As metas 32, 33 e 34, estabelecidas no planejamento estratégico, orientaram as ações das unidades para cumprimento desse objetivo estratégico. Seguem abaixo as ações desenvolvidas, bem como os resultados obtidos com as metas.

4.2.1. Meta 32: Aumentar para 80% o índice de capacitação nas competências estratégicas

Essa meta tem como objetivo avaliar a necessidade de capacitação averiguando o grau de prontidão dos servidores com relação às competências necessárias a estratégia do Tribunal.

Resultado:

Conforme o Plano de Capacitação do CECAP e da ESMAC que considerou capacitação de pelo menos 20 horas nas competências estratégicas aos servidores e magistrados, o resultado do indicador foi de 115,49%. **Meta cumprida.**

Ações desenvolvidas:

1. Capacitação dos servidores em competências estratégicas

Dos 1855 servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, 1714 participaram de cursos de capacitação, tanto no Acre como fora do Estado, equivalendo a um índice de 92,39% de servidores capacitados no ano 2012.

O Tribunal de Justiça, por meio da sua Diretoria de Recursos Humanos (DHR) e do seu Centro de Capacitação dos Servidores (Cecap), promoveu 132 cursos de capacitação para os servidores e colaboradores (juízes leigos, conciliadores, estagiários etc.) do Poder Judiciário no ano de 2012, beneficiando ao todo um público interno de 2.095 pessoas.

De acordo com os dados disponibilizados pelo Cecap, foram realizados 78 cursos de capacitação na Comarca de Rio Branco, que contaram com a participação 1.345 servidores. Já nas comarcas do interior do Estado, onde o Centro de Capacitação executa uma programação itinerante, foram realizados 54 cursos, com a participação de 750 servidores.

Além disso, o balanço da unidade contabiliza a participação de servidores do Judiciário acreano em cursos realizados nos estados do Pará, São Paulo, Rio Grande do Sul e no Distrito Federal.

Esses números são superiores ao do ano de 2011, quando foram oferecidas 34 ações de formação e capacitação, e contemplados 845 servidores e colaboradores. Atualmente o Poder Judiciário do Acre possui aproximadamente 1500 servidores.

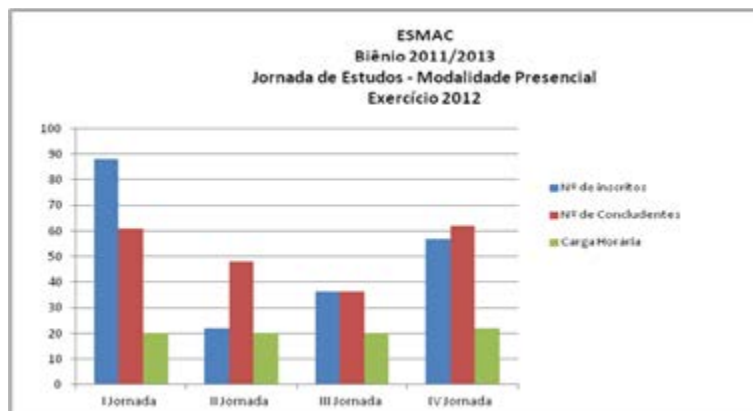
O investimento do Tribunal de Justiça na capacitação continuada de seu corpo técnico, tanto da área judicial como administrativa, segue as diretrizes do Planejamento Estratégico do TJAC 2010-2014, tendo por objetivo essencial a qualificação dos serviços jurisdicionais prestados à comunidade.

Desse modo, por meio do Centro de Capacitação, a Diretoria de Recursos Humanos faz o levantamento das necessidades de capacitação, elabora a programação e coordena os cursos oferecidos mensalmente para os servidores do Poder Judiciário e órgãos parceiros.

Ante a necessidade de otimização dos recursos disponíveis, grande parte dos cursos foi oferecida por meio de parcerias estratégicas com órgãos da Administração Pública e com o aproveitamento de facilitadores – magistrados e servidores – do próprio quadro de pessoal do Poder Judiciário.

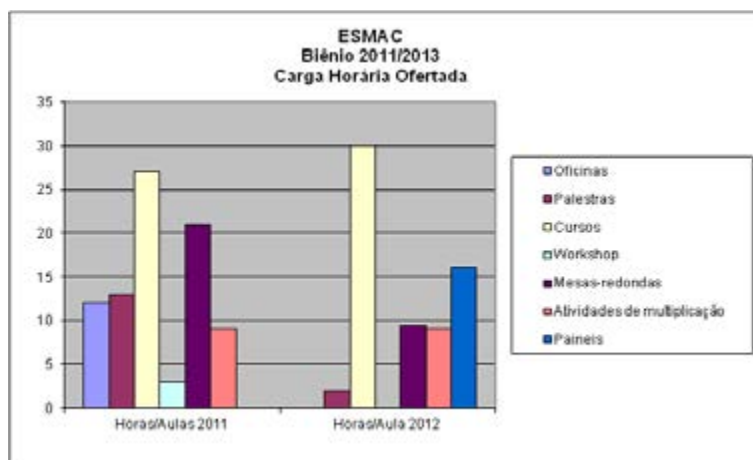
2. Capacitação dos magistrados em competências estratégicas

Gráfico 10: Gráfico da participação dos magistrados nas Jornadas de Estudos



Fonte: ESMAC

Gráfico 11: Gráfico da carga horária ofertada em 2012



Fonte: ESMAC

4.2.2. Meta 33 - Atender 90% dos itens do plano nacional de capacitação – CNJ

Essa meta tem como objetivo acompanhar se o plano nacional de capacitação está sendo implementado no TJAC.

Resultado:

O desafio desta meta é orientar o programa de capacitação do TJAC para que 90% dos servidores e magistrados capacitados nos cursos programados e executados estejam relacionados com a estratégia e alinhados ao Plano Nacional de Capacitação desenvolvido pelo CNJ. O plano de capacitação do TJAC criado pelo CECAP e pela ESCMAC vêm se mostrando eficaz, como se observa no resultado dessa meta que foi de 130%. **Meta cumprida.**

Ações desenvolvidas:

1. Capacitação dos servidores na comarca de Rio Branco

a - Cursos realizados em 2012 - Capital

Tabela 39: Capacitações oferecidas na comarca de Rio Branco

ORDEM	CURSOS	PERIODO	C.H.	ORGÃO/EX-ECUTOR	PARTICIPANTES
1.	CAPACITAÇÃO EAD PALESTRA E OFICINA – PLATAFORMA MOODLE	02 e 03.02.2012	14h	CECAP	14
2.	CAPACITAÇÃO PARA ESTAGIÁRIOS	02.03.2012	8h	CECAP	31
3.	4º CICLO DE CAPACITAÇÃO DE NOVOS SERVIDORES	13 a 21.03.2012	20h	CECAP	51
4.	AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS PRIMEIRA TURMA	10 e 11.04.2012	16h	CECAP	22
5.	CONTABILIDADE BÁSICA	09 a 13.04.2012	20h	CECAP	28
6.	AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS SEGUNDA TURMA	12 e 13.04.2012	16h	CECAP	24
7.	GP - WEB	16 e 17.04.2012	16h	CECAP	29
8.	TREINAMENTO PARA GARÇOM - PROMOVIDO PELO PROJETO COMEÇAR DE NOVO – PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS	16.04 a 11.05.2012	60h	CECAP	10
9.	CURSO DE NOTA FISCAL ELETRONICA-NF-e, e ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL	09/05/12	8h	SEBRAE-AC/CECAP	07
10.	CAPACITAÇÃO PARA ESTAGIÁRIOS	31.05.2012	4h	CECAP	12

11.	PROGRAMADOR WEB	12/03 a 05/06/12	240h	SENAC-AC/CECAP	02
12.	NOÇÕES DE DIREITO CIVIL	28 a 30.05 a 1º a 04 e 06.06.2012	20h	CECAP	33
13.	ATUALIZAÇÃO DE PERÍCIA	08.06.2012	8h	CECAP	19
14.	DTI	13/06/2012	4h	CECAP	10
15.	FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE OPERADORES DO SRP – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	18 e 19/06/12	16h	TREIDE/CECAP	03
16.	5º CICLO DE CAPACITAÇÃO DE NOVOS SERVIDORES	12 a 20.06.2012	15h	CECAP	21
17.	DTI	20/06/2012	4h	CECAP	10
18.	CURSO DE PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO	20 a 22/06/12	24h	TREIDE/CECAP	03
19.	CAPACITAÇÃO PARA ESTAGIÁRIOS	10.07.2012	3h	CECAP	08
20.	CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE MATERIAL, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO PÚBLICO	09 e 10/07/12	16h	TREIDE/CECAP	04
21.	ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO E TERMO DE REFERÊNCIA	11 e 12/07/2012	16h	FESPAC/CECAP	02
22.	CONTABILIDADE DE CUSTOS	09 a 13.07.2012	20h	CECAP	13
23.	CURSO DE JAVA SEVER FACES, PRIMA FACES E CDI	09 a 13.07.2012	20h	CECAP	06
24.	CURSO INTEGRADO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	11 a 13/07/12	24h	TREIDE/CECAP	06
25.	CURSO DE BANCO DE DADOS ORACLE	04 a 17/07/12	40h	SENAC-AC/CECAP	06
26.	LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	25 e 26/07/2012	16h	FESPAC/CECAP	04
27.	TREINAMENTO BÁSICO EM MEDIAÇÃO	23 a 27/07/2012	40h	CECAP	03
28.	AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	02 e 03/08/2012	16h	FESPAC/CECAP	03
29.	ESTUDO BÁSICO SOBRE OS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS CRIMINAIS E FAZENDA PÚBLICA	13 a 17.08.2012	10h	CECAP	09
30.	GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	27 e 28/08/2012	16h	FESPAC/CECAP	02
31.	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	11 e 12/09/2012	16h	FESPAC/CECAP	01
32.	6º CICLO DE CAPACITAÇÃO PARA NOVOS SERVIDORES	11 a 14.09.2012	4h	CECAP	16
33.	GESTÃO DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO NO SERVIÇO PÚBLICO	17 e 18/09/2012	16h	FESPAC/CECAP	03

34.	LIBRAS MODULOS I, II E III	17/09 a 03/12/2012	90h	PARCERIA MP/ CECAP	02
35.	RETENÇÕES NA FONTE/2012 (IR FONTE/PIS/ COFINS/CSLE)	19/09/12	8h	FECOMERCIO- AC/CECAP	03
36.	DIREITO ADMINISTRATIVO - MODULO I	21 a 24.09.2012	8h	CECAP	29
37.	SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	26 e 27/09/2012	16h	FESPAC/CE- CAP	03
38.	INTRODUZINDO A CULTURA COACHING NO SERVIÇO PÚBLICO	24 a 28/09/2012	20h	PGE/CECAP	04
39.	GESTÃO TRIBUTÁRIA DO ISS E RETENÇÕES NA FONTE	28 e 29/09/2012	16h	FESPAC/CE- CAP	01
40.	CAPACITAÇÃO PARA ESTAGIÁRIOS	1º/10/2012	4h	CECAP	68
41.	DIREITOS BÁSICOS DO CONSUMIDOR	09/10/2012	4h	CECAP	20
42.	DIREITO ADMINISTRATIVO MÓDULO II	15 a 17/10/2012	15h	CECAP	30
43.	LEI 12.403/2011	18 e 19/10/2012	8h	CECAP	35
44.	DESIGNER GRÁFICO	18/10 a 14/12/12	80h	CONTIL/CECAP	25
45.	REDAÇÃO OFICIAL E ATUALIZAÇÃO GRAMATICAL	22 a 31/10/2012	32h	CECAP	18
46.	COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS E SERVIÇOS	30 e 31/10/2012	16h	FESPAC/CE- CAP	04
47.	ARTIGO 5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	23/11/2012	4h	CECAP	13
48.	GESTÃO DE PESSOAS	19 a 23.11.2012	15h	CECAP	17
49.	GESTÃO EFICIENTE DE RECURSOS DE CONVÊNIOS E OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	06 e 07/11/2012	16h	FESPAC/CE- CAP	01
50.	NACIONALIDADE E DIREITOS POLITICOS	09/11/2012	4h	CECAP	40
51.	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ – EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 70/2012	12 e 13/11/2012	8h	CECAP	35
52.	PRÁTICAS CARTORARIAS CRIMINAIS	19 a 23.11.2012	20h	CECAP	40
53.	GESTÃO DE CONVÊNIOS POR MEIO DO SINCONV	27 e 28/11/2012	16h	FESPAC/CE- CAP	01
54.	WORD E EXCEL BÁSICO	1º a 30/11/2012	40h	CONTIL/CECAP	25
55.	DESENVOLVIMENTO DE EQUIPES	04 a 10.12.2012	15h	CECAP	15
56.	CAPACITAÇÃO PARA ESTAGIÁRIOS	06.12.2012	4h	CECAP	22
57.	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO - LEGISLAÇÃO INTERNA	10 e 11.12.2012	8h	CECAP	20
58.	ASPECTOS JURÍDICOS DA ABORDAGEM – AJA	11 e 12.2012	60h	CECAP	20
59.	ATENDIMENTO AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLENCIA – AMSV	11 e 12.2012	60h	CECAP	23
60.	BUSCA E APREENSÃO – BEA	11 e 12.2012	90h	CECAP	20
61.	EMERGÊNCIA PRÉ HOSPITALAR – EPH	11 e 12.2012	100h	CECAP	21
62.	FILOSOFIA DOS DIREITOS HUMANOS APLICADO À ATUAÇÃO DA SEGURANÇA – FDHAS	11 e 12.2012	60h	CECAP	24
63.	GERENCIAMENTO DE CRISE- GDC	11 e 12.2012	60h	CECAP	20

64.	INTERVENÇÃO EM EMERGÊNCIAS COM PRODUTOS PERIGOSOS – IEPP	11 e 12.2012	60h	CECAP	25
65.	MEDIAÇÃO DE CONFLITOS – MC	11 e 12.2012	60h	CECAP	24
66.	OCORRÊNCIAS ENVOLVENDO BOMBAS E EXPLOSIVOS – OBE	11 e 12.2012	90h	CECAP	20
67.	PRESERVAÇÃO DE LOCAL DE CRIME – PLCVA	11 e 12.2012	60h	CECAP	19
68.	RESOLUÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS – RCA	11 e 12.2012	90h	CECAP	20
69.	TÉCNICAS E TECNOLOGIAS NÃO LETAIS DE ATUAÇÃO POLICIAL – TNL	11 e 12.2012	60h	CECAP	22
70.	USO DIFERENCIADO DA FORÇA – UDF	11 e 12.2012	60h	CECAP	24
71.	CURSO DE DIREÇÃO EVASIVA – CDE	11 e 12.2012	60h	CECAP	25
72.	CURSO DE DIREÇÃO DEFENSIVA – CDD	11 e 12.2012	90h	CECAP	20
73.	ABORDAGEM A PESSOAS E VEÍCULOS E CONTROLE DE ACESSO A PRÉDIOS PÚBLICOS – CAPVCAPP	11 e 12.2012	60h	CECAP	21
74.	CURSO DE TIRO PARA MAGISTRADOS – CTMRBCO	11 e 12.2012	60h	CECAP	23
75.	CURSO DE TIRO – CT	11 e 12.2012	60h	CECAP	20
76.	LEI N°9.099/95	13 e 14.12.2012	8h	CECAP	15
77.	CAPACITAÇÃO JUDICIAL ESPECIFICA AS MODALIDADES PROCESSUAIS – DIREITO PROCESSUAL PENAL	17 e 18.12.2012	14h	CECAP	30
78.	EXCEL AVANÇADO	18 a 21, 26 e 27/12/12	20h	CONTIL/CECAP	23
TOTAL DE SERVIDORES CAPACITADOS					1.345

Fonte: CECAP

Foto 119: Foto da turma do curso de Mediação



Fonte: Intranet TJAC

Foto 120: Capacitação de servidores



Fonte: Intranet TJAC

b - Capacitação dos servidores nas comarcas do interior.

ACRELÂNDIA

Tabela 40: Capacitações oferecidas na comarca de Acrelândia

ORDEM	CURSOS	PERIODO	C.H.	ORGÃO/ EXECUTOR	PARTICIPANTES
1.	CURSO BÁSICO SOBRE OS JUIZADOS CÍVEIS, CRIMINAIS E FAZENDA PÚBLICA	13 a 17/08/2012	10h	CECAP	09
2.	FORMAÇÃO DE AGENTES VOLUNTÁRIOS DE PROTEÇÃO	20 a 24/08/2012	10h	CECAP	14
3.	REDAÇÃO OFICIAL E ATUALIZAÇÃO GRAMATICAL	02 a 04/09/2012	20h	CECAP	09
4.	RELAÇÕES HUMANAS	08/10/2012	4h	CECAP	08
5.	QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO E GINÁSTICA LABORAL	08/10/2012	4h	CECAP	10
	TOTAL DE SERVIDORES CAPACITADOS				50

Fonte: CECAP

ASSIS BRASIL

Tabela 41: Capacitações oferecidas na comarca de Assis Brasil

ORDEM	CURSOS	PERIODO	C.H.	ORGÃO/ EXECUTOR	PARTICIPANTES
1.	REDAÇÃO OFICIAL E ATUALIZAÇÃO GRAMATICAL	22 a 24/08/2012	20h	CECAP	13

2.	RELAÇÕES HUMANAS	11/09/2012	4h	CECAP	08
3.	QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO E GINÁSTICA LABORAL	11/09/2012	4h	CECAP	11
	TOTAL DE SERVIDORES CAPACITADOS				32

Fonte: CECAP

BUJARI

Tabela 42: Capacitações oferecidas na comarca de Bujari

ORDEM	CURSOS	PERIODO	C.H.	ORGÃO/EXECUTOR	PARTICIPANTES
1.	ATUALIZAÇÕES DE CUSTAS PROCESSUAIS	17/05/2012	08h	CECAP	09
2.	REDAÇÃO OFICIAL E ATUALIZAÇÃO GRAMATICAL	30.07 a 01.08/12	20h	CECAP	16
3.	RELAÇÕES HUMANAS	03/08/2012	4h	CECAP	12
4.	QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO E GINÁSTICA LABORAL	31/08/2012	4h	CECAP	19
	TOTAL DE SERVIDORES CAPACITADOS				56

Fonte: CECAP

BRASILÉIA

Tabela 43: Capacitações oferecidas na comarca de Brasiléia

ORDEM	CURSOS	PERIODO	C.H.	ORGÃO/EXECUTOR	PARTICIPANTES
1.	REDAÇÃO OFICIAL E ATUALIZAÇÃO GRAMATICAL	23 a 25/07/2012	20h	CECAP	25
2.	RELAÇÕES HUMANAS	12/08/2012	4h	CECAP	09
3.	QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO E GINÁSTICA LABORAL	12/09/2012	4h	CECAP	09
4.	CURSO DE EXCELÊNCIA NO ATENDIMENTO NAS PROMOTORIAS DO INTERIOR	22 a 24.11.2012	18h	PARCERIA MP/CECAP MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS: BRASILÉIA, EPITACIOLÂNDIA, XAPURI E ASSIS BRASIL	12
	TOTAL DE SERVIDORES CAPACITADOS				55

Fonte: CECAP

CAPIXABA

Tabela 44: Capacitações oferecidas na comarca de Capixaba

ORDEM	CURSOS	PERIODO	C.H.	ORGÃO/EXECUTOR	PARTICIPANTES
1.	REDAÇÃO OFICIAL E ATUALIZAÇÃO GRAMATICAL	10 a 12/09/2012	20h	CECAP	10

2.	RELAÇÕES HUMANAS	17/09/2012	4h	CECAP	10
3.	QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO E GINÁSTICA LABORAL	17/09/2012	4h	CECAP	13
	TOTAL DE SERVIDORES CAPACITADOS				33

Fonte: CECAP

CRUZEIRO DO SUL

Tabela 45: Capacitações oferecidas na comarca de Cruzeiro do Sul

ORDEM	CURSOS	PERIODO	C.H.	ORGÃO/EXECUTOR	PARTICIPANTES
1.	ATUALIZAÇÕES DE CUSTAS PROCESSUAIS	10 e 11/05/2012	15h	CECAP	06
2.	RELAÇÕES HUMANAS	24 e 29/08/2012	8h	CECAP	17
3.	QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO E GINÁSTICA LABORAL	28 e 29/08/2012	8h	CECAP	18
4.	REDAÇÃO OFICIAL E ATUALIZAÇÃO GRAMATICAL	25 a 27/09/2012	20h	CECAP	23
5.	CURSO DE EXCELÊNCIA NO ATENDIMENTO NAS PROMOTORIAS DO INTERIOR	17 a 19.12.2012	18h	PARCERIA MP/CECAP MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS: CZS E MANCIO LIMA	13
	TOTAL DE SERVIDORES CAPACITADOS				77

Fonte: CECAP

EPITACIOLÂNDIA

Tabela 46: Capacitações oferecidas na comarca de Epitaciolândia

ORDEM	CURSOS	PERIODO	C.H.	ORGÃO/EXECUTOR	PARTICIPANTES
1.	REDAÇÃO OFICIAL E ATUALIZAÇÃO GRAMATICAL	16 a 18/07/2012	20h	CECAP	11
2.	QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO E GINÁSTICA LABORAL	15/08/2012	4h	CECAP	10
3.	RELAÇÕES HUMANAS	16/08/2012	4h	CECAP	05
	TOTAL DE SERVIDORES CAPACITADOS				26

Fonte: CECAP

FEIJÓ

Tabela 47: Capacitações oferecidas na comarca de Feijó

ORDEM	CURSOS	PERIODO	C.H.	ORGÃO/EXECUTOR	PARTICIPANTES
1.	RELAÇÕES HUMANAS	22/08/2012	4h	CECAP	16
2.	QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO E GINÁSTICA LABORAL	23/08/2012	4h	CECAP	13

3.	REDAÇÃO OFICIAL E ATUALIZAÇÃO GRAMATICAL	27 a 29/08/2012	3.	CECAP	18
4.	CURSO DE EXCELÊNCIA NO ATENDIMENTO NAS PROMOTORIAS DO INTERIOR	29 e 30/11 e 01/12/2012	18h	PARCERIA MP/CECAP MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS: FEIJÓ E TARAUCÁ	18
	TOTAL DE SERVIDORES CAPACITADOS				65

Fonte: CECAP

MÂNCIO LIMA

Tabela 78: Capacitações oferecidas na comarca de Mâncio Lima

ORDEM	CURSOS	PERIODO	C.H.	ORGÃO/EXECUTOR	PARTICIPANTES
1.	REDAÇÃO OFICIAL E ATUALIZAÇÃO GRAMATICAL	11 a 13/06/2012	20h	CECAP	09
2.	RELAÇÕES HUMANAS	27/08/2012	4h	CECAP	07
3.	QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO E GINÁSTICA LABORAL	28/08/2012	4h	CECAP	10
	TOTAL DE SERVIDORES CAPACITADOS				26

Fonte: CECAP

MANOEL URBANO

Tabela 49: Capacitações oferecidas na comarca de Manoel Urbano

ORDEM	CURSOS	PERIODO	C.H.	ORGÃO/EXECUTOR	PARTICIPANTES
	QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO E GINÁSTICA LABORAL	03/09/2012	4h	CECAP	12
	RELAÇÕES HUMANAS	03/09/2012	4h	CECAP	11
	REDAÇÃO OFICIAL E ATUALIZAÇÃO GRAMATICAL	17 a 19/09/2012	20h	CECAP	12
	TOTAL DE SERVIDORES CAPACITADOS				35

Fonte: CECAP

PLÁCIDO DE CASTRO

Tabela 50: Capacitações oferecidas na comarca de Plácido de Castro

ORDEM	CURSOS	PERIODO	C.H.	ORGÃO/EXECUTOR	PARTICIPANTES
1.	REDAÇÃO OFICIAL E ATUALIZAÇÃO GRAMATICAL	02 a 04/07/2012	20h	CECAP	14
2.	QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO E GINÁSTICA LABORAL	14/08/2012	4h	CECAP	10
3.	RELAÇÕES HUMANAS	14/08/2012	4h	CECAP	05
	TOTAL DE SERVIDORES CAPACITADOS				29

Fonte: CECAP

SENADOR GUIOMARD

Tabela 51: Capacitações oferecidas na comarca de Senador Guimard

ORDEM	CURSOS	PERIODO	C.H.	ORGÃO/EXECUTOR	PARTICIPANTES
1.	ATUALIZAÇÃO CUSTAS PROCESSUAIS	18/05/2012	8h	CECAP	09
2.	REDAÇÃO OFICIAL E ATUALIZAÇÃO GRAMATICAL	09 a 11/07/2012	20h	CECAP	21
3.	QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO E GINÁSTICA LABORAL	13/08/2012	4h	CECAP	21
4.	RELAÇÕES HUMANAS	14/08/2012	4h	CECAP	15
	TOTAL DE SERVIDORES CAPACITADOS				66

Fonte: CECAP

SENA MADUREIRA

Tabela 52: Capacitações oferecidas na comarca de Sena Madureira

ORDEM	CURSOS	PERIODO	C.H.	ORGÃO/EXECUTOR	PARTICIPANTES
1.	REDAÇÃO OFICIAL E ATUALIZAÇÃO GRAMATICAL	13 a 15/08/2012	20h	CECAP	09
2.	QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO E GINÁSTICA LABORAL	20/08/2012	4h	CECAP	21
3.	RELAÇÕES HUMANAS	20/08/2012	4h	CECAP	21
4.	CURSO DE EXCELÊNCIA NO ATENDIMENTO NAS PROMOTORIAS DO INTERIOR	13 a 15.12.2012	18h	PARCERIA MP/CECAP MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS: SENA MADUREIRA E MANUEL URBANO	15
	TOTAL DE SERVIDORES CAPACITADOS				66

Fonte: CECAP

TARAUACÁ

Tabela 53: Capacitações oferecidas na comarca de Tarauacá

ORDEM	CURSOS	PERIODO	C.H.	ORGÃO/EXECUTOR	PARTICIPANTES
1.	REDAÇÃO OFICIAL E ATUALIZAÇÃO GRAMATICAL	04 a 06/06/2012	20h	CECAP	34
2.	QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO E GINÁSTICA LABORAL	21/08/2012	4h	CECAP	16
3.	RELAÇÕES HUMANAS	23/08/2012	4h	CECAP	11
	TOTAL DE SERVIDORES CAPACITADOS				61

Fonte: CECAP

XAPURI

Tabela 54: Capacitações oferecidas na comarca de Xapuri

ORDEM	CURSOS	PERIODO	C.H.	ORGÃO/EXECUTOR	PARTICIPANTES
1.	REDAÇÃO OFICIAL E ATUALIZAÇÃO GRAMATICAL	03 a 05/09/2012	20h	CECAP	29
2.	QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO E GINÁSTICA LABORAL	10/09/2012	4h	CECAP	22
3.	RELAÇÕES HUMANAS	10/09/2012	4h	CECAP	22
	TOTAL DE SERVIDORES CAPACITADOS				73

Fonte: CECAP

TOTAL GERAL DE SERVIDORES CAPACITADOS NO INTERIOR	750
---	-----

c - Capacitação dos servidores fora do Estado.

Tabela 55: Capacitações oferecidas fora do Estado

ORDEM	CURSOS	PERIODO	C.H.	LOCAL	PARTICIPANTES
1.	CURSO AVANÇADO DE PERÍCIA	24 a 26/05/2012	24h	BELÉM/PA	02
2.	PRÁTICA E ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULOS DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA, PENSÃO, ABONO DE PERMANÊNCIA E DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA NA VISÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS	26 a 28.09.2012	16h	BRASÍLIA/DF	02
3.	CURSO DE SLA EM TI	25 e 26.10.2012	16h	SÃO PAULO/SP	01
4.	TREINAMENTO DE ATUALIZAÇÃO E FERRAMENTAS DO SISTEMA DE CONTABILIDADE PÚBLICA	10 a 12.12.2012	24h	PORTO ALEGRE/RS	02
5.	CURSO PRATICO ENTENDENDO A GFIP/ SEFIP NA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA	10 a 12/12	24h	BRASÍLIA/DF	02
	TOTAL GERAL DE SERVIDORES CAPACITADOS FORA DO ESTADO				09

Fonte: CECAP

d - Resultados obtidos no ano de 2011 com as capacitações dos servidores.

COMARCA DA CAPITAL	=	1.345
COMARCAS DO INTERIOR	=	750
FORA DO ESTADO	=	09
Total Geral:		2.102

2. Atividades desenvolvidas pela Escola da Magistratura do Acre – ESMAC.

Visando atender ao Plano Nacional de Capacitação, que estabelece as competências estratégicas e disseminação dos valores éticos e morais, a ESMAC implementou ações estratégicas de capacitação, especialmente as demandas resultantes de consulta prévia aos magistrados voltadas às questões práticas de gestão da atividade jurisdicional, em observância às diretrizes estabelecidas ao Órgão de Ensino, no Manual de Gestão Estratégica, para o biênio 2010/2014.

Podem-se realçar as diretrizes, anseio e colaboração emprestadas pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM) e Escola Nacional de Magistrados (ENM). Também, a formalização de parcerias para a consolidação das metas programadas, sobrelevando-se o convênio com a Escola Paulista de Magistratura – EPM que, sem ônus para a Esmac, possibilitou o acesso aos sistemas, ferramentas e conteúdos de educação à distância com a oferta de cursos de formação e aperfeiçoamento na modalidade de vídeoconferência, resultando no cumprimento das diretrizes do Plano Nacional de Capacitação, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que ressalta a importância do ensino à distância como instrumento das escolas de magistratura para a democratização do conhecimento jurídico e otimização dos recursos públicos.

Ademais, atendendo ao chamamento da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB e visando contribuir para o cumprimento da meta 04/2011, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que trata da implantação de programas de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário, este Órgão de Ensino, no primeiro semestre de 2012, em parceria com a Associação dos Magistrados do Acre - ASMAC e a Secretaria de Educação do Município de Rio Branco, desenvolveu o projeto Cidadania e Justiça na Escola, visando maior aproximação entre o Poder Judiciário e a sociedade pela participação do cotidiano escolar.

O momento histórico do registro de 25 anos da ESMAC remete à certeza de que nada seria possível sem o apoio incondicional da administração do Tribunal de Justiça, representada pelos eminentes Desembargadores Adair Longuini – Presidente, Samoel Evangelista – Vice Presidente, e Arquilau de Castro Melo – Corregedor – Geral de Justiça, disponibilizando à Presidência da Corte os mecanismos indispensáveis à operacionalização das ações estratégicas implementadas ao longo do biênio 2011/2013.

Quadro descritivo das atividades de rotina por período Janeiro a dezembro/2012

Tabela 56: Quadro descritivo das atividades de rotina por período Janeiro a dezembro/2012

PERÍODO	ATIVIDADE ACADÊMICA/EVENTO	PARTICIPANTES(Nº)
Janeiro 03 a 31	- Finalização do Relatório de Gestão 2011. - Finalização do Relatório Descritivo e Estatístico de Gestão 2011. - Produção do Relatório Fotográfico. - Revisão do Relatório de Gestão 2011. - Impressão do Relatório de Gestão 2011. - Elaboração Agenda de Atividades 2012.	Equipe ESMAC: 03
Fevereiro 1º a 28	- Elaboração da Agenda de Atividades da Escola para o ano de 2012. - Curso de Capacitação em EaD. - 1ª Reunião do Conselho Consultivo – Biênio 2011/2013 (06). Pauta: 1. Fórum Estadual do Judiciário para a Saúde; 2. Ensino a Distância (EaD); 3. Proposta de alteração da Resolução 126/CNJ – Exposição de motivos anexos; e 4. Projeto Juiz na Escola. - Curso Direito do Consumidor X – “Tutela Processual no CDC” – via web – Escola Paulista da Magistratura - EPM (06/02 a 07/05/2012). - Grupo de Estudos “História da Idéias Políticas. - Curso Básico de Formação de Tutores em EaD - Pesquisa no CCMAG – sistema de cadastro, registro e controle da vida acadêmica dos magistrados e nos arquivos da secretaria, para elaboração das Planilhas demonstrativas de frequência e aproveitamento nos cursos realizados pela ESMAC, dos magistrados, para promoção ao cargo de Juiz de Direito Titular da Vara Criminal da Comarca de Brasília.	Equipe ESMAC: 03 Juizes de Direito: 05 Servidores: 08 Membros do Conselho: 06 Juizes de Direito: 08 Juizes de Direito: 10 Servidores: 07 Equipe ESMAC: 03
Março 1º a 31	- Elaboração dos convites e folders para a abertura das atividades da Escola. - Impressão dos convites aula inaugural. - Distribuição dos convites para a abertura das atividades da Escola. - Matéria para o site. - Confirmação de presença (magistrados/autoridades) - Elaboração do roteiro cerimônia. - Solenidade de Abertura das Atividades das atividades da Escola. - I Jornada de Estudos da ESMAC (29/02, 1º a 02/03) - Grupo de Estudos “História das Idéias Políticas” - Curso Direito do Consumidor X – “Tutela Processual no CDC” – via web – Escola Paulista da Magistratura - EPM (06/02 a 07/05/2012). - Curso “Consumidor XI – Tutela Administrativa e Penal no CDC” – via web – Escola Paulista da Magistratura - EPM (14 a 28/05/2012). - Divulgação de edital - Prazo de inscrição - Inscrição Magistrados - Envio de Cartilha instrutiva aos magistrados inscritos. - Pesquisa no CCMAG – sistema de cadastro, registro e controle da vida acadêmica dos magistrados e nos arquivos da secretaria, para elaboração das Planilhas demonstrativas de frequência e aproveitamento nos cursos realizados pela ESMAC, dos magistrados, para a 10ª vaga do cargo de Desembargador.	Juizes de Direito: 38 Juizes de Direito: Juizes de Direito: 08 Equipe ESMAC: 03 Estagiário: 01 Equipe ESMAC: 03 Estagiário: 01

Abril 1º a 30	- Encontro de Diretores e Coordenadores Pedagógicos das Escolas Estaduais e Federais da Magistratura. - Curso Direito do Consumidor X – “Tutela Processual no CDC” – via web – Escola Paulista da Magistratura - EPM (06/02 a 07/05/2012). - Curso “A Mediação e a Conciliação – Um novo Paradigma para a Justiça” – via web – Escola Paulista da Magistratura - EPM (02/05 a 27/06/2012). Divulgação de edital Prazo de inscrição Inscrição Magistrados Envio de Cartilha instrutiva aos magistrados inscritos. - Pesquisa no CCMAG – sistema de cadastro, registro e controle da vida acadêmica dos magistrados e nos arquivos da secretaria, para elaboração das Planilhas demonstrativas de frequência e aproveitamento nos cursos realizados pela ESMAC, dos magistrados, para promoção ao cargo de Juiz de Direito Titular da Vara Cível da Comarca de Sena Madureira - VI Jornada de Trabalho sobre a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) – Brasília/DF. - Participação da ESMAC no XXVII Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais – COPEDEM – Brasília/DF (19 a 21). Pauta: 1 – Formação e Aperfeiçoamento da Magistratura Brasileira (Desembargador Marco Villas Boas, Vice-Presidente do Copedem, Presidente do TRE-TO); 2 - Reforma do Código Penal Brasileiro (Ministro Gilson Longaro Dipp, Presidente da Comissão de Reforma do Código Penal Brasileiro e Vice-Diretor Geral da ENFAM).	Desa. Eva Evangelista e Profa. Juraci Juízes de Direito: 08 Equipe ESMAC: 04 Estagiário: 01 Equipe ESMAC: 04 Estagiário: 01 Juíza de Direito Olívia Maria Alves Ribeiro Desa. Eva Evangelista
Maio 02 a 31	- Curso Direito do Consumidor X – “Tutela Processual no CDC” – via web – Escola Paulista da Magistratura - EPM (06/02 a 07/05/2012). - Curso “Consumidor XI – Tutela Administrativa e Penal no CDC” – via web – Escola Paulista da Magistratura - EPM (14 a 28/05/2012). - Curso “A Mediação e a Conciliação – Um novo Paradigma para a Justiça” – via web – Escola Paulista da Magistratura - EPM (02/05 a 27/06/2012). - 2ª Reunião do Conselho Consultivo – Biênio 2011/2013 (04). Pauta: II Jornada de Estudos (mesa redonda). - II Jornada de Estudos da ESMAC (16 a 19/05/2012). - Pesquisa no CCMAG – sistema de cadastro, registro e controle da vida acadêmica dos magistrados e nos arquivos da secretaria, para elaboração das Planilhas demonstrativas de frequência e aproveitamento nos cursos realizados pela ESMAC, dos magistrados, para designação de novos membros para as Turmas Recursais. - Grupo de Estudos “História das Idéias Políticas” - Programa de Capacitação em Poder Judiciário – Rio de Janeiro/RJ. - I Seminário sobre Direito de Integração do MERCOSUL: Os Desafios Jurídicos e Político-Institucionais da Construção da Integração Regional – Poconé/MT.	Juízes de Direito: 08 Juízes de Direito: 07 Juízes de Direito: 09 Membros do Conselho: 05 Juízes de Direito: 37 Equipe ESMAC: 04 Estagiário: 02 Juízes de Direito: 05 Juiz de Direito Giordane de Souza Dourado Desa. Eva Evangelista

Junho 1º a 30	- Curso “A Mediação e a Conciliação – Um novo Paradigma para a Justiça” – via web – Escola Paulista da Magistratura - EPM (02/05 a 27/06/2012). - Curso “O Poder Judiciário e a Copa do Mundo de 2014” – via web – Escola Paulista da Magistratura - EPM (30/07/2012 a 18/03/2013). Divulgação de edital Prazo de inscrição Inscrição Magistrados Envio de Cartilha instrutiva aos magistrados inscritos.	Juízes de Direito: 09 Equipe ESMAC: 04 Estagiário: 02
Julho 1º a 29	- Curso “O Poder Judiciário e a Copa do Mundo de 2014” – via web – Escola Paulista da Magistratura - EPM (30/07/2012 a 18/03/2013). - 3ª Reunião do Conselho Consultivo – Biênio 2011/2013 (12). Pauta: III Jornada de Estudos. - Grupo de Estudos “Decisões Judiciais e Racionalidade Argumentativa”. - Participação da ESMAC no XXVIII Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais – COPEDEM – Rio de Janeiro/RJ (19 a 22). Pauta: A necessidade de aperfeiçoamento contínuo dos magistrados. A importância da formação continuada, a aderência dos magistrados aos programas de ensino das instituições, a oferta de cursos voltados para o conhecimento humanístico e a Gestão por Competência.	Juízes de Direito: 10 Membros do Conselho: 05 Estagiário: 02 Juízes de Direito: 02 Desa. Eva Evangelista
Agosto 1º a 31	- Curso “O Poder Judiciário e a Copa do Mundo de 2014” – via web – Escola Paulista da Magistratura - EPM (30/07/2012 a 18/03/2013). - 4ª Reunião do Conselho Consultivo – Biênio 2011/2013 (03). Pauta: 1 - 1º Curso de Formação de Formadores/Enfam, no período de 20 a 24 de agosto de 2012 – Deliberação; 2 - V Jornada de Estudos da Escola Superior da Magistratura – ESMAC – período 13 a 15.12.2012; 3 – Intercâmbios: Roma e Estados Unidos. - Curso de Iniciação Científica para Formação de Pesquisadores – Escola Superior da Magistratura Tocantinense – ESMAT (27/08 a 27/11). - II Jornada de Estudos da ESMAC (16 a 18/08/2012). - 5ª Reunião do Conselho Consultivo – Biênio 2011/2013 (27). Pauta: 1 - Proposta de Convênio TJ/AC. Corte Superior de Madre de Deus – Peru; 2 - Criação de Tutorial de acesso à página da ESMAC; 3 - Nova certidão ESMAC conforme Resolução nº 106/CNJ; 4 - Avaliação de aproveitamento nas atividades de multiplicação dos cursos ofertados pela Enfam ou Conselho Nacional de Justiça – CNJ; 5 - Sugestão para a IV Jornada de Estudos 2012 – Proposta da Direção – Crimes virtuais; 6 – Programa das Jornadas para 2013.	Juízes de Direito: 10 Membros do Conselho: 06 Juízes de Direito: 02 Juízes de Direito: 34 Membros do Conselho: 03

Setembro 1º a 30	- Curso “O Poder Judiciário e a Copa do Mundo de 2014” – via web – Escola Paulista da Magistratura - EPM (30/07/2012 a 18/03/2013). - Curso de Iniciação Científica para Formação de Pesquisadores – Escola Superior da Magistratura Tocantinense – ESMAT (27/08 a 27/11). - IV Encontro Nacional das Escolas de Servidores e Gestores de Pessoas do Poder Judiciário – Rio de Janeiro/RJ. - Participação da ESMAC no XXIX Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais – COPEDEM – Palmas/TO (13 a 15). Pauta: Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu como prática inovadora para o aperfeiçoamento da magistratura brasileira. - Visita à Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEF – Belo Horizonte/MG. - Programa de Intercâmbio de Atualização em Direito em Roma/Itália - Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape) e a Universidade de Roma Tor Vergata (29 de setembro a 07 de outubro de 2012).	Juízes de Direito: 10 Juízes de Direito: 02 Silvia Cláudia de Oliveira Barrozo Juíza de Direito Maria Penha Sousa Nascimento Juízes de Direito: 10 Desa. Eva Evangelista Juíza de Direito Mirla Regina da Silva Cutrim
Outubro 03 a 31	- Curso “O Poder Judiciário e a Copa do Mundo de 2014” – via web – Escola Paulista da Magistratura - EPM (30/07/2012 a 18/03/2013). - Curso de Iniciação Científica para Formação de Pesquisadores – Escola Superior da Magistratura Tocantinense – ESMAT (27/08 a 27/11). - Programa de Intercâmbio de Atualização em Direito em Roma/Itália - Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape) e a Universidade de Roma Tor Vergata (29 de setembro a 07 de outubro de 2012). - Curso “Judicialização da Saúde e Saúde Complementar” – via web – Escola Paulista da Magistratura - EPM (05/11 a 12/12/2012). Divulgação de edital Prazo de inscrição Inscrição Magistrados Envio de Cartilha instrutiva aos magistrados inscritos. - Encontro Regional do Norte no Programa “Valorização. Juiz valorizado, justiça completa!” – Manaus/AM - Grupo de Estudos “Questões Contemporâneas sobre Educação, Filosofia e Política”. - Curso “Desenvolvimento Sustentável” – via web – Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ (29/10 a 26/11/2012). Divulgação Prazo de inscrição Inscrição Magistrados - IV Jornada de Estudos da ESMAC (25 a 27).	Juízes de Direito: 10 Juízes de Direito: 02 Juíza de Direito Mirla Regina da Silva Cutrim Equipe ESMAC: 03 Estagiário: 02 Desa. Eva Evangelista Juízes de Direito: 03 Equipe ESMAC: 03 Estagiário: 02 Juízes de Direito: 38

Novembro 1º a 30	- Curso “O Poder Judiciário e a Copa do Mundo de 2014” – via web – Escola Paulista da Magistratura - EPM (30/07/2012 a 18/03/2013). - Curso de Iniciação Científica para Formação de Pesquisadores – Escola Superior da Magistratura Tocantinense – ESMAT (27/08 a 27/11). - Curso “Desenvolvimento Sustentável” – via web – Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ (29/10 a 26/11/2012). - Curso de Mestrado Acadêmico em Ciências Jurídicas e Direito Constitucional - Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape) e a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Portugal) – (novembro de 2012 a julho de 2013) - Reunião de Trabalho – Brasília/DF Pauta: O atual momento das Escolas de Magistratura e o papel da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam. - Grupo de Estudos “Pós Modernidade, Educação e Diálogo” - Participação da ESMAC no XXX Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais – COPEDEM – Belém/PA (20 e 21). Pauta: 1 - Excelencia do Ensino nas Escolas Judiciais; 2 - Resolução 159 do CNJ; 3 - Resolução 159 do CNJ; e 4 - a necessidade de formação e aperfeiçoamento dos magistrados.	Juizes de Direito: 10 Juizes de Direito: 02 Juizes de Direito: 10 Juizes de Direito: 06 Juizes de Direito: 03 Desa. Eva Evangelista Juizes de Direito: Desa. Eva Evangelista
Dezembro 1º a 19.12	- Curso “O Poder Judiciário e a Copa do Mundo de 2014” – via web – Escola Paulista da Magistratura - EPM (30/07/2012 a 18/03/2013). - Curso de Mestrado Acadêmico em ciências Jurídicas e Direito Constitucional - Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape) e a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Portugal) – (novembro de 2012 a julho de 2013). - Curso “Judicialização da Saúde e Saúde Complementar” – via web – Escola Paulista da Magistratura - EPM (05/11 a 12/12/2012).	Juizes de Direito: 10 Juizes de Direito: 03 Juizes de Direito: 10

Fonte: ESMAC

5

Infraestrutura e Tecnologia

**Resultado do cumprimento
desse tema estratégico**

81,94%

5.1. Fomentar o desenvolvimento e a difusão de conhecimentos, habilidades e atitudes dos Magistrados e Servidores.

Estimular a organização do conhecimento no TJAC. Criar motivação para resolução de problemas e criação de conceitos a partir dos magistrados e servidores.

Resultado do cumprimento desse objetivo estratégico: 66,67%

A meta 35, estabelecida no planejamento estratégico, orientaram as ações das unidades para cumprimento desse objetivo estratégico. Seguem abaixo as ações desenvolvidas, bem como os resultados obtidos com a meta.

5.1.1 Meta 35 - Realizar 9 reuniões de Gestão do Conhecimento para magistrados e servidores.

Essa meta tem como objetivo incentivar a adoção de práticas relativas à Gestão do Conhecimento do TJAC.

Resultado:

Foram realizadas 6 reuniões, das 9 programadas. Salienta-se que as 6 reuniões foram realizadas pela magistratura alcançando um resultado da meta de 66,67%. **Meta não cumprida.**

Ações desenvolvidas:

1. ESMAC: Grupo de Estudos debate o tema “O debate sobre o poder e o espaço democrático” no encontro desta semana

O Tribunal de Justiça e a Escola Superior da Magistratura do Acre (ESMAC) promoveram no dia 20 de abril mais uma atividade do projeto “Grupo de Estudos Voluntário em Filosofia Política e do Direito”.

Trata-se do quinto encontro do Grupo de Estudos, cuja abertura contará com a participação da Desembargadora Eva Evangelista, Diretora da Escola.

Com o tema “O debate sobre o poder e o espaço democrático”, o evento aconteceu na própria sede da ESMAC, e teve como público-alvo magistrados, juízes leigos e conciliadores.

O projeto

A iniciativa do Órgão de Ensino tem como propósito possibilitar o aprofundamento dos conhecimentos na área da teoria filosófica, em seu eixo político e jurídico, como forma de subsidiar a análise dos casos concretos trazidos para apreciação do Poder Judiciário do Acre.

Com uma carga horária de 45 horas-aula, o projeto fomenta o estudo e a pesquisa sobre a evolução do pensamento filosófico, político e jurídico, desde os primeiros pensadores gregos até a

pós-modernidade, visando à convergência do debate dialético com a resolução de casos concretos vivenciados no cotidiano da magistratura.

O projeto é dirigido pela Desembargadora Eva Evangelista, auxiliada por três coordenadores: os Juízes Regina Longuini, Anastácio Menezes e Giordane Dourado. As reuniões do projeto se desenvolvem sempre na sede da Escola, sem ônus de diárias e passagens aéreas para magistrados, já que a atividade acontece na modalidade de trabalho e frequência voluntárias, não havendo qualquer obrigatoriedade de participação.

2. Esmac: Grupo de Estudos debate “Crise de eficácia e pós-modernidade jurídica”

Crise de eficácia e pós-modernidade jurídica”. Foi esse o tema debatido pelo “Grupo de Estudos Voluntário em Filosofia Política e do Direito”, no dia 25 de maio.

A atividade é promovida pelo Tribunal de Justiça e pela Escola Superior da Magistratura do Acre (Esmac). Ela aconteceu na sede da Esmac, tendo como público-alvo magistrados, juízes leigos e conciliadores.

O projeto

A iniciativa do Órgão de Ensino tem como propósito possibilitar o aprofundamento dos conhecimentos na área da teoria filosófica, em seu eixo político e jurídico, como forma de subsidiar a análise dos casos concretos trazidos para apreciação do Poder Judiciário do Acre.

Com uma carga horária de 45 horas-aula, o projeto fomenta o estudo e a pesquisa sobre a evolução do pensamento filosófico, político e jurídico, desde os primeiros pensadores gregos até a pós-modernidade, visando à convergência do debate dialético com a resolução de casos concretos vivenciados no cotidiano da magistratura.

O projeto é dirigido pela Desembargadora Eva Evangelista, auxiliada por três coordenadores: os Juízes Regina Longuini, Anastácio Menezes e Giordane Dourado. As reuniões do projeto se desenvolvem sempre na sede da Escola, sem ônus de diárias e passagens aéreas para magistrados, já que a atividade acontece na modalidade de trabalho e frequência voluntárias, não havendo qualquer obrigatoriedade de participação.

3. Escola Superior da Magistratura: Grupo de Estudos debate o tema “Decisões Judiciais e Racionalidade Argumentativa”

Decisões Judiciais e Racionalidade Argumentativa”, os limites da atuação da justiça constitucional e de como não se pode confundir a necessária intervenção judicial com discricionariedade e desicionismos é o tema do debate deste quinto encontro do Grupo de Estudos Voluntário em Filosofia Política e do Direito no ano de 2012.

A atividade, promovida pelo Tribunal de Justiça e pela Escola Superior da Magistratura do Acre, será realizada nesta sexta-feira (6) na sede da escola, tendo como público-alvo magistrados, servidores e interessados.

A iniciativa do Órgão de Ensino tem como objetivo possibilitar o aprofundamento dos conhecimentos na área da teoria filosófica, em seu eixo político e jurídico, como forma de subsidiar a análise dos casos concretos trazidos para apreciação do Poder Judiciário do Acre.

O projeto é dirigido pela desembargadora Eva Evangelista, auxiliada por três coordenadores: os juízes Regina Longuini, Anastácio Menezes e Giordane Dourado. As reuniões do projeto se desenvolvem sempre na sede da Escola.

4. Escola Superior da Magistratura: Grupo de Estudos debate o tema “Direito e Pós-Modernidade na Realidade Brasileira”

A realidade brasileira e o ordenamento jurídico brasileiro é o tema do debate deste sexto encontro do Grupo de Estudos em Filosofia Política e do Direito. A discussão foi em torno da afirmação de uma história de ambivalências entre autoritarismos e fluxos democráticos.

A atividade promovida pelo Tribunal de Justiça e pela Escola Superior da Magistratura do Acre foi realizada do dia 3 de agosto, na sede da Esmac, tendo como público-alvo magistrados, servidores e interessados.

5. Grupo de Estudos debate tema “Questões contemporâneas sobre educação, filosofia e política”

“Questões contemporâneas sobre educação, filosofia e política” é o tema do debate do sexto encontro do Grupo de Estudos Voluntário em Filosofia Política e do Direito.

A discussão foi feita a partir da exibição do filme “A onda”, que trata da conscientização sobre o poder doutrinário dos movimentos ideológicos.

A atividade promovida pelo Tribunal de Justiça e pela Escola Superior da Magistratura do Acre (Esmac) foi realizada no dia 10 de outubro na sede da escola, tendo como público-alvo magistrados e servidores interessados.

A iniciativa tem como objetivo possibilitar o aprofundamento dos conhecimentos na área da teoria filosófica, em seu eixo político e jurídico, como forma de subsidiar a análise dos casos concretos trazidos para apreciação do Poder Judiciário do Acre.

O projeto é dirigido pela desembargadora Eva Evangelista, auxiliada por três coordenadores: os juízes Regina Longuini, Anastácio Menezes e Giordane Dourado.

6. “Grupo de Estudos debate o tema “Pós-modernidade, educação e diálogo”

“Pós-modernidade, educação e diálogo” foi o tema do debate do último encontro do Grupo de Estudos Voluntário em Filosofia Política e do Direito.

A discussão ocorreu a partir da exibição do filme “Em um mundo melhor”, que trata sobre o preconceito, a intolerância e a falta de diálogo como motivadores das mais imprevisíveis tragédias.

O filme compõe um painel interligado e globalizado que mostra os diversos caminhos da violência no mundo atual, mostrando a necessidade de disseminar a cultura da mediação, inclusive no seio escolar e familiar desde a mais tenra idade.

Nesse caso, a tarefa da educação para democracia no espaço de compreensão dialogal, num estado democrático de direito, deve ser sustentado também pelo Poder Judiciário.

A atividade promovida pelo Tribunal de Justiça e pela Escola Superior da Magistratura do Acre foi realizada no 14 outubro na sede da escola, tendo como público-alvo magistrados, professores/ coordenadores de cada escola do Projeto Cidadania e Justiça na Escola, psicólogos e assistentes sociais das varas da Infância e Juventude e varas de Família.

A iniciativa do Órgão de Ensino tem como objetivo possibilitar o aprofundamento dos conhecimentos na área da teoria filosófica, em seu eixo político e jurídico, como forma de subsidiar a análise dos casos concretos trazidos para apreciação do Poder Judiciário do Acre.

O projeto é dirigido pela desembargadora Eva Evangelista, auxiliada por três coordenadores: os juízes Regina Longuini, Anastácio Menezes e Giordane Dourado.

5.2. Garantir às unidades do Judiciário, infraestrutura física, melhores condições de trabalho, segurança, integração funcional e tecnologia apropriada.

Resultado do cumprimento desse objetivo estratégico: 97,22%

As metas 36 a 43, estabelecidas no planejamento estratégico, orientaram as ações das unidades para cumprimento desse objetivo estratégico. Seguem abaixo as ações desenvolvidas, bem como os resultados obtidos com as metas.

5.2.1 Meta 36 - Aumentar para 70% o índice de virtualização de processos

A meta tem como objetivo fomentar o aumento do número de processos virtualizados.

Resultado:

Mediante a experiência adquirida com o processo de virtualização da capital no ano de 2011, a administração do TJAC decidiu incluir ao projeto as comarcas do interior e tendo como resultado um total de 99,93% dos processos das comarcas do interior virtualizados e 94,12% dos processos da capital, totalizando um indicador com 97,02% de processos virtualizados. Dessa forma, a meta foi mais do que cumprida perfazendo um resultado de 138,60% de cumprimento. **Meta cumprida.**

Ações desenvolvidas:

1. Projeto de virtualização das unidades judiciais de 1º grau - CAPITAL

Tabela 57: Projeto de virtualização das unidades jurisdicionais de 1º grau – CAPITAL

Ordem	Unidade	Quant. feitos	Período de digitalização	Prorrogação	Visita PRESI	Custas WEB	Treino DTI	Visita COGER	Gravação Audiência	Integração TJ/MP/PGE	Observação
1	Vara de Violência Doméstica e Familiar	-	2009	-	-	SIM	-			MP	Concluída
2	Vara de Drogas e Acidentes de Trânsito	-	2010	-	-	SIM	-			MP	Concluída
3	2ª Vara do Tribunal do Júri e Auditoria Militar	-	2010	-	-	SIM	-			MP	Concluída
4	Vara de Execuções Penais	-	2010	-	-	SIM	-			MP	Concluída
5	Juizado Especial da Fazenda Pública	-	2011	-	-	SIM	-			PGE- MP	Concluída
6	Vara de Penas e Medidas Alternativas	-	2011	-	-	SIM	-			MP	Concluída
5	Vara de Execução Fiscal	-	2011	-	-	SIM	-			MP	Concluída
7	Vara de Registros Públicos	764	19 a 29.7.2011	Não houve	SIM	SIM	SIM	SIM		MP	Concluída
8	1º Juizado Especial Cível – FAO – Trânsito	4.333	1 a 20.8.2011	20.8.2011	SIM	SIM	SIM	SIM		MP	Concluída
9	2º Juizado Especial Cível	4.026	22.8 a 16.9.2011	6 a 16.9.2011	SIM	SIM	SIM	SIM		MP	Concluída
10	3º Juizado Especial Cível – Justiça itinerante	4.694	19.9 a 21.10.2011	10 a 21.10.2011	SIM	SIM	SIM	SIM		MP	Concluída
11	1º Juizado Especial Criminal	1.242	10 a 21.10.2011	Não houve	SIM	SIM	SIM	SIM		MP	Concluída
12	2º Juizado Especial Criminal	1.614	24.10 a 9.11.2011	5 a 9.11.2011	SIM	SIM	SIM	SIM		MP	Concluída
13	2ª Vara da Infância e Juventude	2.225	13 a 27.10.2011	22 a 27.10.2011	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	MP	Concluída
14	1ª Vara da Infância e Juventude	2.300	3.11 a 2.12.2011	28.11 a 2.12.2011	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	MP	Concluída
15	4ª Vara Criminal	2.017	10.11 a 2.12.2011	25.11 a 2.12.2011	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	MP	Concluída
16	1ª Vara Criminal	2.027	24.11 a 9.12.2011	12.12.2011 a 6.1.2012	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	MP	Concluída
17	2ª Vara Criminal	1.845	5 a 19.12.2011	20.12.2011 a 6.1.2012	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	MP	Concluída

18	3ª Vara Criminal	2.296	26.12.2011 a 13.1.2012	16 a 27.1.2012 30.1 a 3.2.2012	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	MP	Concluída
19	1ª Vara do Tribunal do Júri	723	11 a 27.1.2012	30.1 a 3.2.2012 4 a 10.2.2012 13 a 17.2.2012 18 a 29.2.2012	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	MP	Concluída
20	1ª Vara de Fazenda Pública	2.900	16.1 a 3.2.2012	4 a 17.2.2012 18.2 a 16.3.2012 19.3 a 20.4.2012	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	MP	Concluída
21	2ª Vara de Família	853	30.1 a 10.2.2012	13 a 17.2.2012	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	MP	Concluída
22	3ª Vara de Família	973	23.2 a 9.3.2012	12 a 16.3.2012	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	MP	Concluída
23	1ª Vara de Família	1.889	19.3 a 13.4.2012	-	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	MP	Concluída
24	1ª Vara Cível	4.274	9.4 a 4.5.2012	7.5 a 8.6.2012 11.6. A 6.7.2012 9.7 A 3.8.2012 6.8 a 7.9.2012	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM		Concluída
25	5ª Vara Cível	0			SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	MP	Instalada
25	2ª Vara de Fazenda Pública	2.968	21.5 a 22.6.2012	25.6 a 27.7.2012 30.7 a 24.8.2012		SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	MP	Concluída
26	2ª Vara Cível	4.441	31.7 a 31.8.2012	3.9 a 5.10.2012 8.10 A 9.11.2012 12.11. a 7.12.2012 10.12.2012 a 15.1.2013 16.1 a 14.3.2013								Digitalizando
27	3ª Vara Cível	4.591	12.9 a 19.10.2012	22.10 a 23.11.2012 26.11 a 19.12.2012 20.12.2012 a 18.1.2013 21.1 a 15.2.2013								Digitalizando
28	Vara de Órfãos e Sucessões	986	28.11 A 28.12.2012	2.1 a 28.1.2013 2 a 30.1.2013								Digitalizando
29	4ª Vara Cível	3.867	29.1 a 15.3.2013									Digitalizando

Fonte: NEGEST

2. Projeto de virtualização das unidades judiciais de 1º grau - INTERIOR

PROJETO DE VIRTUALIZAÇÃO DAS UNIDADES JURISDICIONAIS DE 1º GRAU – INTERIOR

Tabela 58: Projeto de virtualização das unidades jurisdicionais de 1º grau – INTERIOR

Ordem	Unidade	Quant. feitos	Período de digitalização	Prorrogação	Visita PRESI	Custas WEB	Treino DTI	Visita COGER	Gravação Audiência	Integração TJ/MP/PGE	Observação
1	Bujari – Vara Única	984	12 a 30.3.2012	2 a 13.4.2012	SIM	SIM	SIM	SIM		SIM	Concluída
2	Senador Guimard – Vara Criminal	905	19 a 30.3.2012	2 a 4.4.2012	SIM	SIM	SIM	SIM		SIM	Concluída
3	Senador Guimard – Vara Cível	1.536	2.4 a 4.5.2012	7 a 18.5.2012	SIM	SIM	SIM	SIM		SIM	Concluída
4	Cruzeiro do Sul – 1ª Vara Criminal	1.386	2.4 a 11.5.2012	14 a 25.5.2012	SIM	SIM	SIM	SIM		SIM	Concluída
5	Cruzeiro do Sul – 1ª Vara Cível	1.503	2.4 a 11.5.2012	14 a 25.5.2012	SIM	SIM	SIM	SIM		SIM	Concluída
6	Sena Madureira – Vara Cível	2.468	23.4 a 1.6.2012	4 a 29.6.2012	SIM		SIM	SIM		SIM	Concluída
7	Xapuri – Vara Única	1.569	16.5 a 29.6.2012	-	SIM	SIM	SIM	SIM		SIM	Concluída
8	Cruzeiro do Sul – 2ª Vara Cível	1.864	28.5 a 29.6.2012	2 a 20.7.2012	SIM		SIM	SIM		SIM	Concluída
9	Cruzeiro do Sul – 2ª Vara Criminal	1.860	28.5 a 29.6.2012	2 a 20.7.2012	SIM		SIM	SIM		SIM	Concluída
9A	Cruzeiro do Sul - CEPAL	557	1 a 29.6.2012		SIM		SIM	SIM		SIM	Concluída
10	Sena Madureira – Vara Criminal	1.189	4.6 a 29.6.2012	2 a 13.7.2012	SIM		SIM			SIM	Concluída
11	Capixaba – Vara Única	853	2.7 a 3.8.2012	7 a 24.8.2012		SIM	SIM			SIM	Concluída
12	Manoel Urbano – Vara Única	883	18.7 a 17.8.2012	20 a 31.8.2012						SIM	Concluída
13	Cruzeiro do Sul – Juizado Especial Cível	1.369	23.7 a 24.8.2012	27.8 a 3.9.2012	SIM		SIM	SIM		SIM	Concluída
13-A	Cruzeiro do Sul – Juizado Criminal (1ªCrim)	404	23.7 a 24.8.2012		SIM		SIM	SIM		SIM	Concluída
14	Brasileia – Vara Cível	1605	8.8 a 14.9.2012	17.9 a 15.10.2012			SIM				Concluída
15	Acrelândia – Vara Única	1.406	9.8 a 14.9.2012	17 a 28.9.2012			SIM				Concluída
16	Mâncio Lima – Vara Única	2.097	10.9 a 11.10.2012				SIM				Concluída

17	Tarauacá – Vara Cível	2.971	13.9 a 11.10.2012	15 a 26.10.2012 29.10 a 16.11.2012 19 a 30.11.2012				SIM				Concluída
18	Tarauacá – Vara Criminal	1.236	25.9 A 26.10.2012	29.10 a 16.11.2012 19 a 30.11.2012				SIM				Concluída
19	Plácido de Castro – Vara Cível	806	3.10 a 5.11.2012	5 a 23.11.2012 26.11 a 7.12.2012 10 a 14.12.2012				SIM				Concluída
20	Brasileia – Vara Criminal	655	15.10 a 16.11.2012	19 a 3.12.2012				SIM				Concluída
21	Feijó – Vara Cível	2.971	5.12.2012 a 4.1.2013	7 a 30.1.2013								Concluída
22	Epitaciolândia – Vara Única	1.427	3.12.2012 a 4.1.2013	7 a 28.1.2013								Digitalizando
23	Plácido de Castro – Vara Criminal	599	12.12.2012 a 11.1.2013	14 a 28.1.2013								Concluída
24	Feijó – Vara Criminal	1.176	20.12.2012 a 18.1.2013									Concluída

Fonte: NEGEST

5.2.2 Meta 37 - Atender 70% dos padrões mínimos de TI.

Essa meta tem como objetivo verificar o grau de maturidade da Tecnologia da Informação do TJAC com relação as diretrizes do CNJ.

Resultado

A meta foi cumprida com 141,43% dos padrões de TI atendidos. **Meta cumprida.**

Ações desenvolvidas:

1. Atividades desenvolvidas pela Diretoria de Tecnologia da Informação:

Atualização das tabelas de taxas e emolumentos do ano de 2012 nas Serventias Oficializadas do Estado (Manuel Urbano, Feijó, Assis Brasil, Jordão, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Santa Rosa e Porto Acre).

Disponibilização no portal e-SAJ o serviço Integração Depósito Judicial do BB.

Realizado treinamento no módulo Virtual PG5 para as Varas Virtualizadas da Capital e Interior. Incluem-se todas as Unidades Virtualizadas, desde agosto de 2011.

Treinamento no Sistema Moodle oferecido pelo CNJ, em 02/02/2012 a 03/02/2012. Equipe da área de Sistemas da DTI.

Realizado treinamento no SAJ/PG5 aos novos estagiários. Treinamento é feito a todos os estagiários que ingressam no TJAC no ano de 2012.

Desenvolvido Sistema Leiloeiro destinado ao ambiente da Intranet do TJAC. Sistema atende a todas as unidades judiciais da capital.

Desenvolvido módulo de publicação de portarias no ambiente da Intranet do TJAC.

Realizado treinamento a todos os Defensores no Sistema de Peticionamento Eletrônico do portal e-SAJ.

Realizado treinamento para equipe de TI do MP/AC no Sistema de Peticionamento eletrônico do portal e-SAJ.

Implantado e realizado treinamento no módulo de Custas do SAJ/PG5 nas Comarcas Virtualizadas, que é integrado ao Sistema e-SAJ.

Desenvolvido e disponibilizado Sistema Web de Cálculo de Atualização Monetária no sitio do TJAC.

Atualizada todas as tabelas da Resolução nº 46 do CNJ no SAJ/PG e SAJ/SG, publicadas em 31/12/2011.

Disponibilizado o histórico de indisponibilidade do peticionamento no sitio do TJAC.

Desenvolvido Sistema Web de Chamados para a nova Central de Atendimento - UNICA.

Desenvolvido Sistema Web de produtividade de Juiz leigo e Conciliador.

Remodelado sitio Intranet e Internet com a nova identidade visual do TJAC.

Instalação e treinamento do módulo de Gravação de Audiência no Sistema SAJ/PG5 nas Varas Criminais e Juizado da Infância da Comarca de Rio Branco.

Disponibilizado módulo no SAJ/PG5 que contempla a Resolução 137 do CNJ – BNMP.
Adequação dos Dados do SIPREV aos sistemas do TJAC.
Criado Turma de Unificação Recursal no SG5.
Realizado Integração no SAJ/PG5 e MP/AC.
Realizado Integração no SAJ/PG5 e PGE/AC.
Realizado Integração no Peticionamento e-SAJ e CNA.
Visita técnica ao TJRR e TJRO para estudo de viabilidade do Sistema de Folha de Pagamento e RH.
Realizado treinamento no Malote Digital as serventias extrajudiciais.
Participação no treinamento de Web Design e Excel Avançado oferecido pelo CECAP. Todas as áreas da DTI.

Instalação do 2º Monitor nas Varas Unidades já virtualizadas da Capital e Interior.
Instalados TABLETS de assinatura nas Varas Virtualizada da Capital e Interior.
Duplicação das velocidades dos Links de Comunicação das Comarcas da Capital e Interior.
Reestruturação do ambiente do DataCenter do TJAC para uma nova Sala Segura.
Dar início ao processo de Virtualização do 2º Grau. Estamos trabalhando com a Equipe da SOFTPLAN, para apresentar um cronograma do início das atividades.

Concluído o Processo de aquisição do site BACKUP. Site BACKUP são computadores servidores que estarão disponíveis na Sala Cofre da OCA, para que os Sistemas do TJAC estejam sempre protegidos. No caso de falha do Sistema principal, automaticamente, os site BACKUP, assume o funcionamento. Aguarda-se a entrega do equipamento por parte do fornecedor.

Término do processo de Virtualização de todas as unidades de 1º Grau. Faltam aproximadamente 4.000 (quatro mil) processos a serem digitalizados. A última unidade a “entrar” no processo foi a 4ª Vara Cível.

Treinamento e acompanhamento de todas as unidades virtualizadas durante o ano de 2012.

2. Sala segura na DTI

Proveniente do processo de evolução tecnológica do TJAC, liderado pelo projeto de virtualização dos processos judiciais da capital e interior, surgiu a necessidade de se ter nas estruturas do Poder Judiciário um ambiente seguro para guarda dos bancos de dados dos sistemas de informação utilizados na instituição. Tal necessidade levou a administração a construir dentro da DTI uma Sala Segura tendo em suas principais características os seguintes itens: ambiente blindado, testado e certificado pela ABNT que protege o Data Center contra fogo, calor, umidade, gases corrosivos, incêndio, inundação, arrombamento, explosão e magnetismo.

5.2.2 Meta 38 - Aumentar para 80% as unidades consideradas seguras (segurança armada e/ou eletrônica).

Essa meta tem como objetivo acompanhar o nível de segurança das instalações do Poder Judiciário.

Resultado:

A pequena redução no índice foi ocasionada pelo deslocamento de algumas unidades na Capital. Sendo assim, não houve redução na segurança mas a diminuição de prédios que antes contavam com segurança armada. Exemplo disso foi o caso do prédio que abrigava os Juizados Criminais, já que, o referido prédio foi devolvido e os Juizados passaram a funcionar no Fórum da Avenida Ceará que já contava com segurança armada e eletrônica. Resultado final da meta foi de 102,67% das unidades consideradas seguras. Meta cumprida.

Ações desenvolvidas:

1. TJAC convoca novos servidores para os cargos de agente de segurança.

O Tribunal de Justiça do Acre empossou no dia 11 de setembro mais 13 candidatos aprovados no concurso público para servidor do Poder Judiciário.

O ato de posse foi conduzido pelo desembargador-presidente Adair Longuini e prestigiado pelo juiz Edinaldo Muniz, pelo diretor de Recursos Humanos, Hiata-Anderson e por servidores do TJAC.

Foto 121: Posse de novos servidores



Fonte: Intranet TJAC

“Parabéns a todos e sejam bem-vindos a este Poder. Espero que vocês possam aproveitar ao máximo esta oportunidade de seguir carreira no Judiciário. Continuem estudando, se capacitando e se qualificando, para que alcancem maior ascensão profissional. Aqui vocês poderão crescer, desde que haja esforço e determinação”, destacou Adair Longuini na abertura.

Nesta sexta convocação, foram empossados servidores nos cargos de auxiliar judiciário, agente de segurança e oficial de Justiça.

Eles irão atuar nas comarcas de Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Sena Madureira e Assis Brasil.

Hiata-Anderson lembrou que “mais de 400 servidores já foram convocados e empossados na atual gestão”, o que, segundo ele, “qualifica muito o corpo funcional do Judiciário Estadual”.

Foto 122: Posse de novos servidores



Fonte: Intranet TJAC

O juiz Edinaldo Muniz considerou que “os novos servidores chegaram em um bom momento vivido pelo Tribunal” e que “devem se integrar à instituição para contribuir com seu crescimento”.

Durante toda esta semana, os empossados participarão de cursos de capacitação, dentre os quais “Relações Interpessoais e Ética Profissional”, “História do Judiciário Acreano e Estrutura e Funcionamento do Poder Judiciário – Legislação Interna”.

2. Tribunal de Justiça investe na capacitação de seus agentes de segurança

Foto 123: Assinatura do termo de cooperação entre o TJAC e Secretaria de Segurança Pública



Fonte: Intranet TJAC

Tribunal de Justiça e Secretaria de Segurança assinam termo de cooperação para capacitação de magistrados e servidores. Pelo que foi acordado entre as partes, competirá ao TJAC custear o

pagamento das horas aulas aos instrutores dos cursos, cujo foco é o treinamento e aperfeiçoamento no âmbito do Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP).

Ao Tribunal caberá também fornecer os materiais e equipamentos que serão utilizados nos cursos. Por outro lado, competirá à SESP disponibilizar toda a infra-estrutura acadêmica, física, administrativa e de recursos humanos do Centro de Ensino e Pesquisa em Segurança Pública Francisco Mangabeira (Cieps).

A Secretaria deverá planejar e executar todos os cursos na área de segurança solicitados pela Assessoria Militar do Tribunal. A SESP deverá providenciar, ainda, o certificado de conclusão dos cursos que forem realizados por magistrados e servidores.

3. TJAC reforça segurança eletrônica em Fóruns de todo Judiciário

O Tribunal de Justiça do Acre, através de sua Assessoria Militar, continua investindo no reforço da segurança eletrônica nos Fóruns de todo o Estado com a instalação de câmeras de videomonitoramento remoto.

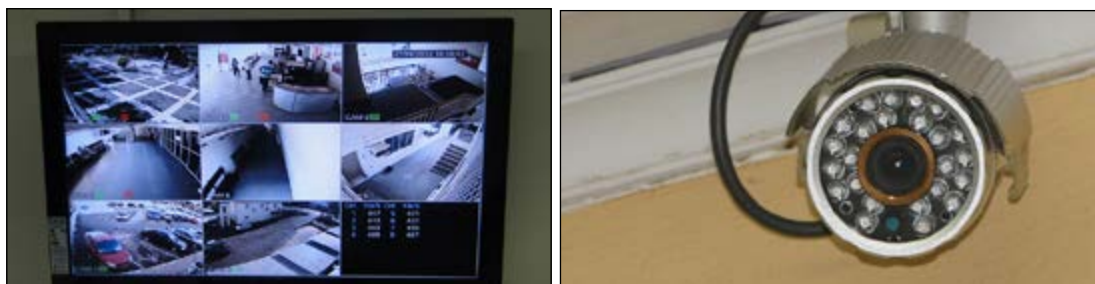
Foto 124: Vigilância eletrônica



Fonte: Intranet TJAC

O processo de instalação dos equipamentos já havia sido iniciado pelo Fórum Barão do Rio Branco, durante as obras de revitalização do prédio, em 2011. Neste mês de junho, as câmeras foram instaladas no Fórum Criminal e na Vara de Violência Doméstica de Rio Branco, além do Fórum da Comarca de Brasília.

Foto 125: Vigilância eletrônica



Fonte: Intranet TJAC

Segundo as informações da Assessoria Militar, a próxima Comarca a receber o sistema de videomonitoramento será a de Cruzeiro do Sul, por ocasião da entrega das obras da Cidade da Justiça do município, prevista para o segundo semestre de 2012. Também o novo Fórum Criminal da Cidade da Justiça de Rio Branco já deve ser inaugurado no próximo ano com um amplo sistema de videomonitoramento implantado.

O olho eletrônico

As câmeras estão estrategicamente localizadas. Algumas, de tão pequenas, quase não são percebidas – mas estão lá, nos estacionamentos, saguões, corredores, halls, auxiliando o trabalho dos responsáveis pela segurança nas dependências das unidades judiciárias.

De acordo com o 1º tenente Michel Casagrande, assessor-chefe militar, além de permitir um acompanhamento detalhado de tudo que se passa nas unidades, a partir de uma Central de Monitoramento, a instalação das câmeras também vai ajudar a coibir as ações de desordeiros e criminosos e proporcionar uma maior efetividade de resposta das equipes de segurança contra eventuais ocorrências.

“O criminoso gosta de facilidade. Se ele sabe que sua identidade será revelada com rapidez, em regra, ele buscará alternativas menos arriscadas”, destaca Casagrande.

As imagens armazenadas também poderão servir como prova para eventuais investigações e ações penais. De acordo com o assessor-chefe militar, “todas as imagens ficarão armazenadas em local seguro à disposição do Tribunal para servir de subsídio para futuras investigações”.

5.2.3 Meta 39 - Obter 65% de avaliações positivas sobre instalações físicas

Essa meta tem como objetivo priorizar investimentos em obras e/ou reformas que possibilitem a melhoria das condições de trabalho.

Resultado:

Este indicador revela o quanto os investimentos em estrutura física realizados durante o ano promoveram sensação de bem estar aos servidores. A meta estabelecida para 2012 foi de 65% de satisfação e o resultado revelou um valor de 80,67%, consequentemente tendo um alcance da meta de 124,11%. **Meta cumprida.**

Ações desenvolvidas:

1. Judiciário Acreano realiza pesquisa entre servidores para diagnosticar clima organizacional

De 24 de setembro a 19 de outubro, o Tribunal de Justiça do Acre, por meio da Diretoria de Recursos Humanos e do Centro de Capacitação dos Servidores do Poder Judiciário, com o apoio técnico do Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica, promoveu uma pesquisa de clima organizacional entre os seus servidores.

Os resultados servirão de balizamento para o desenvolvimento de ações estratégicas que objetivem a melhoria dos trabalhos desenvolvidos e do clima organizacional nas diversas unidades, de primeiro e segundo graus, que compõem o Judiciário Acreano.

A pesquisa de clima organizacional constitui um dos indicadores do Planejamento Estratégico do TJAC 2011-2014, e a sua realização está alinhada ao tema Gestão de Pessoas e ao objetivo estratégico “Estimular e comprometer os magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado do Acre no cumprimento das ações estratégicas”.

A partir do diagnóstico revelado pelas respostas, o TJAC pretende construir soluções capazes de potencializar a dinâmica e a qualidade dos ambientes de trabalho e dos serviços prestados à sociedade.

No ano de 2011, o Conselho Nacional de Justiça realizou a primeira pesquisa de clima organizacional do Judiciário Brasileiro. No entanto, em virtude da pesquisa ser realizada em âmbito nacional e ter tido um baixo número de participantes, os dados coletados não expressaram adequadamente a realidade local. Assim sendo, o TJAC optou por executar uma própria pesquisa, a fim de coletar dados mais reais sobre o seu contexto.

2. TJAC lança pedra fundamental da Cidade da Justiça de Rio Branco

O Tribunal de Justiça do Acre realizou no dia 8 de março, às 10 horas, o lançamento da pedra fundamental da Cidade da Justiça de Rio Branco. O evento aconteceu no próprio local onde será erguido o complexo arquitetônico planejado para centralizar todos os serviços da Justiça em um mesmo espaço físico na Capital.

Imagem 12: Convite do lançamento da pedra fundamental da Cidade da Justiça de Rio Branco



Fonte: Intranet TJAC

Definido com um dos principais projetos da atual gestão do TJAC, a Cidade da Justiça será erguida em uma área de terra de 6 hectares, avaliada em mais de R\$ 5 milhões, doada pela empresa Ipê Empreendimentos Imobiliários ao Governo do Estado e afetada ao Poder Judiciário.

Em ato realizado no dia 11 de novembro de 2011, no Palácio da Justiça, com a presença do Governador Tião Viana e dos representantes da empresa, foi oficializada a doação da área de terra onde o TJAC executará o projeto.

Imagem 13: Mapa da área da Cidade da Justiça de Rio Branco



Fonte: Intranet TJAC

O projeto da Cidade da Justiça

A futura Cidade da Justiça irá promover economia de recursos, maior segurança patrimonial, integração funcional e tecnológica, e acesso facilitado da população e da comunidade forense aos serviços da Justiça.

A ser erguida em área localizada nas mediações do Hospital das Clínicas (antiga Fundhacre), a Cidade da Justiça contempla, ao todo, seis blocos para abrigar unidades judiciais e administrativas, mais um centro de convivência e uma área de preservação ambiental.

Em vista da dimensão e complexidade da obra, a sua execução acontecerá a longo prazo, com início neste mês de março.

Na primeira etapa da obra, com duração estimada de 10 meses, se está construindo o primeiro bloco, que se destinará ao Fórum Criminal. Esse primeiro bloco, de cinco andares, já está em fase bastante adiantada. A edificação abrigará as 11 unidades criminais da Comarca de Rio Branco.

Os recursos financeiros

A partir de um acordo firmado pelo TJAC com o Governo do Estado, foi repassado, por meio do BNDES, um montante de R\$ 8 milhões para construção do primeiro prédio.

Há também entendimentos com o Governo do Estado no sentido de se buscar um empréstimo, na ordem de R\$ 30 milhões, para continuidade das obras, empréstimo este que ficaria às expensas do Judiciário.

Os recursos são provenientes de empréstimos do Governo Estadual junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES).

3. TJAC acompanha as obras da Cidade da Justiça de Rio Branco

Os membros do Tribunal de Justiça do Acre, liderados pelo desembargador-presidente Adair Longuini, visitaram nas últimas semanas as obras de construção da Cidade da Justiça de Rio Branco,

o complexo arquitetônico que irá centralizar todos os serviços da Justiça em um mesmo espaço físico na Capital.

Nessa primeira etapa de execução da obra, com previsão de duração de 300 dias, está sendo erguido o primeiro bloco do complexo – o Fórum Criminal. De projeto inovador, orçado em R\$ 9.871.229,60, o bloco possuirá 5.070m² de área construída. Composto de cinco pavimentos, ele abrigará as 11 unidades criminais da Comarca de Rio Branco e alojará cerca de 150 funcionários públicos, entre servidores e magistrados.

“Vamos acompanhar passo a passo e in loco a realização desse projeto, que representará um novo momento na história da Justiça acreana, com inúmeros benefícios para a administração judiciária e principalmente para a sociedade local. Este é um projeto de todos nós”. Com essas palavras o presidente Adair Longuini tem convidado e estimulado magistrados e servidores a conhecerem de perto a edificação da Cidade da Justiça.

O projeto Cidade da Justiça

Concebido como um dos principais e estratégicos projetos da atual gestão do TJAC, a Cidade da Justiça promoverá mudanças significativas na rotina dos cidadãos que buscam os serviços jurisdicionais em Rio Branco.

Foto 126: Acompanhamento da obra da Cidade da Justiça de Rio Branco



Fonte: Intranet TJAC

Qualidade e eficiência ao serviço público são dois importantes princípios do projeto, que segue a tendência dos modernos centros urbanos em concentrar espacialmente atividades e serviços públicos para melhor ocupação e organização da cidade.

Assim, com a reunião de todos os serviços judiciários em um mesmo local, amplo e estruturado, com facilidade de acesso e transporte, a população e a comunidade forense serão recebidas com maior conforto e terão um atendimento mais otimizado.

Do ponto de vista da administração judiciária, o TJAC estima que a Cidade da Justiça garantirá maior segurança patrimonial e reduzirá em grande parte os custos fixos do Judiciário, considerando a eliminação dos gastos atuais com aluguéis de prédios, bem como as despesas com os serviços de telefonia e telecomunicações, que hoje interligam unidades espacialmente distantes uma das outras.

A gestão compartilhada de serviços como transporte de pessoas e documentos, e as tecnologias embutidas nos novos prédios também irão conferir importante redução de gastos à administração judiciária.

A Cidade da Justiça está sendo erguida em uma área de terra de 6 hectares, doada pela empresa Ipê Empreendimentos Imobiliários ao Governo do Estado e afetada ao Poder Judiciário.

Ela contemplará, ao todo, seis blocos, que abrigarão unidades judiciais e administrativas, mais um centro de convivência e uma área de preservação ambiental. O projeto de paisagismo do complexo valoriza ao máximo as áreas livres e verdes, aonde serão conservadas espécies típicas da região amazônica. Além disso, o projeto agregará um sistema de aproveitamento das águas da chuva para uso nos próprios prédios.

A execução total da obra demandará continuidade de esforços de várias administrações. A novo complexo judiciário está localizado na Avenida Paulo de Lemos Moura Leite, Bairro Portal da Amazônia III, nas proximidades do Hospital das Clínicas (antiga Fundhacre) de Rio Branco. No futuro, haverá uma conexão rápida entre a Cidade da Justiça e a sede do TJAC, garantindo ainda maior integração ao Judiciário estadual.

4. Cidade da Justiça de Rio Branco: TJAC acompanha avanços na execução da obra

Conduzidos pelo desembargador-presidente Adair Longuini, membros da Magistratura Acreana acompanharam no dia 28 de junho as obras de construção da Cidade da Justiça de Rio Branco.

Trata-se de um complexo arquitetônico que irá centralizar todos os serviços da Justiça em um mesmo espaço físico na Capital.

Os desembargadores Pedro Ranzi e Roberto Barros integraram a comitiva, que foi prestigiada por diversos juízes das comarcas de Rio Branco e do interior do Estado.

Em Rio Branco, os magistrados haviam participado do Fórum Estadual dos Juizados Especiais, realizado durante todo o dia na Escola Superior da Magistratura do Acre (Esmac). Como forma de aproveitar a estada dos magistrados na Capital, Adair Longuini fez o convite para que visitassem a obra após o encerramento do evento – o que aconteceu no final da tarde da última quinta-feira.

“Convidamos os magistrados participantes do Fórum Estadual dos Juizados Especiais para conhecerem o local e a fase em que se encontra a construção do primeiro bloco da Cidade da Justiça de Rio Branco, e ainda para que se sintam integrados a este novo momento do Judiciário Acriano, de expansão da infra-estrutura”, afirmou o desembargador-presidente ao chegar ao local com a comitiva.

Foto 127: Acompanhamento da obra da Cidade da Justiça de Rio Branco



Fonte: Intranet TJAC

Ele explicou aos magistrados os benefícios que a Cidade da Justiça trará não apenas à administração judiciária, mas principalmente à sociedade local.

Avanços da obra

Nessa primeira etapa de execução da obra, com previsão de duração de 300 dias, está sendo erguido o primeiro bloco do complexo – o Fórum Criminal.

De projeto inovador, orçado em R\$ 9.871.229,60, o bloco possuirá 5.070m² de área construída. Composto de cinco pavimentos, ele abrigará as 11 unidades criminais da Comarca de Rio Branco e alojará cerca de 150 funcionários públicos, entre servidores e magistrados.

Como ainda não conheciam o local, os juízes se disseram impressionados com o andamento das obras. “É primeira vez que venho aqui e estou surpreso como está indo rápido. É interessante notar detalhes do projeto, a exemplo de que os presos terão entrada no prédio diferente da do público em geral e irão diretamente para as celas. Da mesma forma, os magistrados, principalmente os que trabalham na área criminal, poderão acessar seus gabinetes sem passar pela entrada utilizada pelo público em geral, dando-lhes maior segurança e tranquilidade”, afirmou o juiz Manoel Pedroga, titular da Comarca de Bujari.

Adair Longuini apresentou aos magistrados as plantas do complexo, e avaliou o andamento da construção como dentro do cronograma previsto.

Com o lançamento da pedra fundamental da obra em 8 de março deste ano, a construção teve início há três meses e dezessete dias. Responsável pela execução, a empresa Etenge informa que a obra segue de acordo com cronograma definido.

Até o momento haviam sido realizados os serviços de escavação e preparação da área do subsolo, escavação hidráulica das estacas das fundações e a concretagem destas estacas. Além disso, já foram concluídas as fundações da obra, com a montagem dos pilares e da laje do primeiro pavimento.

Cerca de 100 operários, distribuídos em até três turnos, trabalham em ritmo acelerado para executar a obra, inclusive aos domingos.

Primeiro bloco

Esse primeiro bloco será composto por subsolo, térreo, e 1º, 2º e 3º pavimentos. Com uma área de 1.076 m², o subsolo abrigará as áreas técnicas, incluindo a que se destina aos jurados.

Também comportará uma garagem com 18 vagas para magistrados, celas para presos (seis masculinas e duas femininas), além de elevador para os detentos, a fim de evitar contato com o público e assegurar maior segurança.

O térreo terá 1.116 m² e compreenderá a recepção, dois Tribunais do Júri e um gabinete. Já as salas de audiências destinadas às conciliações e testemunhas ficarão localizadas no 1º pavimento.

Os gabinetes dos juízes serão acomodados no 2º pavimento (são sete no total, com área de 1.076 m²), e mais sete gabinetes no 3º pavimento (com área total de 1.068 m²).

5. Cidade da Justiça de Rio Branco: Cerca de 60% do conjunto estrutural do Fórum Criminal está concluído

O desembargador-presidente, Adair Longuini, tem acompanhado de perto as obras de construção da Cidade da Justiça de Rio Branco, cuja execução cumpre com precisão o seu planejamento.

Na semana passada, ele visitou o local acompanhado dos juízes Marcelo Carvalho, presidente da Associação dos Magistrados do Acre (Asmac) e Luis Camolez, titular da Vara de Órfãos e Sucessões de Rio Branco.

Foto 128: Acompanhamento da obra da Cidade da Justiça de Rio Branco



Fonte: Intranet TJAC

Com a reunião dos serviços da Justiça em um mesmo espaço físico, os cidadãos terão acesso facilitado ao Judiciário Acreano, por meio de uma estrutura mais ampla, moderna e eficiente.

Andamento da obra

Com o lançamento da pedra fundamental da obra em 8 de março deste ano, a construção do primeiro bloco do complexo arquitetônico – o Fórum Criminal – tem previsão de duração de 300 dias.

Orçado em R\$ 9.871.229,60, o bloco possuirá 5.070m² de área construída. Composto de cinco pavimentos, ele abrigará as 11 unidades criminais da Comarca de Rio Branco e alojará cerca de 150 funcionários públicos, entre servidores e magistrados.

Iniciada há quase cinco meses, a obra está sendo executada pela empresa Etenge. De acordo com os engenheiros da empresa, o cronograma está sendo cumprido adequadamente e a entrega da obra acontecerá dentro do previsto.

Nos dois primeiros meses foram realizados os serviços de escavação e preparação da área do subsolo, escavação hidráulica das estacas das fundações e a concretagem destas estacas. Posteriormente, no terceiro mês, foram concluídas as fundações da obra, com a montagem dos pilares e da laje do primeiro pavimento.

De acordo com a Coordenadoria de Engenharia do TJAC, nos últimos dois meses a execução da obra avançou, vez que, após o lançamento das fundações, rapidamente foram construídas as estruturas (pilares, vigas e lajes) dos andares superiores.

Já estão prontas as estruturas dos pavimentos subsolo e térreo, e as estruturas dos primeiro e segundo pavimentos estão em fase de conclusão. Também já estão sendo executadas as alvenarias do pavimento subsolo e do térreo, assim como também as instalações elétrica e hidráulica.

Foto 129: Acompanhamento da obra da Cidade da Justiça de Rio Branco



Fonte: Intranet TJAC

Nesse patamar, a avaliação da equipe técnica é de que aproximadamente 60% do conjunto estrutural do bloco esteja concluído.

Cerca de 100 operários, distribuídos em até três turnos, trabalham em ritmo acelerado para executar a obra, inclusive aos domingos.

Fórum Criminal

Esse primeiro bloco será composto por subsolo, térreo, e primeiro, segundo e terceiro pavimentos. Com uma área de 1.076 m², o subsolo abrigará as áreas técnicas, incluindo a que se destina aos jurados.

Também comportará uma garagem com 18 vagas para magistrados, celas para presos (seis masculinas e duas femininas), além de elevador para os detentos, a fim de evitar contato com o público e assegurar maior segurança.

O térreo terá 1.116 m² e compreenderá a recepção, dois Tribunais do Júri e um gabinete. Já as salas de audiências destinadas às conciliações e testemunhas ficarão localizadas no 1º pavimento.

Os gabinetes dos juízes serão acomodados no 2º pavimento (são sete no total, com área de 1.076 m²), e mais sete gabinetes no 3º pavimento (com área total de 1.068 m²).

6. Cidade da Justiça de Rio Branco: presidente Adair Longuini e governador Tião Viana visitam obra

O desembargador-presidente Adair Longuini e o governador do Estado Tião Viana visitaram no dia 06 de setembro as obras da Cidade da Justiça de Rio Branco. Eles percorreram toda a estrutura da construção do primeiro bloco do complexo arquitetônico – que irá abrigar o Fórum Criminal.

Foto 130: Apresentação da obra da Cidade da Justiça de Rio Branco ao Governador



Fonte: Intranet TJAC

“Aqui funcionará toda a área criminal existente hoje em Rio Branco e também os tribunais do júri. É uma obra com mais de cinco mil metros quadrados e sua execução está dentro do cronograma. Os recursos são provenientes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio do Governo do Estado”, explicou Adair Longuini.

O presidente do Tribunal de Justiça Acreano destacou também que o complexo permitirá a reunião dos serviços judiciais em um mesmo espaço físico. “Atualmente nossas unidades judiciárias criminais estão espalhadas em vários pontos da cidade. Aqui os cidadãos terão acesso facilitado ao Judiciário, com uma estrutura integrada, mais ampla, moderna e eficiente”, considerou Longuini.

Orçado em R\$ 9.871.229,60, esse primeiro bloco possuirá 5.070 m² de área construída. Composto de cinco pavimentos, ele abrigará as 11 unidades criminais da Comarca de Rio Branco e alojará cerca de 150 funcionários públicos, entre servidores e magistrados.

Tião Viana parabenizou Adair Longuini pelo projeto e disse que a obra irá determinar o ordenamento funcional do TJAC. “Parabéns Longuini por esta obra. Aqui tem a porta de entrada e a porta de saída para os usuários da Justiça do Acre. Esta é uma grande obra que ajuda muito o funcionamento do Tribunal, ajuda o cidadão que recorre à Justiça. Ganha o Governo e ganha a sociedade. O Governo está muito alegre em ver isto e o que me anima mais ainda é que em janeiro nós vamos estar aqui prestigiando a inauguração deste primeiro módulo de um total de seis”, ressaltou Tião Viana.

O juiz Marcelo Carvalho, presidente da Associação dos Magistrados do Acre (Asmac), entre outros magistrados, acompanharam a visita. Também acompanharam a visita os proprietários da empresa Ipê Empreendimentos Imobiliários, José Eduardo e Frederico Moura Leite.

7. Presidente do TJAC acompanha as obras da Cidade Justiça de Cruzeiro do Sul

O desembargador-presidente Adair Longuini visitou as obras da Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul. A visita aconteceu no dia 12 de setembro, sendo também acompanhada pelo juiz diretor do Foro da Comarca, Clovis Lodi, pelo juiz federal Régis Araújo e pelo defensor Público Fernando Moraes. Estes últimos foram conhecer os espaços destinados no projeto à Justiça Federal e à Defensoria Pública Estadual.

As autoridades constataram que as obras (reforma e adequação) estão bastante adiantadas e a previsão é de que a Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul seja em breve inaugurada.

Foto 131: Visita a obra da Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul



Fonte: Intranet TJAC

“Viemos aqui para acompanharmos o andamento das obras e, ao mesmo tempo, trazermos os nossos parceiros, com os quais faremos um compartilhamento do prédio. A visita também serviu para planejarmos a inauguração deste novo complexo de serviços da Justiça, assim como a transferência de todas as unidades de nossa estrutura para este novo espaço”, explicou o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Adair Longuini.

O projeto

O projeto da Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul é uma construção conjunta do Judiciário e Executivo Estadual. Ao passo que o Governo adquiriu e destinou o imóvel onde funcionava o antigo Instituto de Educação e Ciências e Tecnologia do Vale do Juruá (IEVAL) para a implantação concentrada dos serviços judiciários da comarca, o Tribunal de Justiça irá repassar quatro imóveis ao Executivo Estadual.

Foto 132: Visita a obra da Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul



Fonte: Intranet TJAC

Assim como o projeto da Cidade da Justiça em Rio Branco, em Cruzeiro do Sul o objetivo primordial é a reunião em um só local de todos os serviços judiciários da comarca, garantindo economia de recursos com logística administrativa e pagamento de aluguéis, além de assegurar maior acessibilidade e comodidade aos magistrados, servidores e cidadãos que buscam a Justiça.

Com uma área total de 104.321 m² e área construída de 4.450,98 m², o imóvel fica localizado na BR 307, na Estrada Velha do Aeroporto de Cruzeiro do Sul.

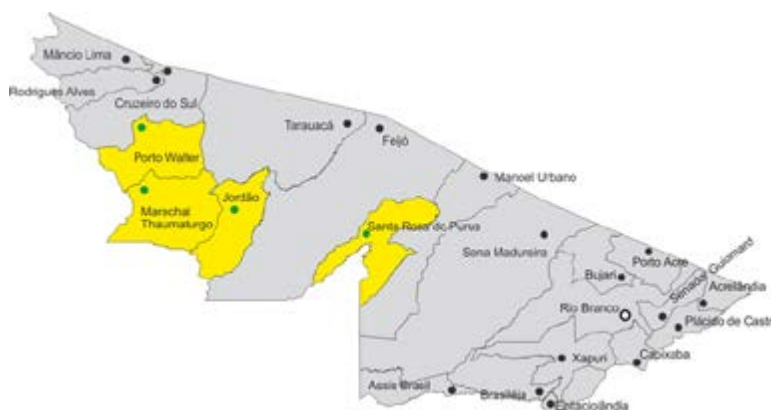
Nele serão abrigadas as seguintes unidades judiciárias: 1ª e 2ª Varas Cíveis, 1ª e 2ª Varas Criminais, o Juizados Especiais, o Juizado da Infância e da Juventude, e a Central de Execução de Penas Alternativas da Comarca de Cruzeiro do Sul.

Justiça Federal, Ministério Público e Defensoria Pública Estadual, e Ordem dos Advogados do Brasil-Seccional Acre também terão espaço específico para atendimento da população.

8. Investimentos a quatro comarcas do interior

Na oportunidade da visita a Cruzeiro do Sul, o presidente Adair Longuini também percorreu as comarcas de Porto Walter, Marechal Thaumaturgo, Jordão e Santa Rosa do Purus, em comitiva organizada pela Polícia Federal.

Imagem 14: Mapa do estado do Acre



Fonte: Intranet TJAC

Essas são comarcas criadas por lei, mas ainda não instaladas pelo Poder Judiciário Estadual. Atualmente a jurisdição delas está subordinada às comarcas mais próximas, sendo que Porto Walter e Marechal Thaumaturgo estão submetidas ao Juízo de Cruzeiro do Sul, Jordão ao de Tarauacá, e Santa Rosa do Purus ao de Manoel Urbano.

Como o Planejamento Estratégico do Judiciário Acreano estabelece, até 2014, a construção de fóruns em todas as comarcas do Estado, o presidente do TJAC aproveitou a visita para avaliar o cumprimento dessa meta estratégica.

Desse modo, visando assegurar melhor estrutura para os serviços da Justiça nessas localidades e, assim, viabilizar a instalação das respectivas comarcas, o desembargador solicitou à Coordenadoria de Engenharia, Arquitetura e Manutenção (CEAM) do Tribunal o desenvolvimento de projetos de ampliação e de construção dos futuros fóruns nas comarcas ainda não instaladas.

De acordo com o primeiro levantamento da CEAM, Adair Longuini anunciou esta semana o investimento da ordem de R\$ 1,5 milhão em obras nos quatro municípios. Esse investimento estará previsto no orçamento do Poder Judiciário para o ano de 2013.

Tendo em vista que as cidades de Porto Walter e Marechal Thaumaturgo possuem um Centro Integrado de Cidadania, administrados pelo Poder Judiciário, a cada uma delas serão destinados R\$ 250 mil, a serem aplicados na readequação e ampliação das unidades já existentes para abrigar o fórum da comarca.

Já os municípios de Jordão e Santa Rosa do Purus irão receber individualmente o montante de R\$ 500 mil, recursos que serão investidos pelo Poder Judiciário na construção de novas unidades para acolher os futuros fóruns.

Foto 133: Área para construção do fórum na comarca de Santa Rosa do Purus



Fonte: Intranet TJAC

Durante sua passagem pelo município de Jordão, o desembargador-presidente Adair Longuini recebeu do prefeito de Jordão, Hilário de Holanda Melo, a doação de uma área de terra de 1.450 m², onde deverá ser erguido o fórum da comarca.

9. Tribunal de Justiça inaugura a Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul

O Tribunal de Justiça do Acre entregou oficialmente no dia 08 de dezembro as instalações da Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul, a segunda maior comarca do Estado em tamanho, estrutura e volume de processos.

Conduzida pelo desembargador-presidente, Adair Longuini, a solenidade marcou a data em que é celebrada nacionalmente o Dia da Justiça, e foi prestigiada por membros da Corte de Justiça Acreana, magistrados e servidores do Poder Judiciário, pelo governador Tião Viana, como também por convidados civis, militares e religiosos de todo o Estado.

Foto 134: Inauguração da Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul



Fonte: Intranet TJAC

Foto 135: Inauguração da Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul



Fonte: Intranet TJAC

Lançado pelo TJAC em janeiro deste ano, o projeto da Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul tem o objetivo principal de agregar em um só local todos os serviços judiciários da comarca, garantindo economia de recursos com logística administrativa, conservação patrimonial e pagamento de aluguéis, além de assegurar maior acesso e comodidade aos cidadãos que buscam a Justiça e aos profissionais que trabalham no local.

A solenidade

Logo na abertura do evento, Adair Longuini salientou os diversos benefícios que o empreendimento trará aos cidadãos do município.

Foto 136: Inauguração da Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul



Fonte: Intranet TJAC

“Aqui nós temos maior integração dos nossos serviços judiciais à comunidade local, mas também maior economia administrativa, porque reunimos num só espaço todos os serviços da comarca. Isso garante economia de redes, de Internet, de tempo, gasolina, logística. Sem falar na comodidade para aqueles que buscam a Justiça”, afirmou.

O governador Tião Viana elogiou a arquitetura da obra e assinalou o que ela vai representar. “As pessoas vão encontrar aqui uma oportunidade de ver suas vidas tratadas com muito respeito ao procurar pelos serviços que aqui são prestados”, disse.

Também estiveram presentes à solenidade o presidente da Associação dos Magistrados do Acre (Asmac), juiz Marcelo Carvalho; o diretor do Foro da Comarca de Cruzeiro do Sul, juiz Clovis Lodi; o diretor do Foro da Justiça Federal no Acre, Régis Araújo; o procurador geral da República no Estado, Paulo Henrique; a procuradora de Justiça, Kátia Rejane, representando o Ministério Público Estadual, e o vice-prefeito do município, Mazinho Santiago.

Colar do Mérito Judiciário

Concedida aos que contribuem para o engrandecimento da Justiça e o fortalecimento da cultura jurídica no Estado, o Colar do Mérito Judiciário foi entregue ao governador Tião Viana. A mais alta honraria do Judiciário Acreano foi concedida em virtude do apoio recebido pelo Tribunal e parcerias estabelecidas, como essa que resultou na construção da Cidade da Justiça.

Foto 137: Inauguração da Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul



Fonte: Intranet TJAC

Adair Longuini também homenageou o desembargador aposentado Lourival Marques, a quem considerou como “o fundador da Justiça no Estado e um dos maiores mestres a quem já conheceu.”

Na mesma ocasião, foram homenageados os juízes Luís Camolez, Raimundo Nonato, Cloves Ferreira, Mirla Cutrim, Marcos Thadeu e Romário Divino. Eles foram lembrados em razão de terem atuado na comarca e pelos serviços prestados à população.

Foto 138: Inauguração da Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul



Fonte: Intranet TJAC

O novo espaço

O projeto da Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul é uma construção conjunta dos Poderes Judiciário e Executivo. O Governo adquiriu e destinou o imóvel onde funcionava o antigo Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Vale do Juruá (Ieval) para a implantação concentrada dos serviços judiciários da comarca.

Para reforma, ampliação e estruturação do novo complexo de serviços judiciários, o TJAC realizou um investimento de aproximadamente R\$ 7 milhões. A área total possui 100 mil m², sendo que a área construída é de 5.299,68 m². Nela estão abrigadas as 1ª e 2ª Varas Cíveis, 1ª e 2ª Varas Criminais, os Juizados Especiais, a Vara da Infância e da Juventude, o Tribunal do Júri e a Central de Execução de Penas Alternativas da Comarca de Cruzeiro do Sul.

O empreendimento ainda conta com guarita, celas, espaço para restaurante e para o setor de tecnologia da informação. A Justiça Federal, o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual, a Defensoria Pública Estadual e a Ordem dos Advogados do Brasil-Seccional Acre também terão espaço específico para atendimento da população no mesmo complexo.

10. Adair Longuini e Roberto Barros visitam obras da Cidade da Justiça de Rio Branco

No dia 28, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Adair Longuini, juntamente com presidente eleito, desembargador Roberto Barros, realizaram visita às obras do primeiro bloco da Cidade da Justiça de Rio Branco, que irá abrigar o Fórum Criminal da Comarca da Capital.

Foto 139: Foto da obra da Cidade da Justiça de Rio Branco



Fonte: Intranet TJAC

Fórum Criminal

O Fórum Criminal, bloco com 100% do seu conjunto estrutural concluído, é composto por subsolo, térreo, e primeiro, segundo e terceiro pavimentos. Orçado em R\$ 9.871.229,60, esse bloco possui 5.070 m² de área construída.

Com cinco pavimentos, ele abrigará as 11 unidades criminais da Comarca de Rio Branco e aloca cerca de 150 funcionários públicos, entre servidores e magistrados.

Com uma área de 1.076 m², o subsolo abrigará as áreas técnicas, incluindo a que se destina aos jurados. Também comportará uma garagem com 18 vagas para magistrados, celas para presos (seis masculinas e duas femininas), além de elevador para os detentos, a fim de evitar contato com o público e assegurar maior segurança.

O térreo possui 1.116 m² e compreenderá a recepção, dois Tribunais do Júri e um gabinete. Já as salas de audiências destinadas às conciliações e testemunhas ficarão localizadas no 1º pavimento. Os gabinetes dos juízes serão acomodados no 2º pavimento (são sete no total, com área de 1.076 m²), e mais sete gabinetes no 3º pavimento (com área total de 1.068 m²).

Os desembargadores estiveram na obra acompanhados da arquiteta Regina Kipper e engenheira civil Eduarda Pinheiro, responsáveis pelo projeto. Com o auxílio técnico das duas profissionais, o desembargador-presidente explicou ao seu sucessor uma série de aspectos e peculiaridades que envolvem a construção do empreendimento.

No caso do bloco que irá abrigar o Fórum Criminal, o projeto contempla a instalação de salas, corredores e elevadores exclusivos para que acusados possam ser recebidos e ouvidos nas varas criminais, sem que haja necessariamente contato direto com as outras partes e testemunhas envolvidas.

Segundo o projeto, os juízes também irão dispor de corredores e salas que devem compor um ambiente de circulação exclusivo para magistrados. O projeto ainda irá permitir que as equipes de servidores sejam acompanhadas de uma maneira mais próxima pelos magistrados, uma vez que estes, a partir de seus próprios gabinetes, terão uma visão privilegiada das dependências de cada unidade judiciária.

Por sua vez, o público terá acesso a um novo conceito de atendimento nas futuras dependências do Fórum Criminal, uma vez que os prédios irão dispor de salas de espera e audiência mais amplas e funcionais, preparadas para abrigar maior número de servidores e usuários da Justiça.

Foto 140: Foto da obra da Cidade da Justiça de Rio Branco



Fonte: Intranet TJAC

O projeto do Fórum Criminal é executado pela empresa Etenge, sob fiscalização da Coordenadoria de Engenharia, Arquitetura e Manutenção do TJAC. Com a conclusão da estrutura física do prédio, o próximo passo será a execução das instalações elétrica, hidráulica e sanitária da unidade.

Juizados Especiais

O futuro presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Roberto Barros, acompanhou as explicações e solicitou informações sobre o espaço reservado aos Juizados Especiais. Roberto Barros lembrou que atualmente a maior parte dos Juizados da Capital – 3 Juizados Especiais Cíveis, 2 Juizados Especiais Criminais e 1 Juizado Especial da Fazenda Pública – funcionam em instalações alugadas e que a demanda é grande para os locais onde eles estão instalados, ressaltando o ônus que representa o pagamento de aluguéis para o TJAC.

Projeto sanitário inovador

Roberto Barros também demonstrou especial interesse pelo projeto sanitário elaborado pelas profissionais para o tratamento de dejetos gerados no local. Uma miniestação de tratamento de água e esgoto fará parte do complexo e irá proporcionar total autonomia das instalações em relação à rede convencional de tratamento, minimizando os impactos para o meio ambiente e permitindo, inclusive, futuramente, que projetos sejam desenvolvidos com comunidades vizinhas, a partir da experiência inovadora do TJAC.

11. Obras e reformas executadas em 2012

Tabela 59: Obras e reformas executadas em 2012

OBRAS REALIZADAS			
ORGAO/ SETOR: COORDENADORIA DE ENGENHARIA ARQUITETURA E MANUTENÇÃO			
Nº DO PROCESSO	contrato	REFERENCIA	Valor Pago
0002650-36.2011	70/2012	Construção da Sala Segura para abrigar os servidores da DTI.	R\$ 1.628.051,16
0002653-88.2011	21/2012	Conclusão da 1ª etapa do Fórum Criminal da Cidade da Justiça de Rio Branco.	R\$ 5.439.624,57
0000300-41.2012	59/2012	Instalação da Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul.	R\$ 2.201.661,44
0001115-72.2011		Readequação dos prédios dantes ocupados pela DTI e DRH para instalação da Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.	R\$ 128.240,37
0000786-26.2012	66/2012	Construção do muro de entorno do Prédio Sede.	R\$ 75.266,74
0000261-78.2011		Elaboração do plano de acessibilidade e adequação dos prédios do Poder Judiciário, a fim de promover o amplo e irrestrito acesso de pessoas com deficiência, em Cumprimento da Recomendação n° 27, de 16/12/2009, do Conselho Nacional de Justiça.	
0001490-73.2011	62/2011	Elaboração dos projetos da Cidade da Justiça de Rio Branco - Fórum Cível (2º bloco) e Centro de Convivência.	R\$ 310.000,00
0000480-57.2012	65/2012	Cercamento e Reforma do Fórum de Bujari.	R\$ 181.329,45
0000675-76.2011	13/2012	Construção da cobertura do corredor de acesso ao estacionamento do Fórum Barão do Rio Branco.	R\$ 8.215,93
0000603-89.2011		Instalação das antenas VSAT nos Municípios de Porto Acre, Porto Walter, Mal Thaumaturgo e Santa Rosa do Purus.	R\$ 29.479,55
0000398-26.2012	35/2012	Reforma do Fórum de Brasiléia.	R\$ 266.407,46
		Total:	R\$ 10.640.226,97

Fonte: Coordenadoria de Engenharia, Arquitetura e Manutenção.

5.2.4. Meta 40 - Atender 40% dos itens da norma sobre condições de trabalho ideais

Essa meta tem como objetivo identificar o nível de adequação das instalações físicas dos imóveis do Poder Judiciário do Estado do Acre em relação à Norma Regulamentadora 17 do Ministério do Trabalho.

Resultado:

Esta norma regulamentadora visa a estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar o máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente.

Mediante os poucos recursos orçamentários e necessidade de priorizar outras ações que não fizeram relação a essa norma ficou prejudicada a mensuração da meta. Meta não mensurada.

Ações desenvolvidas:

1. Poder Judiciário do Acre institui logomarca e Manual de Identidade Visual

De acordo com as disposições do Projeto de Padronização da Comunicação Visual do Poder Judiciário, norteado pelo Planejamento Estratégico 2010-2014, o Conselho de Administração do Tribunal de Justiça aprovou em novembro passado o Manual de Identidade Visual do Poder Judiciário e a respectiva logomarca, que passa a ser a nova marca institucional.

Imagem 15: Nova logomarca do PJAC



Fonte: Intranet TJAC

A Resolução nº 38/2012 estabelece que a marca institucional será aplicada na identificação dos edifícios, veículos, publicações gráficas, peças promocionais e publicitárias em geral, na página da Internet e da Intranet, garantindo a padronização visual a que se destina no âmbito do Poder Judiciário do Acre.

Entretanto, as especificações da marca institucional não se aplicam aos documentos e expedientes externos emitidos pelas unidades administrativas e jurisdicionais do Poder, bem como às bancadas das salas de audiências ou dos plenários de sessões dos órgãos jurisdicionais, que devem utilizar o brasão do Estado, conforme padronização estabelecida pela Resolução nº 117, de 22 de junho de 2005.

Com a edição da referida resolução e instituição do Manual de Identidade Visual, a substituição de outros elementos gráficos utilizados nos impressos e nas mídias eletrônicas do Poder Judiciário pela marca institucional acontecerá na medida da reposição dos estoques existentes.

O processo de elaboração desse Manual de Identidade Visual durou cerca de seis meses, com o envolvimento das equipes técnicas da Diretoria Geral e Assessoria de Comunicação Social do Tribunal de Justiça, coordenação do juiz auxiliar da Presidência, Ladivon Nogueira, e execução da empresa MX Design.

O propósito do trabalho foi a criação de uma identidade visual própria e uniforme, que consolide não apenas a imagem institucional do Poder Judiciário Acreano, como também o reforço da credibilidade da instituição junto à sociedade.

A adoção de símbolos de identidade visual pelos órgãos do Poder Judiciário têm a finalidade de facilitar ao cidadão a distinção entre os demais poderes do Estado do Acre, distinguindo, assim, a entidade que lhe presta serviço.

Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul, complexo que reúne em um mesmo local todos os serviços da Justiça na segunda maior comarca do Estado, assim, como os portais de Intranet e Internet do Poder Judiciário são os primeiros pontos de divulgação da logomarca do Poder Judiciário, que paulatinamente será adotada por todas as unidades físicas, veículos e peças de comunicação em geral da Justiça Acreana.

Foto 141: Foto da entrada da Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul com a nova logomarca



Fonte: Intranet TJAC

2. Padronização do mobiliário.

A Diretoria Administrativa está seguindo a padronização dos mobiliários adotada no ano de 2011 objetivando otimização de recursos, facilidade nas manutenções e reposições de móveis danificados, bem como manter as unidades padronizadas de forma agradável.

5.2.5 Meta 41 - Alcançar 84,4% das metas do PETI

Essa meta tem como objetivo medir a aderência da área de TI do Poder Judiciário do Estado do Acre à Estratégia de TI Nacional.

Resultado:

Esta meta estabelece os desafios a serem perseguidos com intuito de atingir o maior número de metas do Planejamento Estratégico de Tecnologia – PET. O resultado da meta foi de 112,56% dos itens do PETI atendidos. **Meta cumprida.**

Ações desenvolvidas:

As ações desenvolvidas pela DTI orientadas pelo Comitê Gestor de Tecnologia do TJAC estão apresentadas na meta 37 por aglutinar-se a ela.

5.2.6 META 42 - Manter 99% do índice de disponibilidade de infraestrutura de equipamentos de TI

Essa meta tem como objetivo controlar e manter o adequado nível de disponibilidade de equipamentos no TJAC.

Resultado:

Atualmente mantêm-se a marca de 99% de infraestrutura disponibilizada. Meta cumprida.

Ações desenvolvidas:

Equipamentos adquiridos e/ou doados ao Tribunal de Justiça do Estado do Acre.

Os equipamentos adquiridos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Acre, durante o ano de 2012 estão alinhados aos projetos de modernização cujo objetivo é garantir infraestrutura adequada aos trabalhos desenvolvidos com apoio da tecnologia.

5.2.7.META 43: Aumentar para 99% o índice de disponibilização dos sistemas online

Essa meta tem como objetivo reduzir as indisponibilidades de sistemas essenciais que interrompam os serviços prestados pelo TJAC.

Resultado:

Meta alcançada com 99% de disponibilidade dos sistemas. Meta cumprida

Ações desenvolvidas:

No ano de 2011 os links de todas as comarcas do Estado foram aumentados em 100% de sua velocidade, ficando apenas a comarca de Assis Brasil a ser interligada.

Em decorrência da falta de infraestrutura da empresa prestadora de serviço de comunicação de dados no Estado a comarca de Assis Brasil ainda não se integrou ao sistema SAJ.

5.2.8. Outras ações que indiretamente contribuíram com o objetivo estratégico

Aquisição de veículos de serviço, enumerados na tabela abaixo, otimizaram enormemente o atendimento às Comarcas, com a entrega, mais rápida e eficiente, de material permanente e de material de consumo, dentre outras necessidades.

A frota de veículos de transporte institucional (veículos de desembargadores) foi renovada com cinco unidades, em substituição aos veículos antigos (Renault Clio) já bastante ultrapassados e dispendiosos.

As construções e reformas realizadas durante o biênio, igualmente, tiveram o condão de contribuir, sobremaneira, com o objetivo estratégico, pois permitiram melhores ambientes para o desenvolvimento da atividade meio e da atividade fim do Judiciário Acriano.

Tabela 67: xxxxxx

DIRETORIA ADMINISTRATIVA				
VEÍCULOS DE REPRESENTAÇÃO				
SEQ	DESCRIÇÃO MARCA / MODELO	PLACA	ANO	COMBUSTÍVEL
1	FIAT LINEA	NAG-0148	2012	FLEX
2	FIAT LINEA	NAG-0178	2012	FLEX
3	FIAT LINEA	NAG-3208	2012	FLEX
4	FIAT LINEA	NAG-3218	2012	FLEX
5	FIAT LINEA	NAG-3548	2012	FLEX
6	FIAT PALIO WEEKEND 1.6 16V	NXR-9319	2012	FLEX
7	MOTO NXR 150(CONV. MJ 84/2008/PRONASCI)	NAE-4068	2011	GASOLINA
8	HR	NAD-5991	2011	DIESEL
9	M710	NAD-6001	2011	DIESEL
10	HR	NAD-5981	2011	DIESEL
11	FIAT DUCATO	NAC-6435	2012	DIESEL

12	JUMPER	NXS-3470	2012	DIESEL
13	JUMPER	NXS-3540	2012	DIESEL
14	JUMPER	NXS-3480	2012	DIESEL

Tabela 68:xxxxxxx

OBRAS REALIZADAS			
ORGAO/ SETOR: COORDENADORIA DE ENGENHARIA ARQUITETURA E MANUTENÇÃO			
Nº DO PROCESSO	contrato	REFERENCIA	Valor Pago
0002650-36.2011	70/2012	Construção da Sala Segura para abrigar os servidores da DTI.	R\$ 1.628.051,16
0002653-88.2011	21/2012	Conclusão da 1ª etapa do Fórum Criminal da Cidade da Justiça de Rio Branco.	R\$ 5.439.624,57
0000300-41.2012	59/2012	Instalação da Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul.	R\$ 2.201.661,44
0001115-72.2011		Readequação dos prédios dantes ocupados pela DTI e DRH para instalação da Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.	R\$ 128.240,37
0000786-26.2012	66/2012	Construção do muro de entorno do Prédio Sede.	R\$ 75.266,74
0000261-78.2011		Elaboração do plano de acessibilidade e adequação dos prédios do Poder Judiciário, a fim de promover o amplo e irrestrito acesso de pessoas com deficiência, em Cumprimento da Recomendação n° 27, de 16/12/2009, do Conselho Nacional de Justiça.	
0001490-73.2011	62/2011	Elaboração dos projetos da Cidade da Justiça de Rio Branco - Fórum Cível (2º bloco) e Centro de Convivência.	R\$ 310.000,00
0000480-57.2012	65/2012	Cercamento e Reforma do Fórum de Bujari.	R\$ 181.329,45
0000675-76.2011	13/2012	Construção da cobertura do corredor de acesso ao estacionamento do Fórum Barão do Rio Branco.	R\$ 8.215,93
0000603-89.2011		Instalação das antenas VSAT nos Municípios de Porto Acre, Porto Walter, Mal Thaumaturgo e Santa Rosa do Purus.	R\$ 29.479,55
0000398-26.2012	35/2012	Reforma do Fórum de Brasília.	R\$ 266.407,46
0001722-85.2011	65/2011	Readequação do prédio onde outrora funcionara o Anexo dos Desembargadores para instalação do Fórum da Avenida Ceará.	R\$ 371.950,30
0001416-19.2011		Instalação de sistema de isolamento acústico nas salas de sessões das Câmaras Cível e Criminal.	R\$ 7.799,96
0000680-64.2012		Instalação de sistema de emergência contra Incêndio e Pânico nos Anexos do Prédio Sede.	R\$ 2.526,54

		Assinaturas de termos de cooperação técnica com o Poder Executivo para a construção dos Forúns de Porto Acre e Rodrigues Alves	R\$ 0,00
		Readequação das instalações do Juizado Especial de Fazenda Pública de Rio Branco.	R\$ 1.865,81
		Total:	R\$ 10.652.419,28

6

Orçamento

**Resultado do cumprimento
desse tema estratégico**

104,37%

6.1. Gerir e assegurar, eficientemente, os recursos do Poder Judiciário, garantindo a execução orçamentária da Instituição.

O investimento feito com lisura e planejamento é o que o objetivo acima define para a gestão orçamentária do TJAC. O orçamento participativo é o grande maestro deste objetivo.

Resultado do cumprimento desse objetivo estratégico: 104,37%

As metas 44 e 46, estabelecidas no planejamento estratégico, orientaram as ações das unidades para cumprimento desse objetivo estratégico. Seguem abaixo as ações desenvolvidas, bem como os resultados obtidos com as metas.

6.1.1. Meta 44 - Aumentar 3% a arrecadação de receitas próprias.

Essa meta tem como objetivo equilibrar e gerir o orçamento da Instituição.

Resultado:

O valor arrecadado em 2011 somou a importância de R\$ 5.914.334,81. Mediante as iniciativas adotadas em busca de aumento dessa arrecadação, o TJAC fecha o ano de 2012 com um montante de R\$ 7.390.212,49. Correspondendo a um resultado de 150% da meta estabelecida. **Meta cumprida.**

Ações desenvolvidas:

1. TJAC abre concurso para 14 vagas de atividade notarial e de registro

O Tribunal de Justiça do Acre, por meio do Edital nº 19/2012 (Diário da Justiça Eletrônico nº 4.699, de 20.06.2012, fls. 12 a 14), torna pública a abertura de inscrições para o Concurso Público de Provas e Títulos para Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado do Acre, com dois critérios de ingresso: provimento ou remoção.

O concurso está sendo executado pela FMP Concursos – Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul, por delegação e supervisão da Comissão do Concurso, composta pelo desembargador Arquilau Melo, que a preside; pelos juízes de Direito Anastácio Menezes, Laudivon Nogueira e Maria Penha Nascimento; pelo promotor de Justiça Vinícius Evangelista, representante do Ministério Público; pelo advogado Atalídio Casseb, representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Acre; pelo notário Antônio Sérgio Faria e pelo Registrador Juan Pablo Gossweiler.

Segundo o presidente da comissão, “a grande novidade desse concurso é a remuneração mínima que será auferida por cartórios deficitários”. O desembargador Arquilau Melo explicou que essa questão foi definida em virtude de que no último concurso não foi possível preencher todas as vagas, vez que os candidatos aprovados não quiseram ser titulares de cartórios como dos municípios de Manoel Urbano e Mâncio Lima, cujo faturamento não compensava as despesas que teriam como delegatários.

Nesses casos, “as serventias continuaram nas mãos do poder público, mas agora, por meio de lei, ficou estabelecido que o cartório que faturar menos de 7 mil reais receberá a complementação até chegar a esse valor. Com isso estamos imaginando que todos cartórios serão agora privatizados”, afirmou Melo.

Além disso, o desembargador ressaltou que “de acordo com o novo edital, para ser delegatário não é necessário 3 anos de formação, como é exigido em outros concursos, como, por exemplo, o da magistratura”. Desse modo, “a exigência é que seja bacharel em Direito e passe nas provas”, destacou ele.

Vagas, atribuições e remuneração

O concurso público visa à outorga de 14 serviços notariais e de registro, sendo 5% delas reservadas aos candidatos portadores de deficiência, na forma do art. 37, § 1º, do Decreto n.º 3.298/99, de 20 de dezembro de 1999, e suas alterações.

Dois terços das vagas serão destinados aos candidatos inscritos para o critério de provimento que atendam aos requisitos legais previstos no art. 14 e 15, § 2º, da Lei Federal n.º 8.935, de 18 de novembro de 1994.

Um terço das vagas será destinado aos candidatos inscritos para o critério de remoção que já exerçam a titularidade de outra delegação, de notas ou de registro, no Estado do Acre, por mais de dois anos, na forma do art. 17 da Lei Federal n.º 8.935, de 18 de novembro de 1994, contados até a data da inscrição definitiva.

As atribuições referentes aos serviços notariais e de registro estão estabelecidas na Lei Federal n.º 8.935, de 18 de novembro de 1994.

Os delegatários de serviços notariais e de registro são remunerados, exclusivamente, mediante emolumentos cobrados em razão do ofício, conforme estabelecido em lei.

No entanto, os ofícios notariais e de registro deficitários terão assegurada a complementação da renda mínima pelo Fundo Especial de Compensação para manutenção dos respectivos serviços, conforme assegurado pela Lei Estadual n.º 2.534, de 29 de dezembro de 2011, e nos termos dispostos na Resolução do Conselho de Administração do TJAC nº 33, de 11 de abril de 2012.

Inscrição

O concurso compreende a inscrição para ambos os critérios de ingresso (provimento ou remoção), e os candidatos poderão se inscrever em uma ou ambas opções, compreendendo a inscrição, em cada opção, a totalidade das delegações arroladas no Anexo I do Edital de Abertura.

Assim, no ato da inscrição, o candidato deverá indicar obrigatoriamente, na ficha de inscrição, qual ou quais as opções de sua escolha, quanto aos dois critérios de ingresso.

As pessoas com deficiência poderão concorrer às serventias que foram reservadas, respeitado o percentual de 5%, por meio de sorteio público ocorrido no dia 12 de junho deste ano, cujo edital foi divulgado previamente no Diário da Justiça Eletrônico (DJe) do dia 6 de junho de 2012, para conhecimento dos interessados.

Com a reserva das serventias que serão ofertadas aos candidatos portadores de deficiência, todas as demais serventias serão ofertadas àqueles que preencherem os requisitos legais para provimento ou para remoção.

Não se exigirá do candidato, no ato da inscrição preliminar, a apresentação dos documentos comprobatórios dos requisitos exigidos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o atendimento das condições e a veracidade dos dados informados, sob as penas da lei.

Ao todo, foram deflagrados três grandes concursos públicos no âmbito do Poder Judiciário deste Estado: para provimento de cargos de juiz de direito substituto; para provimento de cargos efetivos de servidores; e para outorga de delegações de notas e de registro do Estado do Acre.

O Concurso para Juiz de Direito Substituto já está em fase bastante adiantada, ou seja, aguardando resultado provisório da terceira etapa (Inscrição definitiva, sindicância da vida pregressa e investigação social, exames de sanidade física e mental e exame psicotécnico). O Concurso para Servidores, por sua vez, já foi concluído. Enquanto que o Concurso para os serviços notariais e de registro já dispõe do resultado das provas de títulos.

2. Implantação do Selo Eletrônico

O projeto de implantação do Selo Eletrônico tem como objetivo otimizar a fiscalização dos serviços Notoriais e de Registros das Serventias Extrajudiciais, cuja meta se aterm a implantar em todas as Serventias Extrajudiciais do Estado o Selo Eletrônico.

O processo de contratação de uma empresa especializada nos serviços foi deflagrado em 2012 e tendo como vencedora a empresa ESCRIBA INFORMÁTICA ficando para 2013 a execução do projeto.

6.1.2. Meta 46 - Aumentar para 90% o índice de execução do orçamento

Essa meta tem como objetivo acompanhar a execução do orçamento durante o exercício.

Resultado:

O orçamento total no ano de 2012 foi de R\$ 199.917.011,44, já sua execução foi de R\$ 190.387.881,57 fazendo com que o resultado da meta ficasse em 95,96% de cumprimento. Meta não cumprida.

Ações desenvolvidas:

1. Demonstrativo das movimentações orçamentárias

Tabela 60: Demonstrativo das movimentações orçamentárias

Movimentação Orçamentária	Valor
1-Dotação inicial	165.410.111,00
2-Dotação suplementar	52.800.590,16
3-Reduções (Remanejamentos)	18.293.689,72
Total orçamento disponibilizado (1)+(2)-(3)	199.917.011,44

Fonte: DPO

2. Demonstrativo da execução orçamentária por unidade

Tabela 61: Demonstrativo da execução orçamentária por unidade

Dotação	Tribunal de Justiça	Fundo Especial do Poder Judiciário - FUNEJ	Fundo Especial de Compensação - FECOM	Total
Inicial	165.410.109,00	1,00	1,00	165.410.111,00
Atual	191.837.710,68	7.566.788,29	512.512,47	199.917.011,44
Empenhado	183.095.222,97	7.083.566,13	209.092,47	190.387.881,57
Liquidado	180.231.624,04	6.045.196,13	209.092,47	186.485.912,64
Pago	180.158.432,41	5.940.010,83	209.092,47	186.307.535,71

Fonte: DPO

3. Demonstrativo da evolução orçamentária do TJAC nos últimos 4 anos.

Tabela 62: Quadro demonstrativo da evolução orçamentária dos últimos 5 anos

Quadro Demonstrativo da Evolução orçamentária dos últimos 5 anos			
Ano	Orçamento inicial	Orçamento atualizado	Acréscimo % Orçamento Inicial x atualizado
2008	97.645.303,00	110.716.568,98	13,39%
2009	124.444.579,66	132.999.420,47	6,87%
2010	124.836.562,21	136.273.620,46	9,16%
2011	139.198.306,00	155.529.221,88	11,73%
2012	165.410.111,00	199.917.011,44	20,86%

Fonte: Relatório de Gestão 2012 e sistema ERP - DPO

4. Demonstrativo das despesas com pessoal em cumprimento a LRF.

Tabela 63: Demonstrativo da Despesa com Pessoal em cumprimento a Lei de Responsabilidade Fiscal

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inc. I, alínea "a")			
Ano	Receita Corrente Líquida RCL	Despesa total com pessoal	% de Despesa total com pessoal sobre a RCL
2012	3.281.194.823,87	134.654.988,09	4,10

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal retirado pela DPO.

Vale salientar que o percentual despesa total com pessoal sobre a Receita Corrente Líquida está bem abaixo do Inc. II da Lei de Responsabilidade Fiscal, cujo limite prudencial é de 5,7.

5. Demonstrativo das despesas autorizadas X executadas.

Tabela 64: Demonstrativo das despesas autorizadas X executadas

	TÍTULOS	Orçamentários Suplementares	Extra-ordinários Especiais	Total	Realizada	Diferenças	Executada
203	TRIBUNAL DE JUSTIÇA						
3.1.90.01.00.00.00.00	APOSENTADORIAS E REFORMAS	11.571.198,00	0,00	11.571.198,00	11.515.722,33	55.475,67	11.515.722,33
3.1.90.03.00.00.00.00	PENSOES	5.943.895,00	0,00	5.943.895,00	5.921.888,75	22.006,25	5.921.888,75
3.1.90.04.00.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	3.683.958,00	0,00	3.683.958,00	3.665.331,87	18.626,13	3.665.331,87
3.1.90.08.00.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	70.000,00	0,00	70.000,00	36.028,40	33.971,60	36.028,40
3.1.90.09.00.00.00.00	SALARIO-FAMILIA	4.560,00	0,00	4.560,00	4.560,00	0,00	4.560,00
3.1.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	109.212.013,59	0,00	109.212.013,59	108.594.525,19	617.488,40	108.594.525,19
3.1.90.13.00.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.469.708,00	0,00	2.469.708,00	2.435.159,32	34.548,68	2.230.384,27
3.1.90.16.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	8.880.529,00	0,00	8.880.529,00	8.797.718,40	82.810,60	8.797.718,40
3.1.90.91.00.00.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	570.000,00	0,00	570.000,00	436.610,11	133.389,89	436.610,11
3.1.90.92.00.00.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7.150.000,00	0,00	7.150.000,00	6.641.819,37	508.180,63	6.509.653,92
3.1.90.94.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	340.000,00	0,00	340.000,00	304.943,02	35.056,98	304.943,02
3.1.91.13.00.00.00.00	INTRA-ORC - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	10.000,00	0,00	10.000,00	4.560,02	5.439,98	4.560,02
3.3.20.92.00.00.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (DEVOLUÇÃO DE SALDO DE CONVÊNIO)	83.626,00	0,00	83.626,00	83.626,00	0,00	83.626,00
3.3.20.93.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	70.436,23	0,00	70.436,23	70.436,23	0,00	70.436,23
3.3.40.92.00.00.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (DEVOLUÇÃO DE SALDO DE CONVÊNIO)	277,74	0,00	277,74	277,74	0,00	277,74
3.3.50.41.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES	12.000,00	0,00	12.000,00	12.000,00	0,00	12.000,00
3.3.50.92.00.00.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00
3.3.90.14.00.00.00.00	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	690.000,00	0,00	690.000,00	638.986,61	51.013,39	638.986,61

3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	3.500.975,33	0,00	3.500.975,33	2.965.505,89	535.469,44	2.612.924,23
3.3.90.33.00.00.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	260.002,00	0,00	260.002,00	258.424,61	1.577,39	222.052,75
3.3.90.34.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	2.570.000,00	0,00	2.570.000,00	2.569.858,14	141,86	2.569.858,14
3.3.90.35.00.00.00.00	SERVICOS DE CONSULTORIA	2.076.000,00	0,00	2.076.000,00	2.076.000,00	0,00	2.076.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.781.070,09	0,00	2.781.070,09	2.658.493,37	122.576,72	2.246.366,71
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	14.012.298,56	0,00	14.012.298,56	13.307.135,64	705.162,92	11.384.142,78
3.3.90.41.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES	40.000,00	0,00	40.000,00	5.377,47	34.622,53	5.377,47
3.3.90.47.00.00.00.00	OBRIGACOES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	98.000,00	0,00	98.000,00	95.614,18	2.385,82	87.173,77
3.3.90.49.00.00.00.00	AUXILIO-TRANSPORTE	330.000,00	0,00	330.000,00	323.841,68	6.158,32	323.841,68
3.3.90.92.00.00.00.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	350.000,00	0,00	350.000,00	250.316,51	99.683,49	241.566,51
3.3.90.93.00.00.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.122.511,47	0,00	1.122.511,47	700.540,63	421.970,84	700.540,63
3.3.91.36.00.00.00.00	INTRA-ORC - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PF	74.640,00	0,00	74.640,00	74.640,00	0,00	74.640,00
3.3.91.39.00.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO-PESSOA JURIDICA - INTRA-ORÇAMENTÁRIO	20.964,00	0,00	20.964,00	19.883,33	1.080,67	13.850,00
3.3.91.47.00.00.00.00	INTRA-ORC - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	24.722,40	0,00	24.722,40	24.636,40	86,00	24.636,40
4.4.20.92.00.00.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (DEVOLUÇÃO DE SALDO DE CONVÊNIO)	5.593,88	0,00	5.593,88	5.593,88	0,00	5.593,88
4.4.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	200.000,00	0,00	200.000,00	66.053,00	133.947,00	59.003,00
4.4.90.39.00.00.00.00	SERVICOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS - PESSOA JURIDICA	288.000,00	0,00	288.000,00	282.054,16	5.945,84	251.615,16
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRA E INSTALACOES	11.674.409,07	0,00	11.674.409,07	6.412.288,58	5.262.120,49	6.157.932,52
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.715.623,08	0,00	4.715.623,08	4.127.430,74	588.192,34	3.601.544,15
4.4.90.61.00.00.00.00	AQUISICAO DE IMOVEIS	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00
	TOTAL POR ÓRGÃO	199.917.011,44	0,00	199.917.011,44	190.387.881,57	9.529.129,87	186.485.912,64
	TOTAL GERAL	199.917.011,44	0,00	199.917.011,44	190.387.881,57	9.529.129,87	186.485.912,64

Fonte: DFI

6. Receita Segunda as Categorias Econômicas

Tabela 65: Receita Segunda as Categorias Econômicas

Adendo III a Portaria SOF n.º 03, de 21 de Fevereiro de 1990			Janeiro/2012 a Dezembro/2012	
ANEXO 2, DA LEI 4.320/64				
	RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS - EXERCÍCIO DE 2012			
	RECEITAS			
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESDO- BRAMENTO	FONTE	ECONÔMICA CATEGORIA
	Tribunal de Justiça do Acre			164.629.515,84
	RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			3.882.723,84
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			3.049.838,42
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL			64.377,08
1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		64.377,08	
1.3.2.5.00.00.00.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS		64.377,08	
1.3.2.5.01.00.00.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	39.879,34		
1.3.2.5.01.99.00.00.00	RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE OUTROS DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE	39.879,34		
	RECURSOS VINCULADOS			
1.3.2.5.01.99.08.00.00	RECEITA APLIC. POUPANÇA - CONVÊNIO Nº 084/08- MJ/SRJ	1.026,08		
1.3.2.5.01.99.13.00.00	RECEITA APLIC. POUPANÇA/ CONV. Nº 07/2010/SEMCAST/ TJAC	71,37		
1.3.2.5.01.99.16.00.00	RECEITA APLIC. RENDA FIX- SICONV/10-C/7609-O-SDH/PR	26,91		
1.3.2.5.01.99.20.00.00	RECEITA DE APLIC. POUPANÇA - CONVÊNIO MJ/TJAC Nº 756414/2011	20.447,60		
1.3.2.5.01.99.21.00.00	RECEITA DE APLIC. POUPANÇA - CONVÊNIO MJ/TJAC Nº 756469/2011	6.221,71		
1.3.2.5.01.99.22.00.00	RECEITA DE APLIC. POUPANÇA - CONVÊNIO MJ/TJAC Nº 759479/2011	12.085,67		
1.3.2.5.02.00.00.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS DE RECURSOS NÃO VINCULADOS	24.497,74		
1.3.2.5.02.99.00.00.00	REMUNERAÇÃO DE OUTROS DEPÓSITOS DE RECURSOS NÃO	24.497,74		
	VINCULADOS			

1.3.2.5.02.99.01.00.00	REMUNERAÇÃO DE APLIC. FINANCEIRA RECURSOS PROPRIOS	24.073,72		
1.3.2.5.02.99.04.00.00	REMUNERAÇÃO DE APLIC. POUPANÇA - RP/COOPERAÇÃO TJ / BB	0,00		
1.3.2.5.02.99.05.00.00	REMUNERAÇÃO DE APLIC. POUPANÇA-CONV. Nº	424,02		
	13/2012-PMRB/SEMCAS/TJAC			
1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES			2.950.016,68
1.7.3.0.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		2.500.000,00	
1.7.6.0.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS DE CONVÊNIOS		450.016,68	
1.7.6.1.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES		50.000,00	
1.7.6.1.99.00.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO	50.000,00		
1.7.6.1.99.00.06.00.00	CORRENTE - CONVÊNIO Nº 13/2012-PMRB/SEMCAS/TJAC	50.000,00		
1.7.6.3.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS DOS MUNICIPIOS E DE SUAS		16,68	
	ENTIDADES			
1.7.6.3.99.00.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS MUNICIPIOS	16,68		
1.7.6.3.99.00.02.00.00	CORRENTE - CONVÊNIO Nº 07/2010/SEMCAS/TJAC	16,68		
1.7.6.4.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		400.000,00	
1.7.6.4.00.00.06.00.00	CORRENTE - CONVÊNIO MJ/TJAC Nº 756469/2011	250.000,00		
1.7.6.4.00.00.07.00.00	CORRENTE - CONVÊNIO MJ/TJAC Nº 759479/2011	150.000,00		
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES			35.444,66
1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES		35.400,96	
1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUICOES		35.400,96	
1.9.2.2.01.00.00.00.00	RESTITUICOES DE CONVENIOS	12.280,46		
1.9.2.2.99.00.00.00.00	OUTRAS RESTITUICOES	23.120,50		
1.9.2.2.99.08.00.00.00	RESTITUIÇÃO, POR DEVOLUÇÃO EM DECORRÊNCIA DE PAGAMENTOS	23.120,50		
	INDEVIDOS			
1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES DIVERSAS		43,70	
1.9.9.0.99.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS	43,70		
1.9.9.0.99.05.00.00.00	RECEITA DE TARIFA BANCARIA ESTORNADA	43,70		
2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			832.885,42
2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL			832.885,42

2.4.3.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		500.000,00	
2.4.3.0.00.00.01.00.00	TRANSFERÊNCIA DE INSTITUIÇÃO PRIVADA/BANCO DO BRASIL	500.000,00		
2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		332.885,42	
2.4.7.1.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES		332.885,42	
2.4.7.1.99.00.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO	332.885,42		
2.4.7.1.99.00.05.00.00	CAPITAL - CONVÊNIO MJ/TJAC Nº 756414/2011	332.885,42		
6.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RESULTADO AUMENTATIVO DO EXERCÍCIO			160.746.792,00
6.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO			160.746.792,00
6.1.2.0.0.00.00.00.00.00	INTERFERÊNCIAS ATIVAS		160.746.792,00	
6.1.2.1.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		160.746.792,00	
6.1.2.1.1.00.00.00.00.00	COTA FINANCEIRA	160.746.792,00		
6.1.2.1.1.01.00.00.00.00	COTA FINANCEIRA RECEBIDA CORRENTE	151.716.058,52		
6.1.2.1.1.01.01.00.00.00	COTA FINANCEIRA RECEBIDA CORRENTE/PESSOAL	135.717.708,74		
6.1.2.1.1.01.02.00.00.00	COTA FINANCEIRA RECEBIDA CORRENTE/CUSTEIO	15.998.349,78		
6.1.2.1.1.02.00.00.00.00	COTA FINANCEIRA RECEBIDA CAPITAL	9.030.733,48		
6.1.2.1.1.02.01.00.00.00	COTA FINANCEIRA RECEBIDA CAPITAL	9.030.733,48		
			TOTAL	164.629.515,84

Fonte: DFI

7. Despesa Executada X Receita Realizada (Recurso %)

Tabela 66: Despesa Executada X Receita Realizada (Recurso %)

JANEIRO A DEZEMBRO / 2012									
	Fonte de Recurso	Receita - Arrecadação	Transf. Recebidas	Empenhada	Despesa	Transf. Concedida	Superávit/ Déficit	Liquidado	DESPESAS / RECEITAS
		Orçamentária			Liquidada		Empenhado		% Empenhado
									% Liquidado
100	RP	11.207.577,82	160.746.792,00	185.178.971,37	181.700.382,74	0,00	-13.224.601,55	-9.746.012,92	107,69
200	CONVÊNIO	823.205,46	0,00	843.348,22	419.967,92	0,00	-20.142,76	403.237,54	102,45
500	ROCRÉDITOS	0,00	0,00	4.365.561,98	4.365.561,98	0,00	-4.365.561,98	-4.365.561,98	100,00
TOTAL		12.030.783,28	160.746.792,00	190.387.881,57	186.485.912,64	0,00	-17.610.306,29	-13.708.337,36	110,19
									107,93

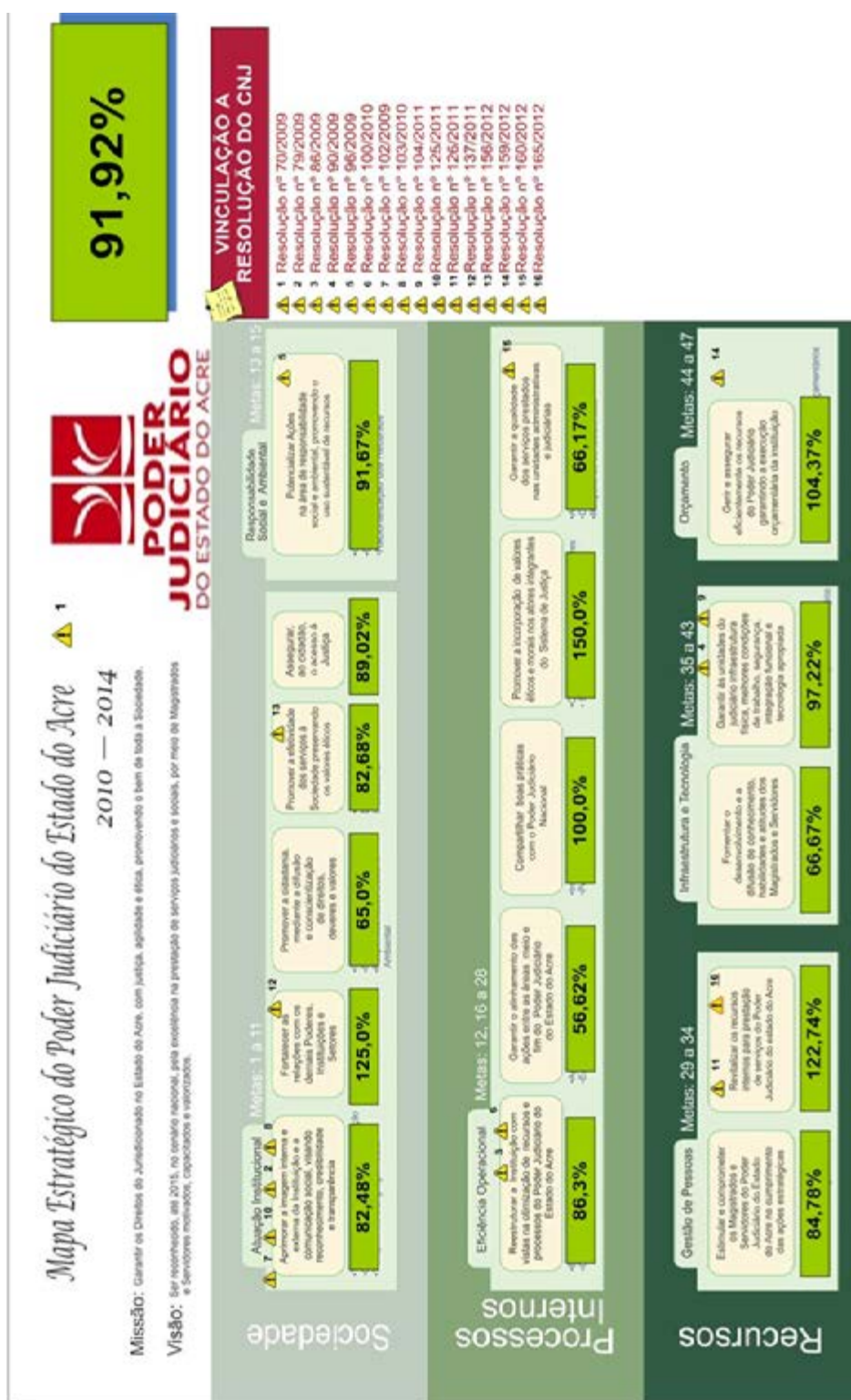
Fonte: DFI

7

Resultados da Estratégica do exercício 2012

91,92%

7.1. Mapa Estratégico com os resultados da execução da estratégia em 2012



Figura??: Resultado do cumprimento da estratégia de 2012.

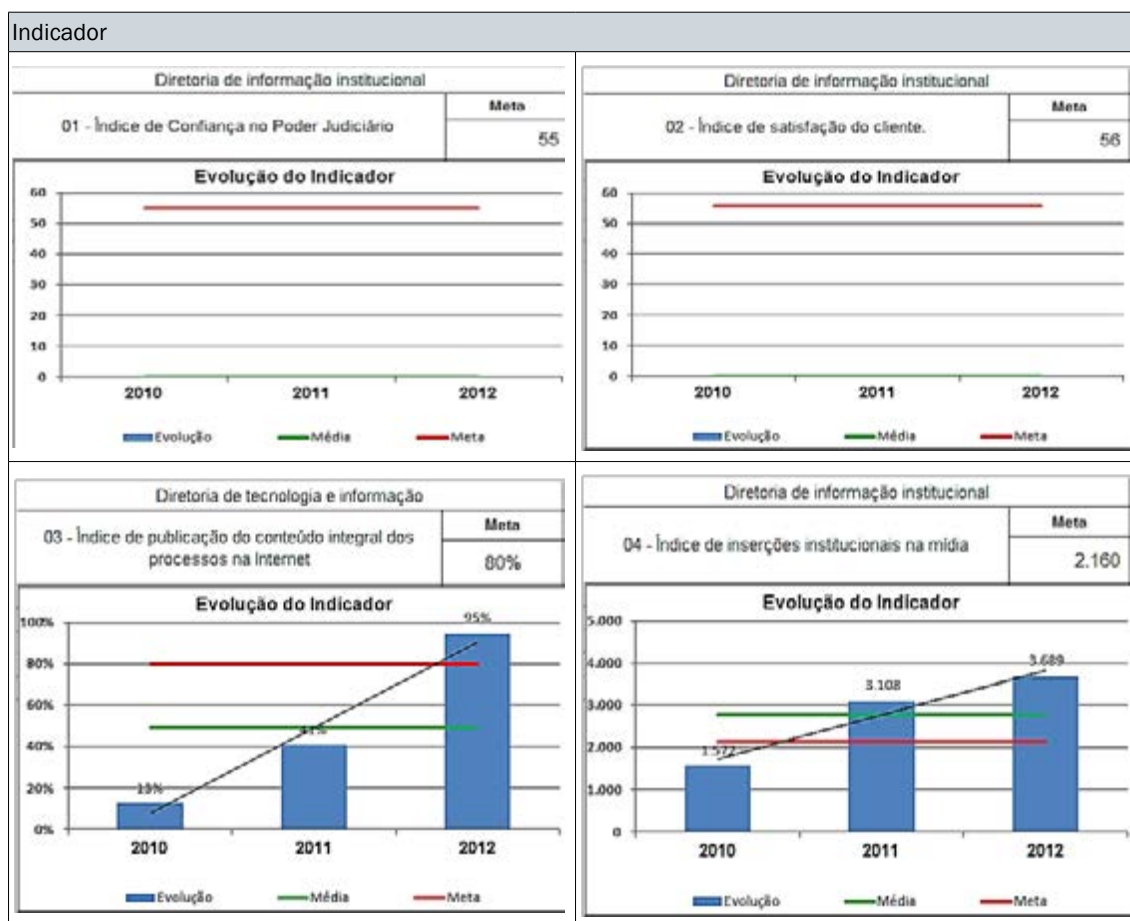
Fonte: NEGEST

7.2 Resultado dos indicadores

7.2.1 Perspectiva Sociedade

7.2.1.1 Atuação institucional

OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO
82,48%	Aprimorar a imagem interna e externa da Instituição e a comunicação social, visando reconhecimento, credibilidade e transparência Aprimorar a comunicação com o público interno e externo, disponibilizando com transparência, informações sobre o Poder Judiciário.





ANÁLISE DOS INDICADORES: Do total de metas relacionadas ao referido objetivo, apenas as metas 1 e 2 não foram mensuradas. O CNJ tem orientado que os Tribunais aguardem a realização das pesquisas de confiança, de satisfação de modo centralizado, a nível nacional, como forma de favorecer a confiabilidade e integridade dos dados, bem como a transparência e isenção. Porém, a estratégia já se encontra no 3º ano de execução sem a devida mensuração destes indicadores. A realização desta pesquisa é de fundamental importância para a estratégia, pois o resultado da mesma orienta os direcionadores estratégicos, permitindo, de acordo com os resultados, realizar os devidos ajustes.

OBJETIVO ESTRATÉGICO		DESCRIÇÃO
125,0%	Fortalecer as relações com demais Poderes	Promover a integração do Poder Judiciário do Estado do Acre com as demais unidades e segmentos do Judiciário Nacional e demais Poderes.



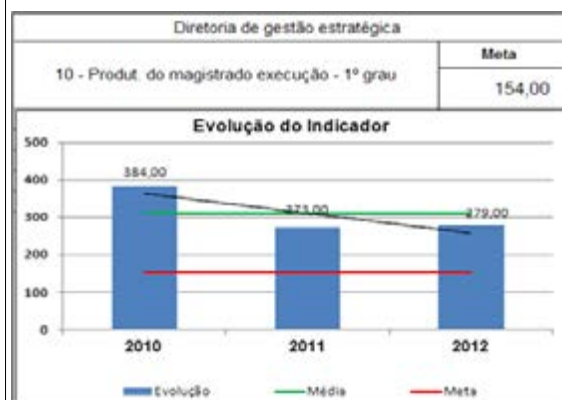
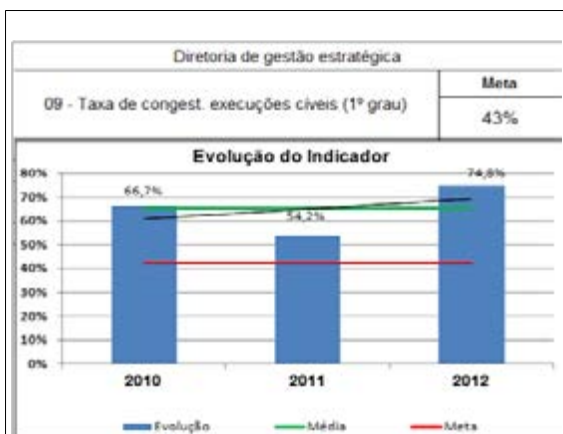
ANÁLISE DOS INDICADORES: Todas as metas pertencentes a este objetivo foram superadas. Elas representam as parcerias externas e internas ao Poder Judiciário que contribuem diretamente para o alcance dos objetivos estratégicos, além de fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições. Atualmente existem 101 formalizadas.

OBJETIVO ESTRATÉGICO		DESCRIÇÃO
65,36%	Promover a cidadania, mediante a difusão e conscientização de direitos	Promover o desenvolvimento e inclusão social, por meio de ações que contribuam para o fortalecimento da educação e da consciência dos direitos, deveres e valores do cidadão.



ANÁLISE DOS INDICADORES: Foram atendidas 41.953 pessoas através dos seguintes projetos sociais - 1- Projeto Cidadão; 2- Justiça Comunitária; 3- Cidadania e Justiça na Escola; Começar de novo; 4- Justiça Terapêutica; 5- Audiência Pública; 6- ECA - na comunidade. Com esse resultado obteve-se um alcance de 65,36% da meta prevista.

OBJETIVO ESTRATÉGICO		DESCRIÇÃO
91,09%	Promover a efetividade dos serviços a sociedade	Assegurar o cumprimento das decisões emanadas do Poder Judiciário, a fim de garantir que os direitos reconhecidos alcancem resultados concretos.



ANÁLISE DOS INDICADORES: Este objetivo apresentou avaliação positiva (nota acima de 90%), embora a taxa de congestionamento na execução tenha atingido patamar superior ao limite estabelecido pela meta. Com relação à produtividade, verificou-se incremento no número de sentenças proferidas na execução, no 1º grau, o que contribui para elevar a pontuação do OE.

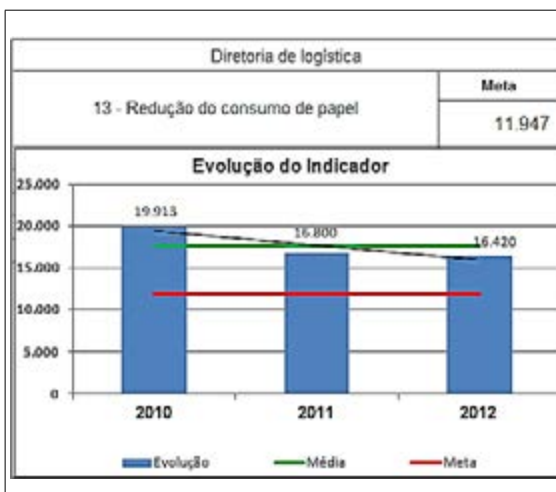
OBJETIVO ESTRATÉGICO		DESCRIÇÃO
89,02%	Assegurar ao cidadão acesso a justiça	Judiciário em todos os municípios com infraestrutura própria, com o objetivo de democratizar a relação da população com os órgãos judiciais.



ANÁLISE DOS INDICADORES: A meta previa a construção dos fóruns das Comarcas de Rodrigues Alves e Porto Acre, o que totalizaria 18 comarcas efetivamente instaladas. Como as construções não se materializaram, o indicador manteve-se no mesmo patamar de 2011, ou seja, 73% de comarcas instaladas.

7.2.1.2. Responsabilidade social e ambiental

OBJETIVO ESTRATÉGICO		DESCRIÇÃO
91,67%	Potencializar ações na área de responsabilidade social	Busca promover os valores sociais da cidadania e da responsabilidade ambiental, através da adoção de campanhas e mobilizações direcionadas a Magistrados, servidores e à população em geral.



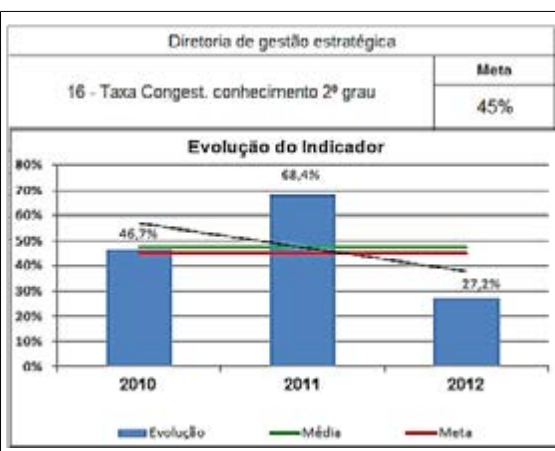
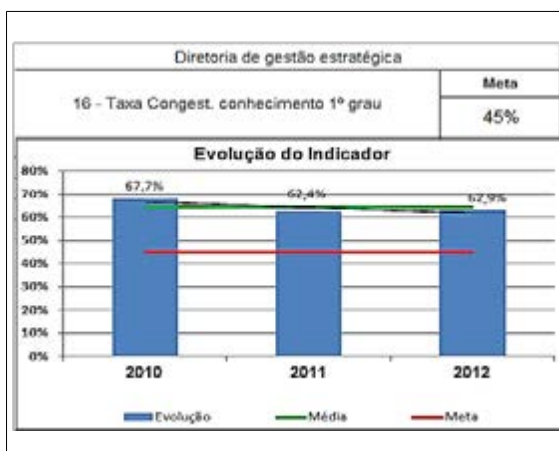


ANÁLISE DOS INDICADORES: O OE apresentou resultado satisfatório, apesar dos resultados abaixo do esperado nos indicadores 13 e 15, mas que no compute geral (média) foi compensado pelo redução no consumo de água – indicador 14. Considerando que trata-se de metas socioambientais, há a necessidade de ações futuras no sentido de melhorar esses resultados.

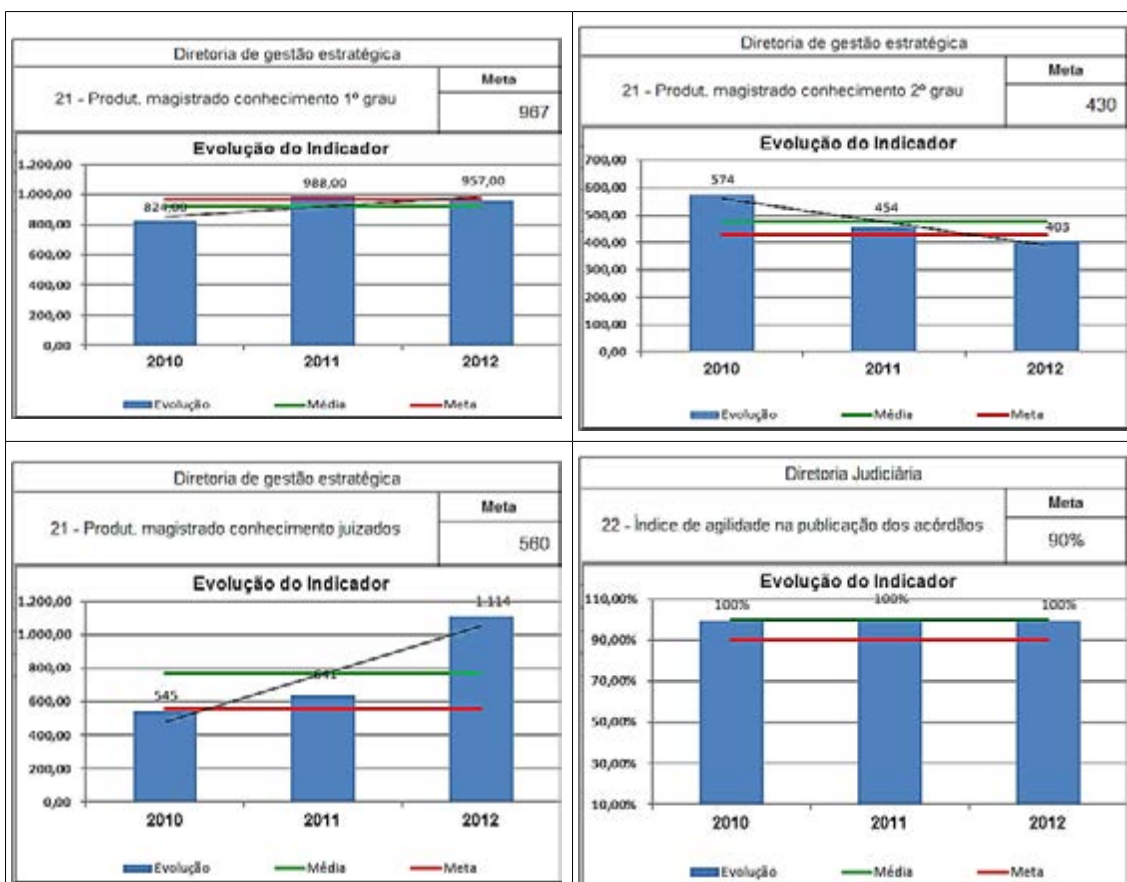
7.2.2. Perspectiva de Processos internos

7.2.2.1. Eficiência operacional

OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO
86,3% Reestruturar a instituição com vistas a otimização de recursos	Prevê a adoção de medidas concernentes a modernização administrativa, de gestão, tecnológica e de infraestrutura, de modo a potencializar a prestação jurisdicional.

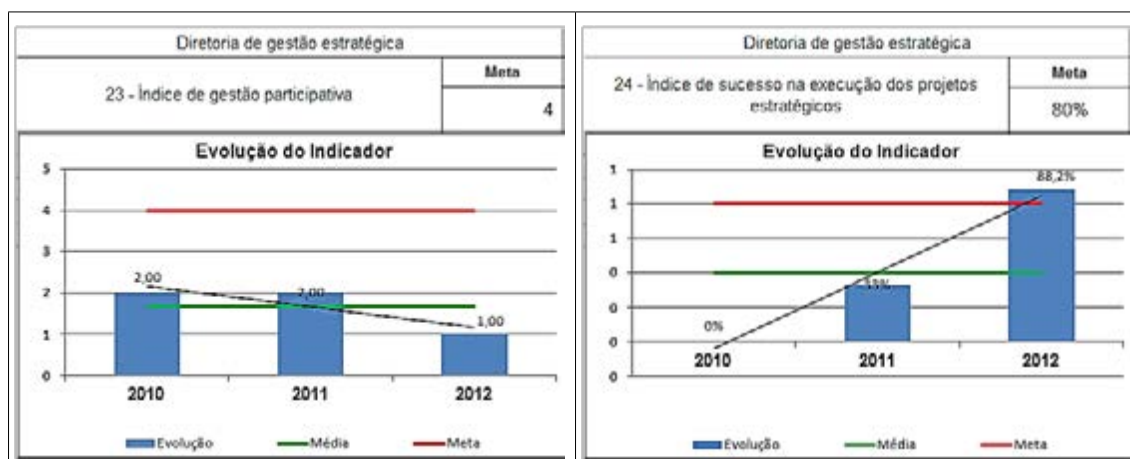






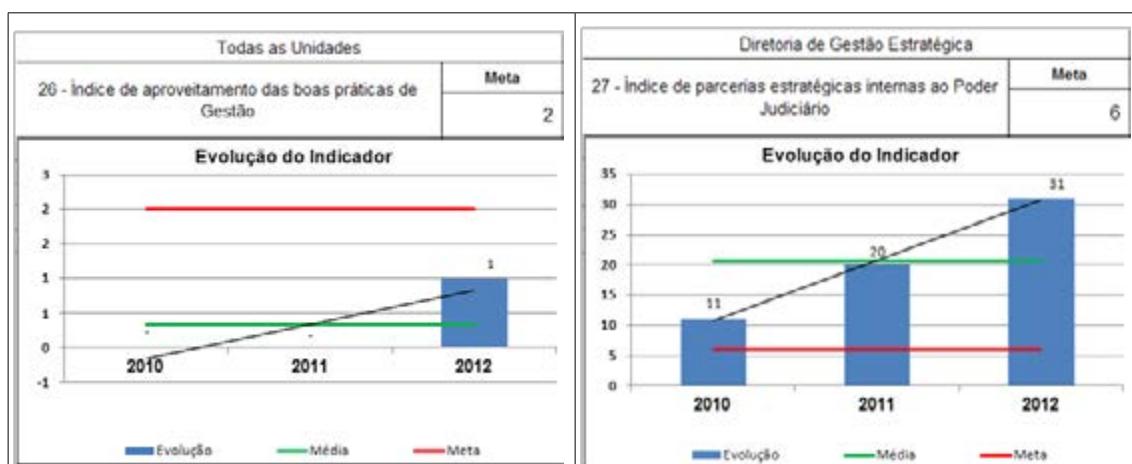
ANÁLISE DOS INDICADORES: Os indicadores 17, 21(1º grau e juizados) e 22 obtiveram resultados satisfatórios em relação a meta do período. Quanto aos demais, ações pontuais (gestão/acompanhamento) devem ser implementadas objetivando melhorar os resultados, principalmente no tocante a taxa de congestionamento, pois esta determina o quanto é eficiente a justiça.

OBJETIVO ESTRATÉGICO		DESCRIÇÃO
56,62%	Garantir o alinhamento das ações	Garantir que as unidades do Judiciário tenham seu planejamento estratégico e sua gestão alinhados à estratégia do Poder Judiciário.



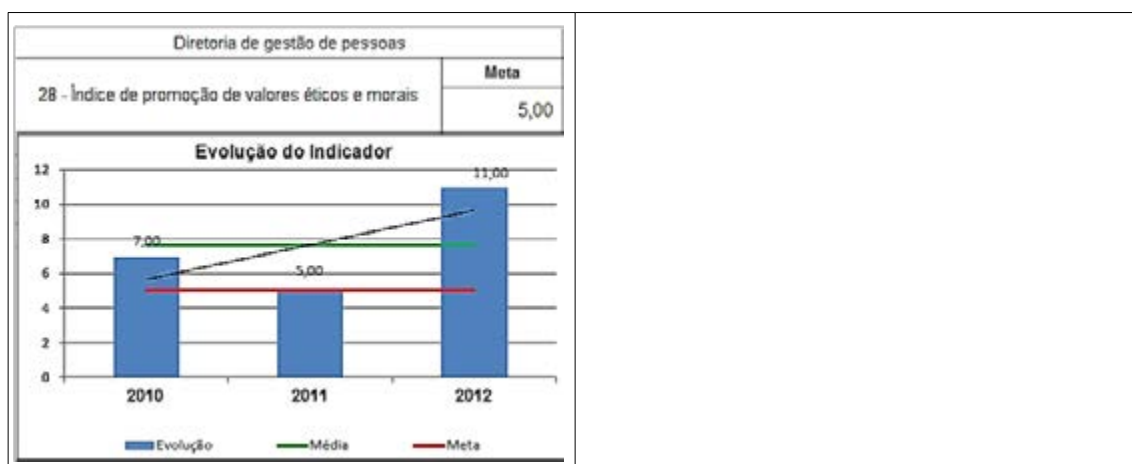
ANÁLISE DOS INDICADORES: O resultado deste objetivo ficou aquém do esperado, com um índice de 56,62%. A análise que se faz é que o indicador 23 é quem orienta a execução da estratégia, pois são nas RAE's (reuniões de análise estratégicas) que os indicadores são avaliados. A partir da avaliação, são traçadas/ordenadas medidas corretivas para melhoria dos resultados.

OBJETIVO ESTRATÉGICO		DESCRIÇÃO
100%	Compartilhar as boas práticas com o judiciário	Fomentar a troca de experiências entre o Tribunal de Justiça do Acre e as demais instituições do Judiciário Nacional.



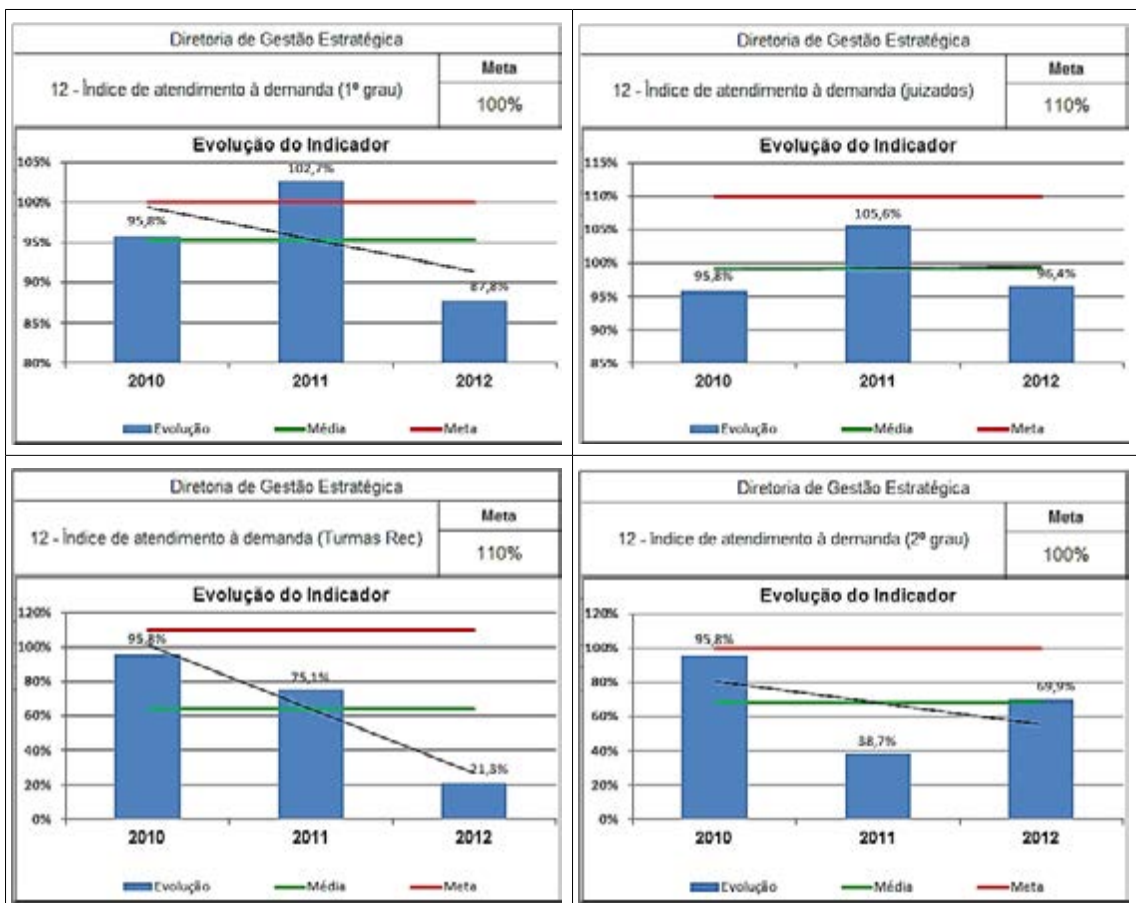
ANÁLISE DOS INDICADORES: O resultado do objetivo estratégico aponta para um percentual de 100%, haja vista que a regra estabelecida para o cálculo é a média simples dos valores apurados pelos indicadores. Porém, na análise individual, constatamos que o indicador nº 26 que previa o aproveitamento de duas práticas, registrou apenas uma, ficando o mesmo abaixo da meta estabelecida.

OBJETIVO ESTRATÉGICO		DESCRIÇÃO
150%	Promover a incorporação de valores éticos e marais	Valorizar e difundir práticas que fomentem e conservem valores éticos e morais no âmbito do Poder Judiciário, nas organizações ligadas à atividade judiciária e nas instituições de ensino.



ANÁLISE DOS INDICADORES: Meta superada em razão da quantidade de eventos (11) que promovem valores éticos e morais, implementados na programação do CECAP/ESMAC.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO
66,17%	Garantir a qualidade dos serviços prestados nas Unidades
	Garantir a agilidade e qualidade na tramitação dos processos judiciais e assegurar a razoável duração do processo.

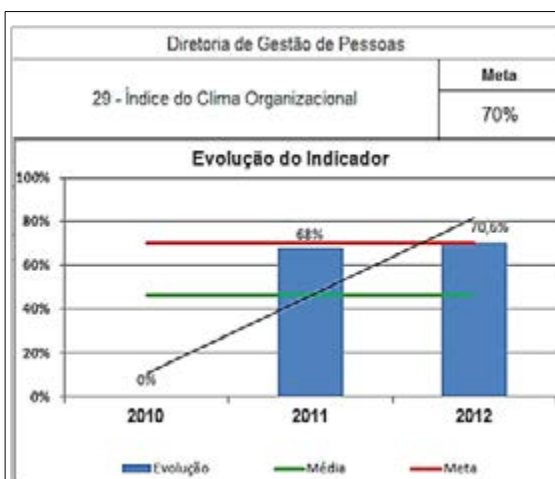


ANÁLISE DOS INDICADORES: Todos os indicadores apresentam resultados abaixo da meta estabelecida para o período, inclusive com quedas significativas se comparados aos resultados de 2011. Um dos fatores que podem ter contribuído para esse resultado, foi o longo período de greve a que o judiciário foi submetido.

7.2.3. Perspectiva de Recursos

7.2.3.1. Gestão de pessoas

OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO
84,78%	Estimular e comprometer magistrados e servidores
	Elevar o nível de comprometimento, motivação e identidade institucional dos magistrados e servidores para viabilizar a execução da estratégia.



ANÁLISE DOS INDICADORES: Este objetivo apresentou resultado próximo do satisfatório (90%), com resultado dentro da meta esperada nos indicadores 29 e 30. Porém, ações mais contundentes devem ser implementadas no que concerne à prevenção de saúde, como por exemplo a adoção de políticas que visem a realização de exames periódicos por magistrados e servidores, a exemplo do que ocorre na iniciativa privada.

OBJETIVO ESTRATÉGICO		DESCRIÇÃO
122,7%	Revitalizar os recursos internos para prestação de serviços	Garantir que os magistrados e servidores possuam conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais para o alcance dos objetivos estratégicos.



ANÁLISE DOS INDICADORES: Todas as metas internas deste objetivo foram superadas.

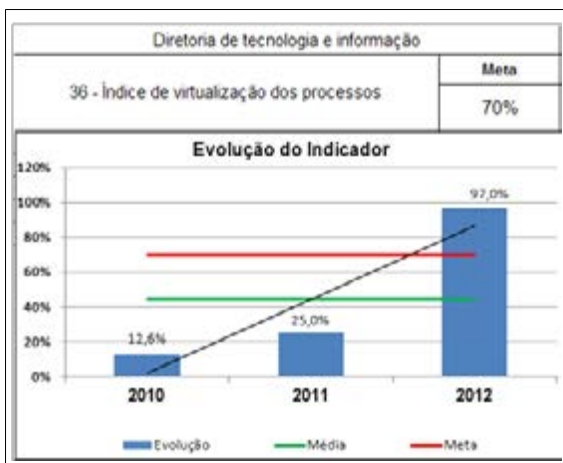
OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO
66,67%	Fomentar o desenvolvimento e a difusão de conhecimentos
	Proporcionar ferramentas, métodos e um ambiente propício para a troca de conhecimentos, habilidades e atitudes.



ANÁLISE DOS INDICADORES: A meta para este indicador previa a realização de nove encontros de gestão do conhecimento, sem 3 para magistrados, 3 para servidores e 3 misto, no entanto foram realizados apenas encontros de magistrados (grupos de discussão) promovidos pela ESMAC.

7.2.3.2. Infraestrutura e tecnologia

OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO
97,22%	Garantir as Unidades judiciárias infraestrutura e tecnologia apropriada
	Prover os recursos materiais (instalações e mobiliários) que permitam o bom desempenho das unidades da justiça, a fim de garantir aos magistrados e servidores condições de trabalho com saúde e segurança, proteção e manutenção dos bens materiais e o adequado atendimento aos clientes.

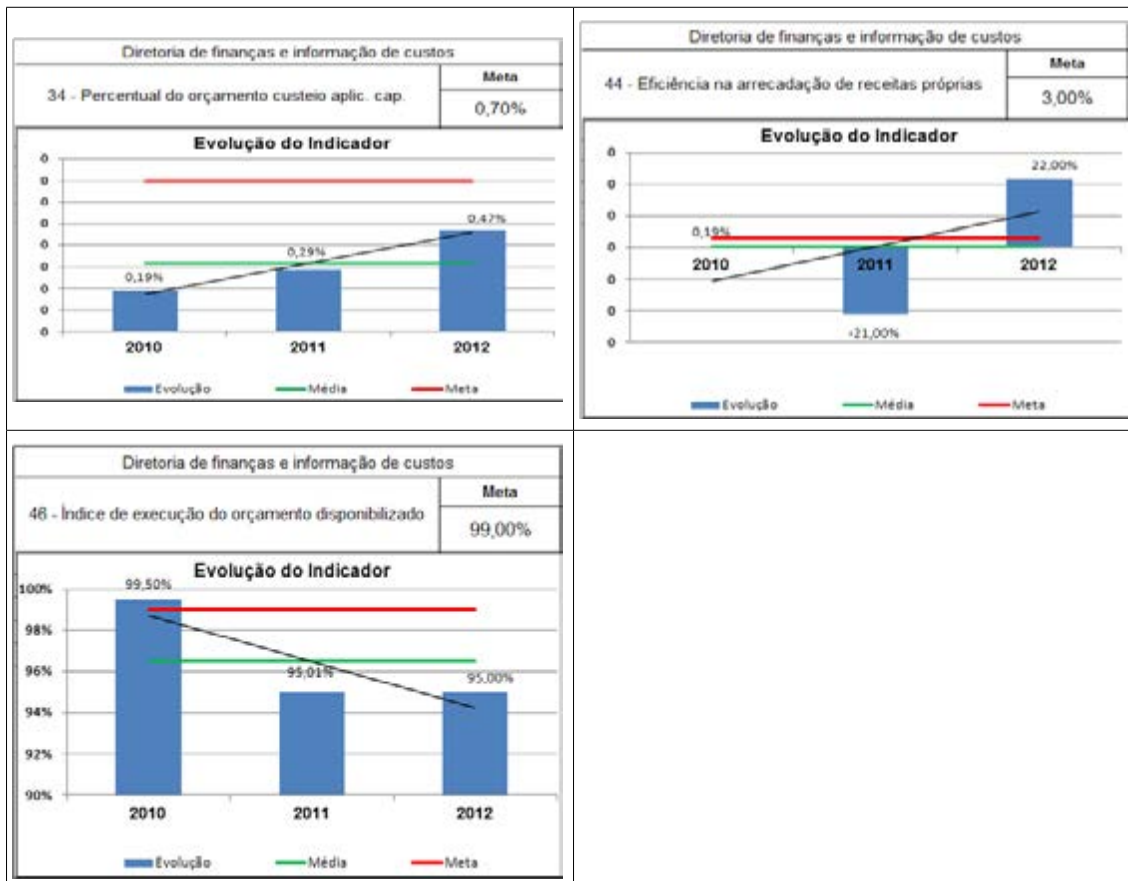




ANÁLISE DOS INDICADORES: o objetivo estratégico apresenta-se positivamente avaliado, em razão do resultado dos indicadores 37, 38 39, 41, 42 e 43, que tiveram suas metas superadas. No entanto, atenção deve ser dada ao indicador 40 que mede o percentual de cumprimento da Norma Regulamentadora 17 do MTE (ergonomia). Este indicador será contemplado com a elaboração e execução do projeto “Ergonomia”.

7.2.2.3. Orçamento

OBJETIVO ESTRATÉGICO		DESCRIÇÃO
104,3%	Gerir e assegurar eficientemente os recursos	Visa garantir os recursos orçamentários necessários a execução da estratégia.



ANÁLISE DOS INDICADORES: No indicador 34, observou-se que a organização disponibilizou 0,47% de seu orçamento de custeio (R\$ 119.235,90) em capacitação, quando a meta previa 0,70%. Com relação ao indicador 44, que mede a eficiência na arrecadação de receitas próprias, percebe-se que houve um aumento de 22% nessas receitas em 2012, compensando a queda de arrecadação registrada em 2011 (-21%). No que tange a execução do orçamento disponibilizado, registrou-se um índice de execução de 95%, o que aproxima-se bastante da meta estabelecida.

8

Apêndice



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça
Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica

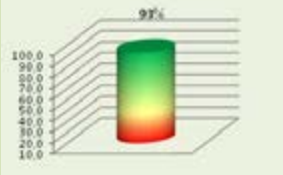
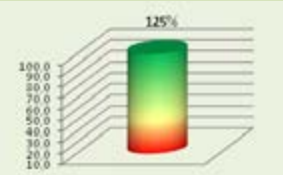
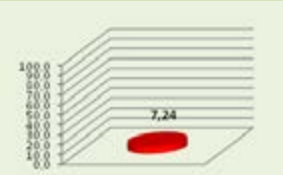
Painel de acompanhamento da Gestão Estratégica - 2012

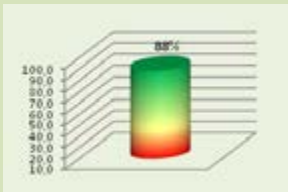
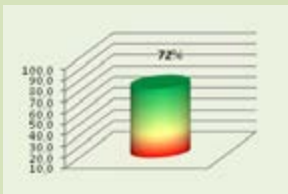
Planejamento Estratégico - Diretrizes da Presidência – Projetos - Ações Estratégicas - Metas nacionais

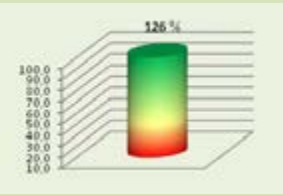
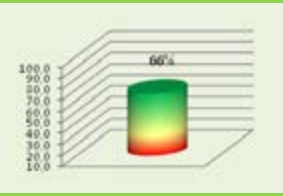
Planejamento Estratégico do Poder Judiciário de Estado do Acre (2010 - 2014)

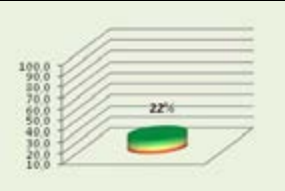
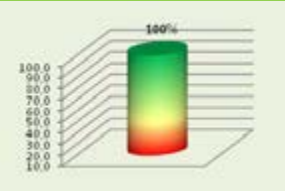
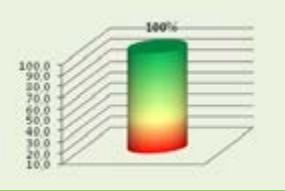
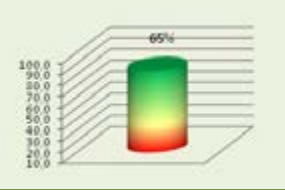
MISSÃO: Garantir os direitos do jurisdicionado no Estado do Acre, com justiça, agilidade e ética, promovendo o bem de toda a sociedade.

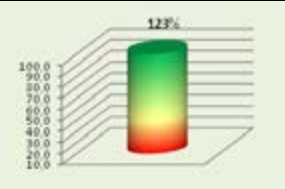
VISÃO : Ser reconhecido, até 2015, pelo jurisdicionado no Estado do Acre, pela excelência na prestação de serviços judiciais e sociais, por meio de magistrados e servidores motivados, capacitados e valorizados.

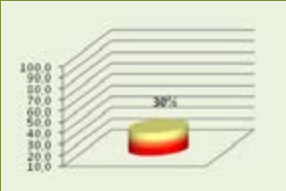
		APURAÇÃO 1º SEMESTRE DE 2012	APURAÇÃO 2º SEMESTRE DE 2012		
PERSPECTIVAS	TEMAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS – Meta 80%	PROJETOS ESTRUTURANTES	PROJETOS	SITUAÇÃO
SOCIEDADE	ATUAÇÃO INSTITUCIONAL	Aprimorar a imagem interna e externa da instituição e a comunicação social 	Aperfeiçoamento da comunicação interna e externa do Poder Judiciário do Estado do Acre	Pesquisa de satisfação do cliente	Não realizado
				Pesquisa de clima organizacional	Concluído em 06/12/2012
				Institucionalização dos Programas Sociais do TJAC	Concluído, todos os projetos sociais executados pelas unidades foram institucionalizados, algumas demandas que estão surgindo deveram ser institucionalizadas.
			-	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA: Coleta, análise e publicação de dados no Portal da Transparência.	Portal atualizado até outubro
		Fortalecer as relações com os demais Poderes 	Projeto de Parcerias Estratégicas TJAC	-	Está sendo realizado através de iniciativas da Presidência
		Promover a cidadania, mediante a difusão e conscientização de direitos, deveres e valores. 	Projetos sociais	A Vara da Violência Mais Próxima da Vítima.	Adiado, por falta de recursos.
				Projeto A Outra Vítima: Outro olhar sobre os homens autores de violência intrafamiliar	Adiado, por falta de recursos.
				Projeto Nosso Direito	Adiado, por falta de recursos financeiros.
				Projeto de conservação de praças e outros espaços públicos	A desenvolver, está sendo planejado em uma comarca piloto. - Brasileira.
				Implantação do método associação de proteção e assistência aos condenados – APAC no Alto Acre	A desenvolver, está sendo planejada junto a VEPMA, a possibilidade de desenvolvimento do projeto, foi programada reuniões para início de 2013.
				Justiça Terapêutica.	Em Planejamento, foi elaborado a minuta e enviado para a Drª Regina Longuini,

					até o momento está sendo aguardado resposta, que definirá o futuro do projeto
				Justiça Restaurativa	Em análise pela instituição financiadora.
				Campanha de conscientização e prevenção da violência contra a mulher.	Concluído em 2012, 3.030 atendimentos a estudantes da rede pública de ensino de todas as idades.
				Audiência Pública.	Em execução, 97,3 % atendimentos direto por telefone 138, indiretamente todos os ouvintes.
				Projeto Começar de Novo	Concluído em 2012, atendimento total de 2.710 reeducandos e familiares, nos municípios de Rio Branco, Sena Madureira, Cruzeiro do Sul, Tarauacá, Feijó e Xapuri.
				Projeto Cidadão.	Em execução, como programa de ação continuada.
				Cidadania e Justiça na Escola - Rio Branco.	Concluso, sendo atendidos 619 estudantes dos 5º ano do ensino fundamental.
				Cidadania e Justiça na Escola - Assis Brasil.	Concluso em 2012, sendo atendidos 209 estudantes do 5º ano do ensino fundamental.
				Cidadania e Justiça na Escola - Brasília.	Concluído em 2012, sendo atendidos 1.777 estudantes do 5º ano do ensino fundamental.
				O ECA na Comunidade: direitos e deveres.	Concluído em 2012, atendido 1718 crianças até o 4º ano do ensino médio. Rio Branco
				Justiça Comunitária - Rio Branco	Em execução, programa de ação continuada.
				Justiça Comunitária - Interior	Em execução, como programa de ação comunitária.
				Projeto Prevenção às drogas	Suspensão. Por falta de iniciativas.
				Projeto Filhos do Coração	Suspensão por falta de iniciativas.
		Promover a efetividade dos serviços à sociedade preservando os valores éticos		-	-
				-	-
		Assegurar ao cidadão o acesso à Justiça		-	Instalação da 5ª Vara Cível de Rio Branco.
				-	Concluído em 2012
			Projeto Novas construções	Construção do Fórum da Comarca de Feijó.	Obra suspensa e sem aproveitamento. Outro terreno já doado ao TJAC para construção de nova sede.
				Construção do Fórum da Comarca de Porto Acre.	Foi pactuado junto ao Poder Executivo convênio para construção do fórum no ano de 2013.
				Construção do Fórum da Comarca de Rodrigues Alves	Foi pactuado junto ao Poder Executivo convênio para construção do fórum no ano de 2013. Já tendo sido lançada a pedra fundamental.

	RESPONS. SOCIAL E AMBIENTAL	Potencializar ações na área de responsabilidade social e ambiental, promovendo o uso sustentável dos recursos 	Racionalização do Uso dos Recursos	Programa de Gestão Ambiental	Está sendo realizado através de processos de trabalho da DG
PROCESSOS INTERNOS	EFICIÊNCIA OPERACIONAL	Reestruturar a instituição com vistas na otimização de recursos e processos 	 Projeto de virtualização das unidades judiciais	Virtualização das unidades judiciárias da Capital. Virtualização das unidades judiciárias das comarcas do interior	Está em fase final do projeto, alcançando um percentual de 94,12% . Está em fase final do projeto, alcançando um percentual de 99,93%.
		Garantir a qualidade dos serviços prestados nas unidades judiciárias 	 Modernização administrativa e desenvolvimento institucional	Projeto de Reestruturação e Modernização da área administrativa Regionalização da atividade executiva do TJAC.	Concluído 100% Em execução, foram concluídos a elaboração e aprovação, restando a implantação.
			-	Banco Nacional de Mandados de Prisão- BNNP	Em execução, a softplan está analisando, as alterações dos dados para atender os requisitos do banco nacional.
		Garantir o alinhamento estratégico em todas as áreas	-	Metas nacionais e Justiça em Números: Suporte prestado aos magistrados e servidores na implementação de ações que visem tornar a justiça estadual mais efetiva.	Meta 2 – 2009: Parcialmente cumprida Meta 3 – 2011: 50,35% Metas de 2012 Meta 1: 86,39% Meta 2: Sem informação (responsável Des. Samoel) Meta 3: Cumprida Meta 4: Proposta de resolução do Pleno instituindo o Núcleo de Cooperação Judiciária em mãos da Des. relatora Cezarinete. Meta 5: Cumprida
				Projeto de Ampliação da Conexão das Redes entre Todas as Comarcas do Estado	Está sendo realizado através de processos de trabalho da DTI

RECURSOS	GESTÃO DE PESSOAS				
		Compartilhar as boas práticas com o Poder Judiciário Nacional.		Programa Nacional de Gestão Documental – PRONAME	Concluído em 2012
			-		
		Promover a incorporação de valores éticos e morais nos atores integrantes do Sistema de Justiça		Campanha de disseminação de valores éticos e morais	Em elaboração
	GESTÃO DE PESSOAS		Programa de Disseminação de Valores Éticos e Morais	Criação do Código de Ética	A desenvolver
		Estimular e comprometer Magistrados e Servidores do Poder Judiciário do Estado do Acre no cumprimento das ações estratégicas.	Projeto Saúde para Todos	Implantação do Programa de Saúde Preventiva.	Concluído 100% da meta atingida
			Projeto Comprometer Magistrados e Servidores no Propósito do Planejamento Estratégico (Endomarketing)	Qualidade no atendimento ao público.	Suspensão, aguardando disponibilidade financeira.
			Projeto Gestão de Competências	-	A desenvolver
			Projeto Estimular o Relacionamento Interpessoal	2º Encontro dos Servidores do Poder Judiciário do Acre.	Cancelado, por falta de recursos financeiros.
		Revitalizar os recursos internos para prestação de serviços do Poder Judiciário do Estado do Acre	Projeto Aperfeiçoamento Profissional dos Magistrados e Servidores do Poder Judiciário do Estado do Acre.	Capacitação em mediação (CEJUS).	Concluído
				Centro Cultural do Poder Judiciário	Suspensão
			Aperfeiçoamento Profissional dos Magistrados e Servidores do TJAC	Plano Estratégico de Capacitação dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Acre.	Em execução

					
	INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA	Fomentar o desenvolvimento e a difusão de conhecimento, habilidades e atitudes dos magistrados e servidores	Projetos Gestão do Conhecimento	-	Sem atividade
					
		Garantir às unidades do Judiciário, infraestrutura física, melhores condições de trabalho, segurança, integração funcional e tecnologia apropriada.	Projeto de Modernização da Infraestrutura e de Segurança da Informação;	Humanização na sala de espera do CEJUS.	Proposto
				Projeto da Sala Cofre	Está sendo realizado através de iniciativas da DTI
			Projeto de Padronização de Materiais de Consumo, Permanentes e Comunicação visual.	Projeto Identidade Visual	Está sendo realizado através de iniciativas do Juiz Auxiliar da Presidência
				Padronização de mobiliários	Está sendo realizado através de iniciativas da Diretoria Administrativa
			Projeto de Aperfeiçoamento da Infraestrutura Tecnológica e Modernização dos Sistemas de Informação	-	Está sendo realizado através de iniciativas da Presidência
			Projeto Ergonomia	-	Está sendo realizado através de iniciativas da Presidência
			 Projeto Novas Construções	Cidade da Justiça de Rio Branco 1ª Etapa	Está sendo realizado através de iniciativas da Presidência
				Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul	Está sendo realizado através de iniciativas da Presidência
	ORÇAMENTO		Projeto Maximização dos Recursos Orçamentários e Financeiros do Poder Judiciário	-	Está sendo realizado através de iniciativas da Presidência
			Projeto de Descentralização da Execução Orçamentária	-	Está sendo realizado através de iniciativas da Presidência

		Gerir e assegurar eficientemente os recursos do Poder Judiciário, garantindo a execução orçamentária da instituição.  A 3D pie chart with a vertical axis on the left ranging from 10.0 to 100.0 in increments of 10.0. The chart shows a single slice representing 38% of the total, with the value '38%' labeled on the slice. The slice is colored with a gradient from red at the bottom to yellow at the top.	Eficiência no Uso de Recursos	-	-
--	--	---	--------------------------------------	---	---



Metas Prioritárias da presidência em 2012

Observação: Os indicadores dos objetivos estratégicos refletem os resultados do primeiro semestre de 2012, após o fechamento do exercício será apurado o segundo semestre.

PRESIDÊNCIA

Chefe de Gabinete da Presidência
Adriana Vilhena Monteiro Moreira de Souza

Bacharel em Línguas
Odson Lopes Moreira

Assessor-Chefe Jurídico
Jean Kissinger Barbalho da Cunha

Assessora-Chefe de Comunicação Social
Letícia Helena Mamed

Assessor-Chefe Militar
Michel Negreiros Casagrande

Auditoria de Controle Interno
Rodrigo Roesler

Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica
José Carlos Martins Júnior

DIRETORIAS

Diretoria-Geral
Ana Lúcia Lemos Lovisaro do Nascimento

Diretoria Administrativa
Michel Tadeu Marques Nogueira Caires

Diretoria de Recursos Humanos
Hiata-Anderson Barbosa de Oliveira

Diretoria de Finanças
Amanda de Jesus Moraes Bezerra Casas

Diretoria de Planejamento e Orçamento
José Idalécio de Souza Galvão

Diretoria de Tecnologia da Informação
Roberto Romanholo

Diretoria Judiciária
Emerson Vieira Cavalcante

COORDENADORIAS

Coordenadoria Administrativa
Sílvia Cristine Bezerra da Silva
PereiraCoordenador de Logística - CLOG

Coordenadoria de Logística
José Jaider Souza dos Santos

Coordenadoria do Parque Gráfico
Diego Medeiros Crivelente

Coordenadoria de Engenharia, Arquitetura e Manutenção
Maria Floraci Machado Domingues

Escola Superior da Magistratura
Juraci Regina Pacheco Nunes

Conselho da Magistratura
Giuliana Evangelista

Gabinete da Vice-Presidência
Dirnei Nunes do Nascimento

Gabinete da Corregedoria-Geral da Justiça
Tatiana Gualberto Saldanha

Secretaria da Câmara Cível
Francisca das Chagas Cordeiro de Vasconcelos

Secretaria da Câmara Criminal
Eduardo de Araújo Marques

Seção de Licitação e Contratos
Gilcineide Ribeiro Batista

Seção de Seleção e de Aperfeiçoamento
Maria Gorete da Silva Bandeira Feitosa



www.tjac.jus.br